

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

**ANUÁRIO DO MUSEU IMPERIAL**



PETRÓPOLIS  
1942



## SUMÁRIO

- Cartas do barão de Taunay a dom Pedro II* – Afonso de E. Taunay, **3**  
*A “Mima” de Gobineau* – Afrânio Peixoto, **25**  
*Centenário dos primeiros selos do Brasil* – Roberto Thut, **43**  
*Varnhagen no Paraguai – Uma caçada de antas em Petrópolis* –  
Clado Ribeiro de Lessa, **103**  
*Porcelanas da Casa de Bragança* – Gastão Penalva, **117**  
*Memorial do Rio de Janeiro* – Ferreira da Rosa, **153**  
*O conde da Barca* – I. M. de Loreto, O. P., **157**  
*Dom Pedro II, chefe de Estado* – Alcindo Sodr , **211**  
*Ligeiras Notas sobre Leques* – Nilza Botelho, **221**  
*Arquivo do Museu Imperial*, **241**  
*Noticiário*, **259**



**CARTAS DO BARÃO DE TAUNAY  
A DOM PEDRO II**





Felix Emílio Taunay aos 70 anos - (1795-1881)



## Cartas do barão de Taunay a dom Pedro II

Teve o tão bondoso príncipe dom Pedro de Orleans e Bragança, meu antigo condiscípulo em 1889, no colégio de monsenhor José Benedito Moreira, em Petrópolis, a generosa lembrança de me presentear com certo número de cartas escritas por meu avô, Felix Emílio Taunay a dom Pedro II, documentos que se encontravam no arquivo do castelo d'Eu.

Traduzi-as, oferecendo-as ao *Anuário do Museu Imperial*, atendendo assim à honrosa solicitação de meu prezado e eminente amigo dr. Alcindo Sodré, tão devotado quanto eficiente diretor do belo instituto que, dia-a-dia, floresce notavelmente sob a sua direção bem inspirada. E é certamente um dos mais primorosos museus de nossa terra.

Preceptor de dom Pedro II, de suas duas irmãs, dona Januária, condessa de Áquila e dona Francisca, princesa de Joinville, afeiçoou-se o barão de Taunay, extraordinariamente, aos seus imperiais discípulos, sobretudo ao menino imperador.

Já em 1835 aos três retratara, em torno de uma mesa de estudo comum, numa sala do Paço de São Cristóvão, quadro muito sugestivo, que se reproduziu em litografia muito popular e hoje muito rara. Pouco tempo depois fazia o barão um retrato a óleo do imperador aos doze anos de idade, e em dois formatos: o maior, acha-se hoje no Museu de Belas-Artes e o outro, esplêndida réplica, está no Museu Imperial.

Durante mais de quarenta anos manteve o barão de Taunay as mais assíduas relações com o seu imperial discípulo de desenho, grego, francês, história universal e história da arte, semanalmente em São Cristóvão onde conversavam sobre assuntos de seus estudos prediletos. Admirava extraordinariamente a intelectualidade, a erudição do soberano, e este, mais de uma vez e em público, proclamou que muito e muito devia aos velhos mestres de sua infância e adolescência a formação de seu espírito.

Foi ele “quem lhe inculcava o amor ao Belo”, declarou várias vezes, e ainda pouco antes de morrer, ao dr. Pires Brandão, que o visitava no exílio, havendo este, a tal propósito, escrito uma comunicação que se divulgou pela imprensa fluminense em 1892, se bem me lembro. Das relações entre o barão e dom Pedro II não há muitos documentos, pois durante mais de trinta anos visitaram-se constantemente, daí resultando as longas conferências hebdomadárias que assiduamente mantiveram. Amiudaram-se as cartas após 1870, em virtude da avançada idade do preceptor imperial, que o impedia de concorrer com a mesma freqüência aos encontros habituais.

Recebi do príncipe dom Pedro uma carta de 1862, duas de 1864, uma de 1865, duas de 1867, duas de 1870, três de 1873, uma de 1874, uma de 1876, e uma de 1877 (a última).

Coisa que muito preocupou o barão de Taunay, foi o caso do *iotacismo*, a grande controvérsia a propósito da prosódia do grego vivo. Apaixonado do passado helênico tomou partido numa das grandes correntes que debatiam a questão, esforçando-se para que o imperial discípulo o acompanhasse, pedindo a sua intervenção em favor da Grécia como se vê da carta de 20 de abril de 1876 a propósito do conflito grego-otomano, mais tarde generalizado na campanha russo-turca, terminada pelo tratado de Andrinopla e a conferência de Viena. Com as cartas do barão de Taunay veio-me uma cópia de outra de dom Pedro II a seu velho mestre, relativa a circunstâncias cometidas pelo monarca ao filho de seu amigo que partia para a Europa, e a quem encarregava de saudar, em seu nome, diversos amigos seus em vários países.

É-me muito grato divulgar estes papéis que tanto recorda a afeição de meu bom avô ao seu imperial discípulo a quem tanto e tanto admirava e queria. Assim, ao dr. Alcindo Sodr , mais uma vez exprimo os meus agradecimentos sinceros.

*Affonso de E. Taunay.*

Senhor,

Há oito dias deveria eu ter a Vossa Majestade explicado a minha ausência fruto da tremenda rajada de sudoeste, do domingo anterior, que me apanhou no alto da diligência indo para a Tijuca. Faleceram-me as forças para o fazer.

Muito pelo contrário não deveria escrever hoje porque outra coisa me passa pelo espírito além de minha pneumonia que aliás marcha mediocrementemente.

Há três palavras que sem pausa se apresentam.

τουζ ευεογυτεον ευεογυτεον

As nações civilizadas tanto devem aos povos antigos por terem, com a materialização do Olimpo inferior elevado o homem a uma esfera de poesia de onde não pode descer que é bem preciso condescender um pouco, absolver-lhes os descendentes.

Estes infelizes até aqui só têm sido tomados como filhos completamente desfigurados por horríveis gilvazes.

*Et que méconnaitrait l'oeil même de leur père.*

Parece que o que me agita o espírito é isto: ter eu feito tudo o que de mim depende pedindo a Vossa Majestade que reserve um quarto de hora de leitura ao ensaio da pronúncia do grego moderno.

O iotacismo, como dizem os ingleses, uma vez praticado não deixa lugar para dúvidas a respeito da legitimidade de sua transmissão.

De Vossa Majestade  
o muito humilde, respeitoso e dedicado servidor.

*Felix Emílio Taunay.*

Tijuca, 25 de setembro de 1862.

Senhor,

A Vossa Majestade, sumamente sensibilizado, venho agradecer pessoalmente, e em nome de minha mulher e de meus filhos os pêsames que nos mandou por motivo do passamento de meu irmão <sup>1</sup>.

Grande abalo tive ao receber esta notícia. Havia longos anos que não nos víamos mais, como V. M. sabe, mas a nossa correspondência era ativa e grande a amizade que nos unia.

Por carta de minha cunhada soube que faleceu de uma pneumonia, após poucos dias de moléstia. Vitimou-o o inverno rigoroso deste ano, em pleno vigor físico. Trabalhava sempre em suas traduções de obras-primas das literaturas estrangeiras que vertia para o verso francês, como já fizera com o poema de Tasso.

Embora ausente há tantos anos do Brasil, sobremodo se interessava por coisas do Império, como ainda me recorda agora Ferdinand Denis numa carta sentidíssima de pêsames.

Amigos de longos anos, colaboradores outrora, bem avalio quanto Denis realmente sente a ausência irreparável do amigo.

Muito grande também é a minha dor a que veio suavizar a demonstração afetuosa de V. M. a quem por mim e todos os meus apresento os protestos de nosso reconhecimento, assinando-me de V. M. I. o muito humilde e obediente servidor.

*Felix Emílio Taunay.*

(S/d. Deve ser de fevereiro ou março de 1864)

---

1. Hipólito Maria Taunay, nascido em Paris em 1793 e ali falecido em 24 de janeiro de 1864. Tendo estado no Brasil de 1816 a 1821 voltou a residir em Paris, onde foi por algum tempo preparador de Cuvier, repetidor na Escola Politécnica e mais tarde, longamente, um dos conservadores da Biblioteca de Santa Genoveva, biblioteca da cidade de Paris, que Ferdinand Denis era diretor-geral. Grande amigo deste eminente erudito e brasilófilo com ele publicara uma obra em seis volumes hoje sumamente rara e de alto preço: *Le Brésil ou Histoire, mœurs, usages et coutumes des habitants de ce royaume* (Paris 1822). Humanista consumado também publicou H. Taunay traduções em verso francês de Ésope, Anacreonte, da *Jerusalém liberta* do Tasso e dos Poemas de Ossari, deixando inéditas e por acabar as da *Divina Comédia* e de *Eneida*.



Retrato a óleo de d. Pedro II aos 12 anos de idade pintado por  
Felix Emílio Taunay (barão de Taunay)  
(Da coleção do Museu Imperial)



Senhor.

O dr. de Simoni <sup>2</sup>, a quem eu pedira que esta manhã me passasse por casa, por causa de pequena agravação de minha moléstia, ao entrar no meu escritório enxergou um papel aberto que não era senão a cópia do epitáfio que eu compusera, a pedido de Vossa Majestade.

Disse-lhe então: o sr. já conhece isto. E como se mostrasse hesitante, dei-lhe a folha a ler, pois eu tinha como coisa certa que ele a tal propósito apresentaria objeções havendo visto o próprio nome acreditado reconhecer a própria letra.

Daí se seguiu uma controvérsia entre nós. Ele a negar e eu a afirmar. Tive de voltar atrás, a propósito de minha primeira convicção, atribuindo a um caso de parecença de nome, com o seu engano visual em que eu caíra. Não houve remédio senão render-me.

Fez ele sobre as primeiras linhas uma observação que penso dever comunicar a Vossa Majestade pois não poderá escapar a inexorável crítica.

Pensa que se deve escrever *Fernambuco*, que quer dizer barra ou porto de Fernando, a palavra de que Pernambuco é uma corruptela. Não tenho agora bastante bibliografia a meu dispor. Koster não trata da etimologia do nome. A que Beauchamp dá (I vol., p. 128) é boca do inferno, por causa dos perigos do porto. Mas a letra F que o italiano e o francês conservaram seria autorizada ainda por esta hipótese se as dúvidas sobre o passado não fossem inesgotáveis como aconteceu e ainda acontece, a propósito do fato da presença de Francisco I à cabeceira de Leonardo da Vinci, agonizante.

Tenho a honra de me assinar de Vossa Majestade, o muito humilde, devotado e obediente servidor.

*Felix Emílio Taunay.*

Rio, 25 de maio de 1864.

---

2. Dr. Luiz Carlos de Simoni, reputado clínico italiano residente durante muitos decênios no Brasil, homem de muito elevada formação; mental-moral, grande erudito, amigo íntimo do barão de Taunay. Deve-se-lhe uma tradução de *Isepolin* o famoso poema de Fóscolo e que adicionou um capítulo relativo aos túmulos de personalidades ilustres nos cemitérios do Rio de Janeiro.

Senhor,

A Vossa Majestade não preciso pedir desculpas da liberdade que tomo escrevendo-lhe. Não tanto porque conte com uma condescendência augusta já muito minha conhecida, quanto do que decorre da natureza deste escrito. Não é ela uma carta e sim um requisitório destes que V. Majestade não recusa acolher.

O sr. Agassis admirava-se ao ver, pela manhã, uma pobre mulher detendo todo o séquito imperial, num aclave do meu caminho da Cascatinha e, a tarde ao avistar um voluntário, à entrada do Palácio de S. Cristóvão, alcançando de V. M. a mesma audiência, prolongada, ao ar livre.

Será pois ouvida a minha súplica; mas qual? Já não fiz com que V. M. a adivinhasse? Não se trata do iotacismo... Quisera bem evitar esta palavra que tive talvez a infelicidade de tornar ainda mais ridícula. Não, imperial senhor, não cuido do iotacismo propriamente dito. Advogo a causa da pronúncia moderna dos pobres gregos e portanto, a bem dizer, defendo a Grécia.

Parece que não deveria arriscar-me a prejudicar a minha causa por meio do que fosse declamatório ou exagerado, sendo o soberano a quem me dirijo de tal modo favorável aos Helenos que depois de me ter exprimido o seu pesar pela recusa de sua candidatura, em Portugal, expendeu: “arriscar-me-ia a tentar fortuna se fosse livre”. Frase esta que me encheu de alegria e espero, para o futuro, integrar na história.

Vossa Majestade, já que aos helenos quer tanto bem, não se deterá diante de qualquer obstáculo para, à falta de sua presença, lhes dar o que eles mais podem almejar: o reconhecimento de sua identidade com os gregos antigos, com os benfeitores da humanidade que se acha implícita no reconhecimento da identidade da língua entre uns e outros, proclamado por voz de tamanha autoridade.

Aqui creio ter de combater generoso escrúpulo: não quer Vossa Majestade prevalecer-se de uma posição fácil para cobrir-se de momentâneo brilho. Não quer Vossa Majestade glória senão depois do labor feito. E acha teatral a que não é adquirida pelo sacrifício. Já alguém me fez perceber esta dificuldade ou pelo menos, algo me disse sob a fonte de tal idéia.

Se a mim mesmo não me induzi em erro e se me fosse permitido tocar este ponto, teria de objetar que Vossa Majestade não se en-

volveria nesta questão para explorar em prol de vã demonstração de opinião, mas que por ela se interessaria em virtude do gosto profundo professado pela simplicidade, sinceridade e a veracidade da literatura grega. E que, desde muito tempo, já a tal inclinação me valera uma honra que ultrapassa quanto eu poderia esperar, a saber: ouvir Vossa Majestade proclamar-se meu discípulo em matéria de língua helênica.

A quem pois mais pertencerá depor em prol dos gregos, na ocasião a mais importante de sua existência atual, senão a um príncipe cheio de admiração mais pela sua obra do que pela sua glória? E isto não lhes trará o sufrágio dos milhões de homens que representa?

Há de me Vossa Majestade fazer justiça de que desde o momento em que li no *Journal des Débats* que o julgamento desta grande questão fora cometido a uma comissão da Academia das Inscrições e Belas Letras renunciei a esta intervenção, absolutamente conscienciosa da minha parte, tendo-a como inútil até que tivesse sabido que a pronúncia moderna, adotada não há dúvida, em muitos colégios e liceus, ainda não triunfara completamente como convinha: a saber que o relatório do sr. Egger limitado ao terreno estreito da filologia, não abordara nenhuma das considerações gerais da alta cultura moral e intelectual, assim como quanto a equidade, justiça, gratidão, necessidade de remuneração e de reparação que neste caso se impunham.

E que a Grécia recuperaria, sem dúvida, pouco a pouco, os seus direitos de nação independente, árbitro único da existência própria da língua que a documenta, mas sem julgamento, sem declaração de sentença que possa satisfazer a vindita pública universal, perdendo assim para si mesma, o legítimo prazer desta reabilitação e para os outros povos a utilidade, de ordem superior, de uma aquiescência livre ao que é equitativo.

Há uma frase de jurisdição suprema a pronunciar antes que o fato se consume. Chegou o momento, ou pouco para tanto falta, porque a França se cala e aos gregos não diz: falai afinal a vossa língua e nós a compreenderemos e vos responderemos. Uma iniquidade, cúmplice de vosso cativo de três séculos, sob os muçulmanos, demasiado durou. Será porque a França não profere tais palavras que ninguém as enuncia?

As circunstâncias que conservam Vossa Majestade afastado de sua capital não se opõem a este grande ato de simpatia: longe disto!

Compreendo bem que o decreto, datado de Moscou, regulamentador da administração da Comédia Francesa não tenha atraído senão críticas graças a um contraste fictício e discordante. Mas neste momento em que Vossa Majestade percorre os acampamentos, tem como pousos de descanso os acantonamentos das suas tropas, e arrosta as eventualidades da guerra, para a manutenção dos princípios do direito e da ordem na América do Sul, mesmo nesta ocasião pode por instantes afastar o pensamento para o fixar em outro assunto, fazendo surdir uma fonte de apaziguamento em favor de um povo infeliz. Nisto só haverá verdade, analogia e harmonia no sentimento do Belo.

A minha inutilidade presente enquanto Vossa Majestade Imperial e Suas Altezas tão gloriosamente se empenham em defender a causa pública torna-me irrequieto e incômodo a mim mesmo. É isto o que me sugere à memória o único bem em que posso colaborar para a regeneração da Grécia graças ao emprego corrente de sua língua, tal qual ela a fala.

Se em tudo isto não me iludo, Vossa Majestade ainda desta vez que me perdoe e convença-se pelo menos da minha paixão pela sua glória.

Firmo-me com novo fervor de respeito e dedicação, de Vossa Majestade Imperial, muito humilde e obediente servidor.

*Felix Emílio Taunay.*

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1865.

\* \* \*

Senhor.

Começo lembrando o prazer que me causou a menção por Vossa Majestade escrita, de benévola aprovação pelo trabalho de Alfredo <sup>1</sup> e depois pela perspectiva animadora acenada ao pequeno estudante <sup>2</sup>, que aliás abatido por uma febre que es-

1. Refere-se o barão de Taunay a seu filho, que acabando de voltar de campanha de Mato Grosso entrou a escrever a *Retirada da Laguna*.

2. Reporta-se B. de Taunay a seu segundo e último filho dr. Luiz Gofredo d'Escragnolle Taunay.

teve em termo de se tornar perigosa, não poderia corresponder, por sua parte, à honra da presença de V. M. em seus exames.

Com o maior prazer irei à hora marcada quarta-feira 10. Tenho bastantes artigos interessantes que seria pena lançar ao cesto. Isto sem falar no grego, freqüente e tão voluntariamente sacrificado.

Tenho a honra de ser de V. M. I. o muito humilde e dedicado servidor.

*Felix Emílio Taunay.*

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1867.

\* \* \*

Senhor,

A sobrecarta que acabam de me trazer causa-me bem grande satisfação, mais ainda como cumprimento de coisas prometidas à pessoa de V. M. do que a mim mesmo, desvanecidíssimo como me acho por tão bondosas expressões. O meu pequeno Luiz alvo deste interesse precioso melhora, a cada momento, de saúde. O exame está marcado para qualquer dia destes e ele se acha animado da melhor disposição <sup>3</sup>.

O juízo a respeito de Alfredo é sobretudo benévolo e justo.

Parece-me que ele contraiu para com a sua pátria a obrigação de garantir contra o olvido os resultados obtidos pelos filhos do Brasil, coisa que só ele pode esclarecer: se agisse de outro modo faria como um lavrador mau vinhateiro que para aumentar desmarcadamente a colheita abandonasse à chuva e ao vento a parte do trabalho já feito, em risco de a perder <sup>4</sup>.

Tenho a honra de ser de V. M. I. o muito humilde e devotado servidor.

*Felix Emílio Taunay.*

---

3. Refere-se o barão de Taunay ao seu segundo filho dr. Luiz Gofredo d'Escragnolle Taunay, mais tarde engenheiro civil e publicista que então se preparava para os exames no Colégio de Pedro II.

4. Reporta-se o barão de Taunay ao trabalho de composição da *Retirada da Laguna*.

Senhor,

Se daqui até domingo eu receber alguma carta V. M. me verá aparecer sem dúvida alguma. O contrário lhe dirá que até agora nada me chegou.

A viagem a Assunção não daria no entanto azo a que se interrompesse a correspondência e não posso deixar a cada momento, de estar à espera de alguma carta <sup>1</sup>.

A suma atenção de V. M. a propósito da saúde dos meus enche-nos de gratidão; o pequeno Dória parece restabelecer-se.

Lastimo a folha perdida mas penso seriamente substituí-la por minha própria mão tendo-me para tanto habilitado.

Tenho a honra de ser de V. M. I. o muito humilde, obediente e dedicado servidor.

*Felix Emílio Taunay.*

10 de março de 1870.

\* \* \*

Senhor,

Vejo-me na obrigação de acrescentar algumas palavras às que tive a honra, esta manhã de endereçar a Vossa Majestade para reparar uma falta cometida em relação a Liais <sup>2</sup>. Olvidei-me na carta, do que me comprometera a fazer pessoalmente atendendo às suas vivas instâncias a saber: desculpá-lo perante Vossa Majestade, de que ainda não foi ter a S. Cristóvão, tendo chegado sábado. Doente de cama, das conseqüências de sua grave febre do São Francisco apresenta, por meu intermédio, suas mais respeitosas homenagens, solicitando alguns dias para ficar em condições de cumprir este dever.

Mal remetera a minha carta lastimei não ter mencionado uma anedota característica que bem mostra quanto em geral o Belo influi sobre a existência humana.

---

1. Referência a cartas esperadas pelo barão de Taunay de seu filho que então como secretário servia no Estado-Maior do príncipe conde d'Eu nas forças em operações contra o governo do Paraguai.

2. Emmanuel Liais, ilustre astrônomo francês que foi diretor do Observatório do Rio de Janeiro.

Mme. Lynch, entrando na nossa baía sentiu os olhos peçados de lágrimas. E como alguém lhe pedisse a explicação do caso respondeu: que refletia quanto fora a Lopez impossível resistir ao senhor de tal país.

Tenho a honra de ser de Vossa Majestade o muito humilde e dedicado servidor.

*Felix Emílio Taunay.*

Rio de Janeiro, 5 de julho de 1870.

\* \* \*

Senhor,

Imenso nos penhora Vossa Majestade. É verdade que a dor desta casa seria ilimitada se as coisas corresse menos bem: contentamo-nos com o presságio de Vossa Majestade e as boas palavras que, com tamanha condescendência, exprimiu-me.

Nota-se hoje o acabrunhamento do enfermo embora todas as aparências sejam as de uma varicela benigna <sup>1</sup>.

Interpretando a gratidão de todos nós, inclusive o enfermo, tenho a honra de ser de V. M. I, muito humilde e dedicado servidor.

*Felix Emílio Taunay.*

Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1873.

\* \* \*

Senhor,

O volume caiu, como do céu, para preencher os momentos, assaz destituídos de interesse, do mês da reclusão de Alfredo <sup>2</sup>.

Já se levantou e pode portanto ler em postura normal, que não o fatigue, nada menos do que esse monumento. *Exegi monumentum.*

Passa bem mas temos receio de que sua mãe contraia o seu terrível mal. Queira Deus que o seu peso de cabeça e o cansaço

---

1. Refere-se o barão de Taunay a seu filho Alfredo então enfermo.

2. Refere-se o barão de Taunay a seu filho então enfermo de varicela (que os seus médicos haviam a princípio pensado fosse varíola) e a um livro notável enviado pelo imperador ao doente.

geral não tenham conseqüências! Não faltarei de lhe comunicar a expressão de pesar causada pelo desaparecimento inesperado da sra. de Beaurepaire <sup>3</sup>.

Queira V. M. aceitar, com os infindos agradecimentos de Alfredo, as homenagens respeitosas de seu humilde e dedicado servidor

*Felix Emílio Taunay.*

Rio, 18 de agosto de 1873.

\* \* \*

Senhor,

Um achaque que já um pouco antes de anteontem me fazia sofrer (um meio defluxo e dor nos rins que me impede de me levantar facilmente quando sentado) opõe-se a que hoje atenda eu a indicação de Vossa Majestade. Parece-me que em grande parte é isto devido à influência do tempo variável que sobre a cidade pesa.

Assim não ousou propor um dia mais próximo do que a terça-feira vindoura.

Contava restituir a Vossa Majestade a obra sobre os progressos da antropologia com os agradecimentos afetuosos de Alfredo.

O atraso a que me vejo forçado é uma ocasião de que me vou valer para tomar mais amplo conhecimento pessoal da obra, embora esteja tão convencido da monogenia quanto se achava a escola de Pitágoras da revolução dos mundos em torno de um centro único

Tenho a honra de ser, senhor, de V. M. I. o muito humilde e dedicado servidor,

*Felix Emílio Taunay.*

Rio, 4 de setembro de 1873.

---

3. D. Guilhermina Müller de Beaurepaire Rohan, esposa do marechal, mais tarde visconde de Beaurepaire Rohan, primo-irmão da baronesa de Taunay.



Os cinco filhos de Nicolau Antônio Taunay e Jeanneton, governanta da casa de seus pais. Todos estes retratos são da lavra de Nicolau A. Taunay e pertencem à Pinacoteca Nacional



Senhor,

Recebi ontem, às nove da noite, o convite que Vossa Majestade dignou-se mandar-me.

O isolamento em que vivemos no campo, minha mulher, minha filha e meus filhos, comigo, provam de que estamos neste momento procurando uma casa na cidade que nos sirva para todos, pois queremos viver juntos. Até agora baldaram-se todas as nossas tentativas para a obtenção de uma em tais condições.

É ainda este o motivo do atraso em que Alfredo se acha em apresentar sua mulher no paço.

Temos as nossas malas prontas para uma mudança, de um momento para outro. Quanto a mim, senhor, sinto-me incapaz de qualquer preocupação ou trabalho que não seja dos campos ou florestas. Disse adeus a Píndaro de quem tamanho entusiasmo me aproximara<sup>1</sup>.

Irei logo que possa, explicar a Vossa Majestade a minha situação, espero que V. M. não me recusará a sua aprovação ao plano de aposentadoria completa que todos me aconselham.

Queira V. Majestade, senhor, aceitar os profundos agradecimentos de toda a minha família, pelas provas de alta atenção com que Vossa Majestade nos honrou, ao mesmo tempo que as nossas escusas respeitadas e creia-me de V. M. I. o muito humilde e dedicado servidor.

*Felix Emílio Taunay.*

Tijuca, 12 de junho de 1874.

\* \* \*

Senhor,

Na hipótese de algum imprevisto que tornaria iminente a crise da questão otomana e quando chegasse a hora de se examinar quais as medidas menos comprometedoras a serem tomadas em relação à distribuição dos países ocupáveis, a atitude da Gré-

---

1. Deixou o barão de Taunay, inédita, uma tradução das odes de Píndaro.

cia, neste instante decisivo, assumiria considerável importância para o encaminhamento de uma combinação que não procedesse de uma idéia nova. Seria esta entregarem-lhe as potências os territórios da Turquia da Europa (menos as províncias danubianas) e uma parte da Ásia Menor, solo de toda a antigüidade helênica.

É evidente que a idéia do simples depósito confiado a um Estado de tão fraca organização, dominaria neste momento tal transformação e manteria em *statu quo* sem as ferir, todas as esperanças rivais.

Teria aliás a vantagem de fazer, entretantes, o que realizam no espaço as pequenas nações neutras: salvaguardar os contratos.

A situação política atual da Grécia é infelizmente deplorável e como desproporcionada a uma tão bela vocação de utilidade geral e glória particular: olvidou a Grécia o seu sonho de Constantinopla.

Resta-lhe, no entanto, a eventualidade de uma comoção moral regeneradora, de um despertar, no reconhecimento de sua legítima descendência helênica, por intermédio da admissão, entre os povos cultos, do seu modo (o único legítimo) de pronunciar sua própria língua.

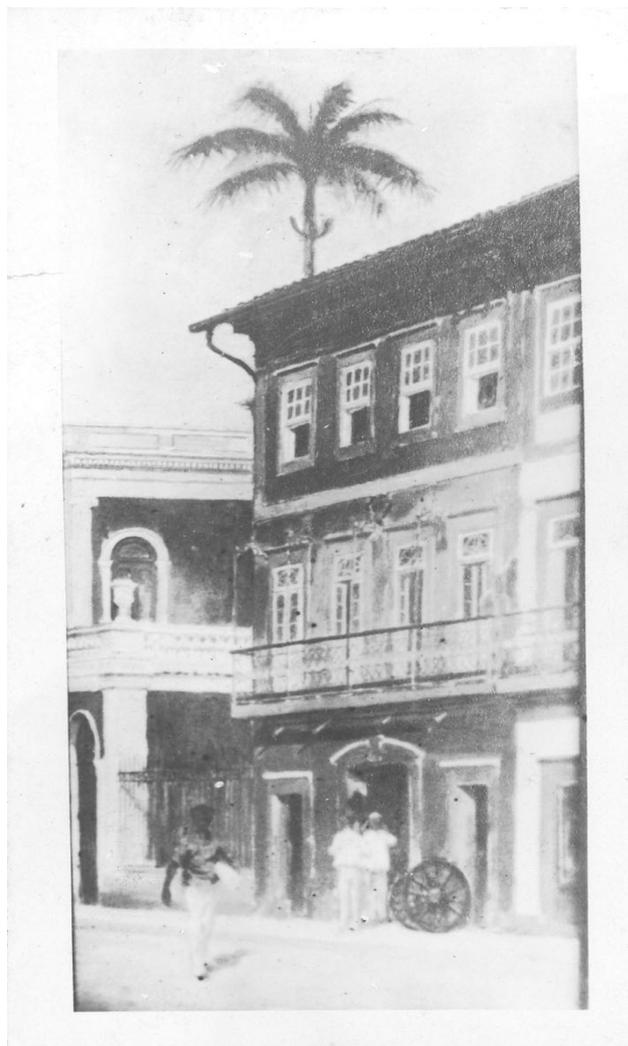
O ânimo oficial que daí lhe proviria talvez nela provocasse subitamente, a transformação num povo novo capaz de corresponder à grandeza do momento histórico.

Mas não há tempo a perder e exprobro-me da grande falta de não ter há um mês, pedido a Vossa Majestade de querer aqui deixar a indicação deste assunto a tratar-se, a revisão de pronúncia grega nas escolas do Brasil e sua transformação.

Conto bem com a oposição do reitor do Externato de D. Pedro II, mas sobre ele tenho modos de agir por intermédio de Alfredo.

Vãs e estéreis dificuldades filológicas armarão barreiras à esperança de reabilitação deste povo a quem tudo deve a civilização? E este cetro da ciência, de que hoje tanto se orgulha?

Os italianos ressurgem cobertos de honrarias. Pois que o mesmo aconteça aos gregos! Tenham o seu Cavour ou se for possível seu Vítor Emanuel!



Casa de residência do barão de Taunay e onde veio a falecer a 10 de abril de 1881. À rua Larga de S. Joaquim n. 152 e mais tarde 148 (hoje Marechal Floriano). A casa foi desapropriada e ocupava terreno hoje jardim do Ministério das Relações Exteriores, hoje Palácio Itamarati.



Com todas as nossas homenagens e nossos votos os mais calorosos pelo completo êxito desta imensa viagem, compreendendo sobretudo a saúde dos augustos itinerantes, peço a V. M. de me ter como seu muito humilde e muito dedicado servidor.

*Felix Emílio Taunay.*

Rio de Janeiro, 20 de abril de 1876.

Nota a margem, do punho de d. Pedro II:  
“Recebida nos Estados Unidos”.

\* \* \*

Senhor,

No momento em que recebi a generosa carta de Vossa Majestade datada de bordo da *Turquesa*, ao descer o Nilo, a 5 de janeiro último, achava-me assaz aflito por causa das chicanas que me fazem a propósito da melhoria da rampa da estrada da Tijuca a partir da ponte da minha Cascatinha. Esforço-me por fazer compreender (não seja isto um caso de *tais-tois Jean Jaques!*) que não só tornarei o trânsito mais suave, como desenvolverei as belezas paisagísticas locais, o que é muito mais importante, apesar do aparente ilogismo. E nisto acompanho a demonstração provinda da viagem de Vossa Majestade, que vai a procura do Belo, através das piores estradas e mil obstáculos a ponto de até chegar a causar surpresa aos americanos do Norte. Nada mais precisarei dizer.

A minha sombria disposição de espírito não perdurou ao se abrirem os horizontes de tal amplitude, invocando a ação do *go-ahead* sobre esses espaços. Assim senti-me afastado de pensar tão ardorosamente no sentido de agir por mim mesmo, no pequeno canto da terra ao meu alcance para ali provocar o aparecimento de fraco reflexo da Beleza.

Logo depois ainda mais empolgado me senti pela inerte contemplação do passado humano e de seus imensos vestígios primitivos no vale do Indus e no do Eufrates e ainda ao longo do Nilo.

Se os homens de então já não tinham, como antes do Dilúvio, tão dilatada existência, dispunham, para as manifestações materiais, de uma força atual maior que a nossa.

Quanto às da Inteligência temos, sob os olhos e à mão as obras de Homero, que, sem predecessores, e como de chofre conseguiu atingir os mais altos píncaros da inspiração poética.

E nós ainda nos utilizamos, para as nossas gramáticas derivarias do Nordeste da Ásia, das regras gerais da palavra, tão solidamente sutis, desde então estabelecidas e moldadas sobre as funções naturais do cérebro.

Assim quase não progredimos.

Não é isto o que exprime a suavidade encantadora de um, sobretudo, dos quatro colossos sentados, de vinte metros de altura, que V. M. viu?

Não está aí a razão de ser das esfinges e o verdadeiro *Lacrymae rerum*?

Felizmente escapa a criação superior a tal desencantamento.

A única coisa que Sócrates sabia é que nada sabia. Soubera contudo, com as simples luzes da razão, colocar-se no mundo moral, o mundo eterno, o único campo onde o homem é indefinidamente aperfeiçoável.

A América do Norte segue o mau galho da encruzilhada hercúlea: o progresso material, sem mais ouvir a Franklin e a Washington.

O que Vossa Majestade teve a bondade de me assinalar, a propósito da aparência de Jerusalém, traz valioso contingente a uma perspectiva da cidade santa que possuo, cujos pormenores freqüentemente observados, esperavam a verificação dos traços descritivos que caracterizam o conjunto: as colinas pedregosas movimentando o solo nos arredores, os aproches pitorescos, as portas entre outras, e sobretudo, aquela a que chamam *Dourada* e dava outrora acesso ao templo, o que me permitiu perceber a colocação deste: sinto dela não ter uma fotografia, já que V. M. a considera um monumento muito belo. Não preciso lembrar a Vossa Majestade quanto me interessará a sua visita à Grécia.

Dois dias antes da publicação da correspondência no jornal relativa a esta excursão dizia eu, a minha mulher e a meus filhos que se havia coisa de que eu tinha máxima certeza seria a presença de minha lembrança evocada por aquilo que a Vossa Majestade parecesse notável.

Foi quando chegou, em testemunho de tal asserção, a “bela e boa carta” de Vossa Majestade (como Alfredo a qualificou) a absolver-me da presunção, além de que na memória se me gravara certa frase ouvida no Palácio Isabel “compreendo melhor a música quando o sr. está ao meu lado”. Isto no mesmo sentido, mas muito mais elevadamente do que o que ocorre no *Eunuco* de Terêncio, quando o amante põe-se a correr pela praça pública, a procura de alguém a quem revele a sua felicidade.

Pobre e admirável Grécia! Fora-me possível ali achar-me, e ninguém mais do que eu mereceria compartilhar das impressões de seu grande visitante a quem instintivamente saudou como a um protetor nato, filho da raça greco-latina!

A que extremo não me chegaria o entusiasmo, e que aclamações não surgiriam, “capazes de derrubar pássaros a voar”, se me fosse possível contar que, em outra época, e a propósito de outra candidatura, proposta e declinada, o imperador declarara que, se fosse livre, seria capaz de tentar a aventura!

Noto que a carta de Vossa Majestade nada me diz da Hélada. E percebo os motivos de tal razão dominante: parece-me querer V. M. poupar-me, não me provocando demasiados sentimentos.

Ou então, quem sabe o que o destino prepara, na magnitude humana, como resgate de injustiça por demais longa?

Não é em Viena que o sr. Rhangabé <sup>1</sup> poderá eficazmente deslindar a questão do iotacismo?

---

1. Rhangabé (Alexandre Rizos) estadista e escritor grego nascido em 1810, tornou-se desde os anos da primeira mocidade um dos mais prestigiosos representantes da intelectualidade helênica moderna. Já seu pai João Rizos Rhangabé se distinguira nas letras sobretudo como autor de *Helênica*, notável descrição da Grécia antiga e moderna. A princípio militar, diretor da Imprensa Oficial, realizou com Bursiau notáveis escavações em que trouxeram a descoberta de muitas obras de arte.

Ministro do Exterior, parlamentar brilhante, desempenhou sempre grande papel no cenário de seu país e no internacional, como por ocasião da revolta da Creta (1866) e a de Paris em 1869.

Ministro da Grécia em França, gozou neste país do mais elevado prestígio. Arqueólogo notável, escreveu em excelente francês numerosas memórias que lhe valeram a eleição ao Instituto de França. Poeta e prosador do maior mérito chamavam-lhe *Musset et Merimée da Grécia moderna* e vários de seus poemas (imitados dos antigos rapsodos) de suas aristofânicas passam por verdadeiras jóias literárias.

Patriota cheio de devotamento foi dos maiores campeões helênicos em prol das mesmas idéias que o barão de Taunay advogava em favor do grego moderno. Muito esperava estes resultados de um encontro de dom Pedro II em Viena com o grande polígrafo grego.

Quem sabe se esta legitimação, cuja iniciativa pode o Brasil tomar, não elevaria a Grécia ao nível de suas eventualidades futuras?

E Damasco?! Reservei o assunto como conclusão muito agradável, para fecho desta carta que não é senão de agradecimentos.

Assim não acha Vossa Majestade indigno de sua aprovação o meu plano de poema e leva a sua benevolência ao ponto de me enviar três belas fotografias em que se apresentam pormenores que me dariam o melhor conhecimento da verdade?

Mas o clássico *Ars longa, vita brevis* aqui encontra o seu inteiro cabimento. Em todo o caso os magníficos exemplares nos ficarão como monumento de família e preciosamente conservados.

Os votos de feliz ano novo, com os característicos tão acentuados de benevolência para todos nós são, sobretudo para mim, objeto de respeitosa gratidão, tanto mais quanto Vossa Majestade se refere ainda a Alfredo de quem tenho o prazer, e com assentimento da província de Santa Catarina, de recordar os sete meses de presidência como assinalados pelas mostras de solicitude em prol do bem geral dos povos. A primeiro de janeiro inaugurou, deixando-o como despedida de seu governo, o monumento votivo da Guerra do Paraguai.

Gofredo foi nomeado preparador adjunto da cadeira de biologia industrial e mantém sempre a sua colocação entre os alunos distintos da Escola Politécnica.

Estes pormenores seriam aqui deslocados se não me parecessem desejados e se aliás concluída a rude e laboriosa parte de sua viagem não considerasse Vossa Majestade o resto como um passeio.

Ainda lembrarei que o inspetor geral de Obras Públicas, coronel Jardim, fez-me saber que o meu plano para a suavização da rampa foi aceito por causa do embelezamento que prometi da Cascatinha como logradouro público.

Cabe-me agora dar a minha opinião.

Ouso oferecer, em nome de toda esta casa amiga e dedicada, os votos os mais calorosos que fazemos pelo restabelecimento com-



Felix Emílio Taunay – Esboço de Henrique Bernardelli para o medalhão da fachada da Pinacoteca Nacional à avenida Rio Branco. Este desenho foi feito segundo o busto de Rodolfo Bernardelli para a Escola Nacional de Belas-Artes



pleto de Sua Majestade a Imperatriz, assinando-me de Vossas Majestades Imperiais o muito humilde e obediente servidor.

*Felix Emílio Taunay.*

(Sem data, deve ser de princípios de 1877. Dom Pedro II embarcou na *Turquesa* a 11 de dezembro de 1876 para ir ao Alto Nilo).

\* \* \*

Mr. Taunay

J'avais tant des choses à dire à Alfred que j'ai oublié de le prévenir que dans la lettre à Ferdinand Denis je dis à celui-ci qu'il lui parlerait de mon désir d'obtenir une copie de ce qu'Alphonse de Saintonge et Dujarric ( je crois que c'est ce nom là) ont écrit sur le Brésil, en priant Ferdinand Denis de m'informer des moyens de réaliser mon désir.

Je voulais insister aussi ce que je lui ai recommandé quant à Geoffroy, directeur de l'École française à Rome, qui est établie au Palais Farnèse non pas celle de la Ville Medicis dont je lui ai recomandé aussi le directeur: le peintre Lenepveu.

Les lettres pour le prince et la princesse impériale d'Allemagne sont a faire parvenir à leur destination, même qu'il ne puisse pas les leur remettre personnellement.

Je sais que vous allez mieux mais je vous conseille la plus grande prudence jusqu'à ce que vous puissiez venir me voir.

Votre bien affectionné

*D. Pedro 2<sup>e</sup>*

\* \* \*

Rio, le 15 mars 1878.

J'oublié de charger Alfred de mes souvenirs pour son cousin que j'ai boucoup vu à Paris et rencontré à la Societé de Zoologie. Comme peut-être il ne rencontrera pas les Princes à Berlin je joins cette liste de mes connaissances dans cette ville.

(A esta carta acompanha em folhas soltas, listas destinadas ao visconde de Taunay, pelo soberano encarregado de fazer visitas em seu nome a numerosas personalidades eminentes das suas relações pessoais e epistolares:)

## BERLIM

Helmholtz: físico distinto e também homem de sociedade sobretudo a sra., que é sobrinha do naturalista Mohl.

Barão de Hoffmann: químico distinto.

Du Bois Reymond: fisiologista distinto.

Lepsius: diretor da Biblioteca Nacional e um dos conservadores do célebre museu que muito recomendo, e onde conheço muitos outros. A coleção etnológica é curiosíssima e muito conheço o seu conservador de cujo nome não me lembro agora.

Meyer (creio que assim se chama o diretor da galeria muito interessante de pinturas desse museu).

Pintores Werner Menzel e Richter, cuja mulher, filha de Meyerbeer, é uma das senhoras mais espirituosas e amáveis da sociedade de Berlim.

Pintor Knaus.

Baronesa Schleinitz senhora de muito espírito, amiga da princesa imperial e de Wagner.

Conselheiro Schneider, leitor do rei, autor da obra sobre a Guerra do Paraguai.

Professor Virchow (anatomista e histólogo distinto).

Leopoldo Rancke (historiador).

Lembro só os que mais conheci, tendo ido aos laboratórios, ateliês e casas de muitos deles.

15 de maio de 1878.

*D . Pedro d'Alcântara.*

## ROMA

Vaporelli: físico.

Blaserini: físico. Universidade

Canizzaro: químico.

Scacchi: mineralogista.

Bernadelli: aluno da Academia de Belas Artes, estuda no ateliê de Monteverde, que há de igualar Dupré.

Pintor Marianni.

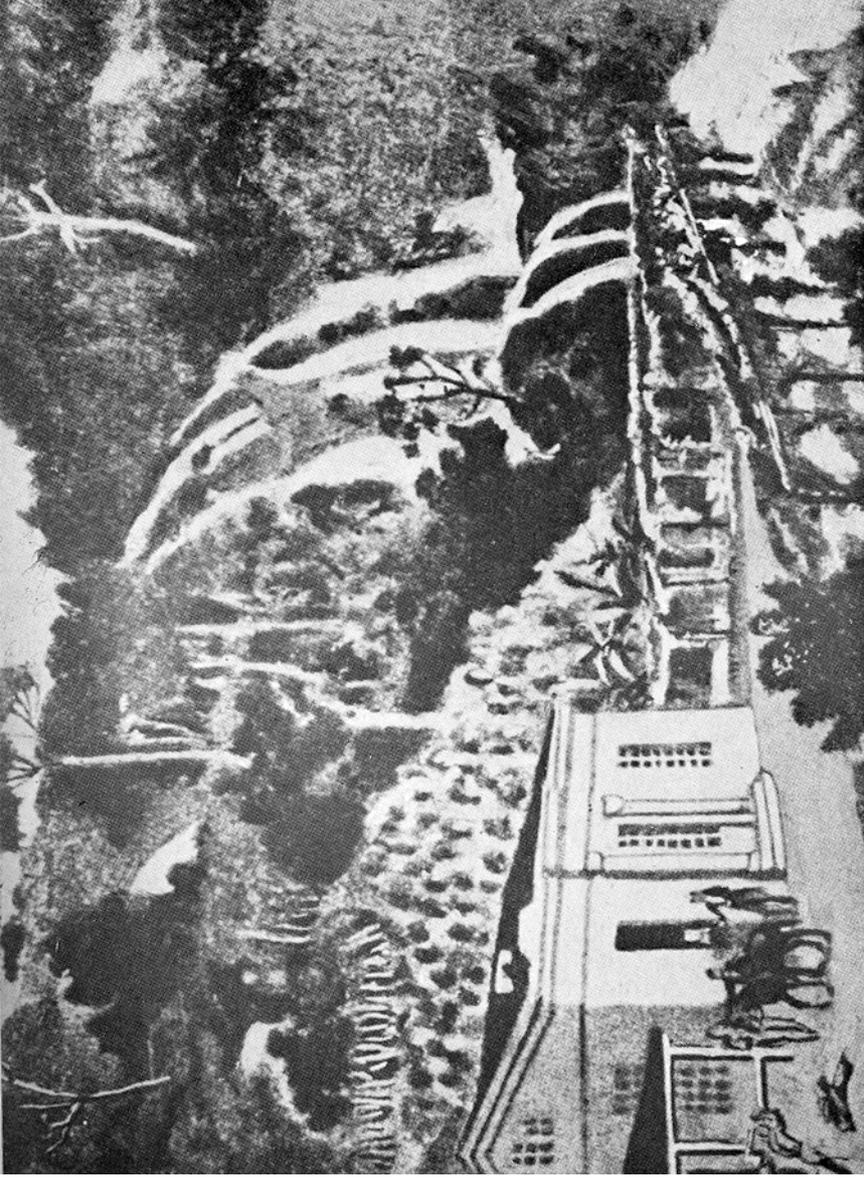
Escultor Epinay (também é dos melhores).

Cosa: dramaturgo de muito talento autor de *Messalina* e de *Cleópatra*.

Pintor Sanctis.

14 de maio de 1878.

*D . Pedro d'Alcântara.*



Cascatinha Taunay, na Tijuca (Alto da Boa Vista) sítio de propriedade do b. de Taunay



**A “MIMA”, de Gobineau**



## A “MIMA”, de Gobineau \*

*Mima, le chef-d'oeuvre de Gobineau en sculpture...*

(Georges Raeders – *Le Comte de Gobineau au Brésil.*

Paris, 1934, p. 117.)

O conde Artur de Gobineau foi ministro de França no Brasil, onde travou boas relações de amizade com o nosso imperador. Na viagem de S. M. à Europa, em 1876, acompanhou-o o diplomata a Rússia, Turquia e Grécia. Não era rico e o governo francês não lhe quis pagar os gastos pessoais de viagem, ao que d. Pedro II ocorreu, convidando-o a entrar a seu serviço. Havendo Gobineau recusado, só houve uma digna e generosa solução: o soberano encomendou-lhe uma estátua para o Paço de São Cristóvão, no Rio, e lh'a pagou, antecipadamente. É a *Mima*.

Está à direita da entrada, no Salão dos Embaixadores, do Museu Imperial de Petrópolis e na sala onde posa, no pequeno sóco, mulher de tamanho natural, entre móveis, tapetes, telas de d. João VI à princesa Isabel, se chama a atenção, pela brancura do mármore, não a retém... Os escultores e críticos de arte, que por aqui passarem, podem dizer, com justiça: Gobineau foi um famoso diplomata, talvez um genial escritor...

\* \* \*

Famoso, não teria sido o diplomata: tinha algum merecimento, para impedi-lo... Entrara cedo, para o Ministério de Estrangeiros, chegara logo a chefe de gabinete do ministro e, em 1851, com 35 anos (nascera em 16) era 1<sup>o</sup> secretário de legação, em Berna. Quatro anos mais tarde, foi secretário de embaixada de 1<sup>a</sup> classe, com um posto em Teerã, na Pérsia, onde ficou, de 55 a 58, com lazeres para escrever vários ensaios.

---

\*. Palestra realizada no Museu Imperial em dezembro de 1942.

Depois, ministro em Atenas, em 64, e quisera sê-lo em Constantinopla, quando lhe deram Rio de Janeiro. Demorar-se-ia, em nosso país, de abril de 69 a maio de 70, mais de ano, e, recolhido à França, após a guerra, mandado a Estocolmo.

Para aqui partira com a apreensão inevitável a um europeu de então, por esse *là-bas* exótico, achando no Brasil “paisagens inéditas” e a amizade do soberano, que o dignificou e protegeu, desde antes do primeiro dia e muito além de sua missão, já na Europa. Contudo, não tinha boa vontade por nós – pecado europeu, ainda atual, pela América e pelo Brasil. O descobrimento da América fora “má ação desse animal do Cristóvão Colombo”, por isso, “*un grand misérable*”. Ao Brasil denegriu, quanto pôde, e profetizou, repetidamente, a ruína, país de negros e mulatos, condenado, irremissivelmente. “*Il faudra moins de deux cents ans en réalité pour voir la fin de la posterité des compagnons de Costa Cabral (sic) et des emigrants qui les ont suivis*”. (Pobre Pedro Álvares, infeliz como Colombo...)

Para tão severa profecia teria Gobineau suas razões. Disse que dom Pedro II o favoreceu, desde antes do primeiro dia. Com efeito, ao barão de Cotegipe, ministro de Estrangeiros, escrevia: “O novo ministro de França, o conde de Gobineau, talvez chegasse no paquete de Bordéus, é-me recomendado e conheço-o por suas obras literárias. Se ele quiser ver-me, antes da recepção oficial, com muito prazer lhe falarei amanhã, às seis da tarde ou no domingo, às onze da manhã”... O próprio Gobineau vem a gabar-se da preferência imperial, que enciumava o corpo diplomático. Numa viagem a Minas é o único estrangeiro admitido na sua companhia, pelo soberano. Sua Majestade tinha a bonomia de tolerá-lo, nos seus paradoxos, admirador de Sila, o tirano de Roma, admirador de todas as tiranias, dizendo ele mesmo, do imperador: “ele é muito mais liberal do que eu”... (Pudera! Dom Pedro tinha raça, realmente, era soberano e não tinha nenhum complexo de inferioridade a compensar...) “Nós falamos de tudo”, dizia ainda o diplomata, abusando da graça que lhe conferia Sua Majestade, de lhe tolerar os paradoxos extremistas. Pedro II, delicadamente, quisera mesmo reeducá-lo, recomendando-lhe o estudo da matemática e das línguas semitas... Talvez, ironicamente, pelo trato, pacificar as reivindicações racistas, autoritárias, funcionais, do grande homem, ou homem de gênio, que se presumia seu amigo.



A "Mima" de Gobineau



O clima do Rio não lhe fora favorável. Tinha acessos de febre, o que o fazia extremamente nervoso. Talvez por isso, o incidente que pôs fecho, trágico e ridículo, à sua missão. Durante os espetáculos da célebre Ristori, no teatro Provisório, ao campo de Sant’ana, temporada de julho de 69, foi o caso. Conta a tradição que tinha Gobineau assento, na platéia, algumas filas antes do dr. Sabóia, cirurgião e professor substituto da faculdade de medicina e de sua senhora, filha do senador Cruz Jobim, também professor e médico do paço. Mme. de Sabóia distinguia-se por amável presença, cabelos loiros, olhos azuis, tanto que o pai, na intimidade, chamava-a “a minha inglesinha”! Talvez, no “mascavo” nacional, Gobineau se impressionasse pela sua graça “ariana”. O fato era que se voltava amiúde, para vê-la, a ponto de impressionar a moça, que chamou a atenção do marido.

Saindo certa noite do teatro, já fora, deu-se o incidente de um atropelo, levado pelo já suspeito esposo como grosseiro atrevimento, o que fez empunhar o gasnete do atrevido e aplicar-lhe, excessivamente, duas bofetadas. Era o dr. Sabóia, de estatura agigantada e violência correspondente, que assim vingava melindres familiares, publicamente ofendidos, por maneiras sem recato. Gobineau, não reconhecido pelo seu adversário, por toda resposta, como um gentil-homem europeu, limitou-se a tirar um cartão do bolso e estendê-lo ao adversário, que recusou essa pretendida explicação. Era ao contrário, uma exigência de reparação, por duelo. O fato fora testemunhado e, ao outro dia, era o “pratinho” dos comentários ao boato: “O dr. Sabóia batera no ministro de França”. Emissários do diplomata procuraram Sabóia, ao outro dia, para satisfação pelas armas, e o nosso violento patrício, à brasileira, os enxotara, ameaçador, escada abaixo...

É pitoresco ouvir a “verdade”, de Gobineau, – “*chacun sa vérité*”... – que compensa sua inferioridade na cena. Conta ele a uma correspondente grega, Zoe Dragoumis, em julho de 69, tendo omitido contar o fato a Mme. Gobineau – em casa crêem muito menos nas nossas façanhas... (Cf. Raeders *op. cit.* p. 100). “Saía do teatro, onde, entre parênteses, a Ristori me tinha aborrecido, e dava o braço à consulesa-geral de Holanda, minha só e única relação neste país. Ela é excessivamente pequena, de sorte

que, na multidão, tinha medo que a sufocassem. Ficamos com o ministro da Bélgica e o sr. de la Morlière, apoiados contra a parede, durante um bom quarto de hora, esperando que a gente se escoasse. Quando a passagem se achou desembaraçada, vieram dizer-nos que a carruagem avançara. Quando íamos sair, vejo um senhor que se lança contra mim, rindo-me no rosto; afasto-o, docemente, com o braço, dizendo-lhe: “Tenha tento, senhor, ides maltratar uma dama”. Ele se pôs a rir muito alto, e se lança segunda vez contra mim. Conservo-o ainda à distância. Ele se anima e me empurra uma terceira vez, vindo-me encarar no rosto. Por Deus (*ma foi*), foi este o fim e, em um instante, tinha ele duas bofetadas. Ele ficou aborrecido, mas, levantando o braço apenas atingiu o bordo do meu chapéu. Tomei-o, então, pela barba (sem delicadeza) conservando-o na extensão do braço, arrojando-o contra a parede, aí o mantendo, na intenção muito precisa de passar da barba à gravata e simplesmente estrangulá-lo. Confesso que lastimarei toda minha vida não o ter feito; mas neste momento, veio-me instintivamente, a noção que tinha apenas um braço livre, por que? Lembrei-me de meu par e achei que não era um espetáculo para uma dama. Larguei, pois, meu brasileiro. Não me consolo da ocasião perdida de exterminar um mau sujeito (*mauvais drôle*): eu que sonho isso, constantemente. Penso que ultrapassei a cavalaria, digamos por uma mulher que nada me é, absolutamente. Enfim, larguei-o. Ele gritava como um pelicano: o fato era que lhe arrancara uma boa parte da barba. Neste momento, o sr. de Montgomery desce a escada, rapidamente, dizendo-me: Que há? Respondo-lhe: – Diga meu nome a este sujeito, peça-lhe o seu nome e seu endereço; eu reconduzo M.<sup>me</sup> P. à sua carruagem. Somos acercados pelo ministro da Bélgica e pelo sr. de la Morlière, que me dizem foram obrigados a rejeitar meu homem contra a parede, porque ele fazia jeitos de me atacar por detrás. O sr. Montgomery informa-me que o tipo não quer dar nem seu nome, nem seu endereço, mas ele os saberá. Aconselho-o a tornar. O ministro da Bélgica se me oferece para as conseqüências, o que aceito, naturalmente. No dia seguinte envio meu adido à casa do tal senhor que é um médico, o sr. dr. S... genro de um senador. Faço-lhe dizer que não quero suponha que me sirvo de minha qualidade, para recusar-lhe satisfação, e que estou inteiramente às suas ordens. Responde ele que não me conhece, que não me quer conhecer, e que o caso está li-

quidado e que se o sr. Montgomery não sair de sua casa, imediatamente, vai ele fazê-lo pôr-se fora, pelos seus negros. Havia lá uma meia dúzia deles. O sr. de Montgomery aconselhado de não servir-se deles, e, saindo, diz-lhe: “fostes esbofeteado, tivestes a barba arrancada, recusais a satisfação que vos oferecem, sois insolente com um mandatário, sois um covarde e um miserável”.

Figurai que escândalo em toda a cidade. O Senado toma o partido do genro de um senador; a faculdade de medicina anuncia que vai lançar-se contra mim; três ou quatro pessoas me dizem, ou me fazem prevenir, que não há duelos no Brasil, que aqui são detestados os estrangeiros e é por isso que este dr. S... de muito mau gênio (*très mauvaise tête*) fez o que fez no teatro mas que, aqui, pagam-se mulatos chamados já não sei como, que me matarão, num canto de rua. Enfim, o ministro da Justiça fez ao imperador um relatório, onde todas as culpas são minhas. Eis meus secretários fora de si mesmos. Que acontecerá? Que não acontecerá? Não acontecerá nada. Conto a história ao imperador, que me diz procedi perfeitamente bem, e que ele faria outro tanto, em meu lugar: que este sr... é mau tipo (*drôle*) que já teve casos análogos. Deixo passar oito dias e vendo que o ministro de Estrangeiros não me fez dizer nada, vou ao secretário geral e digo-lhe que, se estivesse no lugar de sua excelência, teria ressentimento por uma tentativa de insulto, feita a um representante de potência amiga e teria ido exprimir-lhe meu pesar; que me parecia não se entendia assim no Brasil, que talvez tivesse razão; que, por conseqüência, devia eu considerar-me incumbido de minha defesa pessoal; desgraçadamente não era eu um simples particular e não tinha vindo ao Rio para ensinar a viver a quem não o sabia; que, conseguintemente, não queria mais do que dar uma só e única lição, para o futuro, e muito boa para poupar outras, avisando-lhe que, nessa vez, mataria o agressor; que ele poderia considerar meu aviso como oficial. “Nunca vi cara mais divertida”.

– Então, senhor conde, considerai-nos responsáveis? – Perfeitamente. Se não quereis a morte do homem, vigiai, porque não tenha eu necessidade desse recurso. Deus meu, não desejo matar brasileiros (não é bem verdade, se tivesse estrangulado o sr. dr. S... seria por minha vida inteira uma recordação deliciosa).

Quanto mais meu interlocutor empalidecia, balbuciava, se irritava, mais eu sorria. Imaginais bem a cena e eis como não fui as-

sassinado e, segundo todas as aparências, não o serei. No espetáculo não se empurra a mais ninguém e dizem alto: “Não empurre, o ministro de França talvez esteja por aí...”

Citei o documento por extenso, porque ele depõe, no íntimo, contra o próprio Gobineau. Vejamos, a Freud, o depoimento das entrelinhas. No teatro, com uma dama ao braço, o direito naturalmente, Gobineau encontra um sujeito que se dirige para ele, rindo-lhe na cara. Afasta-o, docemente. Mas o homem insiste e, na terceira vez, desse riso na cara, Gobineau lhe aplica duas bofetadas. O ofendido apenas atinge-lhe o bordo do chapéu com um braço e Gobineau arranca-lhe a barba, com intenção de passar adiante, ao pescoço, e estrangulá-lo. Não se consola de não o ter feito... se o tivesse feito, seria, pela vida inteira, uma recordação deliciosa...

Não parece demais? Por um olhar no rosto, um riso, já punido com duas bofetadas e a barba arrancada, embora tudo isto, com a mão esquerda, porque, na ação, Gobineau continuava a dar o braço direito à pequena consulesa da Holanda... Gobineau é, segundo conta, o ofensor, e teima em querer duelar, mau grado do seu já tão castigado adversário... O Senado, o ministro da Justiça, o Ministério de Estrangeiros, todos, são contra ele... o próprio imperador. “*Don Pedro, très amicalement, très délicatement, insista, dès lors pour qu’il demandât son rappel*” conclui Georges Readers (op. cit.).

A verdade é que o dr. Vicente Cândido Figueira de Sabóia, nascido em 1835 – teria então, em 69, seus 34 anos e Gobineau estaria nos seus 53, franzino, e diminuído por febres e libações... Era Sabóia um gigante e um violento. Prevenido e suspicaz, atropelado quando com a esposa, e com a surpresa, e não conhecendo o agressor, castigou-o, demasiadamente, com as tais bofetadas. Gobineau, à européia, quis reparação da ofensa, pelas armas, o que não obteve, dos hábitos brasileiros. Seu mandatário foi corrido do consultório médico. Não se compreende, com uma meia dúzia de negros ao lado, que o senhor deles ouvisse as insolências e insultos, que Gobineau atribui ao sr. de Montgomery...

O imperador teria razão em falar do mau gênio de Sabóia: era colérico e violento. A crônica refere que, desavindo-se, em ato operatório, com o seu colega, também gigante e também violento, o barão de Pedro Afonso, o dr. Sabóia andou atrás dele,

pelos corredores do hospital da Misericórdia, até a porta da rua, com uma faca de amputação, a que não se quis submeter o adversário... Se Gobineau, franzino, malárico, alcoolizado, com uma dama ao braço direito, podia fazer o que se gaba ter feito! E se fez, porque essa cólera, esse mal-querer, essas exigências de reparação pelo duelo, além das bofetadas, da barba arrancada, ainda a perspectiva do estrangulamento, e a morte tão desejadas, “recordação deliciosa, por uma vida inteira”?

O conde de Afonso Celso, próximo contemporâneo, depõe sobre o caso: “Sempre ouvi que o então dr. Sabóia, já substituto da faculdade de medicina, repelira fisicamente com energia, um indivíduo que, descendo as escadas de um teatro, dera brutal empurrão na futura viscondessa. No dia seguinte repelira, também energicamente, os emissários do castigado, que soube ser ministro de França”.

Como podiam as autoridades brasileiras providenciar, se Sabóia teve inicialmente razão e se a ofensa consecutiva, humilhante, não era das que se podiam proclamar? Apesar da amizade que tinha por ele, d. Pedro II nada mais pôde do que lhe aconselhar, delicadamente, a retirada... Foi o que fez, comunicando ao Ministério de Estrangeiros o “*congê*” ou licença obtida do seu governo. A prova real, dos dois lados opostos da questão, é que dom Pedro virá agraciar ao dr. Sabóia com o título de visconde, virá a lhe ajudar a reforma da faculdade de medicina, que lhe constitui o título de benemerência, ainda agora consagrado em painel que se ostenta ao salão nobre dessa escola. Se Sabóia fosse culpado de uma gratuita ofensa, o *lapis fatídico*, nem uma nem outra graça, teria permitido, tão justo era o soberano. E, magnânimo, não passaria o resto da vida de Gobineau a consolá-lo, ajudá-lo, dignificá-lo, para que perdoasse ao Brasil, embora o irritado e castigado ariano se vingasse continuamente, a dizer mal do país que o ofendera pelo clima, pela doença, pela ausência da família, pela final humilhação, profetizando a irremediável decadência, progressiva, e sem remédio, desse Brasil... Pudera \*.

\* \* \*

---

\*. Afonso d'Escragnolle Taunay ouviu de seu tio, Gofredo d'Escragnolle Taunay, que a princesa d. Isabel, geralmente tão discreta, fazia más ausências de Gobineau, como pessoa física e moral, desleixado e impertinente, abusivo e recriminante, fatigando seu augusto pai, paciente até incríveis limites...

Vimos o diplomata. Vejamos o escritor. Os admiradores literários falam de Merimée e de Stendhal... Os admiradores científicos chegam a Taine e a Renan... Nem uns, nem outros, se dão ao trabalho de provar. Marcel Brion, entre entusiasmo e *persiflage*, escreve: “A desigualdade mesmo da obra de Gobineau constitui a melhor prova de sua suprema autenticidade. Cada livro era para ele uma aventura, ora genial, ora medíocre, segundo a disposição do momento e a qualidade de objeto. Ele compôs execráveis poemas e romances folhetins que se salvam, confessemos, pela prodigiosa vitalidade dos personagens”. André Suarès, repõe no lugar o ídolo: literariamente, é um autor “*de second rayon*”, que não pode pretender ao primeiro: “Um amador abundante e de uma viva inteligência, antes de mais preocupada em surpreender: estraga o que tem de original, por tudo o que pretende de originalidade. Seu estilo dá a sua medida: escreve bem, como todo o mundo, e pobremente. Desafio a que reconheçam Gobineau por qualquer página ou linha que seja”.

Os seus contemporâneos todos pensaram assim. Seu amigo Prosper Merimée desviou-o, docemente, da Academia Francesa: “Quando fizerdes vossas visitas, preparai-vos contra uma objeção, que vos hão de fazer, provavelmente por insinuação: é que tendes lugar marcado na Academia das Inscrições...” Os acadêmicos, deste cenáculo, talvez pensassem o contrário, e seria, então, o “jogo de empurra” que Rivarol denunciou sobre Condorcet, atribuindo a sentença a Robespierre: “os matemáticos diziam que era um filósofo, e os filósofos que era um geômetra”... Anatole France encontrou-o no salão da princesa Matilde e comenta: “Sabia-se que ele tinha escrito livros, mas ninguém os lera. Então tinha gênio? Como é curioso”!

Não. A glória de Gobineau foi simplesmente esta, de que as outras glórias serão subprodutos. Foi a teoria das raças, que está no *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*, publicado em 1853-5. Menos de um século antes, outro charlatão, esse realmente de gênio, tinha cometido outro *Ensaio sobre a desigualdade dos homens*... Rousseau, com o qual fizera a Revolução Francesa. Gobineau, veremos, vai fazer também, com isso, alguma coisa, também celerada.

Que é isto, esta teoria das raças? “*On la croirait produite par un travail de laboratoire de bibliothécaire: rien de plus faux*”



LE COMTE DE GOBINEAU EN 1869

O conde de Gobineau em 1869  
(Do livro: "Correspondence entre Gobineau et Prokesch" – 1854-1876. Paris, 1933)



diz o parcial Marcel Brion, “*C’est une intuition géniale de l’être-chair que l’être-esprit s’efforce de prouver*”. Um palpite, a demonstrar. Hitler, que é neto espiritual de Gobineau, também teve intuições geniais, quando venceu, em Munique a Chamberlain, um pacífico negociante, ou a Daladier, um político alcoolizado, quando subjugou nações neutras e desarmadas, como Noruega, Dinamarca, Holanda, Bélgica... Quando faz frente a Rússia, Inglaterra, Estados Unidos, é como Gobineau com o dr. Sabóia, o triunfo certo do ariano...

Gobineau era um presumido e, daí, um ressentido. Supõe-se fidalgo... mas a heráldica não o ajuda. “*Tout homme a les ancêtres quil choisit*”, justifica Brion. Gobineau vai procurar os seus e vai longe. Vai buscar um *Viking* escandinavo, para descender dele: será Ottar Jarl, do qual fará um romance. Maurice Lang, um seu biógrafo, informa: “Em uma carta muito posterior, a Mme. Cosima Wagner (26 de dez. de 80), Gobineau precisara que buscando as origens de sua família, é que foi conduzido a escrever o ensaio. Ele quis saber “se todos os sangues, todas as origens eram iguais”. Por dizer a verdade não escreveu o ensaio senão para afirmar, cientificamente, a si próprio, a superioridade de sua raça e acreditar tal idéia junto dos homens de seu tempo”. Também sobre a “História dos Persas” fez Maurice Lang “*remarque analogue*” “extremamente sujeita a caução a ponto que os mais fervorosos gobinistas reconhecem o exagero (*l’outrance*) de sua tese, constituída, em troca (*en revanche*) um documento psicológico dos mais curiosos, como expressão de um temperamento e manifestamento de um espírito” (op. cit. p. 161, cf. Raeders op. cit. p. 51).

Gobineau fez-se nórdico, ariano, super-homem. Os pacatos suecos e noruegueses não acreditaram nisso. Mas os germanos, ressentidos pela superioridade anglo-francesa, levantaram Gobineau a um pedestal, como seu profeta...

\* \* \*

A coisa porém vem de longe. Na decadência do Império Romano, pelas vias imperiais que iam até os confins dos bárbaros, já sem as defesas, os bárbaros penetraram na Europa, por toda a parte, e vieram até Roma, vencida. Vencedores em toda a Europa, por falta de resistência, esses godos ou góticos adotaram, entre-

tanto, a fé e a língua dos povos vencidos, o que demonstra a inferioridade cultural deles. Tomaram conta do Império Romano, porque já não havia mais Império Romano... Fizeram-se geralmente cristãos. Deram para falar o latim regional, isto é, o francês, inglês, alemão, italiano, espanhol, português... dialetos populares da latinidade. Como, a si mesmo, explicarem a vitória, se eram tão inferiores que nem puderam impor esses rudimentos elementares de toda a conquista, religião e linguagem? Então, lhes ocorreu a “teoria das raças”... Era que eram superiores, no sangue, a esses latinos... Eram, seriam os donos legítimos do mundo, pela sua superioridade... E essa superioridade presumida foi imposta a tudo... Uma particularidade só, por exemplo: a escrita gótica era a nobre; a latina ou itálica era a “bastarda”: o “bastardinho” veio até os nossos dias...

O godo porém sumido na latinidade, persistiu na Germânia, com o seu nome e as suas reivindicações. Napoleão deixou-os, ressentidos: nem Bismark depois, apagou esse ressentimento. Após a guerra de 1914-1918, provocada principalmente pelos super-homens que se nomearam Nietzche, o subprofeta, e Guilherme II, o seu emir, derivados de Gobineau, guerra perdida, havia necessidade de uma explicação para o desastre... Apareceu o filósofo Sjengler, com a “Decadência do Ocidente”. Se a Alemanha perdera a guerra, a despeito de sua superioridade racial, evidentemente seria porque estava o Ocidente em decadência... Outro filósofo e moralista, Kaiserling, deu então o remédio: era o retorno ao Oriente: o ariano em retorno à Ásia...

Mas Gunther, Ludendorf, Rosenberg, mais políticos, não aceitaram, nem a decadência, nem a mudança... Insistiram no mito – que é sempre uma supercompensação de inferioridade... (Os mitos nacionais o provam. Que é o de Guilherme Tell? Supercompensação dos Helvécios, abatidos, sob a bota austríaca. Que é o de Joana d’Arc? Uma menina e mulher, que vence a ingleses e franceses, consolo patriótico da inferioridade... Que é dom Sebastião, que há de tornar? O sebastianismo é a esperança de Portugal, na dominação dos Felipes, e, depois, na tristeza, de sempre... Cada homem, cada povo, na desgraça, inventa uma esperança, forma um mito compensador, que o ajuda a sofrer o infortúnio...), e os vencidos de 14-18 preparam as armas, com a cumplicidade de uma imensa quadrilha de visionários, requerida, e por isso facilmente aceita pela Alemanha doente. Disse Jacobi

que, nos hospícios, formam os imbecis a corte dos paranóicos. Também os povos ressentidos têm necessidade desses charlatães, que lhes dão esperanças: foi inventado Hitler, neto de Gobineau, pelo Estado-Maior alemão, pela Alemanha.

Sabe-se da palavra divina que passou a provérbio: “Ninguém é profeta em sua terra”... Os alemães são achacados a esses profetas estrangeiros... Artur Gobineau, o francês de pequena nobreza; Houston Chamberlain, o inglês, genro de Wagner; o austríaco pintor de paredes, Adolf Hitler, e a sua *troupe*, quase toda não nascida na Alemanha... E esse racismo fez a glória de Gobineau, que apenas cuidava da própria ascendência... (Aliás a própria filha do “racista”, a condessa de Guldencrone, casada com um sueco, contestou que os “germanos” de Gobineau fossem os alemães: seriam antes escandinavos e ingleses. Sobre esses também não seria feliz, pois os próprios antropologistas britânicos confessam as suas raças de misturadas, como o estudo dos tipos sanguíneos o mesmo revela dos nórdicos escandinavos).

A glória de Gobineau é de torna viagem. Não se enaltece impunemente uma nação, uma raça: fica-se, necessariamente homem de gênio, ao menos para os gratificados...

É o complexo de inferioridade do homem ou do povo, supercompensado... É a paranóia. É o delírio de grandeza, servido pela falsificação da memória, no indivíduo, pela falsificação da história, no povo. O ressentimento de não ser correspondido cria, do delírio de grandeza, o delírio de perseguição, no homem, a guerra, no povo...

Apesar de sua rápida e normal carreira diplomática, Gobineau não se satisfaz – não decide dos destinos de França... Apesar de seus livros, não vai à Academia Francesa, nem mesmo à das Inscrições. Esse francês latino de Bordéus vai virar viking, nórdico, ariano... Vai sobrecompensar sua mediania, criando-se super-homem e fazer super-homens os inimigos de sua pátria, esta culpada de não o reconhecer, glorificados eles pelo ressentido... A glória de Gobineau, por isso mesmo, é *made in Germany. Et pour cause.*

\* \* \*

Estão, aí, o diplomata – o escritor. Vejamos o escultor... pois que o nosso assunto é a *Mima*.

Gobineau não era “consistente”. Gobineau era racista, pela superioridade da raça, portanto, desiguais os homens, uns feitos para mandar, outros para serem mandados. Entretanto, diz de dom Pedro II, “tenho pena (*je suis desolé*) que ele seja imperador: tem muito talento e mérito, para isso”. Gobineau, racista, não é monárquico... Roquete Pinto diz, com ironia, o “pregoeiro das virtudes da raça branca e loura, tinha cabelos e olhos castanhos...”. É profeta, é escritor, pretende a Academia Francesa ou a das Inscrições, entretanto é escultor. É um ingles, que só teve violinos...

O admirador Marcel Brion confessa: “Sua carreira de escultor não foi menor desastre (*échec*): seu gênio múltiplo não dispunha, aí, senão de um talento de amator e é no Rio de Janeiro que se irá procurar uma de suas estátuas, encomendada pelo bom imperador dom Pedro, que admirava, confiantemente, todas as criações de seu amigo”.

Essa estátua é a *Mima*, que está na primeira sala, à direita, (antigo Salão dos Embaixadores) do Museu Imperial de Petrópolis. O imperador pedia ao governo francês que lhe permitisse a companhia de Gobineau, então acreditado em Estocolmo, numa viagem pela Rússia, Turquia e Grécia. Mas o Quai d’Orsay não quis pagar as despesas do pobre diplomata. Sua Majestade tentou fazê-lo, mas o orgulhoso Gobineau recusou. Pedro II fez um atalho: encomendou-lhe um mármore, pagando-o antecipadamente. \* Com jeito, a soberba deixa de ser intratável, mesmo a um viking...

E Gobineau, mais tarde, em Roma, fez a sua obra-prima... Georges Raeders, o sábio escritor das relações do imperador e seu difícil amigo, depõe: “Foi a *Mima* a obra-mestra de Gobineau em escultura e executada no entusiasmo. Vivia ele então no sétimo céu e não trocava a terra senão quando se podia pagar um almoço”... (op. cit. p. 117).

A *Mima* se ultima e é enviada ao Brasil. Em 1º de outubro de 79, diz-lhe o imperador: “acabo de abrir a caixa de vossa *Mima*. Ela ainda não está colocada convenientemente para ser apreciada, mas posso, desde logo, dizer que a expressão muito me agrada”.

---

\*. Custou 15.000 francos, segundo carta do imperador a Gobineau, de 20 de março de 1877, datada de Viena, que cita Roquete Pinto. *Ensaio Brasileiro*, S. Paulo, s. data, p. 169.

Gobineau, em 25 de outubro, lembra: “Espero a opinião do imperador sobre a metafísica histórica (sic) de *Ottar Jarl* (o tal *vicking ancestral*), como sobre a *Mima* e mais ainda”. Em 1º de novembro diz-lhe Pedro II: “Vossa *Mima* me agrada, mas não a pude colocar inteiramente, à sua vantagem; em pouco conversarei dela convosco”, ratificando, em 15 de novembro: “A *Mima* será breve assunto de uma boa conversação”. Gobineau retruca, em 2 de dezembro: “tenho muita pressa que V. M. possa ver a *Mima* nas melhores condições possíveis e sob seu aspecto necessário. Foi o melhor que pude e que me aprazia mais fazer. Desejaria que em escultura esta obra fosse das minhas mais marcadas e pessoais. Tanto mais que foi para V. M. que a fiz e que tudo se reúne para assim o desejar”. Em 25 de dezembro, responde o imperador: “Quanto a *Mima* quem a deve colocar demora, de modo que me aborrece. Já o sabe. Gosto de andar depressa, mas para as obras de arte, desejaria sempre apreciá-las”. Em 3 de janeiro de 80 anuncia-lhe dom Pedro II, finalmente: “A *Mima* já está colocada no seu pedestal. Ela me agrada muito. Haverá na fisionomia alguma lembrança ou mesmo retrato? Ela exprime bem a ação. A magreza de seus braços e suas pernas indica sua condição, mas acharia seus seios talvez crescidos (*trop pleins*). Olho-a sempre, sobretudo do lado direito, que prefiro. Não tenho tempo de vos escrever, agora, minha completa impressão”. Gobineau, em 28 de janeiro, responde: “Fico muito contente que *Mima* agrada a V. M. Era uma das coisas que mais desejava. V. M. me pergunta se é um retrato ou uma lembrança. Nem uma, nem outra. É puramente uma idéia e eu quis exprimir nessa jovem cabeça uma espécie de severidade triste (*chagrine*) que contrasta com a dança à qual a *Mima* é obrigada (*astreinte*). É uma cativa”... “V. M. tem razão quanto ao peito da *Mima*. Ele é um pouco bem desenvolvido (*un peu trop pleine*) para a idade”. Em 13 de março, de Petrópolis, dom Pedro II ainda lhe diz: “Amanhã estarei em São Cristóvão e lançarei, ao menos, um olhar sobre a *Mima*. Vós vos queixais de um pouco de reserva de minha parte, mas não podeis pôr em dúvida, em todas as conversações que tivemos, a confiança que me mereceis e está no meu caráter falar de mim apenas quando vejo que é necessário para que me façam justiça”. Em carta posterior, do fim do mês ou começo de outro

diz-lhe ainda: “Agora, olharei mais tempo a *Mima*, cuja primeira impressão inteiramente favorável vos comuniquei”. Em 23 de novembro diz-lhe ainda: “Contemplo mais e mais a *Mima*, na qual encontro muito sentimento. Vê-se que ela saiu de um jato, em um dos vossos melhores dias. O colo mesmo me parece agora natural. Como eu gostaria de conversar convosco a esse respeito!” Em 28 de agosto de 82, põe Gobineau o ponto final: “O mármore custa muito caro para que eu o empregue sem que me paguem, de maneira que a moral de minha história é que renunciarei à escultura. A estátua da *Mima* é apreciada e rejubilo-me com isso porque ela agrada a V. M. e lhe pertence. Será essa a minha única estátua pois as outras não poderei fazer”.

E acabou-se... (G. Raeders – “D. Pedro II e o conde de Gobineau – Correspondência inédita” – S. Paulo, 1938, I vol. 624 p.)

A *Mima* está aí. Olhando-a benignamente, nada obriga à surpresa nem à admiração. É um mármore banal, como esses tantos sem originalidade, mármore, dir-se-iam, de cemitério... como os expõem tantos da Europa ou da América, e de que é protótipo aquele imenso depósito de pastelaria em pedra funerária, que é o campo santo de Gênova. Aí ninguém a distinguiria, na massa anônima. Nem mesmo no Museu do Rio, ou de Luxemburgo.

Mas é de Gobineau e feita para d. Pedro II. Há que se repetir o insuspeito Brion: a “carreira de escultor, de Gobineau, não foi dos menores desastres (*un moinde échec*): seu gênio múltiplo não dispunha aí senão de um talento de amador”... Brion é porém, condescendente: “Em todas as manifestações de sua atividade, Gobineau conservou, ao demais, alguma coisa do amador, de gênio”. Repete-se o “gênio”, mas lá vem o “amador”... Diplomata, escritor, escultor, amador... mas de “gênio”. (Os franceses não têm liberdade de julgamento: não hão de dizer mal, de um dos seus, que os estrangeiros admiram...).

A *Mima* depõe, porém, do inconsistente Gobineau. Ele confessa, a dom Pedro um dia: “Não sou muito curioso para olhar fora da minha natureza e V. M. sabe que, em mim, a objetividade é menor do que a subjetividade”. A *Mima* porém não

é retrato, nem recordação. Teria tido uma italianazinha por modelo? “É puramente uma idéia”. “É uma jovem dançarina, é uma cativa”. “Os seios são um tanto desenvolvidos para a idade”. Nada disso é evidente. A *Mima* tem umas bolinhas na mão e não parece dançar. É jovem, mas tem estatura de mulher feita, e alta, e a bacia é larga bastante, manifestamente de mulher púbere. É uma cativa... Não escrava americana, pois é branca, ariana, de traços finos e de olhos amendoados. Asiática, portanto. Mas as asiáticas não se desnudam assim, nem mesmo as bailadeiras profissionais. É preciso Europa ou América para ver mulheres assim despidas, e, ainda assim, de pára-colo ou *soutien-gorge*... Turcas, persas, hindus, chinas e japonesas não dançam desnudas, mesmo apenas o busto; o ciúme oriental é entre os judeus, maometanos, budistas, etc. muito estrito. Mas os seios são desenvolvidos para a idade... Nem dom Pedro, nem Gobineau tinham conhecimento do assunto... O seio, se cabe na mão, é a medida ideal... Gobineau é lastimável, pois que, em regra, os escultores têm modelos à disposição. Se não foi assentimento ao soberano.

A *Mima* é incaracterística. E, se não é realidade, se não é objetivo, para que existe, se a escultura é por definição, a forma? Desbasta-se num bloco de mármore o excesso, que sobra, a essa forma. Conglomera-se em bronze essa forma, na forma. A cabeça é pequena, columbina para o corpo; os olhos são longos e sem expressão... Os braços e as pernas são magras, notou d. Pedro II. As ancas, poderia notar atrás, são exíguas, para o grande diâmetro bi-isquiático da bacia, opulento, visto de frente. O espectador fica diante dela indiferente, apesar da mocidade e da nudez. A *Mima* não faz inveja às mulheres. A *Mima* não tem “ite”... não é, pois, nem uma mulher, uma idéia de mulher, nem, ainda menos, uma idealização de mulher. Não se mandaria que falasse, como a uma escultura de Miguel Ângelo... Não se teria vontade de beijar, como à Paulina Borghese, de Canova. É porém uma idéia, dirão os gobinistas: não se precisa de mulher nua, dançarina, de seios “grandes” para isso...

A “*Mima*” não depõe do “gênio” de Gobineau... Os escultores dirão que o autor era um escritor, como os escritores podem dizer que era um estatuário. Merimée desviava Gobineau da Academia Francesa, apontando-lhe a das Inscrições. Não sei que pensariam os desta academia; para a da Belas-Artes é que a *Mima*

não empurraria Gobineau tão facilmente como ele ao dr. Sabóia... Marques dos Santos, que aliás trata a Gobineau com simpatia, chamando-o escritor incompreendido e desiludido diplomata, ao estatuário concede a consolação de “escultor sem clientes.” Nem mesmo os mármores funerários, que tentou, tiveram sorte. A *Mima* como tudo mais...

Em Berlim ou Munique ou qualquer museu alemão seria uma relíquia sagrada; a do francês ou latino que reconheceu a super humanidade do germano.

A *Mima* está porém muito devidamente no Museu Imperial de Petrópolis: ela documenta mais um ato de generosidade de dom Pedro II...

*Afrânio Peixoto.*

**CENTENÁRIO DOS PRIMEIROS SELOS  
DO BRASIL**



## **CENTENÁRIO DOS PRIMEIROS SELOS DO BRASIL**

Há certos fatos que não têm repercussão alguma quando do seu acontecimento, vindo o tempo, mais tarde, mostrar a sua grande importância. Assim sucedeu há 100 anos, quando se criaram, no Brasil, os primeiros selos postais adesivos, fato este que, na época, somente se registrou através dos atos oficiais, pois, pelo menos a imprensa de então, já em franco desenvolvimento, não faz dele qualquer referência. O *Jornal do Comércio*, venerando órgão da imprensa brasileira, limitou-se, numa comunicação aos seus assinantes, a avisar que, em virtude do pagamento antecipado do porte do correio, as assinaturas sofreriam a majoração de cinco mil réis por ano, sem qualquer alusão ao selo postal.

Se analisarmos o fato histórico, da instituição do selo postal, nos dias de hoje, verificaremos a sua grande importância, tanto no seu aspecto econômico, como do ponto de vista filatélico. Isto porque, de um lado, o selo postal adesivo veio solucionar um sério problema do pagamento do porte das cartas, proporcionando aos correios um desenvolvimento grandioso, pois essa pequena gravura marcou o início de uma nova era naquele serviço público, até então incipiente. De outro lado, se encararmos o fato no seu aspecto filatélico, vamos ver o que é a filatelia na atualidade, em que verdadeiras fortunas são representadas pelas coleções de selos e que enormes capitais são empatados no comércio filatélico.

Sabemos as dificuldades com que vivem as agremiações culturais, entre as quais as entidades filatélicas, mas nem por isso deixa de haver um “Clube Filatélico do Brasil”, no Rio de Janeiro, que possui já sede própria, ou uma “Sociedade Filatélica Paulista”, em São Paulo, que tem as suas instalações ocupadas por todo um andar de um arranha-céu da capital paulista. Tais fatos não deixam de constituir um índice do desenvolvimento da filatelia, não só no Brasil, como em todo o mundo, onde há homens de grande projeção, como o presidente Roosevelt, que se

dedicam com carinho a esse entretenimento cultural e onde um único selo, o célebre “1 cent” de 1856 da Guiana Inglesa, é vendido por cinquenta mil dólares.

Diante dessa ligeira exposição do que representa o selo na sua ação benéfica nos correios e do fato de ele constituir a razão de ser da filatelia, não será puerilidade, de nossa parte, ocuparmos espaço do *Anuário do Museu Imperial*, para dizermos alguma coisa sobre dois fatos registrados nas páginas gloriosas da nossa história do Segundo Reinado, quais sejam a criação e a circulação dos primeiros selos postais.

\* \* \*

Em 29 de novembro de 1842, o imperador d. Pedro II referendava o decreto nº 255, cujo artigo 5º determinava o pagamento dos portes das cartas por meio de selos dos valores de 30, 60 e 90 réis. Esse decreto é de suma importância para nossa história postal-filatélica, pois é ele que veio colocar o Brasil em primeiro lugar entre os demais países do mundo que seguiram o exemplo da Inglaterra, onde, em maio de 1840, surgiu o primeiro selo postal adesivo, idealizado e criado por sir Rowland Hill. Se não cogitássemos desse decreto e nos baseássemos tão-somente na data em que os primeiros selos postais começaram a circular em nosso país, teríamos então a Suíça à nossa frente, porquanto, no Brasil, o emprego do selo postal começou em 1º de agosto de 1843, ao passo que na Suíça, em março do mesmo ano. Pretende-se que o Brasil se antecipa à Suíça, porque os primeiros selos suíços eram regionais, emitidos pelos cantões, com circulação restringida a esses cantões. É impropriedade tal pretensão, porquanto mesmo os primeiros selos da Inglaterra tinham sua circulação restrita ao território inglês, pois somente anos mais tarde, após convênios internacionais, teve, o selo postal, o poder de franquia extraterritorial.

O fato único que coloca o Brasil em segundo lugar no mundo, como instituidor do selo postal, é tão-somente o já mencionado decreto nº 255, de 29 de novembro de 1842, que criou os conhecidos “olhos-de-boi” e cuja importância histórica não podemos, portanto, deixar de encarecer.

Devemos assinalar que esse fato histórico não se caracteriza apenas por uma questão de prioridade e nem deve ser encarado

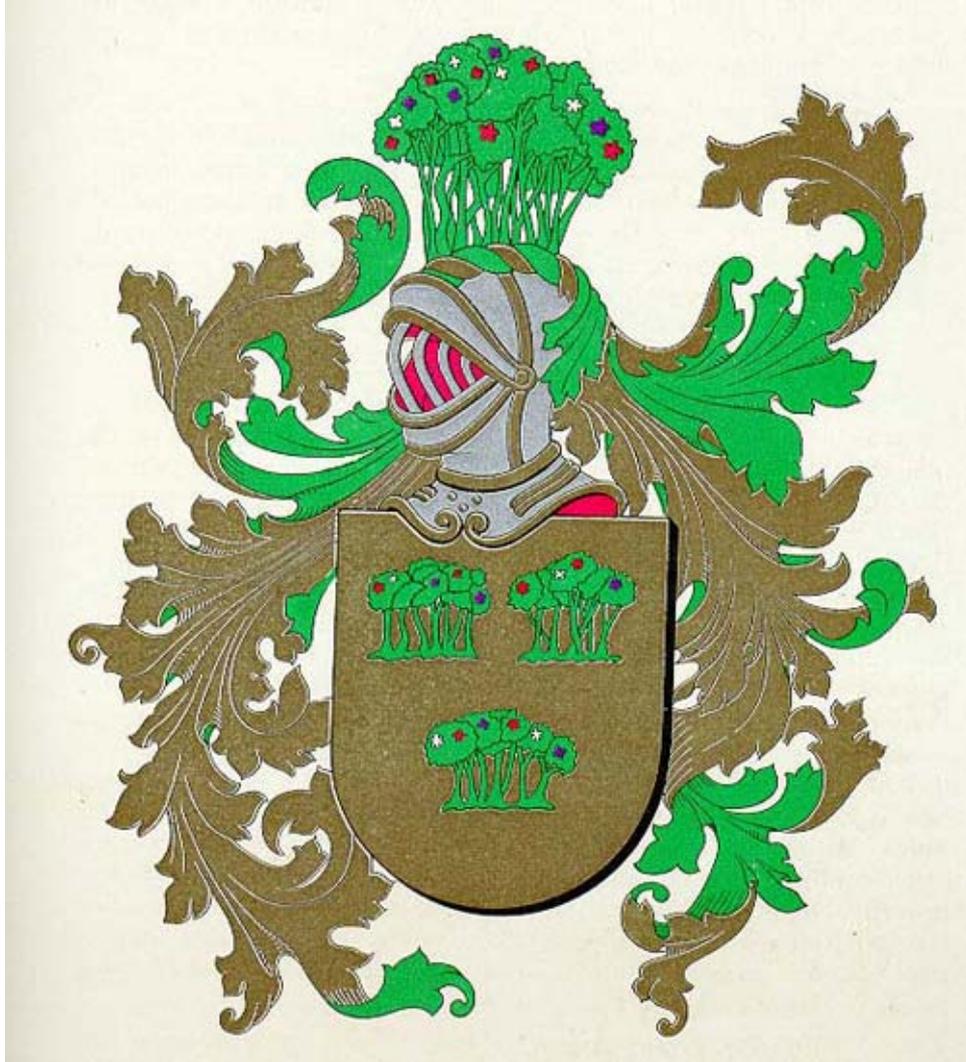


Fig. 1– Brasão de armas concedido a Luiz Gomes da Matta, primeiro correio-mór da sucessão hereditária, e à toda sua descendência

*(Desenho do A.)*



somente pela sua significação filatélica. Ressalta, sobretudo, como dissemos linhas acima, pelo grande desenvolvimento que proporcionou aos correios, dos quais vamos fazer uma súpula histórica, para então chegarmos ao selo postal que deu um tão grande incremento de progresso aos serviços de transporte de correspondência de nossos avoengos.

Para uma racional metodização cronológica da nossa história postal, podemos dividi-la em períodos, como fez o filatelista dr. Francisco da Nova Monteiro, em o seu excelente trabalho “Acheegas à História dos Correios Brasileiros”. Esse estudioso da nossa história postal-filatélica consigna três períodos, a saber:

1º) De 1798 a 1829, ou seja, desde a abolição dos privilégios até a centralização dos serviços postais.

2º) De 1829 a 1842, da centralização até a obrigatoriedade do pagamento antecipado do porte.

3º) Do pagamento antecipado até nossos dias, com uso do selo postal.

A essa divisão, para melhor explanação do assunto, vamos acrescentar um outro período que antecipa os três acima citados e que é a dos correios-mores em Portugal, muito pouco conhecido entre nós.

#### CORREIOS-MORES

O dr. Nova Monteiro, nosso excelente amigo, estudando a história do correio em Portugal, inicia-a no século XVIII, anotando que antes dessa época deveria ter havido correio-mor mas, “desde quando?”, interroga aquele filatelista, concluindo que “infelizmente nenhum documento foi encontrado para fazer luz”. Como tivéssemos sido mais feliz em nossas buscas sobre um assunto de que “nenhum documento foi encontrado para fazer luz”, julgamos oportuna uma ligeira dissertação sobre a história dos correios-mores em Portugal, a qual nos foi possível elucidar graças à genealogia, que é a fonte preciosa onde constantemente historiadores vão encontrar esclarecimentos de fatos os mais obscuros da história. Aliás, não é de se estranhar, porquanto sendo o indivíduo o protagonista dos fatos que a ele se ligam intimamente é

claro que as pesquisas devem-se voltar ao indivíduo. Daí a razão pela qual muito bem se expressou o dr. Leão Bruno, quando afirmou que

“Auxiliar – e preciosa – da história, a genealogia, partindo da unidade social da família, faz-nos conhecer melhor a nossa querida pátria” (*Conceito de Heráldica e Genealogia*).

O ilustre genealogista e historiador paulista, nosso prezado companheiro da comissão de filatelia do Instituto Histórico de São Paulo, dr. Ricardo Gumbleton Daunt, teve ocasião de dizer que

“A genealogia investiga o passado, identifica o presente e resguarda o futuro”.

Esses dois felizes conceitos confirmam plenamente o nosso caso das investigações em torno da história dos correios-mores. Devemos pois às obras genealógicas o sucesso de nossas pesquisas, ainda mais tendo em vista o caráter hereditário do cargo de correio-mor em Portugal.

Uma vez fixada toda a ascendência do último correio-mor, fácil nos foi localizar os documentos que nos dariam a gênese dessa história e que são as cartas régias de nomeação e de venda do referido cargo, cujas cópias autênticas devemos a nímia gentileza de outro filatelista, o sr. José Diogo d’Orey que as obteve na Torre do Tombo quando da sua última viagem a Portugal. Por isso tudo, nos é possível, neste capítulo, oferecer à apreciação dos filatelistas as notas a seguir, inéditas na bibliografia filatélica brasileira.

Dava-se, em Portugal, o título de correio-mor ao cidadão que tivesse o privilégio real de exploração do serviço postal, cuja história também se divide em duas fases. A primeira, de concessão régia, e a segunda, de sucessão hereditária.

A mais antiga notícia que se tem da concessão do privilégio de exploração do serviço postal em Portugal é a carta régia de 6 de novembro de 1520, do rei d. Manoel, provendo “nova-



Fig. 2 – D. Rodrigo Domingos Antônio de Sousa Coutinho, conde de Linhares, a cuja operosidade administrada se deve a abolição do privilégio do cargo de correio-mor. (Da coleção de gravuras do dr. Meneses Drummond)



mente” \* Luiz Homem, cavaleiro da Casa Real, no cargo de correio-mor do reino (*documento nº 1*). Embora se trate de uma nomeação renovada, desconhece-se qualquer outro ato anterior, nomeando, quer o mesmo Luiz Homem, ou qualquer outra pessoa.

Pela citada carta, poderia o concessionário manter “todos os correios que forem necessários para irem a quaisquer partes que seja”, para transportar cartas tanto da administração pública “como de quaisquer moradores e pessoas que lhas quiserem dar e levar por isso o preço que se, com cada pessoa, concertar segundo a disposição do tempo e os lugares para onde as tais cartas houverem de ir e o tempo em que quiserem que lhas levem”. O caráter de privilégio era dado, na referida carta, na disposição taxativa de que “nenhum morador nem pessoa outra não poderia fazer com que leve cartas para nenhuma parte de que haja de levar porte senão por mandado de Luiz Homem, salvo se quiserem mandar suas cartas por outras pessoas, que não sejam correios, pôde-lo-ão fazer, do contrário estariam sujeitos à pesada multa de “cem cruzados por cada vez”, sendo “a metade para a nossa câmara e a outra metade para o dito Luiz Homem”.

D. João III, pela morte de d. Manoel, confirmou o ofício de correio-mor na pessoa de Luiz Homem, por carta de 2 de agosto de 1525 (*documento nº 2*). Alguns anos mais tarde, tendo falecido Luiz Homem, o mesmo rei d. João III nomeou Luiz Afonso para o cargo de correio-mor do reino, por carta de 13 de janeiro de 1533 (*documento nº 3*).

Um alvará do rei d. Sebastião, datado de 6 de setembro de 1572, concedia a Francisco Coelho, casado com Luiza de Guerra, filha de Luiz Afonso, o privilégio do cargo de correio-mor, no caso de falecimento de seu sogro (*documento nº 3*).

Verificando-se a morte de Luiz Afonso, o rei d. Sebastião cumpriu os dispositivos do citado alvará, nomeando Francisco Coelho, por carta de 20 de setembro de 1575, que assim se tornou o 3º correio-mor de Portugal (*documento nº 3*).

---

\*. Segundo Armando de Matos, historiador e heraldista português, a expressão “novamente”, na época da carta de nomeação de Luiz Homem, queria dizer “fazer de novo, pela primeira vez, e não tornar a fazer”.

Um outro alvará de 10 de junho de 1576, do mesmo rei d. Sebastião, dava idêntico direito a quem se casasse com uma das filhas de Francisco Coelho. Esse alvará foi apostilado em 27 de julho de 1579, mandando passar carta do ofício de correio-mor a Manoel Gouveia, que havia se casado com Inês Guerra, filha mais velha de Francisco Coelho e de sua mulher Luiza de Guerra (*documento nº 3*).

Com o falecimento de seu sogro, Manoel Gouveia foi provido no cargo, por carta do rei d. Henrique, datada de 7 de setembro de 1579 (*documento nº 3*). Tornou-se Manoel Gouveia o 4º correio-mor e, pelas razões que adiante veremos, o último da fase das concessões régias.

Nos primeiros anos do século XVII, d. Felipe II de Portugal, verificando a importância da exploração do serviço postal, vendeu a Luiz Gomes da Mata, por carta de 19 de julho de 1606, pela quantia de 70.000 cruzados, com direitos hereditários e com a faculdade de poder vender, dar ou transmitir a quem o beneficiado entendesse (*documento nº 3*). Diz a referida carta que d. Felipe “por justos respeitos de meu serviço houve por bem mandar se vendesse o ofício de correio-mor dos meus reinos de Portugal e Algarves que vagou por falecimento de Manoel Gouveia, último possuidor que dele foi”. Tendo havido protestos por essa venda, por parte de Catarina de Gouveia, filha de Manoel de Gouveia, o mesmo rei d. Felipe, para regularizar a situação, nomeou Cristóvão Sousa Coutinho, marido da referida Catarina de Gouveia, para o cargo de guarda-mor da Casa da Índia.

A venda do ofício de correio-mor se fez em virtude de uma dívida de 30.000 cruzados que o rei d. Felipe tinha para com Antônio Gomes da Mata Coronel, filho de Luiz Gomes da Mata, que pagou os restantes 40.000 cruzados para perfazer o total de 70.000 cruzados da transação. Aliás, na já citada carta régia de 19 de julho de 1606, lê-se que “o dito ofício de correio-mor, com todas as declarações, graças e privilégios acima e adiante declarados” o rei o vendia “ao dito Luiz Gomes da Mata por preço de setenta mil cruzados, pagos na forma seguinte: trinta mil cruzados em outros tantos que deve João Garcia de Sisneiros a Antônio Gomes, filho do dito Luiz Gomes da Mata, por *provisão minha*, para os meses de setembro e outubro deste presente ano, os quais são os mesmos que, sem

interesse algum, *emprestou à minha* fazendo, para o apresto da armada de d. Luiz Fajardo, e os quarenta mil cruzados restantes há de dar o dito Luiz Gomes da Mata, nesta minha corte um mês depois de tomada a posse pacífica plenamente do dito ofício”.

Luiz Gomes da Mata, 5º correio-mor do reino (o 1º da fase da sucessão hereditária), era homem de grandes haveres, sendo de origem judaica. Seu primitivo nome era Luiz Gomes de Elvas, mas o mesmo rei d. Felipe II de Portugal, por carta datada de Valadolid de 18 de fevereiro de 1600, já lhe havia concedido a mercê nova de fidalgo da Casa Real, dando-lhe por solar a sua quinta chamada “Mata Florida”, no termo da cidade de Lisboa, junto à igreja de Loures, com o apelido “da Mata”. Em outra carta, da mesma data, “em sinal de sua fidalguia e nobreza”, concedeu-lhe um brasão de armas, que assim se acha descrito:

“Campo douro e três matas verdes floridas e elmo de prata aberto guarnecido douro, paquife de ouro e verde, e por timbre outra mata florida”.

Podemos melhor brasonar estas armas, nos seguintes termos “Em campo de ouro, três matas de sínople, floridas de sua cor. Timbre, uma das matas do escudo. Elmo de prata, aberto de goles, guarnecido de ouro; paquife do metal e cor das armas” (fig. 1).

Esse potentado mercador, que foi Luiz Gomes da Mata, era filho de Antônio Gomes de Elvas e de sua mulher dona Brites Mendes, neto paterno de Luiz Gomes de Elvas, de família israelita convertida ao cristianismo, e de sua mulher Brianda Nunes. Foi casado com dona Branca Antônio Fernandes, de cujo consórcio teve cinco filhos, sendo o mais velho Pedro Antônio da Mata, que, por ser primogênito, deveria herdar o cargo de correio-mor. Entretanto, usando do direito que lhe assistia em face das cláusulas da compra do ofício, deixou-o em testamento “para depois de minha morte a meu filho segundo Antônio Gomes da Mata por razão de que me ajudou sempre em minhas coisas e negócios”. Assim, sendo, embora segundo filho, tornou-se Antônio da Mata Coronel o 6º correio-mor do reino. Casou-se duas vezes, falecendo em 31 de dezembro de 1641, sem deixar

geração. Foi seu herdeiro o seu irmão mais moço, João Gomes da Mata, que foi o 7º correio-mor do reino.

João Gomes da Mata foi casado com Felipa Barbosa, deixando como herdeiro do cargo de correio-mor, o seu segundo filho Luiz Gomes da Mata, visto o primeiro ter seguido a carreira sacerdotal, tornando-se doutor em teologia.

Luiz Gomes da Mata (neto), 8º correio-mor de Portugal, fidalgo da Casa Real, casou-se com dona Violante de Castro, filha de Lopo de Sousa Coutinho e de sua mulher dona Joana de Castro.

Na administração do 8º correio-mor, expediu-se um regimento do ofício de correio-mor, o qual constitui, por assim dizer, o primeiro regulamento postal que houve em Portugal, de que se tem notícia.

Também na administração de Luiz Gomes da Mata (neto), se deve a instituição do primeiro serviço postal no Brasil que se conhece. No uso de seus direitos, Luiz Gomes da Mata, a 19 de dezembro de 1663, nomeou o alferes João Cavaleiro Cardoso para o cargo de correio da capitania do Rio de Janeiro, nomeação essa que teve a aprovação real, por uma provisão daquela data dirigida a Pedro de Melo, governador daquela capitania.

Por morte de Luiz Gomes da Mata (neto), foi 9º correio-mor seu filho Duarte de Sousa Coutinho da Mata, escudeiro-fidalgo, que se casou em Paris com dona Isabel de Caffaro, natural da Sicília, filha de dom Tomaz de Caffaro, barão de Grey, conservador do reino da Sicília, primeiro senador da nobreza de Messina, e de sua mulher dona Ana Catarina de Villa de Cans. Eram os Caffaro da alta nobreza e fidalguia siciliana, tendo por armas um escudo partido; no 1º, de blau, um leão rampante de prata; no 2º, um cortado-gironado de quatro peças apontados para o flanco destro, de ouro e sable.

Teve esse casal dois filhos, sendo o mais velho Luiz Vitório de Sousa Coutinho da Mata, 10º correio-mor, nascido em 26 de outubro de 1688, mas como Duarte de Sousa Coutinho da Mata falecesse antes que seu filho atingisse a maioridade \*, a

---

\*. Pelo § 4º, título 88, livro I das Ordenações Filipinas, então em vigor, a maioridade era obtida, para fins de herança, aos 25 anos de idade.





administração do correio passou a ser exercida por dona Isabel de Caffaro, como tutora de seu filho.

Nessa qualidade de tutora, dona Isabel de Caffaro, em 21 de setembro de 1710, nomeou Antônio Alves da Costa para servir o cargo de correio-mor do Rio de Janeiro.

Uma carta régia, de 12 de fevereiro de 1711, aos “oficiais da Câmara da Vila de São Paulo”, de d. João V, determinava se desse cumprimento ao ato de dona Isabel de “haver nomeado por seu assistente no ofício de correio dessa capitania e todo seu distrito a Sebastião Alves da Costa e, em sua ausência, a José Alves da Costa”.

Luiz Vitório de Sousa Coutinho da Mata, fidalgo-escudeiro da Casa Real, casou-se em 1717 com dona Joana Catarina de Menezes, filha de João Gonçalves da Câmara Coutinho, almotacémor do reino, e de sua mulher d. Luiza de Menezes, tendo nascido desse consórcio, em 5 de agosto de 1720, José Antônio da Mata de Sousa Coutinho, que foi o 11<sup>o</sup> correio-mor. Foi este último casado, em 1770, com dona Joaquina da Câmara (nascida em 17 de agosto de 1735 e falecida em 24 de maio de 1814), 5<sup>a</sup> filha de Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho, 9<sup>o</sup> senhor das ilhas Desertas, e de sua mulher dona Isabel de Mendonça. O 11<sup>o</sup> correio-mor, teve uma filha e um filho, mais velho, Manoel José da Maternidade da Mata de Sousa Coutinho, nascido em 6 de maio de 1782, brigadeiro de cavalaria, membro da Junta Provisional do Governo Supremo; ministro plenipotenciário; grã-cruz da Ordem da Conceição; cavaleiro da Ordem de São João de Jerusalém; comendador da Ordem de Cristo; veador da arquiduquesa da Áustria (depois 1<sup>a</sup> imperatriz do Brasil), a qual acompanhou na sua viagem ao Rio de Janeiro; gentil-homem da câmara de Sua Majestade; par do reino, etc.

Manoel José da Maternidade de Sousa Coutinho casou-se em 21 de maio de 1824 com dona Maria José Castelo Branco, filha dos primeiros marqueses de Belas, tendo nascido desse casamento uma única filha, que foi d. Maria de Assunção da Mata de Sousa Coutinho, 2<sup>a</sup> condessa e 1<sup>a</sup> marquesa de Penafiel, casada com Antônio José da Serra, marquês de Penafiel pelo seu casamento, natural do Brasil onde nasceu a 30 de agosto de 1819, filho de Antônio José Gomes, português, e de d. Carlota Joaquina da Serra Freire, brasileira. O seu brasão

de armas ostentava as dos Mata com um chefe de vermelho carregado de uma cruz da Ordem de São João de Jerusalém (cruz de malta), de prata. Marcaram época as festas dadas pelos marqueses de Penafiel, cujo fausto deslumbrava a sociedade lisboeta.

Foi José da Maternidade da Mata de Sousa Coutinho o 12º e último correio-mor do reino de Portugal, porquanto, pelos alvarás de 18 de janeiro e 16 de março de 1797, foi extinto aquele ofício, passando o serviço postal a ser administrado pela Coroa.

Teve decisiva interferência nessa extinção, d. Rodrigo de Sousa Coutinho, conde de Linhares (fig. 2), o operoso ministro do príncipe regente, um “apaixonado das modernas idéias econômicas”, sempre tendo em mente os mais sérios problemas administrativos que “bailavam diante dele a dança das iniciativas”, no dizer de Pedro Calmon, ou então o homem que estava sempre “vendo e prevendo a solução dos mais complicados e difíceis problemas, que resolvia rapidamente”, na expressão de seu biógrafo, marquês do Funchal.

Na extinção do privilégio de exploração do correio, d. Rodrigo de Sousa Coutinho não via apenas um ato de grande alcance econômico administrativo, mas também político, pois é ele que, expondo o assunto ao seu governo, adverte do “perigo que pode haver em confiar tais estabelecimentos a particulares não empregados pelo público, de que é evidente testemunho o fato da América inglesa, onde Franklin produziu a Grande Revolução, servindo-se do ofício de correio-mor que exercia”.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho fora nomeado ministro de Estado da Marinha e Ultramar, a 7 de setembro de 1796 e um mês e pouco depois (17 de outubro) participava a José da Maternidade da Mata de Sousa Coutinho “a satisfação com que foi presente” a Sua Majestade a Rainha “o leal e honroso procedimento de vossa senhoria, e a respeitosa representação que dirigiu ao seu real trono, a respeito da proposição que Sua Majestade lhe mandou fazer para reincorporação na Coroa do lugar do correio-mor, e suas dependências, que não podem existir separadas da mesma, sem os mais graves inconvenientes para o real serviço, e para o bem público: e havendo Sua Majestade em consideração a fidelidade, honra e mais virtudes de Vossa Senhoria, assim como o bem da sua casa, que deseja fa-

vorecer, é a mesma senhora servida, que apesar dos direitos que competem à Coroa para dar a vossa senhoria menor indenização, se lhe proponha o seguinte: quanto à honra o título de conde de Juro e Herdade em três vidas fora da lei mental, e ficar vossa senhoria gozando das honras e prerrogativas de criado da Casa, que atualmente goza: quanto à Fazenda, trinta e cinco mil cruzados de renda fixa e permanente para a sua casa, ou em comendas, ou em terras, como mais convier a vossa senhoria, quatrocentos mil réis de tença vitalícia a cada uma de suas irmãs; e outra pensão de quatrocentos mil réis a seu irmão enquanto não obtiver uma comenda de graça na Ordem de Malta, que Sua Majestade mandará logo solicitar em seu favor, e a este tão generoso oferecimento reúne Sua Majestade a promessa de fazer logo promover a vossa senhoria e a seu irmão na carreira militar em que servem com tão louvável distinção; não permitindo nem o interesse do real serviço, nem o do bem público que haja maior demora nesta matéria: é Sua Majestade servida que vossa senhoria responda com a maior brevidade, pois que não aceitando vossa senhoria este tão generoso oferecimento, Sua Majestade mandará proceder à reivindicação do inalienável direito que a sua real Coroa tem, na forma e modo que parecer mais conveniente à justiça e dignidade do real trono”.

Houve, como se vê, da parte do trono e por instigação de d. Rodrigo, uma verdadeira “intimação amigável” (na expressão do dr. Nova Monteiro), para que o último correio-mor abrisse mão de seu cargo em favor da Coroa. Tal desistência custou ao governo largas recompensas a José da Maternidade da Mata de Sousa Coutinho e seus parentes, as quais tinham sido participadas por d. Rodrigo e vêm enumeradas no alvará de 18 de janeiro de 1727. São as seguintes:

“O título de conde de Juro e Herdade com três vidas fora da lei mental \*.

A conservação da honra de criado de Sua Majestade.

Uma renda permanente, e que possa vincular em morgado, de quarenta mil cruzados por ano, ou em comendas, ou em bens da Coroa, ou em renda do mesmo correio.

---

\*. A lei mental, criação de João das Regras, estabelecia a hereditariedade pela descendência primogênita varonil e legítima, ficando por isso excluídos não só a feminina como também os ascendentes e colaterais.

Pensões vitalícias de quatrocentos mil réis cada uma para sua mãe e para seu irmão e para suas irmãs; e de seu irmão, até que alcance a comenda de graça, que Sua Majestade lhe promete pedir ao grão-mestre de Malta; sendo estas pensões revertidas para ele correio-mor, no caso que sobreviva a cada uma das pessoas pensionadas, mas que de nenhum modo passarão a seu filho, ou outros herdeiros.

Declarar-se-á em nome de Sua Majestade que estas pensões desobrigarão o correio-mor de dar o equivalente das mesmas a sua mãe, irmão e irmãs, e que o poderá descontar das legítimas ou arras, que fosse obrigado a dar.

Pede o correio-mor a Sua Majestade, que em atenção ao sacrifício que fazem, ele e seu irmão, sejam avançados de um ou dois postos em algum dos regimentos de cavalaria da corte, já que Sua Majestade foi servida mandar-lhes prometer, que os adiantaria em postos militares”.

Em virtude da primeira das recompensas, isto é, título de conde de Juro e Herdade, ou seja, com direitos hereditários, Manoel José da Maternidade da Mata de Sousa Coutinho, último correio-mor, recebeu o título nobiliárquico de conde de Penafiel, tendo falecido em 5 de novembro de 1859, em cuja árvore de costado, que damos em anexo, podemos recapitular sua ascendência genealógica.

Termina assim, com a expedição dos alvarás de 18 de janeiro e 16 de março de 1797, o período dos correios-mores, no qual vemos que o serviço postal não teve, no Brasil, desenvolvimento algum, a não ser o marítimo, por meio do qual Portugal se comunicava com a sua colônia americana e isso sobretudo para o serviço oficial administrativo do que propriamente para o público.

Quanto ao correio terrestre, tudo não passou de mera tentativa por parte dos correios-mores do reino que, justamente devido a tal insucesso, desistiam de qualquer empreendimento. Aliás, devido ao caráter de privilégio, o serviço postal chegou mesmo a merecer verdadeira repulsa por parte do povo. As crônicas de São Paulo registram um fato que comprova tal acerto e que passamos a relatar, para que o leitor se convença da ojeriza que o público tinha pelo ofício de correio-mor.

Segundo consta da ata da Câmara de São Paulo, de 30 de dezembro de 1713, apresentou-se José de Vargas Pizarro que, na qualidade de procurador dos irmãos Sebastião e José Alves da Costa (assistentes do correio-mor, nomeados por d. Isabel de





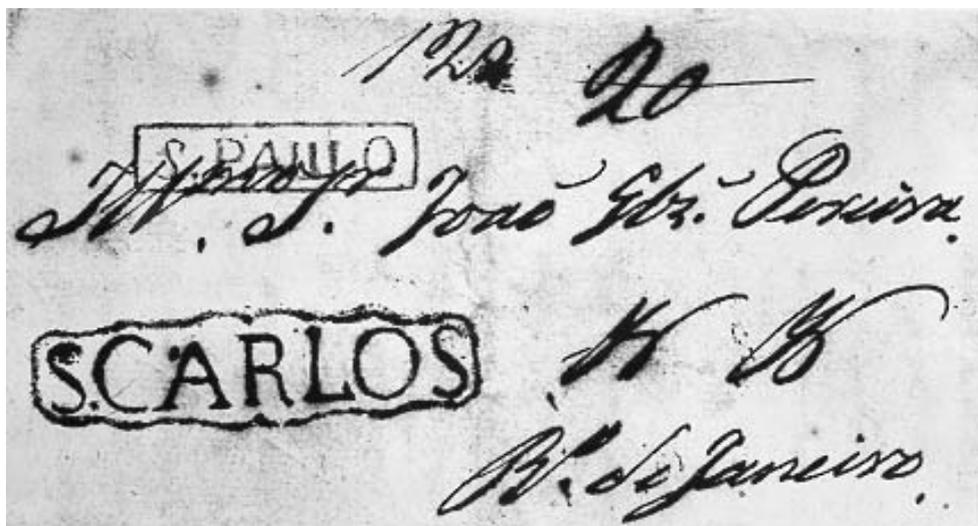


Fig. 4 – Sobrecarta anterior ao selo, procedente da Vila de São Carlos (atual cidade de Campinas), cujo “administrador” do Correio taxou, ao alto, o porte de 20 réis, do percurso até São Paulo (ponto extremo da linha postal da época), onde o porte anterior de 20 réis foi ajuntado ao de 100 réis, até o destino, no total de 120 réis. (Da coleção do A.)

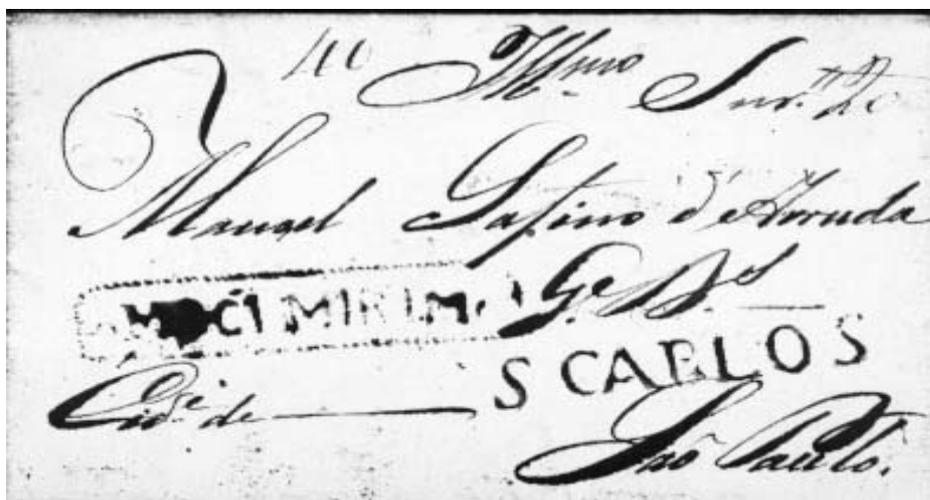


Fig. 5 – Sobrecarta anterior ao selo, procedente da Vila de Mogi-Mirim, cujo “administrador” do Correio taxou o porte de 20 réis, correspondente ao percurso até o ponto extremo da sua linha postal, que era a Vila de São Carlos, onde foi riscado aquele porte para juntar mais 20 réis, num total de 40 réis, para perfazer o porte todo até São Paulo. (Da coleção do A.)



Caffaro, conforme já dissemos linhas atrás), “para exercer a dita ocupação de correio nesta cidade e sua capitania e sendo a dita ordem de Sua Majestade lida nesta casa do Senado da Câmara”, os presentes responderam “que não quiseram aceitar correio, nem convinhem que o houvesse nesta cidade pelas opressões que se lhes pressagiavam”. O mais interessante é que, temerários de seu ato de recusa, “depois de feito o dito termo não quiseram assinar as pessoas do povo” o termo lavrado pelo escrivão.

Entretanto, a rigor, no Brasil, o período dos privilégios cessou 60 anos antes do alvará de 16 de março de 1797, porquanto uma carta régia de 26 de abril de 1730, de d. João V a d. Antônio da Silva Caldeira Pimentel, capitão-general de São Paulo, ordenava-lhe “que por ser conveniente a meu serviço”, “não consentais que se estabeleçam correios por terra nessa capitania, porque este estabelecimento não pertence ao correio-mor do reino e das cartas do mar, porquanto eu hei de dispor dele como entender ser mais conveniente ao meu serviço e bem de meus vassalos”. Mas é de se ver que essa obrigação compreendia apenas o correio terrestre, pois o marítimo continuava fazendo parte da concessão do privilégio, tanto assim que a 13 de janeiro de 1735 Luiz Vitório de Sousa Coutinho da Mata, 10º correio-mor, nomeava João de Azevedo Loureiro seu assistente do correio da vila de Santos, para poder administrar o serviço postal marítimo naquele porto paulista.

A primeira comunicação postal de São Paulo com o Rio de Janeiro foi estabelecida pelo bando de 31 de agosto de 1773, de d. Luiz Antônio de Sousa Botelho Mourão, morgado de Mateus, criando correio uma vez por mês.

Em 21 de setembro de 1796, o governo da metrópole ordenava a d. Bernardo José de Lorena, capitão-general da capitania de São Paulo, que informasse “sobre os meios que poderiam servir a estabelecer o correio das cartas dessa capitania com o reino e com os outros domínios ultramarinos e que seria necessário estabelecer para a arrecadação e distribuição das cartas, assim como o preço que aí as mesmas deveriam pagar”.

Não chegou a ser dada resposta a essa consulta, quando o sucessor de Lorena, o capitão-general Antônio de Castro e Mendonça, expediu, a 28 de julho de 1798, um bando participando

haver sido “estabelecido o correio marítimo da Vila de Santos para a do Rio de Janeiro e vice-versa, pelas embarcações que forem de um para outro porto; e assim mais o desta cidade para aquela vila, que principiará no primeiro do mês de agosto próximo, e seguirá todas as quartas-feiras e sábados, além do correio por terra para o Rio de Janeiro, o qual sairá desta cidade a quatro do referido mês de agosto; e continuará por ora (enquanto a concorrência dos negócios não exigir mais amiudada comunicação) nos primeiros e terceiros sábados de cada mês, excetuando os correios extraordinários que a exigência dos casos fizer necessária, ficando desde a publicação do presente bando proibido e defeso a toda e qualquer pessoa particular, ou seja viandante e tropeiro, de terra, ou mestre marinheiro e passageiros de mar, o levar cartas e maços ou sacos de cartas pelos lugares onde se acha já estabelecido o correio e para o futuro por aqueles aonde se estabelecer, com a comunicação das penas impostas aos extraviadores dos direitos reais e das mais que Sua Majestade tem reservado ao seu real arbítrio; e só poderá qualquer pessoa levar consigo cartas de recomendação, para cujo efeito deverão ir abertas; e para que chegue à notícia de todos e possam os habitantes desta capital utilizar-se de um tão proveitoso estabelecimento dirigido a obviar o prejuízo e demora de muitas correspondências importantes, de hoje em diante levarão as suas cartas ao correio que se acha estabelecido e receberão as cartas que lhe vierem, pagando o seu respectivo porte, segundo as distâncias e peso das cartas, na forma da pauta que será afixada na porta do mesmo correio, assinada pelos administradores, a saber: nesta cidade Manoel Joaquim de Ornelas e na vila de Santos, João Xavier da Costa Aguiar”.

E assim, na capitania de São Paulo, um outro fato surge em nossa história ligado ao correio, em que se pode verificar o seu pouco desenvolvimento.

#### Linhas de correio

Com a vinda da família real para o Brasil, começou então um novo ciclo para o nosso correio, pois já a 22 de novembro de 1808 o príncipe regente expedia a decisão nº 53, aprovando o primeiro Regulamento Postal do Correio do Rio de Janeiro.

Surtem então outras linhas de correio, além das que já existiam, formando o segundo período da nossa história postal. Para historiar esse período, cujo desenvolvimento mais se acentuou após a Independência, vamos cuidar apenas do correio da província de São Paulo, porquanto abordando, como exemplo apenas essa parte do território brasileiro, já é o suficiente para se ter uma idéia nítida da organização dos correios dessa época, que entra já nos domínios da filatelia, através dos chamados carimbos “precursores”. Isto porque há, na filatelia, um ramo muito interessante e bastante desenvolvido, que é a carimbologia, na qual se incluem os carimbos postais usados anteriormente ao selo postal. Mas não é somente o carimbo que traz um interesse e um encantamento todo especial ao colecionador; é toda a sobrecarta em que se apôs o carimbo, através da qual podemos analisar os usos e costumes postais da época, principalmente a forma como eram taxadas e franqueadas as cartas.

Não havia, então, no Brasil uma administração central dos correios. Existiam linhas postais independentes, administradas pelos governos provinciais e municipais. Até 1824 tínhamos, na província de São Paulo, linhas de correio para Santos e Rio de Janeiro. Para o interior havia apenas a comunicação epistolar oficial, cujo transporte de cartas era feito por milicianos destacados para tal fim. O público servia-se de viandantes ocasionais ou cotizava-se para custear a ida de alguém para determinada localidade, a fim de transportar suas cartas, às vezes até mantendo um serviço postal particular, de caráter mais ou menos permanente, como se deduz de um ofício da Câmara da vila de Itu aos membros do governo provisório de São Paulo (*documento* nº 4). Esse ofício constituiu o primeiro passo para a criação de uma linha de correio no interior paulista, tendo o governo provisório respondido que não podia adotar a medida pleiteada “enquanto não chegar da corte do Rio de Janeiro o novo plano, que de lá se espera sobre os correios de terra” e que, enquanto se aguardava o plano, recomendava aos vereadores de Itu “para maior regularidade deste estabelecimento convidar a algum paulista para se encarregar gratuitamente da administração do mesmo correio” daquela vila (*documento* nº 5).

Em 10 de junho de 1824, o presidente da província Lucas Antônio Monteiro de Barros, convidava as Câmaras das vilas de Jundiaí, São Carlos (atual cidade de Campinas), Sorocaba e

Porto Feliz, para que se manifestassem sobre a organização de uma linha de correio para Itu, passando por aquelas vilas. Dessa consulta resultou pretenderem, tanto Itu como Sorocaba, fossem o centro dessa linha de correio. O assunto foi discutido em sessão de 24 de outubro de 1824 pelo Conselho da Presidência da província de São Paulo, tendo-se resolvido de acordo com o parecer do então tenente-coronel Rafael Tobias, de que a linha de “correio se dirija à vila de Sorocaba girando tanto na ida como na volta pelas de Jundiaí, São Carlos e Itu e que em cada uma delas haja um administrador que sirva gratuitamente atento o pouco rendimento deste estabelecimento e o estado decadente das rendas nacionais”.

Logo no mês seguinte, às vilas interessadas é remetido o texto da “Instrução para o correio público estabelecido entre esta capital e as vilas de Jundiaí, São Carlos, Itu e Sorocaba” (*documento nº 6*).

Dispunha o artigo 1º dessa “instrução”, espécie de regulamento postal, que haveria em cada uma das vilas “um administrador escolhido e nomeado pela Câmara respectiva ao qual competirá toda a responsabilidade e direção do correio debaixo das ordens do governo e da junta da Fazenda, servindo por ora somente pela honra e consideração que lhe deve resultar de se prestar ao bem público, e confiança que se faz de sua pessoa, sendo escolhido para este objeto de tanta importância, outro que convém, que seja dotado de probidade e louváveis costumes”.

Dando-se as maiores honrarias ao cargo de administrador do correio das vilas, obtinha o governo um serviço gratuito, ainda mais que, pelo artigo 3º da mesma “instrução”, a administração do correio deveria se localizar “em casa do administrador, que for nomeado, que deve por isso residir dentro da vila, reservando-se uma sala ou quarto próximo à rua para o laboratório do correio”.

A condução das malas postais era feita por dois pedestres, que se estacionariam, um em Sorocaba e outro em Campinas, com os vencimentos de 240 réis por dia. As malas eram fechadas com cadeado, dotado de tantas chaves quantas seriam as vilas por que passassem, ficando cada administrador de poder de uma chave.



Fig. 6 – Sobrecarta anterior ao selo, a qual transitou, em tráfego mútuo, por 3 linhas de Correio, quais sejam a da Vila Franca do Imperador (passando pela de Mogi-Mirim, de onde a carta procede) à Vila de São Carlos; a desta vila à cidade de São Paulo; e a da capital paulista à Corte do Rio de Janeiro, vendo-se assinalados no alto os respectivos portes. (Da coleção do A.)



Segundo o art. 8º da “instrução”, o correio sairia de São Paulo todos os dias 2 de cada mês, chegando no mesmo dia a Jundiaí; no dia seguinte estaria em São Carlos; no dia 4 em Itu e no dia 5 em Sorocaba, onde estacionava um dia, para descanso, regressando a Itu no dia 7, São Carlos a 8, Jundiaí a 9 e São Paulo a 10. No dia 12, o pedestre tornava a Jundiaí, chegando a Campinas no dia seguinte (13), onde o de Sorocaba já o aguardava, para partir para Itu no dia 14, chegando em Sorocaba no dia 15. Estaria de volta, em São Paulo, no dia 20, para, no dia 22, fazer-se o mesmo giro do correio, que terminaria no dia 30. Vê-se, por esse “horário”, que cada vila teria correio de 10 em 10 dias.

Com o tempo essa linha foi se ramificando, criando-se outras da Vila de São Carlos para a Vila Franca do Imperador, passando por Mogi-Mirim; de São Carlos a Constituição; de Sorocaba a Curitiba e assim outras mais.

Nessa época anterior ao selo postal, ainda não se usavam envelopes na correspondência. A carta era constituída de uma folha dupla que, depois de escrita a carta, se dobrava, longitudinalmente, de cada lado e, em seguida, redobrada transversalmente em cima e em baixo, de sorte que as respectivas pontas se encaixavam, sendo então coladas por meio de uma obreia, que constituía o fecho da carta. A obreia era uma espécie de lacre a frio, feita de matéria aderente, de cores vivas, sobretudo vermelho, laranja, púrpura, sépia, verde, azul etc. Segundo o texto de uma dessas cartas, de nossa coleção, quando o remetente se achava de luto usava obreia preta. No início do uso dos primeiros selos postais, eram eles às vezes colados na junção das pontas dobradas da carta, à guisa de fecho.

O porte das cartas era pago aos administradores pelo destinatário, na ocasião de retirá-las do correio. Para efeito de taxamento do porte, o administrador da procedência cuidava somente do porte compreendido dentro da sua linha postal. Assim, por exemplo, para uma carta da Vila de São Carlos ao Rio de Janeiro, o administrador daquela localidade paulista taxava o porte da procedência ao ponto mais extremo da sua linha, que seria, no exemplo dado, a capital. Daqui de São Paulo, o respectivo administrador taxava a carta até o Rio de Janeiro, adicionando o porte já devido, de São Carlos a São Paulo.

A fixação do porte ou “declaração de porte” (como se dizia na linguagem postal) era feita por meio de anotações, em algarismos, correspondentes à respectiva importância. Quando se tratava de ponto extremo da linha e a carta continuaria a seguir para o seu destino, o administrador riscava o porte já assinalado e juntava-o à importância correspondente até o destino ou o ponto a ele mais extremo, na sua linha de correio.

Fazemos reproduzir, com estas notas, algumas cartas antigas (*fig. 3 a 7*), entre as quais uma de Mogi-Mirim (interior da província de São Paulo) destinada ao Rio de Janeiro (*fig. 6*).

Como Mogi-Mirim fizesse parte da linha de correio da vila de São Carlos à vila Franca do Imperador, o respectivo administrador assinalou, no sobrescrito, o porte de 20 (réis), de Mogi-Mirim até São Carlos (ponto extremo da linha). O administrador da vila de São Carlos riscou o porte 20 (réis) e anotou 40 (réis), que seria o porte total de Mogi-Mirim a São Paulo. Aqui na capital, fez-se o mesmo, isto é, riscou-se o porte 40 (réis), acrescentando-se 90 (réis) que corresponde ao porte total do trajeto, da procedência ao destino.

Esta era, no seu aspecto geral, a organização dos correios brasileiros, neste 2º período, constituído de linhas independentes uma das outras, posto que mantivessem tráfego mútuo, sendo os agentes de correio (então chamados “administradores”) nomeados pelas respectivas câmaras municipais, com aprovação do governo provincial.

#### Unificação das linhas de correio

Em 5 de março de 1829, é decretado o primeiro “Regulamento da Administração Geral dos Correios” do país, unificando-se todas as linhas postais numa administração geral da corte e administrações provinciais nas capitais das províncias. Foi esse o primeiro regulamento postal fixado para todo o país e que, na opinião abalizada de Rodrigo Otávio, o grande jurista brasileiro e apaixonado filatelista, “ainda hoje, guardadas as devidas diferenças de época, pode servir de modelo de concisão e clareza”.

Apesar dessa unificação, o regulamento citado permitia a criação de linhas de correio “de uma ou mais vilas” a cargo das respectivas câmaras municipais que deveriam estabelecer

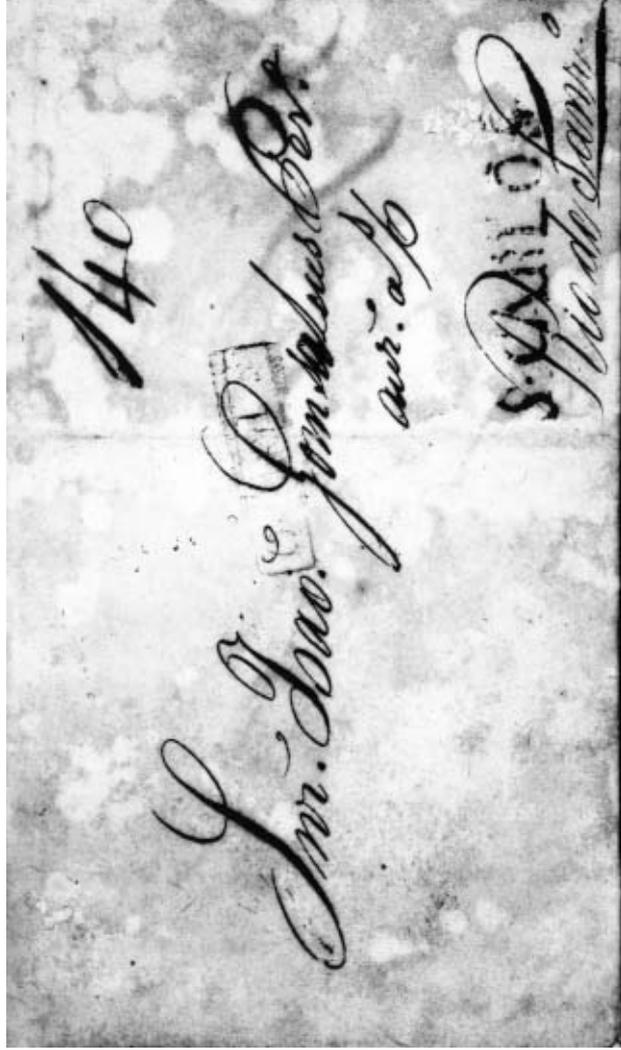


Fig. 7 – Sobrecarta procedente da Vila de São Carlos, com destino à Corte, passando por São Paulo, vendo-se taxado de uma só vez o porte total, em desacordo com a prática assinalada nas figs. 4, 5 e 6. Entretanto, é de se concluir que, ao ser expedida a carta na procedência, o respectivo “administrador” do Correio se esquecera de taxá-la e o de São Paulo, então, cumpriu com os dispositivos do art. 42 do Regulamento de 05/03/1829, o qual determinava “se dentro das malas ou sacos vierem algumas cartas avulsas, sem a declaração de porte, as mandará o Administrador imediatamente pesar e declarar o porte.” (Da coleção do A.)



“três correios mensais de umas para outras, cujas despesas fará cada uma dentro dos respectivos distritos, à custa das rendas durante o primeiro ano” e verificado depois que essas linhas apresentavam desenvolvimento seriam incorporadas à administração geral.

A unificação administrativa do correio também implicou na unificação do porte que passou a ser na razão de 10 réis por 2 oitavas de peso e distância de 15 léguas. Mas apesar disso, dispunha o artigo 68 do regulamento que “os portes atualmente estabelecidos continuarão a cobrar-se enquanto se não podem publicar tabelas exatas, calculadas sobre as verdadeiras distâncias”. Aliás, é o que os agentes continuaram a fazer, pois mesmo depois da expedição do regulamento de 1829, o taxamento do porte era feito pela forma já descrita anteriormente, quando tratamos das linhas de correio. É de se ver que um agente do interior ignorava a distância exata, em léguas, que a carta percorreria até o seu destino. Por isso, quase sempre a correspondência continuou a ser taxada somente até o ponto mais extremo da sua linha, conforme já explicamos anteriormente.

Em 4 de novembro de 1829, deu-se um incidente entre o administrador do correio e o público de Campinas, dando origem a uma reclamação da respectiva Câmara Municipal (*documentos n<sup>os</sup> 7 a 12*). Queixando-se da conduta do administrador, a Câmara campineira reclamou também pelo fato de o mesmo continuar a cobrar os portes baseados na “instrução”, pretendendo os vereadores que deveriam ser cobrados pela tabela do regulamento de 29 de março. Não teve razão alguma a Câmara nessa reclamação, não só por causa dos dispositivos do citado artigo 68 do regulamento de 29 de março, como também porque esse regulamento só teve execução na província de São Paulo pelo decreto de 16 de abril de 1830 que deu “organização à administração do correio da província de São Paulo”, ou seja, posteriormente aos fatos reclamados.

Uma inovação trouxe ainda o primeiro Regulamento Postal brasileiro, permitindo, pelo seu artigo 61, que o remetente pagasse facultativa e antecipadamente o porte, como se faz nos dias de hoje. Quando isso acontecia, o correio da procedência deveria lançar, na carta, “a seguinte marca *franca*”. Temos em nossa coleção algumas peças nessas condições, das quais reproduzimos

um exemplar (*fig. 8*). Só haveria obrigatoriedade do pagamento antecipado do porte, quando se tratava de carta registrada ou “segura”, como se denominava (*figs. 9 e 9-A*). Fora esses casos, o ônus do pagamento do porte cabia ao destinatário.

É fácil de se compreender os prejuízos que o correio deveria sofrer, ou por não ser encontrado o destinatário ou por este se esquivar a receber as cartas, ainda mais que o artigo 59 do regulamento dispunha que “não poderá alguém ser compelido a tirar do correio, nem a receber em sua casa, cartas que lhe são dirigidas”, salvo se quisesse “tirar algumas, deixando outras, será obrigado a recebê-las todas e se as não quiser receber todas, não se lhe darão aquelas”.

Deveria portanto, constituir um sério problema o controle do pagamento do porte, sujeitando-se o correio a prejuízos totais, porquanto o trabalho – transporte da carta – já havia sido feito com as naturais despesas dele decorrentes. Quando não, era o próprio destinatário que se recusava a receber a correspondência, desobrigando-se, por isso, ao pagamento do porte.

#### A idealização do selo postal na Inglaterra

Foi devido a um embuste da destinatária de uma carta – segundo uma lenda em torno da idealização do selo postal adesivo – que Sir Rowland Hill, reformador dos correios ingleses (*figura nº 10*), cogitou de uma forma segura e capaz de evitar prejuízos.

Passemos a relatar, como já o fizemos em trabalho publicado em 1940, a história do primeiro selo postal inglês, para cujo fim intercalaremos trechos daquele trabalho. A história do selo se inicia com um fato presenciado por Rowland Hill, que se achava numa hospedaria, quando chegou o carteiro e dirigiu-se a uma das empregadas, a fim de entregar-lhe uma carta. A empregada tomou-a em suas mãos e, depois de examiná-la por alguns momentos, devolveu-a ao carteiro, dizendo-lhe não poder recebê-la por faltarlhe recursos para efetuar o pagamento da taxa do porte. Rowland Hill, penalizado com esse fato e percebendo que aquela carta deveria trazer esperadas notícias de pessoas amigas ou parentes da pobre empregada, prontificou-se a pagar ao carteiro, mas a camponesa recusa-se agradecendo sua gentileza. Depois que o carteiro partiu, Rowland Hill indaga da moça por que

motivo havia recusado seu oferecimento e ela, então, confessa que a carta era de seu noivo, com o qual havia combinado fazerem-se sinais convencionais no exterior da carta, em forma de código. Assim sem nenhuma despesa recebia notícias constantes do noivo. Desse fato, concluiu Rowland Hill quantos casos análogos não deveriam repetir-se por toda a Inglaterra cujo correio seria enormemente lesado por tal forma.

Desde então, foi sempre objeto de sua cogitação procurar um meio de evitar a fraude, até que idealizou o selo postal, marcando assim uma nova era não só para o correio da Inglaterra, como também para o de todo o mundo.

Para termos uma idéia nítida da colaboração preciosa do selo postal, basta-nos imaginar quantas dificuldades haveria em nossos dias, nas grandes cidades, para se controlar o pagamento do porte nos respectivos correios, onde transitam diariamente milhares e até milhões de cartas. Ao próprio público, principalmente, o selo postal veio prestar um auxílio formidável, como, também, aos grandes estabelecimentos comerciais, visto que as máquinas de franquear ainda não estão bastante difundidas.

As cogitações de Rowland Hill se resumiam em três pontos principais: pagamento adiantado, uniformização e barateamento do porte. Não vamos aqui abordar todas as fases das atividades de Rowland Hill que precederam a criação do selo. São interessantíssimas do ponto de vista histórico, mas preferimos nos ocupar apenas do selo, para depois chegarmos aos nossos “olhos-de-boi”.

Em 11 de agosto de 1839, o Parlamento inglês promulgava a lei da reforma postal instituindo o selo adesivo. Determinava essa lei que uma comissão de selos e impostos ficasse autorizada a providenciar os clichês necessários, com indicação do valor dos selos a serem criados. Dispunha ainda que os valores expressos ou indicados nas vinhetas deveriam ser considerados como direitos ou privilégios e que a sua fraude e falsificação estariam sujeitas a rigorosas penas.

Diante dessa lei, os *lords* do Tesouro promoveram um concurso público entre artistas, convidando-os a enviar seus projetos de desenho do selo, tendo se apresentado cerca de 2.700 concorrentes, mas nenhum foi aceito, por não satisfazerem às autoridades.

Foi então encarregada a firma Perkins, Bacon & Co., de Londres, da confecção dos selos postais, a qual, em 3 de dezembro de 1839, apresentou uma proposta, comprometendo-se a fornecê-los ao preço de 8 “pence” o milheiro, podendo garantir uma produção diária de 4.600. Tal produção era bastante avultada para a época, se considerarmos que os proponentes garantiam executar todos os selos perfeitamente iguais ao original durante um século, se assim fosse preciso, sem a menor alteração. Tal compromisso se explica, porque a referida firma era a única no mundo que então executava os trabalhos de “transporte” de um bloco original para as chapas impressoras. Passemos a dar uma rápida explicação desse processo.

Naquela época a impressão de desenhos se fazia por dois processos: o tipográfico e a gravura. O primeiro constituía-se da gravação sobre a madeira e o segundo sobre metal, como o aço ou cobre. O que sobretudo caracterizava esses dois processos era a maneira como se gravava, de resultado diverso um do outro. Na madeira, a parte que ficava saliente – em alto relevo – é que recebia a tinta de impressão que se transmitia para o papel, enquanto a parte cavada seria os claros do desenho.

Na gravação sobre metal, dava-se o contrário. Os sulcos produzidos pelos golpes de buril do gravador se enchiam de tinta que passava para o papel e a parte saliente correspondia aos claros.

Acontece entretanto que, na gravação em madeira ou em metal, podia-se fazer apenas uma gravura, pois qualquer outra que se fizesse seria uma imitação ou semelhante, mas nunca idêntica. Isso porque um gravador, por mais hábil que seja, jamais conseguirá reproduzir um trabalho absolutamente igual.

Ainda há alguns anos tivemos no Brasil o caso de uma emissão de selos que serve de exemplo para comprovar tal afirmativa.

Quando foi da visita do então cardeal Pacelli (atual Papa Pio XII) ao Brasil, o Ministério do Exterior, querendo homenagear aquela grande figura da Igreja Católica, solicitou a emissão de um selo comemorativo desse acontecimento. Assoberbada com trabalhos urgentes, a emissão da Casa da Moeda não poderia imprimir o selo projetado a tempo de alcançar a chegada do príncipe da Igreja, motivo pelo qual esse trabalho

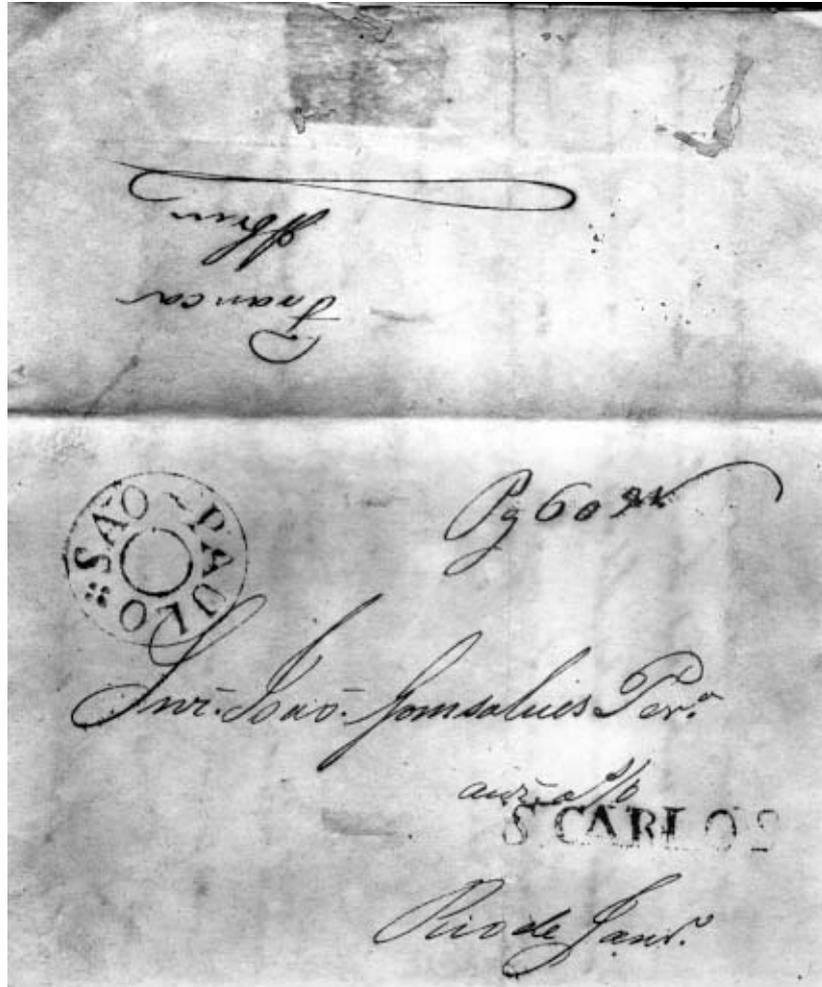


Fig. 8 – Exemplo de uma carta anterior ao selo que pagou facultativamente, o porte adentado, o que é comprovado pelas anotações “Pg. 60 rs.”, no sobrescrito, e “Franca – Abreu”, no verso, feitas pelo “administrador” do Correio da Vila de São Carlos, Bento José de Abreu Alves Guimarães. (Da coleção do A.)



foi confiado a um estabelecimento tipográfico particular do Rio de Janeiro. Essa tipografia, não dispondo de aparelhamento de “transporte” como a Casa da Moeda possui, fez o trabalho usando uma chapa composta de 4 selos apenas que imprimia a folha toda por meio de 8 impressões consecutivas, para atingir o total de 32 exemplares. A característica principal desse bloco era que cada selo apresentava diferenças no traçado do desenho, sendo, por isso, verdadeira imitação um do outro. Quer dizer, portanto, que a tipografia particular, não podendo fazer uma chapa com os 32 selos idênticos, usou do recurso de impressões consecutivas por meio de um bloco de 4 semelhantes. Se pretendesse imprimir a fila inteira, numa só chapa, fatalmente os 32 selos apresentariam diferenças entre si e, para que todos os exemplares fossem idênticos, uma vez que não podia fazer o “transporte”, só havia um recurso: imprimir a folha com o auxílio de um bloco de um só exemplar, 32 vezes seguidas na mesma folha. Mas isso ocasionaria uma grande demora, encarecimento do trabalho e, talvez, a chapa não agüentasse a impressão de toda a tiragem. Tanto é verdade que, logo após ter impresso uma pequena parte da tiragem, a tipografia substituiu o bloco de 4, já bastante “cansado”, por um outro de 8. E, dessa vez, também os 8 selos eram diferentes, não só entre si, como também em relação aos impressos anteriormente pelo bloco de 4.

Tal fato se deu, como vemos, em pleno século XX, com um grande estabelecimento gráfico da capital do país e, assim, podemos aquilatar do valor da proposta de Perkins, Bacon & Cia., apresentada há 100 anos atrás. Isso também se explica, por ser o processo de “transporte” criado por Jacob Perkins, fundador daquela firma londrina. Esse processo é o seguinte:

O gravador executa num bloco a gravura de um único selo, a que os empregados da nossa Casa da Moeda denominam “trilho”. Nesse bloco original, como já dissemos, os traços do desenho correspondem aos sulcos ou cavidades da gravação, estando porém invertido como visto ao espelho. Uma vez pronto, do bloco original se pode imprimir o selo, mas somente um de cada vez, como aliás já se fez, para se tirarem “provas” ou “ensaios”.

Em seguida, por meio de fortíssima pressão, a gravura do “trilho” é transportada para o “cilindro”; neste o desenho se reproduz de forma contrária, isto é, não só se inverte, como também

os sulcos se tornam saliências. O “cilindro” é então, também sobre forte pressão, rodado sobre a chapa que constituirá o total da folha, tantas vezes quantas forem o número de selos dessa mesma folha. Nessa chapa, a gravura se reproduz idêntica ao “trilho”, não havendo por isso a menor diferença entre os selos, mesmo em chapas de centenas de vinhetas, salvo um caso de acidente, capaz de provocar algum defeito.

Para que se possa efetuar a gravação sobre o aço, de maneira a este se tornar apto a receber os golpes de buril, o “trilho” é amolecido por processos comumente usados na metalurgia. Terminada a gravação, é então endurecido para que resista à pressão no transporte para o “cilindro”. Este também sofre as mesmas operações de endurecimento e amolecimento, para a transferência de gravação na chapa definitiva que, da mesma forma, passa pelos mesmos processos. Depois de endurecida, a chapa estará pronta para servir na impressão.

E assim surgiu na Inglaterra o primeiro selo postal do mundo, chamado “penny black”, por ser do valor de 1 “penny” e impresso em cor preta (*figs. 11 e 12*).

No Brasil, evidentemente, as mesmas dificuldades, os mesmos problemas decorrentes da cobrança não antecipada do porte, deveriam surgir em nossos correios e, por isso, a inovação do serviço postal inglês chamou a atenção de nossos governantes, a cuja frente se encontrava a figura do então jovem, mas já progressista, imperador d. Pedro II (*fig. 13*). Tanto assim que, muito antes da emissão do primeiro selo postal inglês, o ministro do Império, em seu relatório de 1838, expunha “a necessidade da aprovação de um decreto de reforma nos correios, *modelada sobre as grandes administrações da Inglaterra.*”

#### A circulação do selo postal no Brasil

No relatório de maio de 1841, o ministro do Império voltou ao assunto, dando a conhecer ao governo imperial “que o encarregado dos Negócios da Inglaterra tinha proposto ao governo *arranjos recíprocos para diminuir muito o porte das cartas*”, sugerindo assim uma reforma em nossos correios. Tal sugestão é atendida pelo Congresso, porquanto a lei nº 243, de 30 de no-



Fig. 9 – Exemplo de um carta “Segura” (registrada), como se vê assinalado e cujo porte foi obrigatoriamente pago adiantado. (Da coleção do A.)



vembro daquele mesmo ano, fixando o Orçamento para o exercício de 1842-1843, estabelecia o seguinte:

“Art. 17 – Fica da mesma sorte autorizado o governo para, dentro de um ano, contado da data da publicação desta lei, melhorar, por meio de regulamentos que deverá organizar ..... e dos correios, e a despender com este último ramo de serviço público até a soma de 180 contos de réis, podendo alterar as taxas estabelecidas no regulamento de 5 de março de 1829 e as mais disposições do mesmo regulamento e de quaisquer leis relativas a este objeto, etc.”

Quando faltava um dia para completar o prazo acima estipulado, o governo de Sua Majestade Imperial expedia o decreto nº 254, cujo primeiro artigo estabelecia nova tarifa postal, baseada no peso, independentemente das distâncias, pelas seguintes disposições:

“Art. 1º. Os portes das cartas conduzidas por correios de terra e mar são fixados pela maneira seguinte:

	<b>Correio de terra</b>	<b>Correio de mar</b>
Não excedendo de 4 oitavas	60 rs.	120 rs.
Excedendo de 4 até 6 ditas	90 rs.	180 rs.
De 6 até 8 ditas	120 rs.	240 rs.

E assim progressivamente, acrescentando-se aos portes de terra por cada 2 oitavas 30 réis, e aos de mar 60 réis.

Nessa mesma data, de 29 de novembro de 1842, Sua Majestade o Imperador d. Pedro II assinava o decreto nº 255, precedido do seguinte preâmbulo:

“Convindo dar um regulamento sobre o modo por que se deve efetuar nos correios deste Império o adiantamento dos portes das cartas e mais papéis e a maneira por que estes se devem distribuir nos domicílios, com a maior celeridade: hei por bem, tendo ouvido a seção do meu Conselho de Estado, a que pertencem os negócios do Império, decretar o seguinte...”

Seguem-se então 29 artigos do regulamento, dos quais nos interessa transcrever o 5º que diz o seguinte:

“Os portes serão pagos em papel selado, ou selo do valor de 30, 60 e 90 rs. na forma constante do modelo nº 1.”

Esses dois decretos de 29 de novembro de 1842, são, para a nossa história filatélica, de capital importância, pois é devido a eles que o Brasil se coloca em segundo lugar, entre os países que adotaram o selo postal adesivo, porquanto nossos conhecidos olhos-de-boi começaram circular alguns meses depois que os primeiros selos postais da Suíça. Quer dizer portanto que, quando a Confederação Helvética pôs em circulação seus primeiros selos, o Brasil já os havia instituído por um dispositivo de lei.

O já transcrito artigo 5º do decreto nº 255, de 29 de novembro de 1842, refere-se a um “modelo nº 1”.

Apesar de várias pesquisas de filatelistas e historiadores, jamais foi encontrado ou visto tal “modelo nº 1”. Há duas suposições quanto à natureza desse “modelo”. Uma, de que deveria ser um exemplar do primeiro selo da Inglaterra, o “penny black”, que reproduzia a efígie da rainha Vitória; outro, de que o “modelo” seria uma “prova” ou fac-símile do selo, logo que ficasse pronto, isto é, foi intenção do legislador juntar uma reprodução do selo que se escolhesse, quando o texto do decreto fosse distribuído às repartições competentes. Tanto assim é que, somente em 8 de julho de 1843 (quando os olhos-de-boi já estavam prontos), o ministro do Império enviava, ao presidente da província de São Paulo e este em 29 do mesmo mês ao administrador do correio, exemplares do referido decreto.

De qualquer forma, estamos convencidos de que não houve, na data da lavratura do decreto, qualquer modelo a ele anexado, pelos seguintes fatos que passamos a relatar.

Expedidos os decretos nºs 254 e 255 de 29/11/1842, o provedor da Casa da Moeda consultou o presidente do Tesouro sobre este assunto, num ofício de 13 de fevereiro de 1843, mostrando dúvidas na sua interpretação. É interessante transcrevermos esse documento, no qual também encontraremos explicação pelo fato de, nos primeiros selos brasileiros, não ter sido reproduzida a efígie do imperador, como fez a Inglaterra com a sua so-

berana, a rainha Vitória, cuja efígie se encontra nos primeiros selos ingleses.

Essa falta da efígie de d. Pedro II nos primeiros selos brasileiros deu motivo a uma lenda de que não se a reproduzia porque constituiria uma irreverência manchar-se a figura da Sua Majestade com carimbos. Mas isto não passa de simples invencionice, pois o ofício do provedor da Casa da Moeda, a que aludimos, e que passamos a transcrever, esclarece, as verdadeiras razões:

“II.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr.

O artigo 16 do decreto de 29 de novembro próximo passado nº 254 determina que os portes das cartas sejam pagos adiantados e em papel selado – e os artigos 5º e 11 do decreto nº 255 da data supra tratam sempre de papel selado \* e que haverá três selos, um no valor de trinta, outro de sessenta e outro de noventa réis – e do enunciado da maior parte de tais artigos, se depreende que a intenção do governo não foi receber o porte das cartas por meio de papel selado, mas sim por meio de pequenas estampas, que se devem fixar nas cartas, equivalentes às suas respectivas taxas.

Em Inglaterra se faz uso promiscuamente de uma e outra coisa, mas consta que o papel selado é tido como objeto de luxo, e como nesta repartição é onde, naturalmente, se hão de fazer os selos ou chapa segundo v. ex.<sup>a</sup> ordenar, por isso julguei de meu dever levar ao conhecimento de v. ex.<sup>a</sup> esta dúvida, em que me pôs a leitura dos mencionados decretos, e permita-me v. ex.<sup>a</sup> que aproveitando a oportunidade, que quer se decida que se façam selos, quer chapas, será mister adotar modelos que dificultem a falsificação e sejam conforme aos nossos costumes.

Na Inglaterra se usa em tais selos e estampas gravar a efígie da rainha com o valor da respectiva taxa, isto ali pode ser muito próprio – e sou levado a crer que é fundada em utilidade pública, mas entre nós, além de impróprio, pode dar lugar a continuadas falsificações e as razões em que me baseio são estas: usa-se aqui por princípio de dever e respeito pôr a efígie do monarca só em objetos perduráveis e dignos de veneração e nunca naqueles que por sua natureza pouco tempo depois de feitos têm de ser necessariamente inutilizados; e de mais a mais acresce a facilidade que há de se copiar um retrato por todos conhecido, coisa que pode ser executado por quem

---

\*. A expressão “papel selado” referia-se aos envelopes selados e cartas-bilhetes (chamados “inteiros”, pelos filatelistas) que já existiam na Inglaterra, onde eram denominados “Mulready”, por ser esse o nome de seu idealizador.

tem habilidade suficiente, o que não acontece com trabalhos meditados e complicados, que além da perícia do artista exigem maquinismos próprios para se levarem a efeito – e quando se adota este último expediente, que me parece muito mais concetâneo e conveniente do que o primeiro, ainda assim será preciso de tempos a tempos mudar de padrão para vedar-se a falsificação estrangeira, pois não devemos temer a nacional, ao menos enquanto as artes não saírem do estado de infância em que jazem por ora entre nós. Deus guarde a v. ex.<sup>a</sup> – Casa da Moeda 13 de fevereiro de 1834 – O provedor: a) *Camilo João de Valdetaro*”.

Dos termos desse ofício tiram-se duas conclusões. A primeira, que não poderia haver modelo algum junto ao decreto nº 255; pois do contrário o provedor da Casa da Moeda não exporia suas dúvidas quanto ao desenho dos selos como nem fez a menor referência. A segunda, que não seria o fato de se borrar a figura do imperador com carimbos, que impediu fosse ela estampada nos selos, mas devido ao “princípio de dever e respeito de pôr a efígie do monarca só em objetos perduráveis e dignos de veneração”, muito embora, nos dias de hoje, nada mais digno de veneração de um filatelista brasileiro do que um selo com a efígie de d. Pedro II, a qual só veio aparecer, pela primeira vez, nas emissões de 1866, sendo que a reproduzida na série de 1878-79 foi copiada de uma fotografia tirada do imperador nos Estados Unidos, em 1876, quando Sua Majestade lá estivera (fig. 14).

Analisando-se ainda os termos do ofício do provedor da Casa da Moeda, parecerá, à primeira vista, serem ingênuas suas alegações da maior facilidade de “copiar um retrato por todos conhecido” do que desenhos “meditados e complicados”, pois quem dispõe de alguma habilidade para desenhar, por menor que seja, sabe perfeitamente ser mais difícil compor uma figura – uma efígie. Isto naturalmente para os dias de hoje, em que tudo se faz mecanicamente, mas não para a época, em que, nas artes gráficas, tudo era manual.

Daí a razão por que, em vez de um retrato que seria gravado à mão, recorreu-se aos “cunhos” mecânicos adquiridos pela Casa da Moeda, em fevereiro de 1843, de Eduardo Lemerick.

Foi por meio de um “cunho” oval que se fez o fundo do desenho do selo que lhe deu o aspecto de um olho bovino. Sobre esse fundo gravaram-se os algarismos correspondentes aos res-



Fig. 9-A – Verso da carta “Segura” (fig. 9), anterior ao selo, em que se observa a anotação do “Seguro”, “Porte”, soma total e rubrica do “administrador” do Correio da procedência (Vila de São Carlos). (Da coleção do A.)



pectivos valores de 30, 60 e 90 réis, e os festões que o circundam. A gravação dos algarismos e dos festões não se fez por meios mecânicos, mas à mão, pois Lemerick forneceu cunhos numéricos correspondentes apenas aos algarismos “5” e “10”.

Para esse trabalho manual dos algarismos, nada se fez de original, porquanto copiaram-se o estilo e ornamentos dos números e das letras do papel-moeda então circulante (fig. 25). Tal fato deu margem a que os estudiosos da nossa filatelia supusessem, até anos atrás, que os “olhos-de-boi” tivessem sido confeccionados na Inglaterra, pela firma Perkins, Bacon & Co., que era a fornecedora do nosso papel-moeda e, principalmente, dos primeiros selos ingleses.

Em face das alegações expostas pelo provedor da Casa da Moeda, dez dias depois o presidente do Tesouro baixava a seguinte portaria:

“O sr. provedor da Casa da Moeda mande fazer com urgência as chapas para as estampas que, na forma dos decretos n<sup>os</sup> 254 e 255 de 29 de novembro passado, relativos aos correios do Império, devem servir para o pagamento dos portes e, quanto ao modelo delas, fica a seu arbítrio escolher o que mais difícil for de ser falsificado. Rio em 23 de fevereiro de 1843. (a) *Joaquim Francisco Viana*”.

Esta portaria é mais uma prova da inexistência de um “modelo” anexo ao decreto nº 255, pois ao provedor da Casa da Moeda ficou o arbítrio de o escolher. E assim foi feito, de sorte que a 29 de abril de 1843 ficou pronta a primeira chapa dos “olhos-de-boi”, como se deduz do seguinte ofício do provedor da Casa da Moeda ao presidente do Tesouro:

“Il.<sup>mo</sup> e ex.<sup>mo</sup> sr.: – Em conformidade da portaria de 23 de fevereiro passado tenho a honra de levar à presença de v. ex.<sup>a</sup>, com as respectivas provas, a chapa para as estampas das taxas do correio, que mandou fazer nesta repartição. Escolhi um modelo singelo, porém difícil de se falsificar entre nós, porquanto, segundo a opinião do mestre de gravura, não pode ser imitado, senão empregando-se certos e determinados meios que por ora ainda não estão vulgarizados no país, e quando mesmo se tornem conhecidos, exigem despesas tais, que naturalmente devem conter os especuladores de semelhantes falsificações – Deus guarde v. ex.<sup>a</sup> – Casa da Moeda, 29 de abril de 1843 – (a) *Valdetaro*”.

A Casa da Moeda enviava a chapa dos selos ao presidente do Tesouro, porque todos os trabalhos de impressão tipográfica de “valores” eram executados pela oficina das apólices, competindo à Casa da Moeda os de gravação e confecção de chapas ou clichês\*.

Embora tivessem sido emitidos selos de três valores, de 30, 60 e 90 réis (figs. 15 a 18), a Casa da Moeda enviou apenas uma chapa, porque essa primeira chapa era formada pelos três valores, dispostos em três grupos de 18 selos de cada valor, num total de 54 selos, como nos esclarece a fig. 19. Cada um desses grupos era circundado de uma linha retangular, havendo ainda, entre os grupos dos selos de 30 e 60 réis e dos de 60 e 90 réis, uma linha reta divisória, abrangendo transversalmente toda a folha. Na fig. 24 é reproduzida uma “tira” de três exemplares, numa só peça, composta de dois selos de 30 réis e de um de 60 réis, que faziam parte dessas folhas mistas.

Em 24 de maio de 1843, a Casa da Moeda envia uma segunda chapa mista contendo os três valores, nas mesmas condições da acima descrita.

O valor de 90 réis deveria ser o de menor uso, necessitando por isso o correio de maior quantidade dos valores mais baixos. Para atender a essa necessidade, fizeram-se outras chapas dos valores de 30 e 60 réis separadamente, isto é, chapas distintas para cada valor. Assim, em 17 de junho de 1843 foi entregue uma chapa composta somente das gravuras do selo de 30 réis mas dispostos da mesma forma que nas chapas mistas, em três grupos de 18 selos, com os retângulos de enquadramento e linhas divisórias, produzindo um total de 54 selos (fig. 20).

Em 27 do mesmo mês e ano, a Casa da Moeda enviou uma quarta chapa, em que havia apenas o valor de 30 réis, mas, com a eliminação dos espaços e linhas entre os grupos, obteve-se mais seis gravuras, de sorte que a chapa produzia 60 selos (fig. 21).

Em 11 e 20 de julho do mesmo ano, foram encaminhadas duas chapas de 60 selos do valor de 60 réis (fig. 22).

Como as chapas dos “olhos-de-boi” eram de cobre, facilmente se “cansavam” e, desta forma, sofreram retoques. Tendo

---

\*. Posteriormente, pelo decreto de 11/12/1867, a Oficina das Apólices foi incorporada à Casa da Moeda.

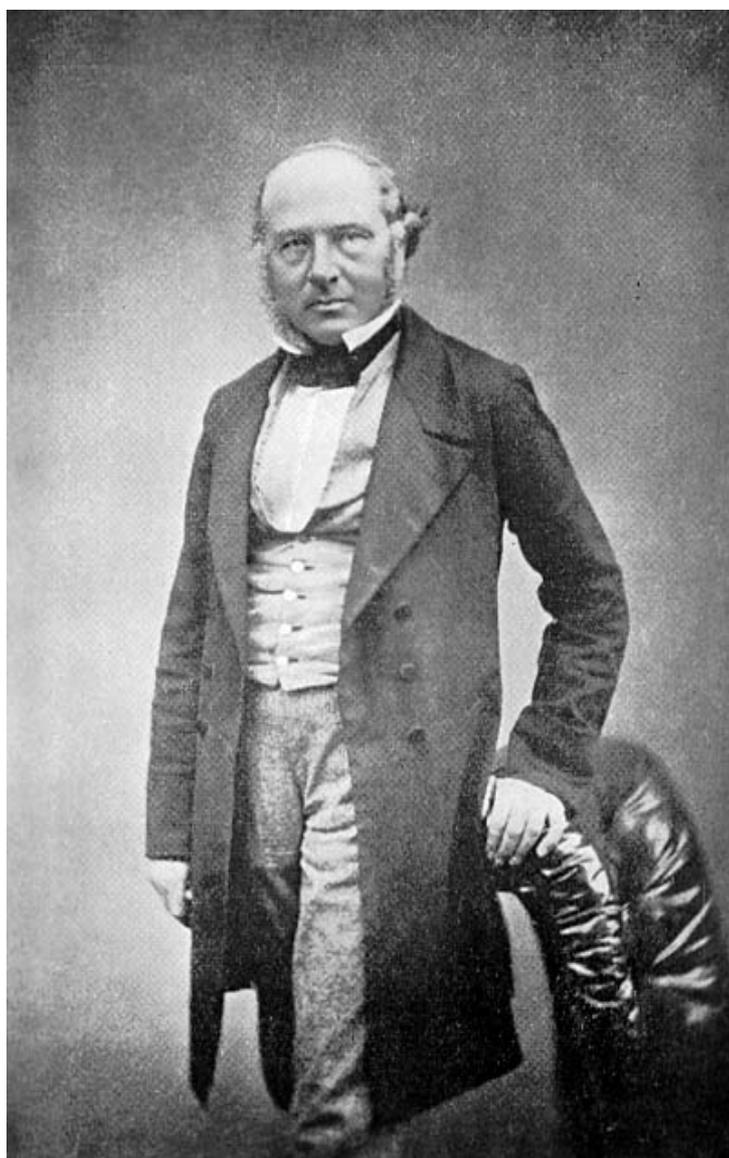


Fig. 10 - Sir Rowland Hill, idealizador e criador do primeiro selo postal do mundo, numa fotografia tirada pouco tempo antes de sua morte



vido estes nossos primeiros selos substituídos, em 1844, pelos chamados “olhos-de-cabra” ou “inclinados”, todas as chapas que se encontravam na oficina das apólices foram devolvidas à Casa da Moeda, acompanhadas do seguinte aviso:

“Em virtude do despacho de 27 do corrente do dr. conselheiro inspetor geral, remeta-se à Casa da Moeda seis chapas dos selos dos portes do correio da 1ª estampa, para ser aproveitado o metal, a saber, duas dos valores de 30, 60 e 90 réis cada uma; duas de 60 réis e duas de 30 réis. – Rio de Janeiro 28 de junho de 1844. – O diretor da Oficina das Apólices. (a) *Guilherme Jacques Godfroy.*”

Como se vê, um material tão precioso, em nossos dias, para estudos filatélicos, foi considerado “ferro-velho” e, como tal, destruído.

#### A circulação dos “olhos-de-boi”

Em face dos dispositivos do art. 1º do decreto nº 255, de 29 de novembro de 1842, determinando que

“Serão pagos adiantadamente nos correios os portes dos periódicos, leis e atos do governo, oito meses depois de publicado este regulamento na Secretaria do Império; e os dos demais papéis e cartas, um mês depois que o for em cada município”.

e como o artigo 5º do mesmo decreto dispunha que

“Os portes serão pagos em papel selado, ou selo do valor de 30, 60 e 90 réis na forma constante do modelo nº 1”.

o diretor geral dos Correios da corte mandava publicar no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro, de 6 de julho de 1843, a seguinte “Declaração”:

“Pela administração do correio da corte se faz público que na mesma administração principiarão a cobrar-se adiantados os portes das cartas e mais papéis no dia 1º de agosto próximo futuro, na conformidade do respectivo regulamento e que os portes dos periódicos, leis e atos do governo serão também pagos adiantados de 1º de setembro deste ano em diante não só neste município como em todo o Império, na forma do art. 1º do regulamento nº 255 de 29 de novembro de 1842, e outrossim, para o exato conhecimento das pessoas, a quem possa interessar,

se acha afixada na casa da mesma administração a tabela dos portes que devem pagar as cartas e mais papéis, que tiverem de ser expedidos para cujo fim, do dia 1º de agosto próximo futuro, nesta corte, somente na casa desta administração se venderão os selos designados dos sobreditos portes, tanto pelo miúdo e singularmente, como em porção. – Correio Geral da corte, 5 de julho de 1843 – O diretor geral, interino (a) *José Maria Lopes da Costa*.”

Diante desse documento, os filatelistas brasileiros comemoram, anualmente, a data de 1º de agosto, consagrada ao “Dia do Selo”, instituído pelo 1º Congresso Filatélico Brasileiro, realizado em setembro de 1943, no Rio de Janeiro. Anteriormente a esse congresso, a data já era comemorada pelos nossos colecionadores de selos. Chamavam-na “Dia do Filatelista” e a sua comemoração foi sugerida em 1922, pelo filatelista Rui Vargas, de Porto Alegre, sendo entusiástica e unanimemente aceita por todas as entidades filatélicas nacionais. Alterada a sua designação para “Dia do Selo”, por proposta do dr. Tavares de Macedo, representante dos correios junto ao Congresso, desde então os filatelistas assim denominam o seu dia, sem o menor prejuízo da idéia lançada pelo colecionador rio-grandense.

Por isso, um “olho-de-boi”, com carimbo datado de 1º de agosto de 1843, é considerado como peça da data da entrada em circulação ou, como se diz na linguagem filatélica, “carimbo de primeiro dia” (fig. 23).

Há, entretanto, quem conteste ser 1º de agosto de 1843 o dia em que os “olhos-de-boi” tenham entrado em circulação, como o dr. Nova Monteiro que afirma ter visto um exemplar de “olho-de-boi” com um carimbo da corte, datado de 14 de julho de 1843 e, além disso, expõe um fato digno de menção, o *Jornal do Comércio* da época publicou na parte oficial o seguinte edital:

“Pela administração do Correio Geral da corte se faz público que na respectiva sala se acham expostas as listas das cartas e mais papéis, que, por não terem pago os competentes portes, deixaram de seguir os seus destinos. As pessoas que as lançaram na caixa compareçam a fim de pagarem os devidos portes, para se lhes dar direção. – Correio Geral da corte 29 de julho de 1843, o diretor geral, (a) *José Maria Lopes da Costa*”.

Argumenta então o dr. Nova Monteiro que, pelo texto do edital acima transcrito, há uma prova inequívoca de que, pelo menos na corte, já em 29 de julho de 1843 estava em vigor o artigo 1º do decreto nº 255, de 29/11/1842, isto é, a exigência do pagamento antecipado do porte, que foi a grande inovação daquela lei centenária. Ora, segundo o artigo 5º do mesmo decreto, os portes seriam pagos em selos e uma vez que se estava exigindo o pagamento antecipado, conclui-se que os selos já deveriam estar sendo vendidos.

De nossa parte, podemos dizer que, procedendo a pesquisas de documentos no departamento do Arquivo Público do Estado de São Paulo, tivemos oportunidade de encontrar um aviso do ministro do Império ao presidente da província, cujo texto vem reforçar a argumentação do dr. Nova Monteiro (*documento número 13*). Por esse documento, verifica-se que todas as administrações e agências postais do Império foram cientificadas da próxima remessa de selos, pelo Tesouro Público, para fins de cobrança adiantada dos portes e que essa cobrança só poderia ser feita “*oito dias depois do recebimento dos selos, precedendo sempre publicação de editais*”. Cotejando-se esse aviso do ministro do Império ao presidente da província de São Paulo, com a “Declaração” (ou edital) do diretor geral dos correios da Corte, publicada em 6 e datada de 5 de julho de 1843, deduz-se que, na data da “Declaração” (5 de julho), o correio da corte já deveria ter recebido os selos e, em vista do edital do dia 29 do mesmo mês, ditos selos já deveriam estar sendo usados.

Na *Revista Filatélica Bandeirante* nº 13 (1938), o filatelista sr. Paulo Aires reproduz uma sobrecarta franqueada com um “olho-de-boi” de 90 réis (carimbo de “Itabapoana”, sem data), destinada a Lisboa, onde recebeu um carimbo de chegada com data “20/08/43”. Como na época a mais veloz embarcação necessitaria de 30 a 40 dias para a travessia do Rio a Lisboa, é de se concluir que a carta foi expedida forçosamente em julho de 1843. Além disso, pelo próprio texto da carta, verifica-se ter sido escrita no mês de julho.

Diante da divergência dos próprios documentos oficiais, os filatelistas patrícios, no 1º Congresso Filatélico Brasileiro de 1934, acordaram considerar 1º de agosto como sendo a data aniversária do “olho-de-boi”, cujo centenário será comemorado, naquele dia, em 1943.

Creemos ter já nos expandido demasiadamente sobre a história dos correios brasileiros e de seus primeiros selos, como tema de um trabalho destinado a rememorar o 1º centenário dos “olhos-de-boi”. Poderíamos, por isso, fazer aqui ponto final, dando nossa tarefa por terminada. Entretanto, como filatelista, não podemos nos esquivar ao prazer de dizer alguma coisa sobre as características filatélicas dos primeiros selos postais do Brasil.

#### Os “olhos-de-boi” no seu aspecto filatélico

Os “olhos-de-boi” são uns selos que, no mundo filatélico, gozam de grande preferência internacional, já por ser cronologicamente um dos primeiros e já pela sua relativa raridade, sendo ela maior que a dos “penny black”, pois o catálogo Yvert-1940 dá, para os “olhos-de-boi” de 60 réis (os mais baratos), a cotação de 1.200 e 375 francos, respectivamente para os novos e para os usados, enquanto que para os “penny black”, essa cotação é de 1.100 e 100 francos. Na verdade, nesses três últimos anos o “penny black” teve sua cotação bastante aumentada, devido ao seu centenário ocorrido em maio de 1940 e o mesmo está, agora, sucedendo no Brasil com os “olhos-de-boi”, cujo primeiro centenário ocorre presentemente.

Um fato muito curioso se dá com o “penny black” e com o “olho-de-boi”, o que vem comprovar o grande prestígio desses selos.

Se examinarmos a tiragem que tiveram os “olhos-de-boi” e a quantidade que deles se encontra nas coleções espalhadas pelo mundo todo, podemos dizer que os primeiros selos do Brasil não são propriamente raros, isto é, a quantidade existente não justifica a sua elevada cotação, se a cotejarmos com a de outros selos, mesmo do Brasil. Por isso, permitimo-nos dizer que o “olho-de-boi” não é um selo *raro* mas é um selo *caro*. Pode parecer um paradoxo tal afirmativa, pois a qualquer leigo ressaltará logo que um selo só poderá ser caro em vista de sua raridade, mas nisso tudo influi poderosamente a lei secular da oferta e da procura. Tal é o interesse, tal é a procura enfim de nossos “olhos-de-boi” que ela aumenta em relação à oferta.

O filatelista americano S. Newbury, de Chicago, possui uma coleção especializada somente de “olhos-de-boi”, usados, havendo um acervo nessa coleção de umas 1.500 peças. Parte



Fig. 11 – Reprodução ampliada 2 1/2 v. do primeiro selo postal do mundo, o “penny-black” da Inglaterra. (Da coleção do dr. Ferdinando d’Almeida)

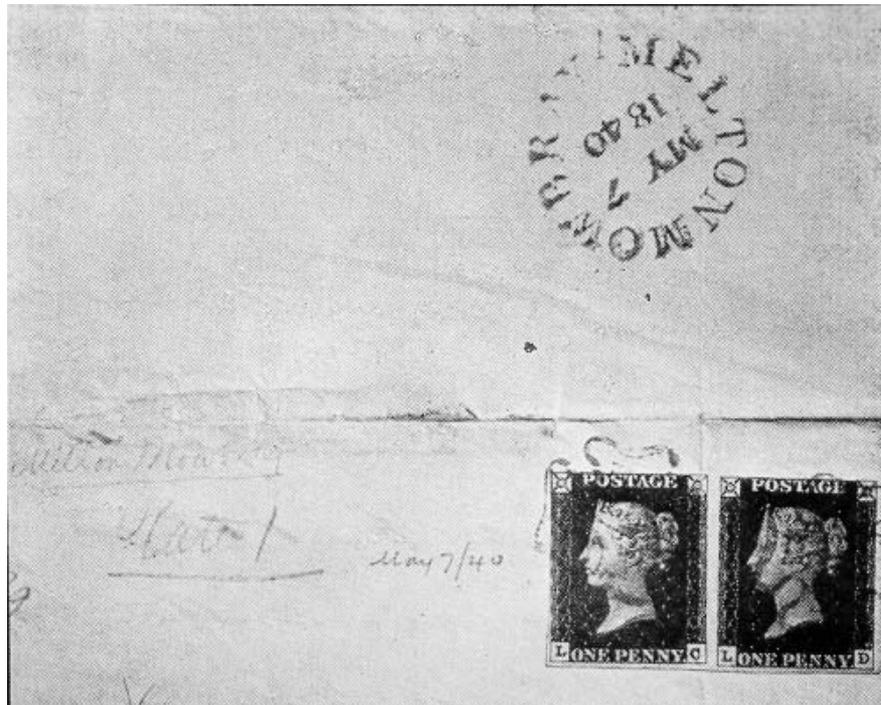


Fig. 12 – Carta franqueada com um “par” do primeiro selo postal do mundo, por cuja data do respectivo carimbo (7 de maio de 1840) é a mais antiga peça filatélica.



dessa coleção figurou na Exposição Filatélica Internacional “Brapex”, realizada em 1938 no Rio de Janeiro. Paulo Aires, escrevendo umas notas sobre essa exposição, relata o seguinte:

“Diversos rapazolas estavam visitando a Brapex e demoraram-se muito tempo em frente às vitrinas da coleção Newbury, admirando a riqueza ali exposta. Um deles, dirigindo-se aos companheiros, assim com um ar de incredulidade, expressou-se da seguinte forma: – Não sei porque dizem que “olho-de-boi” é selo raro; vejam aí a quantidade que esse homem tem!”

E Paulo Aires remata esse fato com as seguintes palavras: “E não deixava de ter a sua razão...”

Mesmo aqui no Brasil são inúmeros os colecionadores que possuem grande quantidade de “olhos-de-boi”, a começar por Paulo Aires, em cuja coleção existem umas 300 peças. Há ainda outros colecionadores de São Paulo, que possuem centenas de “olhos-de-boi”, como os drs. Edgar Conceição e Ferdinando d’Almeida. No Rio de Janeiro, o “campeão dos olhos-de-boi” é o dr. Djalma Fonseca Hermes, detentor de umas 800 peças dos primeiros selos brasileiros.

É portanto avultada a quantidade de “olhos-de-boi” que figuram nas coleções, para nos convencer não serem raros. Além disso, a sua tiragem foi bastante apreciável, como poderemos deduzir pelas estatísticas abaixo, segundo José Kloke, o grande e saudoso mestre da filatelia brasileira:

	<b>Impressos</b>	<b>Aproveitados</b>
30 réis	1.148.994	856.617
60 réis	1.502.142	1.335.865
90 réis	349.182	341.125

A diferença entre os “impressos” e “aproveitados” é o resultante da incineração do saldo existente na oficina das apólices, verificada em 30 de março de 1846. Era a seguinte a quantidade desse saldo:

30 réis	292.377
60 réis	166.277
90 réis	8.057

Tal como aconteceu com o “penny black” na Inglaterra, os “olhos-de-boi” foram impressos em cor preta sobre papel branco.

O catálogo Gibbons, de Londres, pretende duas cores para os “olhos-de-boi” designando-as por *black* e *grey-black*. Em nosso entender, há uma única cor para os nossos primeiros selos, que é preta. A que o catálogo inglês denomina *grey-blak* é resultante de uma “ilusão ótica”, se assim nos é permitido expressar, e explicamo-lo pelo seguinte: conforme expusemos na parte histórica, as chapas dos “olhos-de-boi” sofreram retoques, por se acharem “cansadas”, isto é, desgastes do uso tornaram a impressão de seus traços incompleta, dando-lhes menor nitidez. Essas falhas nos traços aumentaram o campo visível do papel que, sendo branco, dá ao observador o aspecto de clareamento da cor da impressão ou seja, de preto-cinza. Não há dúvida que exemplares em tais condições devem merecer um destaque nas coleções, mas tão somente pela característica das chapas e não da cor da impressão.

O que tem despertado uma especial preferência dos colecionadores é a coloração e espessura do papel dos “olhos-de-boi”, pois encontram-se exemplares impressos em papel amarelado e acinzentado; quanto à espessura, podemos obter médio-espesso (somente na coloração amarelada) e médio (nas duas colorações). Há entretanto filatelistas que opinam ser branca a coloração original do papel dos “olhos-de-boi” e que o tempo, as diversas manipulações sofridas, a infiltração da tinta, etc. provocaram distintas colorações.

Outra particularidade curiosíssima dos “olhos-de-boi”, que tem preocupado bastante os seus colecionadores especializados, é a chamada “reconstituição das chapas”, isto é, a reunião de exemplares formando as diversas chapas gravadas pela Casa da Moeda, das quais já nos referimos anteriormente. É de se ver que essa reconstituição não se faz arbitrariamente, colocando-se qualquer exemplar de sorte a reconstituir a folha inteira (figs. 19 a 22), pois é necessário que cada exemplar se localize realmente no seu devido lugar, porquanto cada um deles tem características peculiares. Para iniciar a reconstituição, o seu descobridor (cel. Napier) começou por um dos quatro cantos da folha, como ponto de

Fig. 13 – Retrato de d. Pedro II, numa gravura em madeira, o qual teria sido reproduzido nos primeiros tipos de moedas, de então, da Casa da Moeda o tive (desenhado por *Meneses Drummond*).





referência, \* sendo necessário que o exemplar de um dos cantos não seja isolado, mas faça parte de um “par” pelo menos. Estudadas as características desse exemplar ligado ao do canto da folha, procuraram-se outras peças (pares, tiras ou blocos) em que um dos exemplares coincidam com o ligado à peça primitiva e assim sucessivamente. É enfim, como se fosse um jogo de “dominó” em que exemplares extremos ou marginais de uma peça se combinem \*\*.

Foi o filatelista inglês, cel. George S. F. Napier, que descobriu o fato de em todos os exemplares dos “olhos-de-boi”, das diversas chapas, originais ou retocadas, haverem pequenas diferenças peculiares, que identificam a localização de cada selo na chapa, servindo-se para isso não só de exemplares de selos da sua coleção como também dos de outros filatelistas, mesmo fotografias. O cel. Napier não chegou a completar todas as chapas dos “olhos-de-boi”, mas iniciou quase todas elas, nos seus diversos estados de retoques ou conservação. O resultado de suas demoradas pesquisas se encontram na sua monumental obra “The Stamps of the First Issue of Brazil”, publicada em Londres em 1923, num volume de cento e tantas páginas e 40 pranchas nitidamente impressas.

Uma outra obra de grande valor sobre os primeiros selos brasileiros, de caráter histórico, é o livro “Os olhos-de-boi”, de José Kloke, publicado no Brasil, pouco antes do seu falecimento. Existem ainda muitos trabalhos esparsos, de vários autores, em que os “olhos-de-boi” são estudados profundamente, com grande dedicação. Na “Bibliografia” que consignamos no fim deste trabalho, podemos apreciar o grande número de estudos sobre os “olhos-de-boi”.

Outro aspecto filatélico dos olhos-de-boi podemos encontrar nos seus respectivos carimbos.

A carimbologia é hoje um dos ramos mais empolgantes da filatelia; o dr. Mário de Sanctis, um dos seus pioneiros no Brasil,

---

\*. Os exemplares dos cantos se identificam facilmente pelas linhas de enquadramento das folhas.

\*\* . Devemos advertir o leitor que as reproduções das figuras 18 e 21 não foram feitas com o objetivo de reconstituição de chapa, na sua modalidade filatélica; é uma simples reconstituição fantasista, feita por meio de fotografias repetidas de um só exemplar de cada valor.

disse com muita propriedade que “os selos representam o corpo de nossas coleções; os carimbos, sua alma”. Assim, não poderiam deixar de merecer um carinho todo especial as obliterações dos olhos-de-boi, sobretudo porque muitos dos carimbos empregados nas sobrecartas anteriores ao selo postal aparecem depois sobre os olhos-de-boi.

Há vários estudos sobre os carimbos em olhos-de-boi, como o do dr. J. Fred Emerson, de Baltimore (Estados Unidos), que estabeleceu um grau de raridade desses carimbos, sendo esse estudo completado pelo saudoso William E. Lee, primeiro presidente da “Sociedade Filatélica Paulista.” Cuidaram ainda do mesmo assunto Mário de Sanctis, Nova Monteiro e, ultimamente Paulo Aires, atual presidente da “Sociedade Filatélica Paulista”. Este último assinala serem conhecidas 154 variedades de carimbos sobre olhos-de-boi, das quais possui 130 em sua coleção. Apresenta curiosa estatística, mostrando ser muito maior a variedade de carimbos raros que os comuns. Esclarece serem 42 carimbos já empregados antes do advento do selo postal e que, posteriormente, vêm aparecer obliterando olhos-de-boi.

Na gênese da história da filatelia, cita-se uma “quadra” do olho-de-boi de 90 réis, que teria sido a peça que originou a primeira coleção de selos, organizada por Tomaz Corbald, na Inglaterra, em 1844. Por essa razão pode-se dizer que a filatelia nasceu com os olhos-de-boi.

\* \* \*

Nesta despreziosa explanação sobre o nosso centenário postal-filatélico, desejamos prestar homenagem respeitosa à memória veneranda do imperador d. Pedro II, o grande monarca que tanto amou e engrandeceu o Brasil e, por isso, digno da veneração dos brasileiros, entre os quais se destacam os filatelistas, sempre orgulhosos por ter Sua Majestade dado à nossa pátria a glória de ser o segundo país do mundo a adotar o selo postal adesivo.

*Roberto Thut.*

(Do “Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo”, da “Sociedade Filatélica Paulista” e do “Instituto Heráldico-Genealógico de São Paulo”).

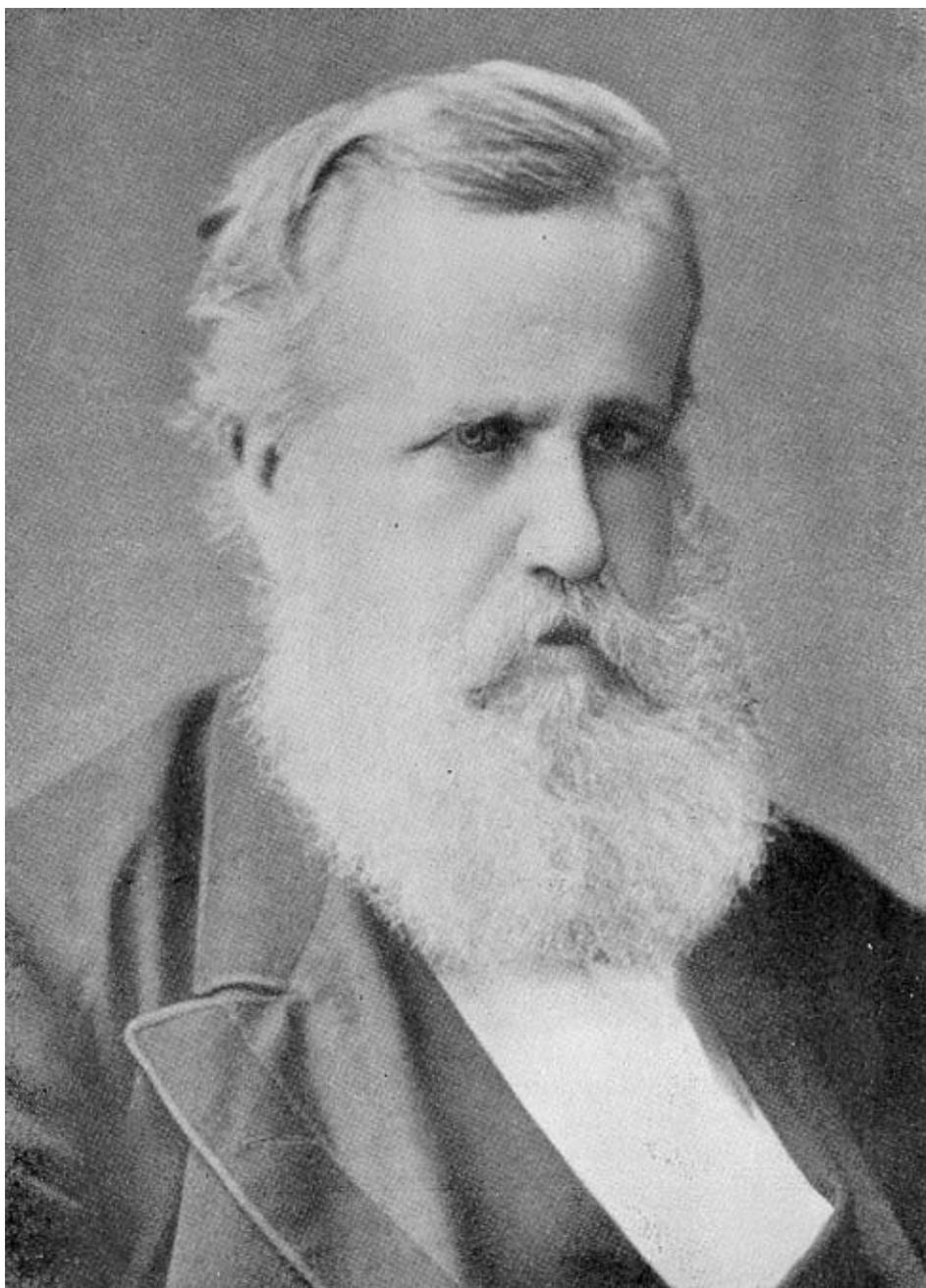


Fig. 14 – Fotografia de d. Pedro II, tirada em 1876 nos Estados Unidos, quando Sua Majestade lá estivera, a qual serviu de modelo da efigie do imperador nos selos da série de 1878-79. (Do arquivo do A.)



Documentação inédita

**Documento nº 1**

Dom manuell etc. fazemos saber aquamtos esta nosa Carta virem que avemdo nos rrespeito aos seruiços que temos rrecebidos e ao diamte esperamos rreceber de luis homem caualeiro de nosa casa e por ser pesoa que no ofiço de coreo moor de nosos rreynos nos saberá bem seruir e asy a todos moradores e pesoas que quizerem emviar cartas de hmuas partes pera outras e com todo rrecado fyelldade e segredo que pera tall caso comprir e querremdo lhe fazer graça e merçe temos por bem e o damos nouamente daqui em diamte por coreo moor em nosos rreinos e querremos e nos praz que elle tenha com o dito ofiço todollos privilegios graças liberdades que hos coreos mores tem nos outros rreinos omde hoos haa e soy de aver e elle sera obrigado dar continuoadamento em nosa corte e asy ter por sy pesoa que por elle este na nossa cidade de lixboa e do ter sempre todollos coreos que forem neceçaryos pera irem a quaisquer partes que sejaa asy com cartas nosas como de quaisquer moradores e pesoas que lhas quizerem dar e leuara por iso o preço que se com cada pesoa concertar segundo a desposiçam do tempo e os logares pera ómde as tais cartas ouverem de hir e o tempo em que quizerem que lhas leuem e porem nenhm murador nem pesoa outra nom poderia fazer como que leue cartas pera nenhma parte de que de aja de leuar porte se nam per mandado de luis homem salluo se quizerrem mandar suas cartas per outras pesoas que nam sejam coreos podeloam fazer sob pena de quallquer que os ditos correos fezera pagar çem cruzados per cada uez a metade pera a nosa camara e a outra metade pera o dito luis homem e elle leuara aos aos coreos que asy fezera o dizimo do que ouverem de portes das ditas cartas como se costuma leuar nas outras partes e será obrigado de os encamynhar e fazer agasalhar e lhe arecadar e fazer boons seus portes de maneira que nam posam perder nenhma cousa e asy nos praz por melhor aviamento dos ditos correos que nos logares de nossos rreinos onde parecer ao dito luis homem que sam neceçairos caualllos de postas aja em cada lugar de dous homens obrigados a terem os ditos caualllos e de os darem aos ditos coreos por seu dinheiro e estes querremos que seja escusos de todollos cargos de conselho como se tiuesem diso priuilegios per nos asynados e pasados pella nossa chançalaria e mostrando çertidam do dito luis homem como estam a iso obrigados e tendo os ditos caualllos serem como dito hee dos ditos cargos escusos noteficamollo asy a todollos nosos coregedores juizes e justiças officiaes e pesoas a que esta carta for mostrada e lhe mandamos que ajam o dito luis homem por coreo moor e em todo o que lhes rrequerrem pera bom aviamento dos ditos coreos o ajudem e fauoreçam e lha cumpram e guardem como se nella contem e aiam os ditos homens obrigados por excusos e lhe dem as ditas penas a enxecuom sem a esto ser posto duujda nem embargo algum porque asy hee nosa merçe dada em nosa cidade deuora a bj (6) dias de novembro gaspar seraiua a fez de mjll bc xx e este dizimo leuara aos coreos que tuer somente e os moradores poderam dar suas cartas e envialas por quaisquer pesoas que quizerem nom sendo os proprios coreos que o dito luis homem teuer e estes homes priuilegiados serem nos lugares que nos per noso

regimento ordenarmos e esta sera emquanto nosa mercê for ao ter a sirua o dito officio.

(*Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Chancelaria de D. Manuel I Livro 37 – fls. 98*).

## **Documento n. 2**

Dom johão etc. Aquantos esta mynha Carta virem ffaço saber que vendo eu quanta neçesydade em estes meus Reynos nos ha de neles aver correos e pesoas que com toda fielldade e diligência leuem cartas e rrecados asy do que a meu serujço toque como de que toqua a negoceação dos tratos e mercadorjas dos ditos meus Regnnos e mercadores que neles tratão e olhando como com ajuda de noso senhor os ditos tratos nele vão em grande çrescimento / ey por bem e me praz que em mynha Corte e em mjnha cydade de lixboa se façam e ordenem os ditos correos / e porque pera hos hordenar e emuyar e se saber os que vão e vem quamdo partem e tornam / he neçesarjo auer mestre lujs homem caualejro de mjnha casa que em esto e no majs de que o encarregar me ha asy bem serujr e como o sempre fez em todalas cousas de que ho tenho emcarregado e bem asy avendo rrespeyto a seus serujços por lhe fazer graça e merçe tenho por bem e o faço correo moor em meus Regnnos asy e pola guysa e maneyra e com aqueles prjujlegjos lyberdades e graças que os correos mores tem nos outros Regnnos homde hos haa e ele dito lujs homem poera e ordenara os correos que ouuerem de hyr em quaesquer viagens hos quaes seram taes pesoas que ho façam bem e fiellmente e prymeyro que comecem a serujr lhes tomara juramento dos santos avamjelhos pera que asy ho façam e com todo segredo e fielldade e nenhũa pesoa podera emvyar corte nem a çimquo legoas de rredor della nem da dita cjdade de lixboa nem os ditos correos partiram em nenhuma viagem que seja sem rrecado e licemça do dito lujs homem hou da pesoa que ele por sy poser no dito carreguo sob penna que se os despacharem se, sua licemça ou eles partyrem e paguarem da cadea cem cruzados asy a pesoa que hos despachar como o correo que sem sua licença partir a metade pera o dito correo moor e a outra metade pera quem o acusar nom tolhemdo porem a qualquer pesoa a que quyser mandar alguu rrecado ou cartas per algum cryado seu ou outra algũa pesoa que nom seja correo pera qualquer parte que quyser que o posa ffazer e de todo ho que hos ditos correos ouuerem asy de viagem prymçipall como portus de cartas e de quaesquer avantagens que lhes forem dadas hora vão hos ditos correos por mym e com meus rrecados ou outras pesoas ele dito lujs homem levara ho dyzimo e os ditos correos seram obrjguados a lho dar e nenhum correo que de fora vyer de quaesquer partes que sejam nam se apeara nem data nenhũas cartas a nenhũa pesoa sem primeiro hyr buscar o dito correo moor ou a pesoa que por elle serujr e a elle dara as ditas cartas pera ele as dar aquem vão hora sejam pera mym ou pera quallquer outra pesoa asy em mjnha corte como na cydade de lixboa / dos quaes correos se forem de demtro despacho leuara dapresentaçam de cada hmu doud rreais de prata ou tres vymteens por elles e se for de fora despacho lhe paguaram hmu cruzado cada hmu e ele sera obrjguado de lhe arcedar seus portees e lhes fazer boons e asy avantagens que ouuer daver e de os



Fig. 15

Fig. 16

Fig. 17

Fig. 15 – “Olho-de-boi” de 30 réis  
Fig. 16 – “Olho-de-boi” de 60 réis  
Fig. 17 – “Olho-de-boi” de 90 réis  
(Da coleção do dr. Humberto Cerruti)



fazer apousentar e agualhar e qualquer pessoa que algum correo ouuer mester ou que per eles quyserem emuyar cartas ou rrecados outrosy ho pedira ao dito luis homem ou a pessoa que ele por sy poser ele sera obrjguado de ho loguo buscar com toda delygemcia que for posyvell segumdo o negocyo for e que seja tall pessoa que com toda fyelldade e delygencya leue os ditos rrecados Item nenhmu correo podera trazer o escudo de mynhas armas saluo aqueles que por ele forem ordenados ou com sua licemça nem usar dos ditos carreguos sem lhe elle primeiro dar o dito juramemto sob penna que se ho comtryro fizerem paguarem vjmte cruzados a metade pera o dito correo moor e a outra metade pera quem os acusar os quaes correos que ele asy ordenar poderem trazer espada e punhall e armas asy de noite como de dya por todos meus Regnno e senhorjos sem lhe serem contadas e nom fazemdo com elas ho que nam deuem posto que sejam defesas e seram escusos dos carreguos e serujços do conselho e de peytas fintas talhas e de apousentarem com eles em suas casas nem lhe tomarem suas Roupas de cama nem outra nenhmu cousa de seu contra sua vomtade e bem asy me praz que quamdo correrem em viagem nom sejam presos por nenhmu diuyda que devão saluo por caso crime e quamdo tall acomteçer a justiça que ho premder buscara outra pessoa que leue as cartas que ele levava com toda dyligencia em maneyra que a dita viagem nam detenha por jso / aos quaees correos quamdo asy correrem / mamdo a todas minhas justiça dos loguares per homde forem que lhes dem mamtymemtos bestas gujas e o qque mais ouuerem mester por seu dinheiro ho que paguaram segumdo o estado da terra e porem mamdo a todos meus corregedores asy de mjnha corte como da dita cydade de lixboa e a todolos outros e asy juizes e justiça officiaes e pessoas a que esta mjnha carta for mostrada e o conhecimemto della pertemçer que ajam o dito lujs homem por correo moor dos ditos meus Regnno e outro algum nam e lhe façam jmteiramentemte comprir e guardar esta mynha carta asy como se nella comtem sem deuyda nem embargo algum que a ello seja posto e em todo ho que lho comprir pera bem e como deue e como a meu serujço e boom despacho das partes compre serujr o dito oficyo lho dem e façam daar e asy toda ajuda e favor que pera yso for necesairo porque eu o averey asy por muyto meu serujço e do comtrairo que deles nam espero rreceberey desprazer e tornarey a yso como ouuer por bem o qual luis homem jurara em mjnha chamcelaria aos santos avamjelhos que bem e verdadeiramentemte sirua e use do dito officio guardamdo em todo ho serujço deos e meu e as partes seu direito / dada em em a mjnha villa tomaar a dous dias do mes dagosto cosmo rroiz a fez anno do naçimemto de noso senhor jhesus chrispto de mjll e bcxxb.

(*Arquivo Nacional da Torre do Tombo – chancelaria de d. João III. Livro 8, fls. 94*).

### **Documento n. 3**

Dom felipe etc. faço saber aos que esta mjnha carta virem que por justos rrespeitos de meu seruyço ouue por bem mandar se vendese o offiço de correo mayor dos meus Rejnno de portugual e algarues que vagau por falecimemto de *manoel de gouuea* ultimo possuidor que ele foy e o tinha por

Carta del Rey dom Amrjque meu tio que santa gloria aja de que o treslado do verbo ad verbum he o seguinte. Dom Amrjque etc. faço saber aos que esta mjnha Carta vjrem que por parte de *manoel de gouuea* me foy apresentado hu aluara perque ouue per bem fazer merçe do officio de correo mor vagau por falecimento de francisco coelho a hua de suas filhas com hua postilha por mjm asjnada perque ouue por bem que casando elle manoel de gouuea com jnez da gera filha mais velha do dito francisco coelho o mesmo conteudo no aluara ouuelhe nelle effeito do qual aluara e apostilha o treslado he o seguinte Eu el Rey faço saber aos que este meu aluara virem que avendo repeito aos serujços de francisco coelho que foy meu correo mor e aos de luis afonso seu sogro que antes delle teue o dito officio ey por bem de fazer delle merçe pera a pessoa que cazar com hua das filhas do dito francisco coelho neta do dito luis afonso que eu nomear sendo pessoa de que eu seja contente e pera sua guarda e mjnha lembrança lhe mandej passar este meu aluara que ey por bem que valha como carta sem embargo da ordenação do 2.º livro titulo sex que o contrario dispoem João de castilho o fez em lixboa a dez de junho de mil quinhentos e setenta e seis / apostilla, Ey por bem que cazando manoel de gouuea com jnes da gera filha mais velha de francisco coelho que foy meu coreo mor (que ora estão consertados pera averem de casar) a merce conteuda no aluara asjma do Senhor Rey meu sobrnho que Deos tem aja effeito no dito *manoel de gouuea* e se lhe passe carta em forma do dito officio de correo mor apresentando certidão autentica de como são casados e a do dito *francisco coelho* e esta apostilla não passara pela chancelaria Symão boralho a fez em lixboa a vinte e sete de julho de mil quinhentos setenta e nove pedindome o dito manoel de gouuea que por quanto elle era casado e rrecebido a pota da jgrja conforme ao sagrado concillio com a dita jnez da gera como constaua per certidão que apresentaua de francisco dias cura da jgrja de são niculao desta cidade de lixboa omde se rreceberão lhe mandasse passar carta em forma do officio de correo mor assy e da maneyra que o tinha *francisco coelho* seu sogro per sua carta e proujsões que apresentaua do dito senhor Rey meu sobrnho por elle asynadas e passadas por sua chancelaria de que o treslado he o seguinte Dom Sebastião etc. faço saber aos que esta minha carta virem que *francisco coelho* meu moço da camara me apresentou hum auara del Rey meu senhor e avoo que santa gloria aja perque lhe prouue que por falecimento de *luis afonso* seu sogro que foy correo mor em meus Rejnos em esta cidade de lixboa lhe ficasse o dito officio, do qual o treslado he o seguinte Eu el Rey faço saber aos que este meu aluara vjrem que mo pedir *luis afonso* correo mor em meus Reynos e na cidade de lixboa e por confiar de francisco coelho seu genrro meu moço da camara que no dito officio me serujra com aquelle rrecado fialdade e digencia que cumpre a meu serujço e por a ambos fazer merçe ey por bem e me praz que por falecimento do dito *luis afonso* fique ao dito officio de correo mor em meus Rejnos e na cidade de lixboa e lhe faço delle merçe pera que o tenha e sirua em dias da sua vjda com o mantimento ordenado prjujlegios e ljberdades assy e da maneyra que ora tem o dito *luis afonso* per proujsões de el Rey meu senhor e avo que santa gloria aja e por sua guarda e mjnha lembrança lhe mandej dar este aluara pelo qual quando for tempo lhe manderej fazer proujsões em forma do dito officio conforme as que o dito seu sogro delle tem e ey por

bem que este aluara valha e tenha força e vigor como se fosse carta feita em meu nome por mjm asjnada e passada por mjnha chancelaria sem embargo da ordenação do segundo livro titulo sex que diz que as cousas cujo effeito ouuer de durar mais de hum anno passem por cartas e passando por aluares não valhão Amdre sardjnha o fez em lixboa a seis dias do mes de setembro de mil quinhentos e setenta e dous, manonel da costa o fez escrever com o qual aluara o dito francisco coelho me apresentou asj mesmo a carta que o dito luis ao seu sogro tinha do dito officio da qual o treslado he o seguinte Dom joão etc. a quantos esta mjnha carta virem faço saber que vendo eu a muita neçessidade que em meus Rej-os avia de nelles auer correos e pessoas com toda fealdade e diligencia leuasem as cartas e rrequados ahy do que a meu seruiço cumpre como do que tocar a negociação dos tratos e mercadorjas dos ditos meus Rejnos e mercadores que nelles tratão asy por jssso como por outros rrespeitos que me a isso moueram ordenej que em mjnha corte e cidade de lixboa se fizessem e ordenasem os ditos correos e fiz *luis homem* caulejro de mjnha casa mestre e correo mor delles pera os ordenar e jnujar e se saber quando partem e tornão e disso lhe dey mjnha carta e por o dito *luis homem* ser falecido por confiar de luis afonso que nisso me seruir bem e com todo o cuidado e dilligencia como sempre fez em todas as cousas de que o encarregej de que sempre me deu muj boa conta, e bem asj avendo rrespeito a seus seruiços por lhe fazer graça e merçe tenho por bem e o dou por mestre dos correos e correo mor em todos meus Rejnos asj e pela gujza e maneira que o era o dito luis homem que se finou e como o são os outros correos mores nos outros Rejnos omde e com aquelles prjujlegios liberdades e graças que elles tem e elle luis afonso poera e ordenara os correos que ouuerem de jr em quaesquer viagens os quais serão tais pessoas que o fação bem e fielmente e primeiro que o comessem a seruir lhe tomara juramento dos santos evangelhos pera que asy o fação com todo segredo e fieldade e nenhua pessoa poderia jnujar dos ditos recados de minha corte nem as sinquo legoas de redor della nem da dita cidade de lixboa nem os ditos correos não partirão em nenhua vjagem que seja sem rrecado e licença do dito luis afonso ou da pessoa que elle por sy puzer no dito carguo sob pena que se os despacharem sem sua licença ou elles partirem pagarem de cadea cem cruzados asy a pessoa que os despachar como o correo que sem sua licença partir a metade pera o dito correo mor e a outra ametade pera quem acuzar, não tolhendo porem a qualquer pessoa que quizer mandar algum rrecado ou cartas por algum crjado seu ou outra alguma pessoa que não seja correo pera qualquer parte que quj-zer que o posa fazer e de todos os que os ditos correos auuerem assy da viagem principal como portes de cartas e de quaesquer aventayas que elles fizerem ora vão os ditos correos por mjm e com meus rrequados ou de outras pessoas elle dito luis afonso leuará o dizimo e os ditos correos serão obrigados a lho dar e nenhum correo que de fora vier de quaesquer partes que seja não se apeara nem dara nehhuas cartas a nenhua pessoa sem prjmeiro jr buscar ao dito correo mor ou a pessoa que por elle seruir e a elle dará as ditas cartas pera elle as dar aquem vão ora sejão pera Corte como na cidade de lixboa os quaes correos se forem de den-tro de espanha leuara da apresentação de cada hum dous reis de prata ou três vinteis per elles e se for de fora de espanha lhe pagarão hum cruzado cada hum e elle sera obrj-

gado de lhe arrecadar seus portes e lhos fazer bons, e asy vantagens que auuesem de auer e de os fazer apresentar e agazalhar e qualquer pessoa que algum correo ouuer mister ou que por elles quizerem jnujar cartas ou rrecados o pedira ao dito luis afonso ou a pessoa que elle per sy puzer / e elle sera obrjgado de lho logo buscar com toda a diligencia que for possivel segundo o negocio for e que seja tal pessoa com toda fealdade e diligencia leue os ditos rrecados nenhum correo possa trazer o escudo de mjnhas armas saluo ho quelles correos que por elle forem ordenados ou com sua licença nem uzar dos ditos carguos sem lhe elle prjmeiro dar o dito juramento sob pena que se o contrajro fizerem paguem vinte cruzados ametade pera quem os acuzar e a outra ametade pera o dito correo mor os quaes correos que elle asy ordenar poderão trazer espada e punhal e asy de noite como de dia por todos meus Rejnos e senhorios sem lhe serem contadas não fazendo com ellas o que não devão posto que sejam defezas e serão escuzos dos cargos e seruiços do concelho, e de peitas fintas talhas e de apozentarem com elle em suas cazas nem lhe tomarem suas rroupas de cama nem outra nenhuma couza do seu contra sua vontade e bem assy me praz que quando correo meu em viagem não sejam prezos por nenhuma deujda que deuão salvo por cazo crjme e quando tal acontecer a justiça que o prender buscara outra pessoa que leue as cartas que elle leuaua com toda dilligencia em maneira que a dita viagem senão detenha por isso / aos quaes correos quando asy correrem mando a todos mjnhas justiçaes dos logares por onde forem que lhe dem mantimentos bestas qujsas e o que mais ouuer mister por seu dinheiro pello estillo da tera e porem mando a todos meus corregedores juizes justiçaes officiaes e pessoas a que esta mjnha carta for mostrada e o conhecimento della pertencer que ajão o dito luis afonso por correo mor dos ditos meus Rejnos e outro algum não e lhe fação jnteiramente comprir e guardar esta mjnha como se nella contem de duujda nem embargo algum que nella seja posto e em todo o que lhe comprir por bem e como deue e como a meu seruiço e bom despacho compra servir o dito officio lhe dem e fação dar toda ajuda e fauor que pera isso lhe for necessario porque o ey assy por meu seruiço e do contrajro que delles não esperão rreceberej desprazer e tomarej a isso como ouuer por bem o qual luis afonso jurara em mjnha chancelaria dos santos evangelhos sirua o dito officio guardando em todo seruiço de Deus e meu dada em avora a treze dias de janeiro fernão da costa a fez anno do nascimento de nosso senhor jhu chrispto de mil qujnhentos e trinta e tres, E estes correos que o dito correo mor a de por e que ande ter os prjujlegios declarados nesta carta serão ate doze e mais não pedindome o dito *francisco coelho* que por quanto o dito luis afonso seu sogro era falecido lhe mandasse passar carta em forma conforme ao dito aluara e visto seu rrequerjmento e confiando eu delle que no dito officio me serujra bem e fielmente como a meu seruiço cumpre ey por bem e me praz de lhe fazer merçe do dito officio de correo mor em meus Rejnos e nesta cidade asy e da maneira que o elle deue ser e como o foj o dito seu sogro por vertude da dita carta acima tresladada de que uzara e com todos os prjuilejios nella conteudos e elle jurara em mjnha chancelaria aos santos avangelhos que sirua o dito officio bem e verdadeiramente e mando aos desembargadores corregedores ouujdores juizes justiçaes officiaes e pessoas a que esta mjnha carta for mostrada e o conhecimento della per-



Fig. 15 – Cópia fotostática de uma sobrecarta franqueada com os três valores de “olhos-de-boi”, que fazia parte da coleção do falecido cônsul-geral Eduardo Heineze.



tençer que lhas cumprão e guardem e fação jnteiramente comprir e guardar, diogo fernandez a fez em lixboa a vinte dias do mes de setembro anno do nacimiento de nosso senhor jhu chrispto de mil e quinhentos e setenta e cinco baltasar da costa a fez em euera, E nas costas da dita carta estaua hua postilla que dezia, E porquanto nesta carta atras escrita estaa hua chancela que diz que se não tolhera aqualquer pessoa que quizer mandar algum rrecado ou cartas per algum crjado seu ou outra algúa pessoa que não seja correo pera qualquer parte que quizer ey por bem e me praz por alguns justos rrespeitos que me a isso mouem que se não uze da dita clauzula e em todo o mais se cumpra adita carta como se nella contem e assy esta apostilla posto que não seja passada pela chancelaria sem embargo da ordenação em contrajro diogo fernandez a fez em lixboa a treze de majo de mil e quinhentos e sesenta e seis baltasar da costa a fez escreuer, treslado de hua proujsão e postilla que estaa ao pee della. Eu el Rej faço saber aos que este aluara virem que *francisco coelho* meu correo mor me enujou dizer que luis afonso seu sogro que tambem foj correo mor e elle *francisco coelho* estiuerão sempre em posse por rrezão de seu officio de os correos que hião destes Rejnos pera fora delles despachados com cartas e negocios de meu seruiço ou de portes e aos que vinhão de fora destes Rejnos despachados pera mjm por meus embaixadores ou por quaesquer pessoas que la fazião meus negocios lhe paguarem a dizima de todo o dinheiro que se lhe daua pera as viagens e que o mesmo se costumaua pagar ao correo mór de castella de que apresentaua certidão sua e que ora alguns correos meus de algum tempo a esta parte se aleuantauão com esta dizendo que lhe paguauão de torna vjagem e lho nam querjão pagar pedindome que mandasse que lho paguasem todos como sempre se fizera e visto seu rrequerjmento com a jnformação que sobre este caso madej tomar pelo licenciado lourenço correa do meu desembargo juiz dos negocios de mjnha fazenda per que contou ser assy como o dito correo mor dizia, e visto outro sy hua sentença que apresentou dada neste caso pelo licenciado gaspar da nobregua do meu desmbarguo que foj do ciuel da cidade de lixboa em fauor do dito correo mor luis afonso, e a dita çertidão do correo mor de castella ey por bem e me praz que todos os correos que de fora destes Rejnos vieram despachados a mjm pera meus embaixadores ou por outras pessoas que la fizerem negocios de meu seruiço paguem ao dito correo mor a dizima do dinheiro que lhe for dado pera sua viagem asy e da maneira que paguão os correos que destes Rejnos vão despachados por mim pera os ditos meus embaixadores e pessoas que fazem meus negocios, E mando a todas mjnhas justiças officiaes e pessoas a que o conhecimento disto pertençer que assy o cumprão e fação jnteiramente comprir e guardar sem duujda nem embargo algum que a isso seja posto e este aluara me praz que valha e tenha força e vigor como se fosse carta feita em meu nome per mym asynada e passa pela mjnha chancelaria sem embargo da ordenação do segundo livro titulo sex que diz que as couzas cujo effeito ouuer de durar mais de hum anno passem por cartas e passando por aluares não valhão, gaspar de seixas a fez em almeirim a sex de janeiro de mil e quinhentos setenta e cinco jorge da costa o fez escreuer – apostila – e tudo que acima he dito se comprira assy nos correos como em quaesquer outras pessoas que vierem despachadas assy da coroa

destes Rejnos per meus embaixadores ou pelas pessoas que la fizerem meus negócios jorge da costa o fez em almada a cinco de agosto de mil e quinhentos e setenta e cinco e este aluara passara pela chancelaria posto que tempo seja passado e pagara a chancelaria diretamente E visto seu requerimento e o aluara e as postillas atras tresladadas e çertidão do cura de que constou ser o dito *manoel de gouuea* casado e rreçebjdo com a dita jnez de gera e por fiar delle que nas cousas de que o encarregar me serujra bela e com o rrecado e diligencia que a meu serujço cumpre e por lhe fazer merçe tenho por bem e o dou ora daquj endjante por correo mor de meus Rejnos e desta cidade de lixboa assy e da maneira que o elle deue ser e como foj *francisco coelho* seu sogro pela carta neste tresladada e com os prjvilegios percalços e declarações que se contem na dita carta e postillas e proujsão nesta incertos porque de tudo ey por bem que o dito *manoel de gouuea* possa uzar e uze e se lhe cumprão jntejramente e auera com o dito officio de mantimento ordenado vinte mil reis em cada hum anno a custa de mjnha fazenda que tirara outra proujsão conforme a que tjnha seu sogro que pera isso apresentara, e portanto mando a todos os desembargadores corregedores ouujdores juizes e justiças de meu Rejno e senhorjas e a quaesquer outros officiaes e pessoas a que esta mjnha carta for mostrada que ajão daquj em djante ao dito *manoel de gouuea* por correo mor de meus Rejnos e desta cidade de lixboa e lhe cumprão e guardem a fação jnteiramente comprir e guardar esta mjnha carta apostillas proujsão nesta jncorporadas assy e da maneira que se nellas contem porque asy he mjnha merçe e elle jurara em mjnha chancelaria aos santos evangelhos que bem e verdadeiramente sirua o dito officio de correo mor fazendo e guardando em tudo o que a meu serujço cumpre, dada na cidade de lixboa aos sete dias do mes de setembro, mjgel da costa a fez anno do nascimento de nosso senhor jhu chripsto de mil quinhentos setenta e nove simão boralho a fez escrever e confiando eu de *luis gomez da mata* fidalguo de mjnha casa que no dito officio de correo mayor me serujra com jntejeza e satisfação que cumpre a meu serujço ey por bem e me pras de lhe vender como por esta presente carta lhe vendo o dito officio de correo mayor dos ditos meus Rejnos de portugal e algarues pello preso e com as condicoens seguintes que o dito officio de correo mayor vendo ao dito *luis gomez da mata* com tudo o a elle anejxo e pertencentes pera elle pera todos seus desendentes e pera todos os que delle tuerem titolo voz e cauza perpetuamente pera sempre jamais livre e desembaraso ou posse pacifiqua com todos os priujlegios graças perogativas e ordenados que tuerão as mais pessoas que serujrão o dito officio ate o dito *manoel de gouuea* ultimo pessuidor delle de que se lhe darão os titollos necessarjos e se lhe entregarão os quais tuerão seus antesesores e as proujzoens pera que assy mesmo lhe fiquem per titolos do dito officio, e o dito *luis gomez da mata* podera vender o dito officio dar doar trespassar vincullar em morgado dar em dotte com todos os titolos e grauamenes que lhes parecer sem pera isso ter neçessjdade de me pedir lecença porque tudo podera fazer com a venda doação e remunicação sua, e ao dito *luis gomes* e as pessoas que suçederem no dito officio se lhe darão os titolos delle sem pagarem nenhum tempo chancelaria nem a outro direito algum e se lhe darão seus titolos contudo o mais que em rrezão do dito officio estaa comçedido tem e goza o

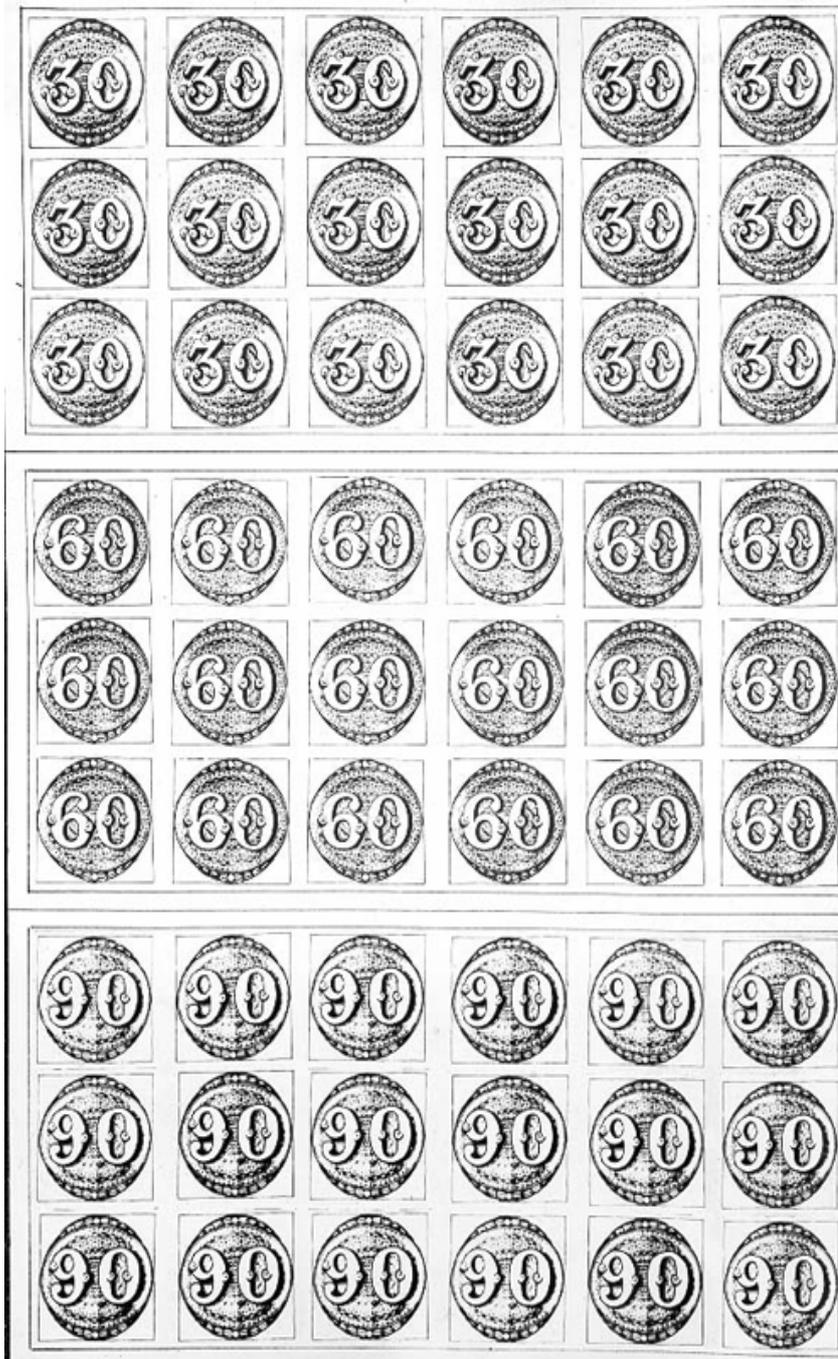


Fig. 19 – Composição das folhas mistas dos “olhos-de-boi”, constituídas dos três valores



correo mor de castella cujos titolos lhe ficarão tambem per titulo do mesmo officio e o dito *luis gomez* e todos os sucessores do dito officio poderão nomear e prouuer os estafetas mestres de postas e assistentes e criar de nouo em todo o Rejno os mais que lhe pareser sem contradicção alguma e mandallos de humas partes pera outras as quais não rreconheceraõ outro superior senão o dito correo maior ou os que sucedem no dito officio que os poderão rremouer e tirar quando for sua vontade e os altos correos mestres de postas e outros menistros gozarão de todos os prjujlegios e liberdades que te gora tjuerão e das mais que conforme a seus officios lhe deuem ser goardadas e qual dito officio de correo major faço certo e seguro ao dito *luis gomez da mata* e a quem delle tjuer titollo e cauza sem que agora nem em nenhum tempo lhe possa ser posto jmpedimento algum no uzo e exercicio e propriadade delle, e a avendo quem a contradigua o procurador de mjnha coroa sera obrjgado hadefender a cauza e segilla ante o juiz de meus feitos de dejxar em pasifiqua e quieta posse e propriadade do dito *luis gomez da mata* ou a pessoa que em qualquer tempo que suceder este cazo servir o dito officio sem que pera tudo nem parte tenha neçessidade de se acodir ha dita cauza por parte do dito *luis gomes* nem pelos dos que tiuerem o dito officio se não que por a mjnha se acordira a tudo como dito he e pera major segurjdade do dito officio mando se entregue desde loguo ao dito *luis gomes* para titollo delle a dezistencia que tem feito o correo major de castella de qualquer direito que tenha ao dito officio de correo major de portugal pera que agora nem em nenhum tempo jnda que eu ya e asista nos meus Rejnos de portugal, possa perturbar a posse pasifica do dito offiçio e o mesmo ey por bem que fação os erdejros de *manoel de gouuea*, o qual dito officio de correo major com todas as declarações graças e prjujlegjos asima e adjante declaradas vendo ao dito *luis gomez da mata* por preso de setenta mil cruzados de a dez rreales por cruzado paguos na forma seguinte trinta mil cruzados em outros tantos que deue *joão garsia de sisneros* a *antonio gomez* filho do dito *luis gomez da mata* por proujzão mjnha pera os mezes de setembro e outubro deste presente anno os quaes são os mesmos que sem intereçe algum prestou a mjnha fazenda pera o apresto da armada de dom luis fajardo, e os quarenta mil cruzados rrestantes ade dar o dito *luis gomez da mata* nesta mjnha corte hum mes depois de tomada a posse pasifiqua plenamente do dito officio e constando que o dito *luis gomez da mata* tem paguo na mjnha fazenda os ditos setenta mil cruzados pela maneira que dito he o dou per quite e liure da obrigação delles e com declaração que em cazo que agora ou em algum tempo se ache que o dito officio mal mais do que o dito luis gomez da por elle eu de mjnha certa siensia poder rreal e absoluto lhe faço graça e merçe da mais valia pera que em nenhum tempo se lhe possa pedir rrestituição inda que a lesão seja jnnorme ou jnormjsima tendo rrespeito ao benefcjo que minha fazenda rrecebeo na ocazião da compra do dito officio elle nem nenhum de seus sucessores não poderão pedir couza alguma pera poder rresendir o effeito desta venda o qual pera entrambas partes ade ficar sempre firme e valiozo e pera firmeza de todo o conteudo em esta minha carta rreuoguo e ey por reuogados todos e quaesquer prematiquos uzos estilos leis ordenações proujzões que aja em quanto ou possa auer ao djante posto que sejam incorporados em direito e que da sustancia dellas se aja de fazer

especial menção ou particullar derrogação porque pera firmeza e jntejro cumprimento desta mjnha carta as ey por expresas e declaradas e que esta nem nenhua outra possa empedir nem perturbar em nenhum tempo esta compra nem ha administração e uzo do dito officio em parte nem em todo de qualquer maneira que seja, e mando que nenhum meu das mjnhas coroas de portugal e castella nem outra pessoa algua se entremeta no uzo ordem e exercício do dito officio senão que o dito *luis gomes* e todos os que o administrarem o administrem plenamente como o meu correo major, e asy em crjar os correos como em os nomear pera qualquer viagem mandando os despachar que ouuerem de leuar pera qualquer parte a casa do dito correo mayor e outrosy mando a todos meus desembargadores corregedores ouujdores e quaesquer outros meus officiaes e fazenda a que esta mjnha carta for apresentada ou o treslado della autentiquo a cumprã e guardem e fação jnteiramente comprir e guardar e conheção ao dito *luis gomez* e seus suçessores por correos mayores destes meus Rejnos de portugal e algarues com todas as graças prjujlegios liberdades e clauzulas prerogativas e lhes deixem aver e gozar todos os selarjos prois e percalços e ordenados que pera rrezão do dito officio lhe pertencem conforme a esta carta, e nela jncorporada por quanto pela dita maneira lhe faço merçe de lhe vender o dito officio e o dito *luis gomez da mata* jurara em mjnha chancelaria aos santos avangelhos que bem e verdadeiramente sirua o dito officio goardando em tudo meu serujço e as partes seu direito sem pagar direitos alguns na dita chancelaria e pera firmeza do que dito he lhe mandej passar por mjm asjnada e asellada com o meu sello pendente dada na villa de madrid aos dezanoue de julho, luis dabreu de freitas a fez anno do nacimiento de nosso senhor jhu chrispto de mil e seiscentos e seis, o secretario luis de figejredo a fez escrever.

(*Arquivo Nacional da Torre do Tombo – chancelaria de D. Felipe II – Livro 22, fls. 218-v.*)

#### **Documento n. 4**

Ilmos. e Exmos. Snrs. – Esta Camara zelozza do bem Publico, conhecendo o proveito que tem havido de haver Correo particular, que a dous annos certos cidadons tem conservado a sua custa p.<sup>a</sup> essa Capital, não só na prompta correspondencia comercial, como na frequencia das noticias politicas que em periodos certos chegão a esta Va. annunciadas em folhas, cartas e mais empreços, de que tem resultado o desenvolvimento, do espirito publico todo adherente a Sagrada cauza do Brazil, q. hé a mesma de S. M. I. tão necessario na Epoca presente; por tudo isto representa a V.V. Exas. hajam por bem estabelecer o mesmo Correo pela Administração geral afim de se tornar publico, e de se evitar não so o pezo áquelle numero de cidadons sobre quem recaihia e recaia ainda o mesmo Correo, como os inconvenientes de portadores soficientes para a condução da malla, por conseguinte a fallibilidade algumas vezes do mesmo como tem acontecido.

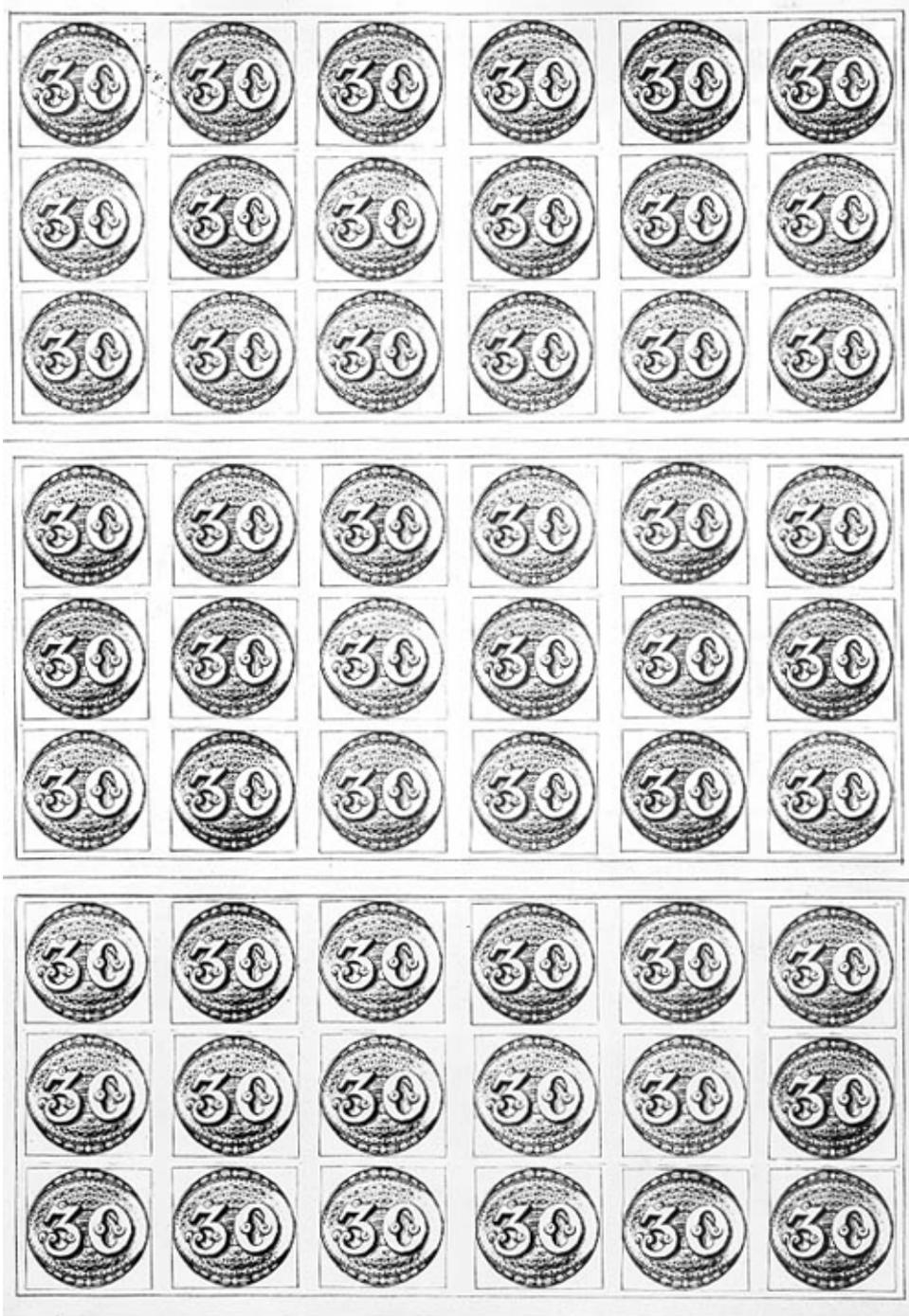


Fig. 20 – Composição das folhas de 54 exemplares de “olhos-de-boi” de 30 réis



Quando vv. exas, se dignem anuir a presente representação terá esta Camara e Povo um justo motivo de gratidão e reconhecimento a vv. exas.

Deos gde. a vv. exas. mtos. annos. – Villa de Itú em Camara de 8 de Fevereiro de 1823.

(aa) Candido Jozé da Mota.

Salvador Pereira de Almida.

Joaquim Jozé de Mello.

João Leite de Sampaio.

Thomaz Jozé Ferra. de Carv.’.

(Dept.º do Arquivo do Estado de São Paulo – Itú – maço 90).

### **Documento n. 5**

O Governo Provizorio, avista detudo quanto Vossas Mercedes expõem no seo officio de oito docorrente, sobre o estabelecimento do Correio para essa Villa, se propoem de acordo com a Junta da Fazenda á annuir a esta pretensão por isso que interessa ao Publico; mas não pode adotar esta medida, emquanto não chegar da Côrte do Rio de Janeiro o novo plano, que de lá se espera sobre os Correios de terra, no intanto devem Vossas Mercedes para maior commodidade deste estabelecimento, convidar a algum Paulista para se encarregar gratuitamente da administração do mesmo Correio dessa Villa. Deos guarde a Vossas Mercedes.

Palacio do Governo de São Paulo, vinte de Fevereiro de mil oitocentos vinte tres. Candido Xavier de Almeida Souza – João Baptista da Silva Paços – Manoel Joaquim de Ornellas – Anastacio de Freitas Trancoso – João Gonçalves Lima

Senhores Juiz Prezidente e officiaes da Camara da Villa de Itu.

(Dept.º do Arquivo do Estado de São Paulo – Itú – maço 90).

### **Documento n. 6**

Registo de hum Officio do Exmo. Sr. Presidente dirigido a Camara desta Villa, acompanhado de huma instrucção.

O Conselho da Presidencia desta Província, depois de examinar attentamente os officios das Camaras das Villa de Itú, e Sorocaba, sobre o estabelecimento de hum Correio para as mesmas, e tendo em vista o bem Publico, resolveu em sessão de vinte e sete de Outubro proximo passado, que com effeito se estabelecesse o mencionado Correio o qual se devia dirigir a Villa de Sorocaba girando tanto na hida, como na volta pelas de Jundiahy, São Carlos, e Itú, na conformidade das Instrucçoens incluzas, havendo em cada uma dellas hum Administrador, que deve ser escolhido, e nomeado pelas Camaras respectivas, á quem cumpre todas as providencias especificadas nas

ditas Instrucçoens para o administramento, e regularidade deste estabelecimento; o que o Presidente da mesma Provincia participa a Villa de São Carlos para sua intelligencia, execução. – São Paulo vinte cinco de Novembro de mil oitocentos e vinte e quatro. – Luccas Antonio Monteiro de Barros.

Instrução para o Correio Público estabelecido entre esta capital, e as vilas de Jundiaí, São Carlos, Itú, e Sorocaba.

PRIMEIRO – Haverá em cada uma destas Villas um Administrador, escolhido, e nomeado pela Camara respectiva, ao qual competirá toda a responsabilidade, e direcção do Correio debaixo das ordens do Governo, e da Junta da Fazenda, servindo por óra somente pela honra, e consideração, que lhe deve resultar de se prestar ao bem Publico, e confiança que se faz de sua pessoa, sendo escolhido para este objecto de tanta importancia, outro que convem, que seja dotado de probidade, e louvaveis costumes.

SEGUNDO – Para o futuro, quando pelo augmento da população e Comercio forem grandes os lucros deste Estabelecimento que cheguem para pagamento dos Empregados perceberá uma sufficiente gratificação sendo dessa já despençado de todo outro qualquer serviço.

TERCEIRO – A Administração se estabelecerá em caza do Administrador, que for nomeado, que deve por isso rezidir dentro da Villa rezervando-se huma Salla ou quarto proximo á rua para o laboratorio do Correio.

QUARTO – Sendo assiduidade, e execução no Serviço os mais essenciaes deveres de todos os Empregados, deve o Administrador prestar juramento de bem os prehencher.

QUINTO – Haverá as mallas precisas para o expediente do Correio e fechadas com cadeados, que tenham tantas chaves quantas são as Villas por honde hade transitar, cujas chaves serão entregues aos respectivos Administradores, bem como as ballanças, pezos e Carimbos necessarios.

SEXTO – Para a conducção das malas haverá dois Pedestres que devem ficar estacionados, hum na Villa de São Carlos, e outro na de Sorocaba, os quaes vencerão o Sallario de duzentos e quarenta reis por dia pagos pelas Administraçoens nas dittas Villas, e por conta da Fazenda Nacional que deve suprir com o que faltar para este pagamento quando não chegue o rendimento que nellas houver, e quando qualquer delles não possa marchar por algum empedimento o respectivo Capitão-Mor perstará outro.

SETIMO – A Camara da Villa de Porto Feliz poderá estabelecer huma Administração no seo Destricto mandando um Pedestre a sua conta conduzir á Itú nos seos devidos tempos, as Cartas que forem do seo destricto e levar as que a elle se dirigem.

OITAVO – O Correio sahirá desta cidade no dia dois chegará a Jundiahy no mesmo dia: a São Carlos a trez: a Itú a quatro: a Sorocaba a cinco, honde hade falhar um dia e deve regressar para Itú a sette: São Carlos a oito: Jundiahy a nove, e a esta Capital a dez; e assim nas demais occazioens desti-

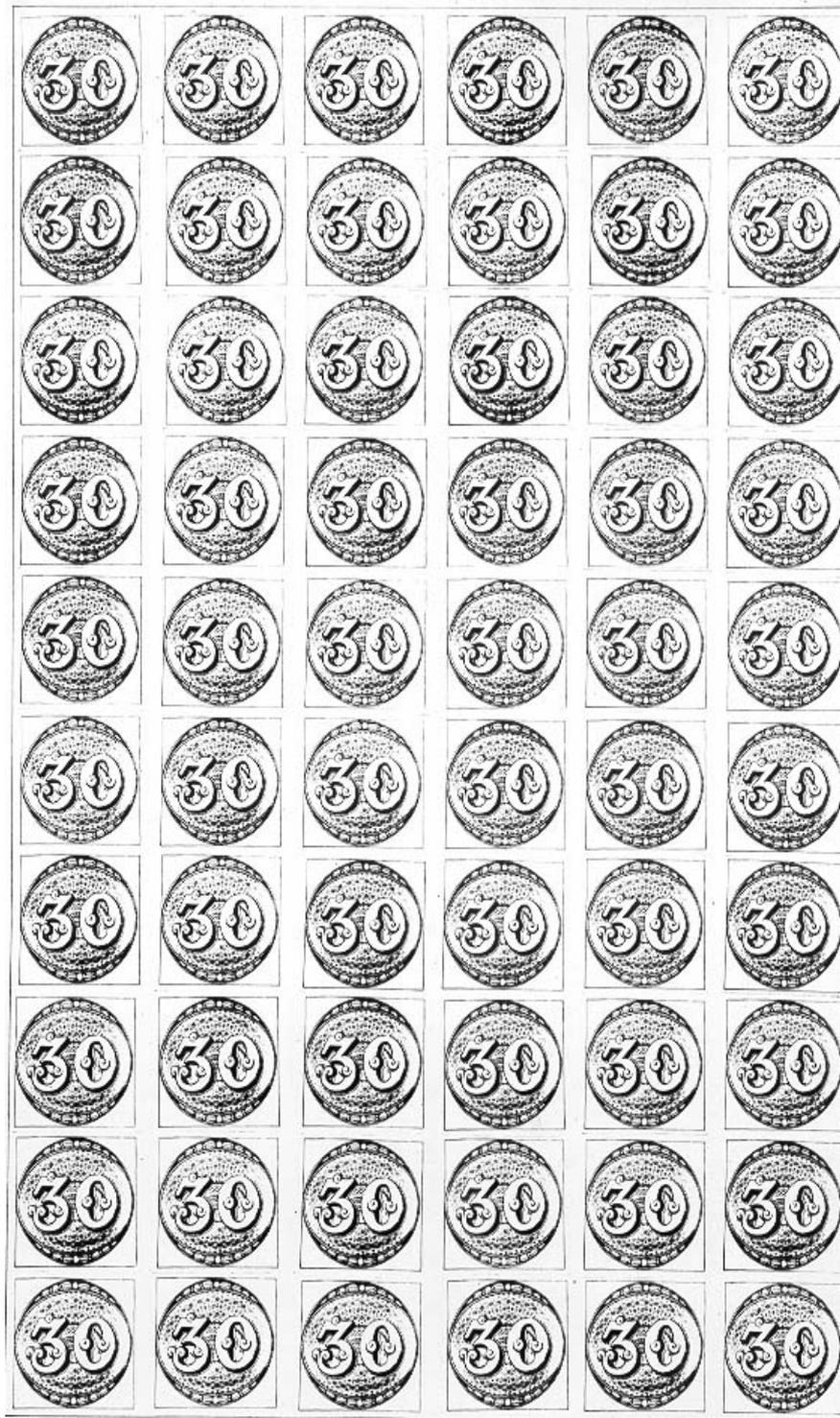


Fig. 21 – Composição das folhas de 60 exemplares dos “olhos-de-boi” de 30 réis.



nadas para a partida, e volta do dito Correio a mesma Capital; nas ocazioens porem em que o Correio do Rio chegar com demora, ese retarda por consecuencia a partida do de Sorocaba, deverá o Pedestre não ter nesta Villa o dia de falha, que se declara neste artigo, afim de chegar no seu regresso á esta Cidade no dia aprasado.

NONO – O Pedestre de Sorocaba achar-se-ha por consecuencia prompto em Sam Carlos no dia em que ali deve chegar a mala, para recebela do Pedestre da mesma Villa, que hade conduzila desta Cidade.

DECIMO – Logo que chegar a malla, a qualquer das Villas, o Administrador extrahindo della as Cartas que se dirigem ao seo Destricto, e fará seguir imidiatamente ao seo destino passando depois a conferir os portes com o avizo ou factura de seu valor que as deve acompanhar, e arranjalas por ordem alfabetica, afim de organizar a lista que deve transmitir ao Publico, para depois destreboilas, devendo promptificar primeiro as cartas, que se dirigem a Authoridades, e que serão entregues com preferencia.

HONZE – Quando receber cartas que não levem já os competentes portes designados no subscriptos, será esta a primeira operação, a que deve proceder, separando as demais, segundo a indicação do seo pezo que a pratica facilitará.

DOSE – Para o sistema de pezar e taxar os portes não é necessario mais do que a seguinte explicação = toda a carta que girar na distancia de vinte legoas induziveis, a que pezar athé quatro oitavas, ou ella peze só huma, ou duas, terá o porte de vinte reis. – posta a carta na balança e não passando de quatro oitavas, fica desedido o seo porte, peze o que pezar de menos das ditas quatro oitavas. – a mesma razão decide o porte das que pezarem athé seis oitavas, huma vez que passem das quatro, e não excedão das seis, ou peze quatro, e meia, ou cinco, e meia, o seo porte será de trinta réis. – o mesmo que se diz de quatro oitavas athé seis, se deve praticar de seis até oito, cujo porte hé quarenta reis, e assim progressivamente todas as vezes que as cartas ou maços excederem a huma onça continuará esta regra.

TREZE – O Porte de duas a duas oitavas so servirá para acressentamento, ou importe de qualquer carta mais volumoza que pezar, por exemplo, huma onça, e duas oitavas entre a mesma distancia de vinte legoas em que devem ser consideradas todas as villas, visto que as de Itú, e Sorocaba he justo que sejam reguladas senão pela sua verdadeira distancia desta Cidade, e não por aquellas em que ficão pelo giro do Correio.

QUATORZE – Os Impreços que remetterem fechados na forma do estillo pagarão somente da taxa estabelecida.

QUINZE – Todas as cartas, que vierem das diversas Provincias para as ditas Villas pagarão o porte indicado nos paragrafos doze, treze e catorze alem daquelle que trouxerem até a Capital.

DEZASEIS – Nos devidos tempos da partida do Correio terá promptas as cartas taxadas com os competentes portes, e marcadas com o carimbo do

nome da Villa, e a respectiva factura, que as deva acompanhar; a qual ficará registada em um livro para isso destinado.

DEZASSETE – Poderá segurar cartas ou massos de papeis, e não outro algum genero de seguro, e de cada um delles cobrará quatrocentos, oitenta reis, que serão logo pagos, os quaes não entrarão em conta de porte, que houverem de pagar em razão de seo pezo, e de cada seguro dará dois conhecimentos, hum que com o titulo de cautela, será entregue ao Segurador, e outro acompanhará o masso, ou carta segura, que fará na nota = segura = em caracteres intelligiveis, e cuja cautela será registada em hum livro, que terá para esse fim, fazendo deste carga no avizo, ou factura das cartas: as que forem seguras se deverão entregar depois de passados os competentes recibos nos mesmo conhecimentos.

DEZOITO – Na caza do laboratorio do Correio reinará sempre a decencia, a boa ordem e o Administrador será responsavel pelas faltas que houverem.

DEZANOVE – Os Administradores darão conta de tres em tres mezes a Junta da Fazenda de todo rendimento, pelos quaes serão tambem responsaveis.

VINTE – As remessas dos processos para os Tribunaes, e Rellaçoens, ou de hum para outros Juízos em differentes terras em que houver comunicação por via de Correio, serão praticadas por elle, e só iso poderão remetter particularmente, pagando primeiro as respectivas taxas de Correio, e aquelles que contrariarem a este artigo lhes será imposta a pena da Ley.

VINTE HUM – Sómente as cartas e papeis dirigidos pelas Authoridades constituídas ou pelos seus Secretarios, ou Escrivaens, que houverem por objecto o Serviço Imperial, e Nacional, serão isentos de taxas, e para o que se deve expressar nos subscriptos o titulo da Authoridade, que os dirigir, mas quando for em beneficio da parte interessada que o requeira, tem de anotar no mesmo subscripto = Por interesse particular = pagarão a competente taxa, o que he do dever de toda a Authoridade que dirigir similhante cartas particular, afim de evitar abuzos em prejuízo da Fazenda Nacional.

VINTE E DOIS – Para que o giro do Correio não seja interrompido nenhuma Authoridade retardará o seu expediente, ou embarçará a marcha dos respectivos Empregados salvo um fragante delicto, antes lhes prestarão todos os devidos auxílios.

Sam Paulo, vinte e cinco de Novembro de mil oitocentos e vinte e quatro – o Secretario do Governo Joaquim Floriano de Toledo.

Nada mais havia, e continha em dito officio, e Instrucçoens, que aqui bem, e fielmente fiz trasladar nos proprios originaes aos quaes me reporto. O referido he verdade e fiz passar o presente, que fica sem coiza que duvida possa pelo ver, ler, correr, e conferir com o proprio original nesta Villa de

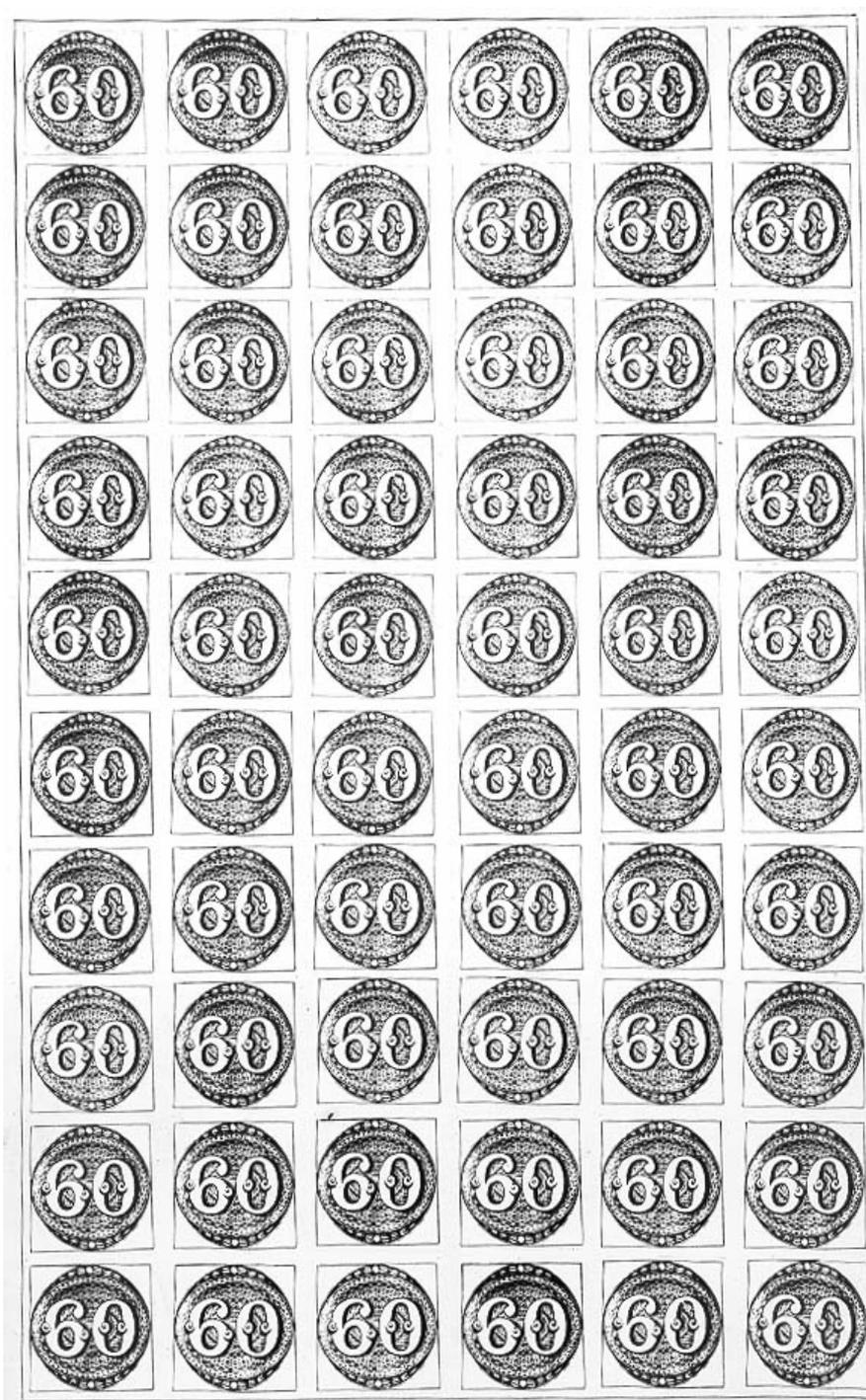


Fig. 22 – Composição da folha de exemplares dos “olhos-de-boi” de 60 réis



São Carlos aos doze de Jan.º de mil oitocentos e vinte e quatro (sic) – Eu Jose Tristão do Lado de Christo subscrevi, conferi, e assigno.

José Tristão do Lado de Christo.

Confrd.º

Tristão.”

(Arquivo da Câmara Municipal de Campinas - Livro 4.º – fls. 148 – que “*Hade servir para o Registo de Officios, Ordens da Camara desta Villa de S. Carlos; vai numerado, e rubricado p. mim, e no fim leva encerramento: S. Carlos, 16 de agosto de 1819*”).

#### **Documento n. 7**

Illm.º e Exm.º Sr. – Sendo um dos principaes deveres desta Camara o vigiar se os Empregados publicos cumprem com as obrigaçoens, a q. estão ligados, não pode deixar esta Camara de levar ao conhecimento de V. Exa. q. o actual Administrador do Correio desta Villa Bento Jozé de Abreu por vezes tem tratado com maneiras asperas e grosseiras aos q. procurão suas Cartas; além de algumas vezes demorar a entrega delas, como aconteceu no dia quatro do corrente mez, q. xegando a mala ao escurecer, e o povo depois de muita espera q. teve, saío o dito Administrador, e com palavras menos pulidas afirmou q. naquelle dia já mais entregaria uma Carta e via-se q. de motu proprio assim o fez: acrescendo mais q. sendo publicadas a mezes as novas intrucsoens dos Correios, ainda oje se pagão pelas velhas, a eicesão das q. vem dirigidas pela administração do Correio do Rio de Janeiro. Levamos isto ao conhecimento de V. Exa. para providenciar como axar justo. D.º G.º a V. Exa. – S. Carlos em sessão de 6 de novembro de 1829.

Illm.º e Exm.º Sr. Prezidente Jozé Carlos Pereira de Almeida Torres

(a) Antonio Pompéo de Camargo.

Francisco Jozé de Camargo Andrade.

Francisco Teixeira Nogueira.

Jozé Pedrozo da S.ª.

Ignacio Caetano Leme.

Jozé Mendes Ferraz Junior.

Miguel Antunes Garcia.

(Dept.º do Arquivo do Estado de São Paulo – Campinas – maço 106)

#### **Documento n. 8**

Sendo-me presente o officio que V. M. me dirigirão em dta. de 6 do p.p., accusando ao Administrador do Correio dessa Villa de omisso de seus deveres, e de tratar as Partes com aspereza, tenho mandado que elle responda pela sua conducta, o que feito darei as providencias que forem de justiça: o que participo a V. M. para sua inteligencia.

Deos Guarde a V. M. – Palacio do Governo de S. Paulo 17 de Dezembro de 1829.

José Carlos Pereira de Alm.da Torres.

Snrs. Presidente e Membros da

Camara da Vila de S. Carlos

(*Arquivo da Câmara Municipal de Campinas*).

**Documento n. 9**

Ordeno a Vm.<sup>ce</sup> q. a vista do Officio incluso da Camara dessa Villa, responda sobre as faltas de que nelle hé accusado, a maneira aspera com que trata as Partes no exercício de seu Emprego ficando desde já na intelligencia de que este Governo espera q. se abstenha de taes procedimentos, quando com effeito tenha dado causa a semelhante accusação. – D.<sup>s</sup> G.<sup>e</sup> a Vm.<sup>ce</sup>. – Palacio do Governo de S. Paulo 17 de Dez.<sup>o</sup> de 1829 – Jozé Carlos Pereira de Almeida Torres – Snr. Bento Jozé de Abreu Administrador do Correio da Villa de S. Carlos.

(*Dept.<sup>o</sup> do Arquivo do Estado de São Paulo - Livro “Estradas” n. 383, fls. 92*).

**Documento n. 10**

Illm.<sup>o</sup> e Exm.<sup>o</sup> Senhor. R.<sup>ce</sup> o Officio de Exa. datado de 17 de Dzbr.<sup>o</sup> do anno proximo passado, no qual V. Exa. exige resposta m.<sup>a</sup> sobre a accusação q. me fez a Camara Municipal desta V.<sup>a</sup>, constando de dois pontos: 1<sup>o</sup> sobre eu ser aspero e grosseiro; 2<sup>o</sup> sobre não ter em vista o novo regulamento dos Corr.<sup>o</sup>. É infeliz assais, em que as grosserias começam pelos governantes e acabão pelos governados: eu conheço q. sou grosseiro em não satisfazer aos Snr.<sup>es</sup> representantes com prejuízo meu e elles pullidos em de forçarem-se d’uma maneira tal, por cauza de particulares descontentamentos! a minha grosseria consiste em não dar cartas sem d.<sup>ro</sup>; assim julgo q. devo fazer para não ter prejuízos pecuniars, como já aconteceu-me com um dos Srs. representantes. Quanto ao facto do dia 4 de 9bro. de que me accuza a Camara foi da manr.<sup>a</sup> seg.<sup>te</sup>: Chegou o Corr.<sup>o</sup> ás 6 p.<sup>a</sup> 7 horas da tarde; dei logo principio a abertura, e como o Corr.<sup>o</sup> traz para cá duzenta onze cartas / tantas erão d’essa vez / com differentes portes e p.<sup>a</sup> differentes destinos / não observando o Cap. 10 das Instruções do Corr.<sup>o</sup> / não pude dar logo, e faria uma hora depois da chegada quando juntarão-se varias pessoas n’a porta do Corr.<sup>o</sup> q. então estava feixada alem do sucego e começarão a fazer bulha, batendo e empurrando a porta dizendo = lancemos a porta abaixo = entre elles conheci pela falla José Luiz Mor.<sup>a</sup>, Domingos de Alm.<sup>da</sup> Castro e José Guedes Pinto; perturbada assim a ordem social sahí á janella e disse = hoje não entrego cartas, por q. pertubarão de tal sorte a ordem social, q. não pude conferir, determinar e alistar as cartas. Q.to ao 2<sup>o</sup> ponto d’ accusação, eu ainda não tive ordem alguma contraria ás q. se me deo quando se criou este Corr.<sup>o</sup> e por isso pela antigas Instruções me rejo. Eis, Exm.<sup>o</sup> Snr., os factos q. a Camara pinta no seu breve quadro, omittindo as circunstancias q. me obrigarão á um tal comportamt.<sup>o</sup> p.<sup>a</sup> mais me deprimirem na prez.<sup>ca</sup> de V. Exa.

Sendo necessario justificar o meu quadro, o farei com a vezinhança. – D.<sup>s</sup> G.<sup>e</sup> a V. Exa. m.<sup>s</sup> a.<sup>s</sup> S. Carlos 9 de Janeiro de 1830. - Illm.<sup>o</sup> e Exmo. Snr. José Carlos Per.<sup>a</sup> d’Almd.<sup>a</sup> Torres. – a) Bento José de Abreu Alz. Gui.<sup>mes</sup> - Am.<sup>or</sup> do Corr.<sup>o</sup> de S. Carlos.

(*Dept.<sup>o</sup> Arquivo Est. S. Paulo – Campinas, maço 106*).

**Documento n. 11**

Fico inteirado das razões q. Vm.<sup>cc</sup> representa no seu off.<sup>o</sup> de 9 do corr. p.<sup>a</sup> justificar-se da accusação feita pela Camara dessa Villa; e espero que se conduza sempre com a moderação e polidez q. devem caracterizar aos Empregados Publicos e com tanta exactidão nos seus deveres que eu só tenho motivos de o elogiar. D.<sup>s</sup> G.<sup>e</sup> a Vm.<sup>cc</sup> - Palacio do Gov.<sup>o</sup> de S. Paulo 1.<sup>o</sup> de Fevereiro de 1830 – J. Carlos Per.<sup>a</sup> d’Alm.<sup>da</sup> Torres – Snr. Adm.<sup>or</sup> do Correio da Vila de S. Carlos.

(*Dept.<sup>o</sup> Arquivo Est. S. Paulo – Campinas, maço 106*).

**Documento n. 12**

Sendo-me presente a resposta do Admor. do Corr.<sup>o</sup> dessa V.<sup>a</sup> sobre as queixas que contra elle se manifestarão e por Vmces. me forão comunicadas em Off.<sup>o</sup> de 6 de 9bro. do anno findo, della vejo ter dado causa a sua exasperação e procedimt.<sup>o</sup> de algumas pessoas que violentamente quizerão entrar na caza do Admor. qdo. o m.<sup>mo</sup> se achava occupado em conferir as cartas e formar a compe. lista o q. certamte. he mui extranhavel visto que perturbão a boa ordem que deve reinar nas repartições publicas, e q. qt.<sup>o</sup> a observancia do novo Reguiamt.<sup>o</sup> ainda não lhe tinha sido determinada; consequentmte. lhe determinei que se conduza sempre com a moderação e polidez que devem caracterizar aos Empregados Publicos, e com tanta exactidão nos seus deveres que eu só tenho motivos de o elogiar. O q. participo a Vmces. pa. sua intelligencia. D.<sup>s</sup> G.<sup>e</sup> a Vmces. – Palacio do Gov.<sup>o</sup> de S. Paulo 1.<sup>o</sup> de Fevr.<sup>o</sup> de 1830 – J. Carlos Pera. d’Almeida Torres – Sr. Presid.<sup>e</sup> e Membros da Camara da Vila de S. Carlos.

(*Dept.<sup>o</sup> Arquivo do Est. S. Paulo. Livro “Estradas” n. 383, fls. 127-v.*)

**Documento n. 13**

Illmo. Exmo. Sr. – Tendo-se n’esta data expedido Aviso ao Thesouro Publico para que se remettão os necessarios sellos para seis meses, ás Thesouraria das Provincias, afim de serem por ellas entregues ás Administrações dos Correios; e havendo-se tambem ordenado ao respectivo Director Geral interino que em todas as referidas administrações e Agencias se comece a cobrar os portes adiantados, oito dias depois do recebimento dos sellos, precedendo sempre publicação por Editaes: Manda Sua Magestade o Imperador communicar-o a V. Exa. para seu conhecimento. Deos Gde. a V. Exa. Palácio do Rio de Janeiro em 18 de Agosto de 1843. a) *José Antonio da Silva Maia*. - Snr. Predide da Província de S. Paulo.

(*Dept.<sup>o</sup> Arquivo do Est. S. Paulo – Avisos do Ministério do Império, Livro nº 3, fls. 67 e 67-v.*)

BIBLIOGRAFIA

- AIRES, Paulo. “Carimbos sobre olhos-de-boi”. *Bol. Fil. Bandeirante* nº 2, 2º vol., S. Paulo, 1942. AIRES, Paulo. “Exposição Brapex”. *Rev. Fil. Bandeirante* n. 14, S. Paulo, 1838.
- AIRES, Paulo. “1ª de agosto de 1943”. *Rev. Fil. Bandeirante* n. 13, S. Paulo, 1938.
- BAXTER, James H. “Printing Postage Stamps by Line Engraving”, Federalburg, Maryland, U. S. A., 1939.
- BÜTTNER, Max. “Notas históricas sobre a primeira coleção de selos postais”. *Quinzenário Fil.* n. 11, P. Alegre, 1935.
- CAETANO DE SOUSA, D. Antônio. “História Genealógica da Casa Real Portuguesa”, Lisboa, 1747.
- CAETANO DE SOUSA, D. Antônio. “Memórias Históricas e Genealógicas dos Grandes de Portugal”, 4.ª ed., Lisboa, 1933.
- CALMON, Pedro. “O Rei do Brasil” – Vida de D. João VI”, R. de Janeiro, 1935.
- CARVALHO, Hildegardo de. “Papéis das séries de 1844-43”. *Bol. da S. P. P.* n. 16, S. Paulo, 1931. CASTRO E SOLLA, conde de. “Cerâmica Brazonada”, Lisboa, 1928. CERRUTI, Humberto. “História do selo”. *Bol. Fil. Bandeirante* n. 2, I vol. S. Paulo, 1941.
- CLEROT, Leon F. “Catálogo Histórico dos Selos Postais do Brasil – 1843-1925”. R. de Janeiro, 1926.
- CLEROT, Leon F. “Catálogo Histórico e descritivo dos selos postais do Império do Brasil – 1843-1889”, R. de Janeiro, 1938.
- CLEROT, Leon F. “Sobre a origem dos selos olhos-de-boi”. *Rio Grande Fil.* n. 3, P. Alegre, 1932.
- CORTEZ, Melchior. “Os selos comemorativos da visita do Cardeal Pacelli”, *Bol. da S. P. P.* n. 22, S. Paulo, 1935.
- EMERSON, J. Fred. “Os olhos-de-boi do Brasil”. *Bol. da S. P. P.* n. 5, S. Paulo, 1926.
- FLORENCE, Amador. “O primeiro correio”. *Bol. da S. P. P.* n. 23, S. Paulo, 1938.
- FREITAS, Afonso A. de. “Prospecto de Dicionário Etimológico, Histórico, Topográfico, Estatístico, Biográfico e Etnográfico Ilustrado de São Paulo”, tit. “Correio”, S. Paulo, 1924.
- FREITAS, Byron de. “O Conde de Linhares”. *A Noite Ilust.*, R. Janeiro, 24/12/1940.
- FUNCHAL, Marquês de. “O Conde de Linhares”, Lisboa, 1908.
- GREEN, Sergio Perez. “O mais valioso selo postal do mundo”. *Quinzenário Fil.* n. 18, P. Alegre, 1935.
- GUIMARÃES CERUS, João Batista. “Ordenações em vigor – Estudos sobre o Código Filipino na nossa atualidade” Bahia, 1897.
- HENRIQUES DE NORONHA, Henrique. “Nobiliário Genealógico das Famílias que passaram a viver a esta Ilha da Madeira depois do seu desenvolvimento que foi no ano de 1420”. Ms. da Biblioteca de Funchal, escrito em 1700 (cópia existente na biblioteca do dr. Meneses Drummond).
- KLOKE, José. “A data da emissão dos olhos-de-boi”. *Bol. da S. P. P.* n. 18, S. Paulo, 1933.
- KLOKE, José. “A Gravação dos olhos-de-boi”. *Rio Grande Fil.* n. 5/6, P. Alegre, 1932-33.
- KLOKE, José. “A importância das novas informações do Sr. Belarmino Pinheiro sobre as Chapas dos olhos-de-boi”. *Bol. da S. P. P.* n. 15, S. Paulo, 1931.
- KLOKE, José. “A primeira emissão do Brasil. O modelo mencionado no Decreto n. 255” *Bol. da S. P. P.* n. 9, S. Paulo, 1927.
- KLOKE, José. “A quantidade de olhos-de-boi posta em circulação”. *Bol. da S. P. P.* n. 2, S. Paulo, 1938.
- KLOKE, José. “As chapas dos olhos-de-boi”. *Bol. da S. P. P.* n. 14, S. Paulo, 1930.
- KLOKE, José. “Catálogo Histórico dos selos tipos do Brasil”, edit. pela S. P. P., S. Paulo, 1921.

- KLOKE, José. “Os olhos-de-boi”, R. de Janeiro, 1938.
- KLOKE, José. “Os olhos-de-boi. Estava a Casa da Moeda aparelhada para a fabricação dos selos da 1ª emissão?”. *Bol. da S. P. P. n. 7*, São Paulo, 1927.
- KLOKE, José. “Os olhos-de-boi. Por que os nossos primeiros selos não apareceram com a efígie de D. Pedro II, Imperador?”. *Bol. da S. P. P. n. 11*, S. Paulo, 1928.
- KLOKE, José. “Os retoques das chapas dos olhos-de-boi”. *Bol. da S. P. P. n. 24*, S. Paulo, 1938.
- LEÃO BRUNO, Antônio. “Conceito de Heráldica e Genealogia”, S. Paulo, 1941.
- LEE, William E. “Carimbos na 1ª emissão do Brasil”. *Bol. da S. P. P. n. 5*, S. Paulo, 1926.
- LEE, William E. “Papéis das emissões de 1843-44”. *Bol. da S. P. P. n. 16*, S. Paulo, 1931,
- LLERENDI, José Ma. “Manual de Filatelia”, Barcelona, 1940.
- LOPES, Domingos de Castro. “O Correio Brasileiro, Notícia Histórica”. R, Janeiro, 1909.
- MAHÉ, Pierre. “The Stamps of Brazil”. *Stanley Gibbons Monthly Journal*, Londres, 1911.
- MATOS, Armando de. “A Mercê-Nova de Lopo Rodrigues Camelo”, in “Heráldica” (Estudos, Notas e Comentários), Porto, 1940.
- MELVILLE, Frédéric J. “Les premiers émissions de timbres de la Grande Bretagne” (trad. de Georges Brunel), Paris, 1912.
- MINSEN, João. “Digressão Filatélica. Criação do primeiro selo postal”. *Quinzenário Fil. n. 13*, P. Alegre, 1935.
- NAPIER, George S. F. “Os olhos-de-boi” (trad. do cap. Plácido da Rocha Barreto). *Brasil Fil. n. 51*, R. de Janeiro.
- NAPIER, George S. F. “Os selos do Império do Brasil”. *Bol. da S. P. n. 23*, São Paulo, 1938,
- NAPIER, George S. F. “The Stamps of the First Issue of Brazil”. Londres, 1923.
- NOVA MONTEIRO, Francisco da. “A data em que começaram a circular os olhos-de-boi”. *Bol. Fil. n. 6*, R. de Janeiro, 1939.
- NOVA MONTEIRO, Francisco da. “A palavra oficial e os fatos”. *Bol. Códas ns. 1 e 3*, R. de Janeiro, 1938.
- NOVA MONTEIRO, Francisco da. “Acheugas à História dos Correios Brasileiros”. *Bol. Fil. Bandeirante ns. 2, 3 e 4*, S. Paulo, 1941-42.
- NOVA MONTEIRO, Francisco da. “Contribuição para um estudo de carimbos ou obliterações dos selos do Brasil-Império”. *Bol. da S. P. P. n. 11*, S. Paulo, 1928.
- OLIVEIRA LIMA. “Dom João VI no Brasil”, R. de Janeiro, 1908.
- PINHEIRO, Belarmino. “A gênese dos olhos-de-boi”. *Brasil Fil. n. 41*, R. de Janeiro, 1936.
- PINHEIRO, Belarmino. “A quem cabe a glória de ter gravado os selos olhos-de-boi”. *Bol. da S. P. P. ns. 13 e 14*, S. Paulo, 1930.
- PINHEIRO, Belarmino. “Ainda os nosso primeiros selos postais”. *Brasil Fil. n. 34*, Rio de Janeiro, 1937.
- PINHEIRO, Belarmino. “Ainda os olhos-de-boi”. *Rev. Fil. Bandeirante ns. 15-16*, São Paulo, 1939.
- PINHEIRO, Belarmino. “Cartas que, antes de 29 de julho de 1843, deixaram de seguir seus destinos por não terem pago os competentes portes”. *Brasil Fil. n. 39*, R. de Janeiro, 1938.
- PINHEIRO, Belarmino. “Mais algumas linhas sobre os selos da Primeira emissão. *Brasil Fil. n. 38*, R. de Janeiro, 1938.
- PINHEIRO, Belarmino. “Quantas foram as chapas dos selos olhos-de-bois”, *Bol. da S.P.P. n. 15*, S. Paulo, 1931.
- SANCHES DE BAENA, Visconde de. “Arquivo Heráldico-Genealógico e índice Heráldico”, Lisboa, 1872 .
- SANCHES, Francisco – sob pseudônimo de “Raneci”. “O histórico dos selos do Brasil”. *O São Paulo Phil. ns. 3 e 4*, S. Paulo, 1913.
- SANCTIS, Mário. “Carimbos e marcas postais no Brasil”, *Bol. da S. P. P. ns. 2, 3, 4 e 6*, S. Paulo, 1926.

- SANTOS FERREIRA, Major G. L. “Armorial Português”, Lisboa, 1920.
- SILVEIRA PINTO, Albano da. “Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal”. Lisboa, 1863-85.
- THUT, Roberto. “Catalogo Thut de Selos Postais do Brasil”, S. Paulo, 1934.
- THUT, Roberto. “Centenário da instituição do selo postal no Brasil”. *O Estado de S. Paulo*, S. Paulo, 29/11/1942.
- THUT, Roberto. “Centenário do Selo Postal”. *Bol. Fil. Bandeirante n. 1*, vol. I, S. Paulo, 1941.
- THUT, Roberto. “Carimbos de Campinas”. *Bol. Fil. Bandeirante n. 1*, vol. I, S. Paulo, 1941.
- THUT, Roberto. “Contribuição para a história dos correios paulistas”. *Bol. da S. P. P. n. 24*, S. Paulo, 1938.
- THUT, Roberto. “Dia do selo”. Um capítulo da história dos olhos-de-boi. Por que razão nos primitivos selos brasileiros não se reproduziu a efigie do Imperador”. *O Estado de S. Paulo*, 01/08/1938, e *Brasil Fil. ns. 46/47*, R. de Janeiro, 1939.
- THUT, Roberto. “História dos Correios Paulistas”. *Bol. da S. P. P. n. 24*, S. Paulo, 1938.
- THUT, Roberto. “O Correio de Campinas e seus primitivos carimbos. Esboço histórico”. *Brasil Fil. ns. 45-47*, R. de Janeiro, 1939,
- THUT, Roberto. “O selo postal e seus precursores”, *Bol. Fil. Bandeirante n. 1*, vol. I, S. Paulo, 1941.
- THUT, Roberto. “O serviço Postal em Sorocaba. Contribuição para a História dos Correios Paulistas”. *Bol. da S. P. P. n. 24*, 1938.
- TORRES, João Carlos Feo Cardoso de Castelo Branco e, e SANCHEZ BAENA, visconde de. “Memórias Histórico-Genealógicas dos Duques Portugueses no século XIX”. Lisboa, 1883.
- VIDAL, Frederico Gavazzo Perry. “Genealogias Reais Portuguesas. Descendência de S. M. El-Rei o senhor D. João VI”, Lisboa, 1923.
- VIEIRA, C. Ottoni. “Catalogue Historique des Timbres-Poste et Entiers du Brésil”, Paris.

#### FONTES DE CONSULTAS E CAMPOS DE PESQUISAS

- Arquivo da Câmara Municipal de Campinas.
- Arquivo do A.
- Arquivo do dr. Mário de Sanctis.
- Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Portugal).
- Biblioteca da “Sociedade Filatélica Paulista”.
- Biblioteca do A.
- Biblioteca do dr. A. A. de Meneses Drummond.
- Biblioteca do “Instituto Heráldico-Genealógico”.
- Biblioteca do dr. Mário de Sanctis.
- Coleção de carimbos de Campinas do A.
- Coleção de carimbos do Império do sr. Paulo Aires.
- Coleção de gravuras do dr. A. A. de Meneses Drummond.
- Coleção de “Precursores” do dr. Nova Monteiro.
- Coleção de selos do dr. Ferdinando d’Almeida.
- Coleção de selos do dr. Humberto Cerruti.
- Coleção de selos do sr. Paulo Aires.
- Departamento do Arquivo do Estado de S. Paulo.



Fig. 23 – Reprodução de um “olho-de-boi” de 60 réis, cujo carimbo é de 01/08/1843, data convencionada pelos filatelistas como sendo a da entrada em circulação dos primeiros selos postais do Brasil (*Da coleção do dr. Ferdinando d’Almeida*)



Fig. 24 – Tira de três “olhos-de-boi”, composta de dois selos de 30 réis e um de 60 réis e proveniente de folha mista (figura 19).





Fig. 25 – Espécime de uma cédula de 5\$000 do Império, de 1842, fabricada firma Perkins, Bacon & Co, de Londres. É notável a semelhança, com os olhos- de-boi, do valor “5” e respectivo fundo (reproduzidos nos quatro cantos), bem como do mesmo algarismo e das letras da palavra *cinco*, repetidos na parte inferior.



**VARNHAGEN NO PARAGUAI**  
**UMA CAÇADA DE ANTAS EM PETRÓPOLIS**  
**INSCRIÇÕES LAPIDARES DE RECIFE**  
**1859-1861**



Varnhagen no Paraguai  
Uma caçada de antas em Petrópolis  
Inscrições lapidares de Recife (1859-1861)

Alguns apontamentos para um livro em elaboração

A 31 de outubro de 1859, em Assunção, dirigia Varnhagen ao ministro e secretário de Estado das Relações Exteriores do Paraguai, d. Nicolas Vasquez, o ofício seguinte:

“Sr. ministro

Vendo-me obrigado, pelo estado precário de minha saúde a ausentar-me desta capital no uso de uma licença recebida do meu governo, vou pedir a v. ex. se digne mandar-me o passaporte para eu seguir até Buenos Aires.

Aproveito esta ocasião para renovar a v. ex. a segurança da minha distinta consideração.

Declaro que levo um criado.

*Francisco Adolfo de Varnhagen”.*

Tendo recebido no dia imediato um ofício do ministro paraguaio acompanhado do passaporte solicitado, a 3 de novembro apresentava o nosso representante sua despedida do governo e povo hispânico-guarani por intermédio de uma nota a ser entregue à chancelaria da República por Carlos Hopley Taylor, adido servindo de secretário, a esse tempo ausente da capital em missão de que fora encarregado pelo próprio Varnhagen:

“Assunção, 3 de novembro de 1859.

Sr. ministro.

A presente nota será a v. ex. entregue pelo sr. Carlos Hopley Taylor, adido servindo de secretário desta legação imperial, que depois de regressar da comissão em que se acha, ficará servindo nesta capital durante a minha ausência ou até receber ordens do governo imperial, encarregado de receber a correspondência que vier dirigida à legião, e de tomar conta dos arquivos e selo dela que deixo completamente selados até o seu regresso.

Aproveito, etc.

*Francisco Adolfo de Varnhagen*”.

Nosso representante em Assunção não recebera, como afirmara da primeira das notas transcritas, nenhuma autorização do governo brasileiro para deixar o posto em tratamento de saúde, o que lhe valeu, ao que consta, forte reprimenda do então ministro dos Negócios Estrangeiros João Lins Vieira Cansação de Sinimbu. Despedia-se por sua própria iniciativa, mediante este recurso diplomático e cortês, do sobado do primeiro Lopez, arriscando-se a perder a carreira se o governo não relevasse sua conduta, tendo em vista, principalmente, os notabilíssimos serviços que já prestara ao país; e isso porque sua estadia em terras paraguaias se lhe tornara insuportável, como muito bem salientou José Carlos Rodrigues <sup>1</sup>.

O tom seco do pedido de passaporte era o epílogo de relações iniciadas pouco mais de três meses antes, a 14 de agosto, – data

---

1. Cf. Basilio de Magalhães: *Francisco Adolfo de Varnhagen (Visconde de Porto Seguro)* I – *Sumária biografia crítica*; II – *Bibliografia metódica e razoada*. Rio de Janeiro, 1928, separata da *Rev. do Inst. Hist. e Geog. Bras.*, p. 23. O trabalho de José Carlos Rodrigues sobre o historiador paulista foi escrito em face de notas fornecidas pelo próprio biografado e saiu pela primeira vez no *O Novo Mundo*, revista publicada em português em Nova York, número de 23 de abril de 1873 (com retrato), sendo reproduzido na *Rev. do Inst. Hist. de São Paulo*, vol. XIII, 1911, pp. 93-105, onde também foram reimpressas quatro das cartas dirigidas ao futuro proprietário do *Jornal do Comércio* por Varnhagen. Nessas cartas, escritas todas de Viena, na década de 70, e cujos originais existem na Biblioteca Nacional, não há a menor alusão aos negócios do Paraguai.

em que remetera a cópia de suas credenciais a d. Nicolas Vasquez<sup>2</sup> – e que não tardaram a tomar aspecto pouco amistoso.

Nesse curto lapso de tempo tivera Varnhagen que atender a nada menos de dois incidentes diplomáticos, os quais, embora de pequena importância em qualquer outro meio e ocasião<sup>3</sup>, eram

---

2. Como os termos de uma carta credencial dos tempos do Brasil Império não sejam familiares a grande parte dos leitores, julgamos interessante inserir aqui a que acreditou Francisco Adolfo de Varnhagen como ministro residente do imperador do Brasil junto ao governo de Carlos Antônio Lopez:

“Dom Pedro Segundo Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, etc.  
Envia muito saudar ao grande e bom amigo o ilustre presidente da República do Paraguai, que muito estima e preza. Tendo nomeado o comendador Francisco Adolfo de Varnhagen para servir na qualidade de meu ministro residente junto à vossa pessoa, apressome a fazer-vos esta comunicação, e espero que a receberéis como um testemunho da particular consideração que vos consagro e dos meus sinceros desejos de estreitar cada vez mais as relações de amizade e boa inteligência que felizmente subsistem entre o império e a República do Paraguai. O merecimento deste meu ministro e a maneira por que tem ele desempenhado outras missões que lhe tenho confiado, são um penhor seguro de que saberá granjear no exercício de suas honrosas funções a vossa completa benevolência, como tanto lhe recomendo. Dignai-vos pois acolher benignamente o comendador Varnhagen, e dar todo o crédito ao que ele vos expuser em meu nome, muito especialmente quando vos reiterar os protestos dos invariáveis sentimentos de amizade e estima que vos tributo. Ilustre presidente da República do Paraguai, nosso Senhor haja a vossa pessoa em sua santa guarda. Escrito no Palácio do Rio de Janeiro em 24 de maio de 1859.

*Imperador*

*José Maria da Silva Paranhos.”*

Esta carta credencial existe em original na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, num maço com a cota de catálogo I - 29, 25, 22.

3. Deu lugar ao primeiro a prisão do súdito brasileiro Miguel Pais de Barros, acusado de haver proferido em público palavras injuriosas ao comandante do forte Olimpo e ao presidente da República. Depois de breve troca de notas encerrou-se o caso com a libertação do brasileiro, não sem uma impertinente solicitação de Nicolas Vasquez ao nosso ministro para que tivesse a bondade de “recomendar a sus conciudadanos, y mui especialmente al apresado Miguel Paez Barros el respeto y consideración que se debe guardar al Supremo Gobierno y á todas las autoridades del país.”

O segundo foi motivado pela passagem de uma ponta de gado através do rio Paraguai, nas imediações do Pão de Açúcar, do território brasileiro, para a zona do Chaco. Este incidente requer uma breve explicação prévia.

Pelo princípio do *uti-possidetis* admitido como base, desde o Tratado de Madri de 1750, para regular as questões de limites das nações sul-americanas, a fronteira brasil-paraguaia pela parte do Norte e Nordeste da República seria (como de fato foi posteriormente de modo solene ratificada em tratados) o rio Apa, e, a partir da confluência deste com o Paraguai, serviria o último curso d'água de linha divisória, ficando ao Brasil a margem esquerda, e a direita, constituindo o Chaco, à república de França, sem limites definidos ao Norte com a Bolívia, imprecisão esta que deu motivo ao recente conflito internacional ainda na memória de todos. Enquanto não se estipulassem definitivamente os limites seria vedado a ambas as nações confinantes a fundação de estabelecimentos novos quaisquer nas margens do dito rio. O convênio fora sempre religiosamente respeitado pelo Brasil; isso não impediria, contudo, que, dada a extrema dificuldade de policiamento em zonas tão desertas, houvesse freqüentes violações de fronteiras e contrabandos entre os índios do Chaco e os de Miranda na pro-

de molde a irritar os ânimos nacionalistas dos nossos vizinhos do Sul numa época em que suas susceptibilidades se achavam tão exaltadas como a da década de 1850. Acrescente-se a isso o abalo produzido no diplomata brasileiro pela brusca mudança do clima temperado europeu, propício ao seu soma germânico, para a atmosfera quente e úmida do Paraguai, país, além do mais, de ambiente cultural tão diverso daqueles a que se habituara, e o gesto do grande historiador se nos apresentará perfeitamente compreensível.

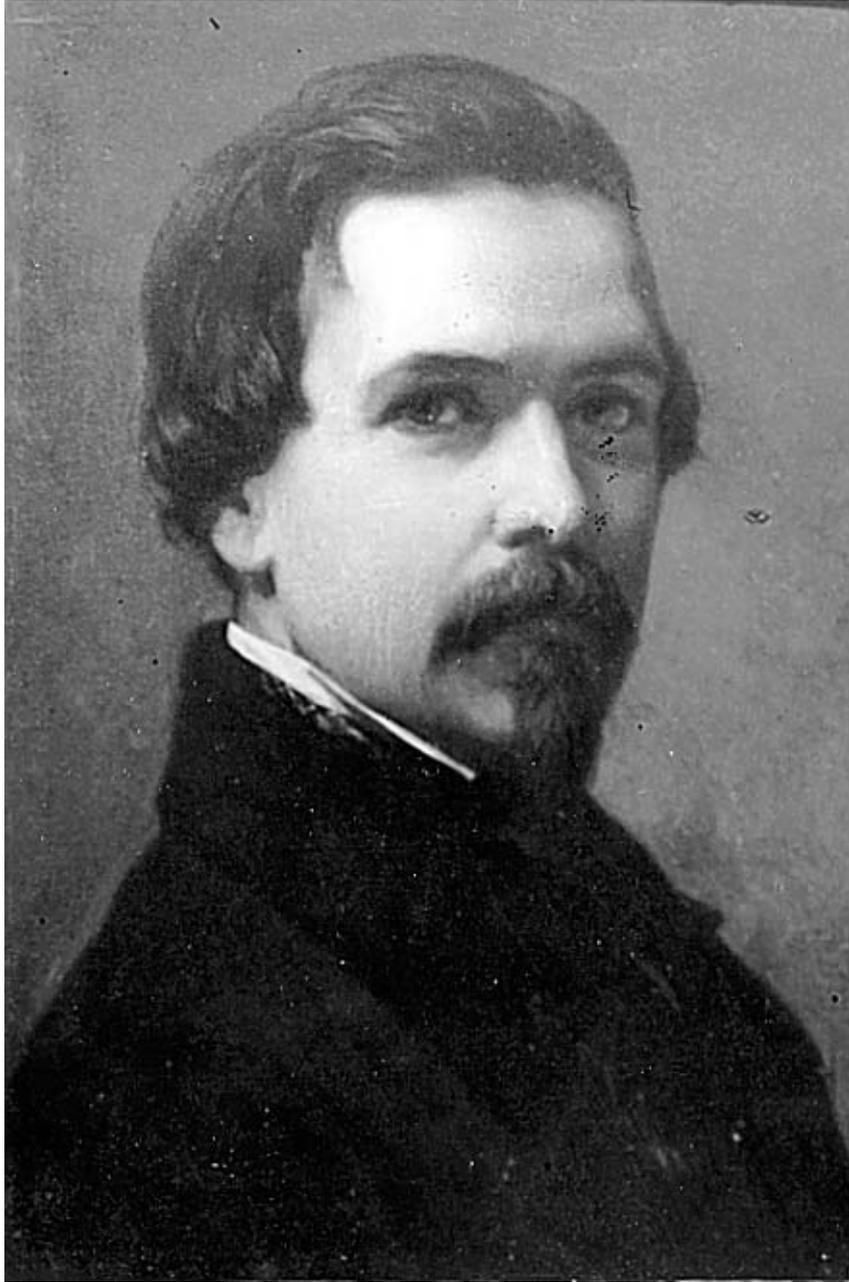
víncia de Mato Grosso, levando os criadores de gado suas rezes a pastar em campos pertencentes à nação contígua. Tais infrações tinham lugar de parte a parte, sem que jamais visse o Império nas incursões dos vizinhos outra coisa senão ocorrências banais de fronteira, despojadas de qualquer importância e significação, uma vez que praticadas sem intuítos de agressividade e ocupação permanente. Já o mesmo não sucedia com a República hispano-guarani. Educada pela tirania esquizofrênica de França no ódio implacável ao estrangeiro, e habituada a ver nos menores gestos dos brasileiros tendências imperialistas, uma simples passagem de algumas cabeças de gado através do rio Paraguai, conduzidas por tropeiros analfabetos e ignorantes dos convênios diplomáticos, tomava logo o caráter de uma flagrante violação de fronteiras com todas as graves conseqüências que comporta na ordem internacional.

Verificara o sr. José Maria Martinez, comandante do vapor paraguaio *Tejuí*, a 1º de outubro, quando em viagem para o forte Olimpo, que grande número de cabeças de gado pertencentes a súditos brasileiros estavam pastando na margem direita do rio, e que nas proximidades do Pão de Açúcar, elevação da margem esquerda (território brasileiro, portanto) havia um curral com cerca de vinte cabeças e um prolongamento até a água. Observou mais o comandante do *Tejuí* duas canoas amarradas nas imediações, assim como alguns indivíduos dispersos, tudo do lado brasileiro, sendo que alguns dos pastores em vias de forçar as rezes, ainda na margem esquerda a atravessar o rio. Apressou-se a comunicar o fato a Venâncio Lopez, coronel-maior de Plaza, este último fez o mesmo a d. Nicolas Vasquez que, por sua vez, dirigiu uma nota a Varnhagen, juntando cópia do ofício de Martinez, e comunicando-lhe o intento de seu governo de “ordenar el arribo de un vapor de guerra con alguna fuerza de desembarco para destruir cualesquiera poblacion que se encuentre en el Pan de Azucar, ó sus alrededores, en inteligencia de que el Brasil, en conformidad á su Tratado vigente con el Paraguay no debe tolerar ningún genero de poblacion en el Pan de Azucar, ni permitir correspondencia de los selvages de Miranda con los del Chaco, ni consentirles el denunciado passage de ganado, y como puede esperarse alguna resistencia de cualquier clace de gente que se halle en el Pan de Azucar, tengo á bien comunicarlo á v. e.”

A 18 respondeu Varnhagen que “tendo o Brasil tanto interesse como a República, ou ainda mais, em que o fato se esclarecesse devidamente”, desejava que, na falta de um vapor da Marinha Imperial, que seria o primeiro a propor fosse verificar o sucedido, seguisse também adido à expedição paraguaia, um representante do Brasil, no caráter de fiscal e observador das providências tomadas, cargo para o qual indicava o sr. Carlos Hopley Taylor, adido servindo de secretário da nossa legação. Terminava assegurando as melhores intenções do Império que “proibira o comércio entre os índios e suas passagens de gados”, comércio, aliás, “difícil de evitar nos terrenos contestados”, e – melhor poderia dizer – desertos.

À resposta do representante brasileiro em nota de 20 retorquiu Vasquez concordando com o embarque do representante do Brasil no vapor *Rio Apa*, a seguir no próximo dia 24 em comissão ao Pão de Açúcar, onde lhe competiria “destruir la manga y corral que según consta del propio informe han hecho para bajar del Cerro y asegurar los ganados, e también para destruir cualesquiera poblacion que existan en falta del Pan de Azúcar ó sus alrededores, con la prevencion de que si la expedición hallare resistencia en esas operaciones usará de sus armas.”

Como se vê, a boa vontade do ministro brasileiro, demonstrada quando aquiesceu na diligência, fazia crescer a audácia do paraguaio, que já falava em recorrer às armas...



Francisco Adolfo de Varnhagen, visconde de Porto Seguro. Óleo de Manoel Madrazo, existente no Museu Nacional de Belas-Artes.



Chegado ao Rio em fins de 59 ou princípios de 60, viu-se obrigado pelo rigor da canícula a procurar refrigério em Petrópolis, onde veraneava a corte. O biênio de 59-60 foi período que não destoou dos demais quanto à atividade desenvolvida pelo incansável estudioso. Antes de seguir para o seu posto em Assunção frequentara assiduamente as sessões do Instituto Histórico, e, também dera os últimos retoques a um opúsculo sobre a caça no Brasil, logo confiado (janeiro de 1859) a um jornal da corte que pretendia inseri-lo em suas colunas. Não se tendo levado a efeito a publicação por motivos desconhecidos foram os originais, com falta de algu-

Sofria Varnhagen as conseqüências de sua atitude, a mais tolerante que poderia assumir sem sacrifício da dignidade da nação que representava, e bem demonstradora das mais que honestas intenções do Império. A pretensão paraguaia era justa no fundo, mas a forma porque d. Nicolas Vasquez abria a questão fora habilíssima. Antes de representar ao governo brasileiro pedindo o cumprimento do tratado, violado sem conhecimento, já o ministro paraguaio começava por notificar o representante de S. M. do intento de fazê-lo respeitar por forças do seu país dentro do território brasileiro!

As notas já extratadas, e as que se seguiram trocando entre Varnhagen e d. Nicolas Vasquez a respeito do incidente do Chaco, até a despedida do primeiro, existem em originais e cópias autênticas na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, coleção Rodrigues-Ottoni, constituindo 18 documentos com a indicação de catálogo – 29, 25. 22. nº 1 a 18, na Seção de Manuscritos. Embora incompleta a coleção, como se verifica de referências dos signatários a notas não existentes na série, sua leitura permite perceber através do véu imposto pela cortesia das fórmulas diplomáticas, uma tal ou qual irritação do nosso ministro para com os zelos patrióticos de d. Nicolas Vasquez – excessivos, uma vez que não havia por parte do Brasil o propósito de ferir os direitos do Paraguai – e o seu metuculoso cuidado em tomar todas as providências necessárias à salvaguarda dos interesses do império, a cujo ministro dos Estrangeiros remetia cópia das notas trocadas dando parte do ocorrido. Parece (digo parece porque a correspondência truncada como está não me permite afirmá-lo com certeza) que o nosso representante logrou vislumbrar nas providências tomadas pelo governo paraguaio, a pretexto de garantir a sua soberania sobre o Chaco, o intuito real de expandir a ocupação territorial da República além dos limites provisórios pactuados, pois que, em nota de 29 de outubro, à qual se seguiu o pedido de passaporte do ministro brasileiro, o chanceler paraguaio, diz esperar que ele fizesse “la justicia de creer que... no podría haber jamás ligado á las expresiones de que se servira una inteligencia completamente ajena ay espíritu del Tratado y de las discusiones que le precedieron, em virtud de los cuales el *uti-possidetis* para esta República se considera terminar á margen izquierda del Apa”.

E contudo, apesar do Paraguai assim o considerar e afirmar solenemente por um seu ministro de Estado, Francisco Solano Lopez, antes das hostilidades iniciadas traiçoeiramente em 1864, já tinha clandestinamente ocupado com fazendas e currais de sua propriedade pessoal terras de Mato Grosso na margem direita do Apa, estabelecimentos estes destruídos pela desgraçada expedição do coronel Camizão em 1867!

Da leitura da correspondência trocada entre Vasquez e Varnhagen não se pode, evidentemente, deduzir o motivo real que provocou a saída repentina do último. Tampouco há o menor esclarecimento a respeito, como já deixamos dito na nota nº 1, no texto das cartas escritas de Viena a José Carlos Rodrigues. É possível que *confidencialmente* o visconde de Porto Seguro houvesse posto a par do ocorrido o redator do *O Novo Mundo*, pelo que este, na bibliografia do historiador publicada no seu periódico a 23 de abril de 1873, se limitou a dizer que “reinando então Lopez, o Primeiro, que fez pasmar o representante brasileiro por duas crueldades e pela miséria que infligia a seu país”, o “senhor Varnhagen ficou tão exasperado que preferiu sujeitar-se a uma demissão vindo ao Rio de Janeiro sem licença, a continuar a viver em Assunção.”

mas folhas extraviadas, devolvidos ao autor, que, ao regressar à pátria, supriu de memória as lacunas, refundiu o trabalho, e entregou-o à Casa Laemmert, que ainda nesse ano o expôs ao público <sup>4</sup>.

Na terra de França teria naturalmente oportunidades de aperfeiçoar seus conhecimentos da língua tupi-guarani <sup>5</sup> e fazer interessantes observações etnográficas, grandemente aproveitadas em várias monografias que escreveu <sup>6</sup>. Segundo informação de Capistrano de Abreu, citado por Basílio de Magalhães, foi no Paraguai que Varnhagen adquiriu os valiosos paleótipos de Montoya, que vulgarizou nas edições de Viena, em 1876 <sup>7</sup>.

Ainda em 1859, segundo sua própria declaração, terminou a redação do magnífico trabalho crítico sobre as cartas de Vespúcio, que só veio a imprimir em Lima seis anos depois <sup>8</sup>.

Em 1860 visitou a biblioteca e arquivo particulares da família Veiga, e lá recolheu muitas centenas de panfletos brasileiros, produtos da nossa incipiente arte tipográfica, e concernentes a pessoas e episódios da era joanina e dos primeiros tempos do Brasil emanci-

---

4. *A Caça no Brazil, / ou / Manual do Caçador / em toda a América Tropical acompanhado / de um glossário dos termos usuais de caça, / por / Um brasileiro devoto de S. Huberto. / Rio de Janeiro / Em casa de E. & H. Laemmert / Rua da Quitanda, 77 – 1860.*

5. Tendo em conversa com o presidente Carlos Antônio Lopez aprendido como se pronunciava Hyg (água em idioma guarani) verificou o nosso ministro que o pregão surdo e gutural dos antigos aguadeiros do Rio de Janeiro não era mais que uma palavra dessa língua (*Rev. do Inst. Hist.*, XXX, p. 2ª pp. 421-422).

6. Constan os trabalhos de Varnhagen nesse ramo de erudição de um livro e um opúsculo originaes impressos separadamente, duas obras do padre Montoya editadas com introduções eruditas, e dois trabalhos incluídos na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Na mais recente bibliografia do historiador paulista, a organizada por Basílio de Magalhães, são descritos todos esses trabalhos da página 70 a 75.

7. *Vocabulario y Tesoro de la lengua guaraní ó mas bien tupi, e Arte de la lengua guarani, ó mas bien tupí*. Apesar de terem saído dos prelos do *pueblo* de Santa Maria la Mayor algumas das antigas edições destas obras, não achamos provável que fossem adquiridas no Paraguai pelo nosso representante. Os livros não se conservam bem nos climas quentes e úmidos como o do Brasil e da terra guarani. Sabemos por observação própria que os exemplares melhor conservados de obras sobre o Brasil ou nele impressas desde o século passado são os que, por qualquer circunstância, foram parar na Europa. Segundo informação do conde de Ficalho, em toda a Índia portuguesa não se encontra um só exemplar do livro de Garcia da Orta, impresso em Goa em 1563; é que lá também proliferam assustadoramente os insetos papirófagos.

8. Cf. *Américo Vespucci, se vie, ses écrits, même les moins authentiques*, etc. Lima, 1865, p. 6.

pado, contribuição de inestimável valia para a *História da Independência* que estava escrevendo <sup>9</sup>.

As atividades literárias e as buscas nos arquivos não o impediam, contudo, como bom saxão que era, de dedicar-se aos exercícios cinegéticos, dos quais guardava recordações visuais dos tempos da longínqua infância nos nativos rincões de Sorocaba <sup>10</sup>, exercícios que, no seu conceito, eram os mais adequados a dar “trégua aos cuidados e trabalhos do espírito, robustecendo o corpo e geralmente o coração” <sup>11</sup>. A Varnhagen devemos a mais antiga narrativa circunstanciada de uma caçada de antas, que conhecemos, tal como hoje só se fazem nos remotos sertões do país, e que lá pelos meados do século passado, nos bons tempos em que S. M. o senhor d. Pedro II “felizmente imperava” <sup>12</sup> eram possíveis nos arredores de Petrópolis, ainda não estragados pela crescente urbanização que os avassala atualmente, inimiga das matas e afugentadora da fauna. A caçada teve lugar na primeira quinzena de abril de 1860, no arrabalde hoje chamado Fazenda Inglesa. Demos a palavra ao próprio Varnhagen:

“Depois de escrito este livro <sup>13</sup> teve o autor ocasião de assistir perto de Petrópolis no dia 13 de abril de 1860, (no arroio da cidade, pouco adiante da fazenda chamada do inglês) a uma caçada de anta, a que foi convidado por seu amigo o dr. J. grande

---

9. Já em 1858 se ocupava com a *História da Independência* o futuro visconde de Porto Seguro segundo se depreende de uma passagem da polêmica com d’Avezac (Cf. *Examen de quelques points de l’Histoire Geographique du Brésil*, etc., Paris, 1858, p. 9). Parte dos folhetos e opúsculos obtidos na livraria dos Veigas foi remetida para Lisboa a fim de serem contemplados no *Dicionário Bibliográfico Português* de Inocêncio Francisco da Silva, grande amigo e primeiro biógrafo de Varnhagen, obra ao tempo em elaboração. (Cf. *Carta ao Sr. Luiz Francisco da Veiga acerca do autor das “Cartas Chilenas”*, Rio de Janeiro, 1867, p. IV). Veja-se também: *Cartas Chilenas...* Rio de Janeiro. Eduardo & Henrique Laemmert. 1863, p. 6; e *História da Independência do Brasil*, por Francisco Adolfo de Varnhagen, Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1917, pp. 9 e 10.

10. Joaquim de Paula Sousa, no 1º capítulo de sua obra de cinegética publicada em 1863, refere-se ao trabalho de Varnhagen, que precedera de três anos o seu, e faz a observação seguinte: “É de notar-se que as duas obras escritas sobre caça no Brasil sejam feitas por dois paulistas que nasceram em lugares distantes seis léguas um do outro: é que estes lugares têm os melhores caçadores e cães talvez do mundo” (o grifo é nosso. Vide *Escola de Caça ou Montaria Paulista por I. P. S.* Rio de Janeiro. 1863, p. 7).

11. *A Caça do Brasil*, p. 9.

12. *Idem*, p. 102.

13. Os originais foram confiados aos editores Laemmert em abril de 1860, segundo se lê em uma nota marginal do livro, à p. 116; referindo-se a um folhetim do *Diário do Rio de Janeiro* de 15 de abril de 1860, acrescenta – *Esta notícia nos chegou à mão justamente quando estrava no prelo este livrinho*. Cf. op. cit., pp. VII, VIII e 116.

afeiçoado da caça, e muito desejoso de que ela se nobilite entre nós no conceito público mais do que está.

A existência de duas antas no local era conhecida; mas de véspera foi verificar o seu rasto um grande caçador, monteiro prático do local, que igualmente dispôs para a manhã seguinte a sua matilha de excelentes veadeiros, e um escravo seu, batedor e mateiro de lei.

Éramos cinco os companheiros da caçada, e montamos a cavalo às 6:30 da manhã. O dr. J. se encarregara de brindar-nos com um excelente almoço, que foi servido em um pouso perto do córrego na paragem em que se planizara a caçada.

Chegados a esse pouso separou-se de nós a pé o nosso monteiro, com o seu escravo e outro batedor do mato, levando os cães para os soltar no rasto da anta, ficando de nos dar aviso por meio de um ou dois tiros se ela se havia encaminhado para o lado do córrego, se para o vale oposto; pois só no primeiro caso haveria para nós a caçada cômoda, que se dá quando a anta corrida pelos cães se refugia no córrego a um poço a que está avezada.

Entretanto fomos almoçando, e de tal modo que caçador houve que declarou que já não dava por mal empregada a jornada, ainda quando não aparecesse anta.

Por fim se ouviram distintamente os tiros desejados. O nosso monteiro havia desatrelado os cães na bocaina de uma pequena serra vizinha, no rasto de um casal de antas. Acossadas pelos cães separou-se uma da outra; cada qual para seu vale ou canhada, e os batedores preferiram encaminhar os cães contra a que devia ir parar no poço. Era a fêmea. Apenas a tiveram empoçada começaram a dar os tiros.

Montamos a cavalo e nos lançamos a correr para o sítio onde se nos chamava: seguramente obra de meia légua daquele em que havíamos almoçado. Não tardou muito que, pelo forte ladrar dos cachorros, conhecêssemos que a anta se achava na água cercada por eles, e desde então a nossa curiosidade se aumentou, e não paramos de galopar.

Chegamos perto do poço; mas não era fácil descer a cavalo junto dele. Apeamo-nos, atamos os animais a uma árvore, e começamos a descer a ribanceira, rompendo mato com o auxílio de nossos facões.

Chegamos primeiro três à margem do poço em que se achava o animal nadando na água. Era uma anta das grandes, mas figurava ser muito maior, como sempre sucede quando estão na água. Os cabelos pareciam retesados e eriçados. A fera, ao ver-nos com as nossas espingardas, fixou os olhos sobre nós, como que se horrorizou: franziu a tromba, mostrou os dentes e resfolgou. Nem que visse em algum de nós três o que dentro de dois minutos havia de ser o seu fero carrasco. – A impressão que me fez esta cena me ficará para sempre presente; e lamentei muito que a não tivessem presenciado os outros dois companheiros, um dos quais, amigo de fazer o contrário do que vê fazer aos outros, tem pago mais de uma vez caro este instinto inovador.

Com a nossa chegada calaram um pouco os cães, e como que se afastaram dela, para que lhe atirássemos. Insistiu o dr. J. que tocassem ao autor as honras do primeiro tiro, o que não admitiu, quando a caçada se fizera por gente da terra por obsequiá-lo, e o autor só ali se achava por favor dele dr. J. Do tempo que levaram estes cumprimentos e do afastamento dos cães se aproveitou a anta para seguir pelo córrego acima, a procurar outro poço.

Vimo-la seguir: e os cães começaram a ladrar de novo um pouco; mas de repente cessaram. Confesso que cheguei a julgar que a anta se nos havia ido, e já cá por dentro maldizia as cerimônias que eram disso causa. Subimos pela margem com dificuldade e rompendo mato, em ânsias porque já não ouvíamos mais o latido dos cães.

Afinal alcançamos a margem do poço superior. Havia um grande fundão e os cães estavam parados em redor dele olhando para a água. Era a anta que aí estava mergulhada.

Pulamos de contente, e adquirimos então muita confiança no nosso Monteiro prático, que no meio do nosso descoroçoamento nunca deixou de assegurar-nos que ela não se nos havia fugido. Entretanto o susto que havíamos passado de a haver perdido fez pôr de parte as cerimônias. O dr. J., apenas viu a anta com a cabeça de fora da água, e que se achava perfeitamente colocado sobre um rochedo junto, descarregou nela os dois canos de sua espingarda, dando a carga do primeiro tiro de raspão na cabeça, e entrando toda a do segundo, feito à queima-roupa com bala e chumbo, dois dedos por detrás da orelha, com que a rez curvou a

cabeça, e se foi morrendo na praia, sangrando muito, e exalando uma catinga enjoativa.

Logo se começou a operação do esfolamento. Cortaram-se as quatro patas ou mocotós, que se distribuíram pelos caçadores como troféu de caçada. As patas dianteiras são preferidas por terem quatro unhas, quando as traseiras só têm três. Contentou-se o autor com um filhinho que se encontrou no ventre já perfeitamente formado, e o guarda em espírito de vinho. Os cachorros tiveram, porém, o melhor quinhão, pois comeram todas as forçuras e lamberam não pouco sangue quente da vítima, que ainda a lugares se via morrer pelas contrações musculares.

O cacho, cuja gordura dizem muito própria para fomentações em dores reumáticas, e o lombo, cuja carne é menos áspera, seriam talvez aproveitados pelos batedores; e provavelmente toda a carne seria também comida, depois de haver estado de molho no córrego vinte e quatro horas, com o que dizem que fica branca e sem catinga e não dá lepra a quem come. Que proveito lhes fizesse”<sup>14</sup>.

Não se trata aqui, evidentemente, da lepra verdadeira, ou doença de Hansen, e sim dessas reações cutâneas características da acidose, provocadas pela ingestão dos alimentos chamados pelos antigos *quentes*, nos nossos sertões conhecidos pelo nome de *reimosos*. Estão nesse caso as carnes de anta, capivara, lagarto, certos peixes de pele, e também as castanhas de caju, os grãos do amendoim, etc.

Graças a uma feliz casualidade pudemos identificar o dr. J. a que se refere o grande paulista. Muito palaciano, áulico, como naqueles tempos se chamava, mantinha Varnhagen intensa correspondência com o imperador, hoje arquivada no castelo d’Eu<sup>15</sup>, e relações de amizade com o mordomo da Casa Imperial, conselheiro Paulo Barbosa da Silva e o filho adotivo deste, dr. Antônio de Araújo Ferreira Jacobina, conhecido educador. Solicitando a alguns amigos, detentores atuais dos arquivos de seus antepassados, figuras de relevo do segundo reinado, cópia das cartas a eles porventura escritas por Varnhagen, gentilmente ofereceu-nos algu-

---

14. Op. cit., pp. 90-95. Na reedição feita em São Paulo em 1914, na revista *Chácaras e Quintais*, com separata, foram suprimidas várias passagens do livro, entre as quais esta descrição de caçada.

15. As cartas de Varnhagen a d. Pedro II constituem 36 números do *Inventário dos Documentos do Arquivo da Casa Imperial do Brasil*, organizado por Alberto Rangel e publicado nos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, tomos LIV e LV, 1939 com separata.

mas o dr. Américo Jacobina Lacombe, neto do dr. Antônio Jacobina, que também nos disse ter sido seu avô materno grande amigo da caça e companheiro, nesse exercício, do duque de Saxe, o que sabia por tradição de família. Numa dessas cartas, escrita a Jacobina, do Recife, e datada de 18 de abril de 1861, quando em trânsito para a Europa, de onde seguiria para a Venezuela, Colômbia e Antilhas no exercício de suas funções diplomáticas, assim se exprimiu o futuro visconde de Porto Seguro:

“Cá me tenho lembrado muitas vezes do meu amigo e da exma. sra. d. Francisca e sr. conselheiro, e, por mais que tenho visto, mais houvera estimado *ter passado estes dois meses em Petrópolis, como o ano passado. Não tenho assistido a nenhuma caçada; mas outro dia comprei uma magnífica paca* por quatro patacas, que pesava mais de uma arroba. Estava excelente, pois a prepararam magnificamente; mas se não estivera tão longe houvera a *saboreado muito mais agradavelmente na rua de Paulo Barbosa, em Petrópolis...*”

A alusão aos meses de março e abril de 1860, passados agradavelmente em *Petrópolis*, na convivência do casal Paulo Barbosa e do dr. *Jacobina*, as referências a matéria cinegética na carta, indicando serem ambos os correspondentes afeiçoados ao mais nobre dos desportos, e habituados naturalmente a saborear juntos peças de caça, são circunstâncias que não nos deixam subsistir no espírito a menor dúvida: o dr. J., de “*A Caça no Brasil*” é o dr. Antônio de Araújo Ferreira Jacobina, filho adotivo do conselheiro Paulo Barbosa da Silva e sua esposa d. Francisca.

Varnhagen aproveitou a estadia em Pernambuco para percorrer várias localidades outrora teatro de importantes encontros com os holandeses, e fixar definitivamente a topografia dos memoráveis encontros conhecidos como batalhas das Tabocas e dos Guararapes <sup>16</sup>. Desse tempo é uma sua comunicação ao Instituto

---

**16.** Na citada carta a Jacobina há o período seguinte: “Fui ao Cabo e à Escada, e fiz outra excursão para os lados de Jaboatão e Vitória; se puder ainda hei de ir a Iguaçu e Goiana.” Escreveu também no prefácio da primeira edição da *História das Lutas com os Holandeses*, Viena, 1871, pp. V e VI. “Se bem que havíamos curiosamente estudado os arredores de Recife até Itamaracá e Igarassú, de um lado, e até os Guararapes e o monte das Tabocas, de outro...”

No dia 28 de março, em companhia de Sá e Albuquerque, filho do 1º barão dos Guararapes, e depois senador do Império, visitou Varnhagen a capela de N. S. dos Prazeres, mandada erguer em 1656 no local dos seus triunfos por Francisco Barreto, que a confiou aos beneditinos. Estes em 1872 aformosearam o templo, conservando, porém, a lápide de lousa preta com a primitiva inscrição (*História das Lutas*, 1871, p. 248).

Histórico e Geográfico Brasileiro, ainda inédita, e datada de 30 de abril,<sup>17</sup> dando conta do achado de um fragmento de lápide, com inscrição latina truncada, da qual se inferia ter André Vidal reedificado o quer que fosse a que ela se referia. Imbutida que fora a lápide no antigo palácio dos governadores da capitania, então faculdade de direito, esse seria provavelmente o edifício reedificado, do qual a retiraram para dar lugar a outra, comemorativa da *caiçã* do edifício pelo presidente da província sr. Chichorro da Gama! Na mesma carta ainda comunica Varnhagen a interpretação de uma inscrição em flamengo existente na rua da Cruz, por trás da igreja do Corpo Santo<sup>18</sup>. Permitira-lhe ela a descoberta da casa residencial de Jacob Stachower, o protetor de João Fernandes Vieira, a quem escolheu para administrador de seus bens ao se ausentar para a Europa, e que veio a ficar com eles: fato acorde com a tradição que apontava o referido prédio como tendo pertencido ao Castrioto Lusitano...

Mas, não nos alonguemos... o nosso intuito foi apenas o de recordar os bons tempos em que se podiam caçar antas em Petrópolis, e uma das numerosas, e não por certo a menos interessante, das facetas por que se revelou a extraordinária atividade de Francisco Adolfo de Varnhagen, barão e visconde de Porto Seguro<sup>19</sup>.

*Clado Ribeiro de Lessa.*

---

17. Lata 23, mss. nº 499 do arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Dá notícia dessa carta a ata da sessão de 17 de maio de 1861, primeira do ano (tomo XXIV da Revista; pp. 701-702).

18. Sobre esta inscrição há uma carta escrita a S. M. o Imperador por Joaquim Francisco de Sousa Navarro, e impressa em 1860 no tomo XXIII da *Revista do Instituto*, pp. 399-400.

19. Desde menino era Varnhagen afeiçoado à caça, como ainda hoje o são os brasileiros do interior. No seu opúsculo, tantas vezes citado, há a seguinte passagem, reminiscência dos remotos tempos da infância passados em São João do Ipanema: "lembra-nos que na idade de poucos anos alguns taperás (andorinhas) matamos com este instrumento (bodoque), havendo aliás em casa crioulos da mesma idade que muito melhor dele usavam", p. 34.

## **PORCELANAS DA CASA DE BRAGANÇA**



## **Porcelanas da Casa de Bragança**

Quais elas são? Fácil ou difícil classificá-las? Serão todas as que exibem emblemas majestáticos ou se revelam pelo simples esplendor, como heráldico cartão de visitas, da sua decoração principesca? Porta por fé o único documento existente que nos possa garantir-lhes as origens, que é o catálogo do leilão do Paço Imperial? Servirá ele somente como recurso de reconhecimento das maravilhas existentes, ou falho de minúcias pela síntese obrigatória a que se filia, ou por descaso ou ignorância dos seus elaboradores?

Tudo isso, esse chorrilho de interrogações denota apenas dúvida, a hesitação natural em afirmar coisas debatidas, a extrema dificuldade que todos têm, em diferentes idades, de classificar porcelanas, sejam elas oriundas dos remotos Ming, sejam procedentes dos fidalgos Saxe ou dos Sèvres nobilíssimos.

Afirma-se com segurança que esta ou aquela peça pertenceu à Casa Imperial porque foi encontrada nos armários do paço e atesta uma utilização que se prende ao período monárquico, ou somente a um dos três reinados.

Daí o embaraço natural aos confeccionadores do aludido catálogo, lidando dias a fio em seara completamente estranha e atribuindo origens equivocadas aos objetos que seus olhos viam pela primeira vez, descritos de maneira absolutamente confusa.

O resultado dessa anarquia foi que durante várias décadas os serviços verdadeiramente admiráveis, pertencentes ao tombamento da Coroa, foram reconhecidos como poucos, somente aqueles que traziam escudos ou monogramas, e um ou outro da ciência de amator mais bem informado ou pessoa que tivesse privado na intimidade do paço.

Não há muito, porém, um acontecimento inesperado veio fazer luz sobre tão nebuloso assunto. Um distinto oficial da Armada, o comandante Sérgio Bizarro de Andrade Pinto, descen-

dente de fidalga estirpe e de notáveis servidores do trono <sup>1</sup>, resolveu fazer uma coleção de tudo quanto houvesse figurado na vida íntima e oficial do Império.

Não levou muito tempo, por ventura, aproveitando-se da fase de dispersão de algumas ótimas coleções particulares onde não raro se deparavam os motivos da sua apaixonada pesquisa. Tinha havido o leilão Rego Barros, o leilão Bastos Dias, o leilão Botelho, o leilão Veloso. Em cada um deles apreciavam-se remanescentes da delongada era imperial em móveis, porcelanas, faianças, espelhos, tapeçarias, bronzes, marfins, brocados e gravuras. A todos esses prélios de bom gosto compareciam os grandes devotados às velharias históricas, a legião alerta e poderosa dos Alfredo Lage, dos Catrambi, dos Tobias Monteiro, dos Areal, dos Alfredo Maia, dos Osvaldo Riso, dos Carlos Frederico, dos Marques dos Santos, dos Catão, dos Pedro Brando, dos Raul Leite, dos Sousa Lima, e tantos outros que se disputavam, a qualquer preço, a preciosa jóia cobiçada.

De fora, a calculada distância, Andrade Pinto, de feitio avesso a exhibições e aparências, quase sem ser visto nesses mercados opulentos onde se dissipavam os ouropéis do nosso esplendor passado, ia conseguindo, um a um, os objetos da sua eleição, os componentes do seu conjunto incomparável, e isso com o fim puramente altruístico de doá-los a qualquer museu onde ficassem, na salvaguarda da pátria, entregues à curiosidade pública.

Celibatário inveterado, independente em todos os seus atos, o brilhante marinheiro, a quem sua classe ficou devendo os mais assinalados serviços, deliberou finalmente legar a formosa coleção ao Museu do Instituto Histórico.

Lá está. Em situação inalienável e estritamente inamovível.

Uma sala especial, que acasala tanta beleza antiga, tem, por justiça, o seu nome. E é muita vez para lá, ao pé daquelas amplas vitrinas onde cintilam tantas gemas ilustres, que eu me demoro a contemplá-las, a recordar coisa por coisa, visto como talvez uns oitenta por cento das louças que lá se custodiam fizeram parte da minha coleção, cuidadosamente especializada em porcelana da casa

---

1. Vide Sérgio Bizarro de Andrade Pinto e Ernesto de Campos Andrada. *Genealogia do ramo primogênito das famílias Andrade Pinto* (Brasil), e *Campos de Andrada* (Portugal). Lisboa, 1922.



Prato de provável fabricação francesa da época do Primeiro Reinado e de caráter decorativo. Exemplar único.  
(Da coleção do Museu Imperial)



de Bragança e de vários titulares do Império. Dei, contudo, por muito bem empregado ter podido contribuir para a obra por cem títulos meritoria desse provector oficial, tão cedo arrebatado ao convívio dos amigos e às gloriosas fileiras da Armada.

Foi, pois o comandante Andrade Pinto quem deu o sinal de alarme para a salvação dessas relíquias que a pouco e pouco desapareciam, não só por olvido como pelo desprestígio em que até há uns vinte anos viveram as antiguidades no Brasil.

Depois dele, da sua cuidadosa procura, do seu afã em selecionar peça por peça, escoimando-lhes as impropriedades e evitando-lhes as falsificações <sup>2</sup>, despertou o interesse pela defesa dos objetos do paço, iniciaram-se novas coleções que realizam milagres; e eu mesmo, que havia quase extinguido a minha, busco de novo refazê-la, e com tal felicidade que tenho conseguido muitos dos exemplares primitivos, e alguns que até então não possuía.

Menciono este fato apenas para demonstrar que a campanha continua, acautelando-se o patrimônio imperial nos seus justos limites, amparado poderosamente pelo governo atual com a fundação e a incrementarão de importantes museus e a aquisição de acervos particulares, como acaba de acontecer com a soberba coleção Fonseca Hermes <sup>3</sup>.

Tornando ao comandante Andrade Pinto, deve o seu nome ser sempre lembrado como o mestre da pesquisa criteriosa, da rigorosa classificação das peças, da sua honesta catalogação, depreciando de pronto o objeto atribuído em benefício daquele que se revela de indiscutível autenticidade.

Deste modo, quem quiser estudar de perto os elementos representativos das louças da casa de Bragança, analisá-los com carinho e minúcia, tem hoje no Brasil três principais caminhos a seguir:

**1º** A coleção Andrade Pinto, que se acha no museu do Instituto Histórico;

---

2. Supõe-se que haja pelo menos dois serviços imperiais falsificados. Um branco, decoração verde, com o escudo na borda, muito semelhante ao de idêntica decoração que traz o P. II sob o escudo. Outro que apresenta inúmeros exemplares no Museu Histórico, com a marca escondida por uma camada de tinta ou lacre. Trazem as suas peças a marca de fabrico de T. Haviland (Limoges) e a do depositário J. Etienne (Paris).

Ponho, entretanto, minhas dúvidas quanto a essas falsificações. Muita encomenda do fim do Império só chegou ao Brasil depois de proclamada a República.

3. O governo do sr. Getúlio Vargas abriu o crédito de 1.500 contos para a aquisição da maioria dos lotes deste famoso leilão, que se realizou no ano passado, nos salões do High Life, à rua Santo Amaro.

2º A coleção Carlos Frederico da Silva, recentemente incorporada ao Museu Imperial.

3º A coleção do Museu Histórico Nacional, que exhibe amostras de subido mérito.

Isso no que toca a entidades públicas, patrocinadas pelo Estado nacional.

Particularmente, não deixam de merecer visita circunstanciada os objetos da mesma espécie que se conservam no Museu Simões da Silva <sup>4</sup>, nas residências da sra. baronesa de Bonfim, do sr. Manoel Martins, filho do barão de Itacuruçá, dos srs. Inácio Areal, Jaime Leal da Costa, quase totalmente especializado em cerâmica da China, do dr. Catrambi, do dr. Tobias Monteiro, do dr. Alfredo Maia, do sr. Marques dos Santos e do autor destas linhas.

Fora do Rio de Janeiro, sobre-excede pela importância arquitetônica, pelo ambiente de tradição de família, pela qualidade das relíquias expostas, o Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora, realização magnífica do dr. Alfredo Ferreira Lage, o esteta aprimorado a serviço do homem de recursos.

Afora outros museus estaduais, públicos ou particulares, destes sobressaindo o do coronel David Carneiro, em Curitiba, onde, em geral, se contempla valiosa armaria histórica.

\* \* \*

Foram muitos, e incontestavelmente, os aparelhos de porcelana da Casa de Bragança. Houve-os de todas as formas e pinturas, das mais variadas marcas. Ricos e pobres. Suntuosos e singelos. Desde os mais preciosos espécimes originários da remota China, trazidos por d. João VI (os serviços dos galos, do pastor, das corças e dos pavões), além de uma multiplicidade de outras peças de antigo cunho europeu, onde avultavam decorações de palácios, quintas e castelos, pássaros e quadrúpedes em combinações harmoniosas.

Esse rebuscamento zoológico no terreno da cerâmica recorda o propalado gosto lusitano dos séculos XVII e XVIII. Ainda hoje

---

4. A rua Visconde de Silva, 111, em Botafogo. Compõe-se das seções científica, artística e histórica, sendo de notar, no salão de entrada, vários móveis que pertenceram à marquesa de Santos, da qual o proprietário descende por linha materna.

podem-se admirar na capela do Palácio Real de Sintra, em preciosos frisos de azulejos, grupos congêneres de concepção bizarra.

José Queiroz, na *Cerâmica Portuguesa*, assim refere esses painéis deliciosos:

“Entre os diferentes animais são vulgares os pavões, os papagaios, as perdizes, as rãs, os pombos, a hidra, o galo e a galinha, o gato e a gata, tendo esta uma sardinha na boca”.

E na Casa da Água do mesmo paço:

“... quadros de gênero, orquestra composta de gatos e macacos que tocam e cantam. Um dos macacos toca órgão e outro, de óculos, rege o concerto, e um terceiro, com a menina dos cinco olhos (palmatória), espera atento para castigar os que desafinavam!”

A par das louças que ostentavam os emblemas majestáticos, outras foram classificadas como havendo pertencido ao serviço do paço e às altas personagens afins da família imperante.

Deve-se esse trabalho, de acurada e conscienciosa pesquisa, principalmente ao estudioso colecionador Carlos Frederico da Silva que de corpo e alma se empolgou por essa encantadora especialidade.

Foi ele que identificou, por exemplo, o serviço chamado do primeiro casamento de d. Pedro I, o serviço de uso do príncipe de Joinville, esposo da princesa d. Francisca, irmã de d. Pedro II; o serviço da imperatriz d. Teresa Cristina, com flores no centro dos pratos e borda trabalhada em ouro sobre uma barra de amarelo-claro; e todos os outros pratos que acompanham o serviço fabricado pela duquesa d’Angoulême, com a coroa do Reino Unido e pinturas de paisagens, de fabrico e tonalidades perfeitamente idênticas a outros que representam flores e animais, porém, sem coroa à borda, o que nesse tempo, começava a ser considerado de mau gosto.

São muito de destacar, em serviços do Primeiro Reinado, os que trazem a marca da duquesa d’Angoulême, essa fidalga flor-de-lis de França, filha de Luiz XVI, enérgica e impulsiva, de quem Napoleão dizia ser o único homem da família.

Fundada a Real Manufatura, sob os seus capitais, a sua influência e os seus conselhos, não desdourava muita vez ela mesma, de par com outras grandes damas da sua aristocrática *entourage*, de macular os seus punhos de rendas com as tintas das decorações

famosas, empunhando os pincéis de simples operários aquelas mãos heráldicas que tanto preponderaram nos dias tumultuosos de Carlos X e Luiz XVIII.

Na mesa do príncipe regente, que depois se tornou rei de Portugal, Brasil e Algarves, não faziam essas louças má figura, senão resplandiam com pompa entremeadas das serpentinas de prata com centenas de luzes ofuscantes. Muito ao contrário. D. João distanciado do reino, por fortuna não as esquecera. Prezava-os com particular estima. Achava graça naqueles mimos reais por onde perpassaram mãos gentis, em hora de refeição, no antegozo das suas iguarias. E assim ficava o filho de d. Maria I, horas esquecidas, as mais queridas horas do seu dia, enquanto, por detrás das anteparas, velados pelos reposteiros de damasco com os símbolos da linhagem bragantina, os músicos do padre José Maurício, em surdina, tocavam com tanta unção e tanto arrebatamento que transformavam o repasso simples de um soberano pacato nos rituais sagrados de um ofício.

A China, a veneranda China, de tanta magnificência cerâmica, com as altas chaminés de Kin-te-tchin ainda a fumegar sobre a devota admiração dos séculos, já havia mandado muita coisa para os festins palacianos de Portugal. Foram mesmo os portugueses, os gloriosos navegadores do século XVI, que introduziram nos mercados da Europa as louças do Celeste Império.

Com o tempo, porém, esses serviços se desfalcaram bastante. Restos deles, como fragmentos de obras-primas, eram recolhidos aos claustros, onde os frades ainda os utilizavam, nos curiosos embrechados das suas fontes, dos seus tanques entre verduras úmidas, de permeio à frescura dos azulejos que faziam o papel de irmãos pobres, de mistura aos sonoros cacos de tão altivas porcelanas orientais.

E por terem existido em grandes quantidades, passado, para adiante, a tantas mãos de príncipes, no primeiro reinado a sábia imperatriz d. Maria Leopoldina ainda pôde com a sobra deles organizar para seu filho, que viria felicitar o Brasil com o título de Magnânimo, um pequeno museu de raridades onde os Ming, os Kien-long, os Kang-hi formavam com soberania ao lado das estatuetas de marfim e bronze, dos objetos de arte religiosa, das colchas de damasco púrpura e ouro velho, dos artefatos orientais

de bambu, madrepérola e sândalo, das pinturas ingênuas sobre laca e papel de arroz <sup>5</sup>.

Quase no fim os preciosos aparelhos da China, com raras peças que ainda teimavam em ostentar a sua estranha suntuosidade, d. Maria I, ainda lúcida, nas calmas de sua corte respeitosa, fez para a França as grandes encomendas da fábrica nobilíssima da sra. duquesa d'Angoulême, que deram a d. João infinito prazer. Entre essas as que contavam delicados pratos com o entrecho pitoresco das fábulas de La Fontaine.

Ao lado desses não ficavam em posição inferior outros serviços usados no Brasil pela real casa lusitana.

Foram muitos. Das mais soberbas e preconizadas marcas. Sèvres, Saxe, Bourg-la-Reine, Chantilly, Sarreguemines, Capo di Monte, o *vieux* Limoges. Esses que passaram mais tarde das mãos reais à tradição da família brasileira, especialmente daquelas castas mais achegadas ao paço, das saudosas matronas patricias que foram amigas íntimas da princesa Isabel e d. Teresa Cristina, e no leilão do Paço Imperial atropelavam o paciente Virgílio <sup>6</sup> com um chorado peditório de um sapato velho, que a medo escondiam no seio, um lenço usado, um grampo de chapéu, uma negalha de cabelo ainda agarrado à tartaruga dos pentes, qualquer coisinha, um pequeno nada que tivesse pertencido à mãe dos brasileiros.

Essas ainda conservam alguma coisa. A sete chaves, no interior acautelado das suas arcas e dos seus armários. Não só as pessoas fidalgas, que possuíam brasões de armas registrados em

---

5. "O Museu do Imperador, no Paço de São Cristóvão, fora fundado por d. Leopoldina, sua augusta mãe, que, com carinho, buscou enriquecê-lo. As coleções numismáticas e de mineralogia datavam daquele tempo e quem primeiro classificou-as foi Roque Schüch. No reinado de d. Pedro II foi o museu opulentado com preciosidades artísticas e científicas. Dentre os seus objetos que lá figuravam, segundo uma erudita crônica do *O País* de 6 de agosto de 1890, notava-se um medalhão que o imperador trouxera de uma de suas viagens à Europa e que conforme ele próprio afirmava no rótulo escrito de seu punho: "Representa João Huss e foi feito das cinzas da fogueira em que o Concílio de Constança mandou queimar o célebre heresiarca". A caixa que encerrava essa medalha tinha o rótulo seguinte: "Foi feita da madeira tirada das árvores próximas ao lugar do suplício"... Havia no museu duas bandeiras paraguaias tomadas na batalha de 24 de maio – onde estarão hoje?" Marques dos Santos – O leilão do paço de S. Cristóvão, in *Anuário do Museu Imperial*, vol. I.

"Em duas graciosas estatuetas do museu de São Cristóvão vemos d. Pedro II criança, tendo a faixa do Cruzeiro a tiracolo, a brincar, distraído e abstrato, com folhas de toureiro. Quantas recordações comoventes naquelas coleções, quantas preciosidades!" Visconde de Taunay – *Pedro II*.

6. Virgílio Lopes Rodrigues, então preposto do leiloeiro J. Dias.

cartórios de nobreza e desenhados pelo lápis acatado de Luiz Aleixo Boulanger. Muita gente humilde. Muito fiel servidor do paço ou descendente da abundante famulagem de Petrópolis, de Santa Cruz e da Boa Vista. Conheço o filho de um antigo cocheiro da quinta que ainda guarda uns pratos imperiais, com emblemas e frisos de ouro, e não os larga por dinheiro nenhum, nem à mão de Deus Padre.

Infelizmente torna-se penoso identificar todo o conjunto restante das louças da monarquia. O catálogo do leilão da Boa Vista é, de parte o seu alto valor documentário, impreciso e deficiente na explanação dos seus dois mil e tantos lotes. Há muita dúvida na sua descrição, na qualidade, marca, cor, desenho e procedência dos seus múltiplos componentes.

Existia no Paço da Cidade, como nas outras moradias reais, muita louça sem brasão, iniciais ou siglas de fabrico, principalmente na fazenda de Santa Cruz, cujos armários resplandiam com mais de vinte serviços da ilustríssima Companhia das Índias <sup>7</sup>. Com o inevitável rumo dispersivo causado pelo leilão, muita coisa desapareceu, mergulhou no tumulto dos acontecimentos, sem que pudesse ser analisada nos seus menores detalhes, classificada ao menos na sua vaga aparência.

Não obstante, foram os lotes dessa inesquecível justa de arte que revelaram a existência de muita porcelana fina que corre a via sacra dos antiquários e leiloeiros, em meio século de República. Sem que ninguém percebesse, pela falta absoluta de provas de identidade, foram por isso adquiridas a preços irrisórios e mesmo depreciadas por amadores displicentes que imaginavam que nas mesas imperiais só poderiam figurar louçarias que se distinguissem por coroas ou monogramas de príncipes.

Alguns desses serviços não brasonados foram pelo competente Carlos Frederico reconhecidos na coleção que o marechal Egídio

---

7. Ao tempo de d. João VI, além desses aparelhos, enuncia o *Arquivo do Distrito Federal*, na fazenda de Santa Cruz, as seguintes peças: 21 pratos pequenos da Índia matizados de ouro, 2 pratos da mesma qualidade, 17 pratos pequenos da Índia com molduras douradas, 3 pratos grandes da mesma qualidade, 7 pratos da Índia, azul e branco, 7 pratos fundos da mesma qualidade, 1 prato grande da mesma qualidade com uma quebradeira, 4 sopeiras com suas tampas matizadas de ouro, 12 tigelas da Índia, azul e branco, 6 xícaras de chocolate com 4 pires, 14 xícaras para chá com 8 pires, 2 tampas de sopeira matizadas de ouro, 1 jarrinha pequena, 1 bule pequeno, 2 ditos Macau, 5 palanganas grandes, 4 palanganas pequenas, 16 pratos vidrados, 20 moringues novos. Afora utensílios de estanho, latão e cobre.

Talloni, pouco antes de falecer, cedeu ao dr. João do Rego Barros, o aprimorado amador de arte antiga que o Rio de ontem conheceu e estimou.

Talloni era um jovem oficial, quando se deu o leilão de Santa Cruz. Morava aí ou servia próximo, nos seus lidares de militar brioso.

Ainda o conheci, capitão do Exército, no Colégio Militar, à flor dos meus verdes anos. Era um tipo de homem exemplar na sua rígida conduta. Sua palavra, seu conceito sempre portava por fé. De verdadeiro servidor da pátria as suas atitudes, o fiel cumprimento do dever. Assim, tudo que ele pudesse ter declarado ao confiar a Rego Barros as peças imperiais que adquirira vale um documento histórico, por um tributo de serena honestidade.

Dentre os espécimes por ele adjudicados, revelam-se aqueles, até então desconhecidos, que hoje refulgem nos mostruários dos museus e exibem finas decorações de flores, animais, paisagens e pássaros. São já bastante conhecidos dos amadores e não deixam a menor dúvida quanto à sua procedência, das suas primorosas pinturas tiravam os serviçais do paço as pitorescas alcunhas. Ao pôr a mesa para os ágapes, eles diziam, pela voz do mordomo:

– Hoje é a louça dos pastores.

Ou, em dia de gala:

– O rei hoje, data do seu aniversário, vai gostar de comer nos pratos dos pavões.

E assim, como um florido calendário, iam essas jóias de valor se entremostrando ao sol de cada dia.

Todos esses aparelhos, os mais caros e apreciados da época (não se serviam com mais fausto os grão-senhores das cortes européias) eram apenas complemento às referidas peças de porcelana francesa de fabrico da duquesa d'Angoulême, que apresentam na borda a coroa do Reino Unido e ao centro uma paisagem, ou simplesmente o escudo real.

Na coleção Andrade Pinto, no museu do Instituto Histórico, existe um raro exemplar da louça dita “das casas”, de idêntica filiação, que, por opostos caminhos, o infatigável amador pudera classificar como pertencente a serviço de propriedade do príncipe d. João.

E muito alegre ficou, quando Carlos Frederico, esse outro arguto e inteligentíssimo maníaco, lhe mostrou alguns exemplares que completavam a série, juntamente com o mais rico, o “das fábulas”, cuja beleza e raridade, com efeito, não têm rival.

Com a louça da manufatura Angoulême convém citar a da rua de Bondy, da mesma propriedade, muito estimada e muito enobrecida pelos seus decoradores com os mesmos motivos e a mesma estilização caprichosa que fez de Sèvres uma das maravilhas cerâmicas do mundo.

As marcas das porcelanas desse período, geralmente conhecidas por Vieux Paris, às vezes sem determinação precisa de local e de época, o que atormenta o colecionador, desapareciam com facilidade. Raríssimas as peças em que ainda hoje se deparam intactas as indicações de ano e de fatura. Eram essas quase sempre gravadas sobre o esmalte a tinta avermelhada-escura; e do serviço de d. João VI, o que tem a coroa na borda do prato, só se conhece, com a marca, o exemplar que se acha no Instituto Histórico.

Outros sinais, muita vez convenções, quando não simples iniciais ou algarismos, muito comuns aos obreiros de Sèvres, eram colocados antes do esmaltamento final e gravados na própria porcelana, o que lhes assegura uma impressão indelével.

Esse cuidado serve para uma completa identificação dos objetos, no que se refere à mão que os fez e ao tempo que os consagrou.

\* \* \*

Dois aparelhos verdadeiramente notáveis são aqueles, da mais rica porcelana da China, carregada para o Brasil pelos veleiros da Companhia das Índias, que permaneceram durante os três períodos monárquicos no recesso senhorial da fazenda de Santa Cruz. O material de que foram fabricados é esse precioso “arroz frio” muito alvo, de superfície granulada, quase do molde da velha louça *truitée* que tem feito as delícias dos apreciadores do gênero.

Retinem como o cristal. Não têm marca de espécie alguma. Não apresentam nenhum distintivo de majestade que lhes confirme a procedência. Mas garante-os a tradição, o testemunho de remanescentes da antiga grei palaciana. Foram arrematados no último leilão do paço pelo conselheiro Simões da Silva, ministro do Supremo Tribunal de Justiça e avô do conspícuo brasileiro que fundou



Prato de provável fabricação francesa e de caráter decorativo.  
Exemplar único.  
*(Da coleção do Museu Imperial).*



em Botafogo, no mesmo solar de família em que viveram os seus maiores, o importante museu de seu nome.

A decoração é singela e graciosa. Em fundo alvíssimo, um deles mostra a borda em entrelaces de ouro, com miniaturas de cópias de sítios portugueses, provavelmente de possessão real.

No outro predomina a sépia, com a mesma simbolização central, mais complicada e vistosa.

Erroneamente atribuem-se esses serviços ao uso diário do Paço da Cidade. Fizeram parte dos tesouros cerâmicos trazidos de Portugal pela corte de Bragança. E, ao que parece, só existem exemplares dessa categoria no Museu Simões da Silva, no Museu Histórico, por dádiva deste senhor, no Museu Imperial, no Museu do Instituto Histórico (coleção Andrade Pinto) e na minha coleção.

\* \* \*

No Primeiro Reinado, primeira etapa do Império, há a notar, antes do mais, *par droit de conquête*, um medalhão extremamente raro. Único talvez que se conhece no Brasil e no mundo. Pertenceu ao acervo do sr. Carlos Frederico e hoje enriquece as montras do Museu Imperial. É todo branco e ouro e tem na borda as iniciais M. L. encimadas da coroa real. Traz, ao que se observa, a cor oficial da Casa de Habsburgo e foi propriedade de Maria Leopoldina Josefa Carolina, a primeira imperatriz do Brasil.

Deve esse prato, à parte o seu valor cerâmico, ser conservado e prezado como oriundo dessa boníssima e inteligente princesa austríaca a quem tudo devemos pelo quanto operou em prol da nossa emancipação política como pelo incremento que deu à cultura nacional, acercando-se de sábios e de livros, na exploração grandiosa dos tesouros da nossa natureza. Por suas mãos, as obras imperecíveis, glória de um século, de von Spix e von Martius, foram preservadas com orgulho e desvelo pelo Brasil de todas as idades.

Outros serviços atingiram a nossa era, procedentes de d. Pedro I. Não foram muitos. Como os demais, ricos e pobres. Um desses tem os pratos e travessas brancos, ao centro as armas imperiais – o escudo ladeado pelos ramos de fumo e café, encimado da coroa imperial com o cetro e o bastão da justiça, pavilhão vermelho forrado de arminho com a coroa sobreposta. Na borda listel verde e entrelaces de ouro.

Outro apresenta em fundo branco a pintura verde e ouro, formando reservas com flores policromas; ao centro, as armas do Império – a coroa imperial forrada de vermelho e os ramos de café e fumo, tudo dentro de um círculo dourado. Procedente de Paris por intermédio da casa B. Wallerstein, à rua do Ouvidor nº 70 (onde mais tarde se instalou o tradicional Armazém Grão Turco).

Singelo, com uma ingênua decoração de borda verde e ouro e a coroa do Império, é um serviço hoje bem raro, que suponho, pelas tonalidades simbólicas, ter sido o primeiro usado em seguida ao advento da Independência <sup>8</sup>.

Ainda simples é a louça chamada “dos criados”, que se atribui, pelo estado de depreciação em que se encontram algumas peças, ao tempo de d. Pedro I. É branca, com borda verde; da mesma cor a coroa imperial, ao centro, entre ramos de fumo e café.

Nesse período incluem-se três aparelhos comemorativos, que são:

**1º** Branco com ornamentação verde, vermelho e ouro, formando medalhões com o escudo imperial e a legenda “Viva a Independência do Brasil”. Ao centro, as armas do Império nascente em escudo circular, entre dois ramos, com o cetro e o bastão da justiça <sup>9</sup>. Pavilhão vermelho, com a coroa sobreposta. Nos medalhões, com as armas, orla azul com quinze estrelas. Não tem marca.

**2º** Em cerâmica rudimentar, as armas imperiais e o dístico “Independência ou Morte”. Passa este serviço por ter sido fabricado na Ilha do Governador, ou, segundo opiniões, de legítima faiança inglesa. Não tem marca. O verso é em sulcos ondulados, o que talvez lhe determine a origem do fabrico <sup>10</sup>.

---

**8.** Existe um conhecido serviço do barão de Itabaiana, contemporâneo da Independência, decorado em faixas ouro e verde.

**9.** Estes dois símbolos estão desenhados de forma inteiramente diferente. O cetro parece um caduceu e a mão da Justiça termina em coroa de touros.

**10.** Tenho dessa louça uma pequena travessa, que me veio acompanhada de um cartão com os dizeres: “Este prato foi pintado pelo pintor espanhol d. Ferrão Peres, que o ofereceu a Lucas Antônio Monteiro de Barros, depois visconde de Congonhas do Campo, primeiro presidente da província de São Paulo, depois da Independência do Império. Em sua peregrinação por este murado veio cair, em 1889, nas mãos do dr. Daniel de Almeida, daí às mãos de Manoel Lírio, que tem a agradável satisfação de oferecê-lo a d. Mariana Joppert Chaves Faria no dia 7 de setembro de 1899”.

Ora, diante deste fato, se foi a aludida travessa decorada pelo pintor d. Ferrão Peres, deveria tê-lo sido também o resto do aparelho, de peças perfeitamente análogas, o que, de certo modo induz a atribuir-lhe o fabrico da Ilha do Governador. Ademais, possui um prato

3º De fina porcelana branca, do puro branco da China, com raminhos de ouro à borda, e ao centro, em ouro, a quadrinha alegórica:

“Passar de Reino a Colonia  
Hé desar e humilhação  
Que soffrer jamais podia  
Brazileiro coração”.

Pelo contorno, as inscrições também douradas: “Vivão os Brasileiros, Vivão os Paulistas, Vivão os mineiros, Vivão os fulminenses” (sic).

Igualmente, supõe-se ter sido esse conjunto manufaturado com o caulim da ilha do Governador, na fábrica do químico João Manso Pereira, tendo, ao que escrevem cronistas do tomo de Joaquim Manoel de Macedo, causado grande sucesso em Portugal.

Pretendem, porém, alguns autores que eles hajam sido fabricados em França, não podendo, assegura-se, aparecer como uma dádiva do povo em regozijo ao Fico, quando, em janeiro de 1821, já João Manso tinha falecido <sup>11</sup>.

---

do mesmo material, bastante rústico, com as mesmas tonalidades do serviço comemorativo, cuja pintura representa uma paisagem muito peculiar àquele aprazível rincão da Guanabara. Nele figura uma casa campestre, com moinho d'água, à beira de um braço de mar, que pode muito bem ter sido a humilde oficina de João Manso Pereira ou qualquer dependência dela.

A título informativo, podem-se ainda acrescentar os seguintes pratos comemorativos do Segundo Reinado:

Batalhas do Paraguai, azul e branco, branco e vermelho.

Morte de Solano Lopez, branco e vermelho.

Dentre outras peças com o escudo ou Coroa do Império conhecem-se os pratos e tigela do corpo policial da província do Rio de Janeiro, em branco e brique. Além de talhas e moringas de barro, vasos de farmácia, cristais variados, onde avultam as magníficas lavandas de cristal de rocha que pertenceram à imperatriz d. Amélia, recentemente vindas de Lisboa de que possuo quatro em minha coleção, cedidas pelo sr. Armando Navarro da Costa, que fez parte da embaixada junto aos centenários portugueses.

11. Essa a opinião dos entendidos. Eu, de mim, acredito, com Macedo e outros, que esse aparelho tenha sido, em verdade, produzido pela manufatura de Manso ou dos seus continuadores. Fiado na palavra dos cronistas, julgo que o povo ou as comissões que representassem, naquela era de fervoroso nacionalismo, não perderiam tempo em fazer vir da Europa uma dádiva necessária à celebração de um fato recente, quando as navegações eram morosas e espaçadas. Tanto mais sabendo que aqui mesmo, nas cercanias da cidade, existia um lugar onde ela pudesse ser adquirida com extraordinária vantagem. De resto, ainda hoje se explora em larga escala o caulim fluminense. E toda a gente estudiosa sabe que um francês, o viajante Castelnau, reputou o caulim brasileiro superior ao de Sèvres.

Ainda desse tempo um belíssimo serviço, também raro nas nossas coleções. É o que pertenceu a ilustríssima Câmara Municipal do Primeiro Reinado, todo branco, borda em cercadura de flores, ramos de fumo e café ao centro. Pinturas a encarnado e verde, lembrando muito a decoração da fábrica Dagoty, têm eles, entretanto, a marca de De Roche <sup>12</sup>.

Ao que já ouvi dizer de pessoa informada, esse aparelho foi, quase em vésperas da abdicação, presenteado pelo imperador a uma afilhada de batismo, de família afeiçoada ao paço e moradora no caminho velho de Botafogo <sup>13</sup>. Em seguida, dispersou-se pelos leilões e antiquários, alcançando os museus e as mãos ciosas dos felizardos que possuem restos dele.

Ainda dessa fase imperial encontra-se no Museu Histórico uma peça interessante que foi de d. Maria Leopoldina. Trata-se de uma xícara ouro, branco, e verde, com guarnição de flores, daqueles aparelhos que festejaram a Independência, tendo à borda do pires, sobre reservas, um veado e uma onça. Presente da imperatriz ao cônego Cesário, seu digno capelão e confessor.

\* \* \*

O segundo consórcio de d. Pedro I, com a linda Amélia de Beauharnais Leuchtenberg, assinala, pela influência dessa flor de realeza, a única fase verdadeiramente aristocrática da nossa corte imperial.

Trouxe ela de Viena d'Áustria os hábitos de grande luxo a que desde o berço se afizera, mimo de carne entre arminhos e rendas. Casada, transplantada a clima estranho, achou naturalmente o Rio de Janeiro uma triste mansão de pasmaceira e descuido. Mesmo o Paço da Boa Vista, ou a começar por ele, utilizado pela sua digníssima antecessora mais como gabinete de estudo do que salão de visitas, deixava muito a desejar quanto a conforto, bem-estar, higiene, aos simples acessórios de uma vida comum que nada refletia um lar de príncipes. D. Pedro preferia o ar livre, as cavalhadas loucas pelos campos, as aventuras noturnas que muitas vezes lhe causaram sérios embaraços. Por sua vez, d. Maria Leopoldina,

---

12. Um prato dessa espécie, que conservo na minha coleção, traz ao fundo em escritura grosseira como se fora a traços de lacre, a seguinte inscrição: "De Roche (D.R.). 1773. Charles Philips".

13. Rua Senador Vergueiro.

princesa universitária, também amava a natureza, mas como mero terreno de observações científicas, acampando aqui e ali, pousando muita vez em cabanas humildes em meio da floresta espessa, vestindo as saias ou calçando os tamancos da última das suas colonas por haver surpreendido, em plena digressão campestre, tremendo temporal de rancos e coriscos.

Destarte, deu-se a diligente Beauharnais em reformar, prover tudo da sua mão fidalga e delicada, aquela mão inesquecível que traçou, de volta à Europa, na manhã do degredo, o documento mais perfeito de santo amor maternal pelo destino do filho alheio, que se chama, na antologia sentimental da nossa raça – *Carta ao Menino Adormecido*.

“E d. Amélia não se limitou a intervir na vida doméstica, modificando tudo, alterando a fisionomia dos salões do paço, impondo uma etiqueta e um cerimonial à corte burguesa do Rio de Janeiro, inculcando pelo exemplo, os hábitos de grande dama, e ingerindo-se “até nas despesas de ucharia”<sup>14</sup>.

Outorga-se aos festejos do seu casamento o esplêndido serviço também chegado ao Rio por via de Wallerstein, que ostenta uma decoração belíssima, com peças todas diferentes, apenas invariável a cercadura da borda, de estilo pompeiano. Exibe cenas persas, reminiscências do fastígio artístico dos muçulmanos nas artes européias, com paisagens, figuras a pé e eqüestres, castelos, aves e flores, da mais requintada fatura<sup>15</sup>.

\* \* \*

Entra agora, com a sua mansa e edificante simplicidade burguesa, o glorioso reinado do sr. d. Pedro II.

De hábitos em extremo morigerados, o tipo acabado, no físico e no moral, do severo mestre-escola transviado nas lides de governar, nunca deu atenção esse príncipe modelo aos refinamentos de luxo de que foram tão pródigas não só as grandes cortes do seu tempo como as pequenas cortes dos titulares nacionais criados por seus decretos. Qualquer barão, visconde ou conde vivia com mais estadão, tratava-se, vida pública e particular, com muito mais ele-

14. Sérgio Correia da Costa – *As Quatro Coroas de D. Pedro I*.

15. Tenho dez pratos desse aparelho, quatro grandes e seis pequenos.

gância, recebendo em seus paços arrabaldinos de Lavradio, Mata-cavalos, Catete ou Botafogo com uma largueza e uma suntuosidade que jamais se observou nos calmos usos e costumes do neto de Marco Aurélio <sup>16</sup>.

Viajantes estrangeiros certificam em seus polpudos relatos essa adorável democracia que era o Brasil imperial de 50 a 60. Um deles, Charles Expilly, o grande despeitado que tantas cobras e lagartos disse da nossa terra e da nossa existência amolentada e bonachona de meados do Império, desta maneira se manifesta, após analisar com equilíbrio e justiça a figura serena do monarca: “Se não me falha a memória, a última festa realizada na corte data de 1852. Por questões de economia, que no presente se compreende, houve a idéia de restaurar-se o mobiliário da Coroa. Esse mobiliário, seja dito em verdade, estava muito necessitado. O restaurador, tipo infelizmente tradicional, não trepidou em atochar de palha, em vez de crina, os canapés e as poltronas. Em seguida, apresentou uma conta de despesas superior a trinta contos (90 mil francos), e, tendo-a recebido, repartiu a importância com diversos indivíduos do séquito de d. Pedro. Esses ficaram igualmente fiéis à tradição e ao imperador, que, ao ter conhecimento do delito deixou-o ficar impune <sup>17</sup>.

A Quinta da Boa Vista era um feudo patriarcal, repleto de agregados, muitos dos quais, encanecidos no ofício de admirar e venerar majestades, vinham do tempo do rei. É o que afirma o sabedor Marques dos Santos: “... desde a época de d. João VI existiam casas que aquele soberano dera ou permitira que construíssem seus criados, viúvas e inválidos, enfim, uma série de pessoas que protegia. D. Pedro I continuara nesta benemerência; o próprio marquês de Itanhaém (quando tutor de d. Pedro II) con-

---

**16.** De um jornal da época, *O Brasil*: “Não existiam requintes de luxo (no Paço da Cidade) e aos que lá entravam desagradavelmente impressionava a vetustez das mobílias e dos adereços... Quando a revolução triunfante entrou na habitação do velho e caridoso imperador, lá não podia encontrar tesouros, que o melhor do seu ouro ele o dispartia com mãos largas e indefesamente generosas. Exigia, porém, o cavalheirismo que com mais atenção fossem tratados os pobres móveis daquela realeza cujo único esplendor estava nas suas virtudes”.

“O Palácio de Petrópolis não tinha mobiliário de luxo nem alfaias dignas de nota. Os móveis eram em geral de mogno, com assentos e recostos de palhinhas, sem qualquer marca dos imperiais proprietários”. Alcindo Sodré, *D. Pedro II em Petrópolis*, in Anuário do Museu Imperial, vol. I.

**17.** Charles Expilly – *Mulheres e Costumes do Brasil*, tradução de Gastão Penalva.

firmara a praxe. D. Pedro II do mesmo modo, dava a desvalidos e até a poetas e literatos casa nos fundos e lados do palácio<sup>18</sup>. Naquele fundão imenso morava, ao ser proclamada a República, gente que havia conhecido Elias Antônio Lopes, doador da primitiva quinta a d. João, príncipe regente”<sup>19</sup>.

Isso sim. Caridade havia à farta naquela evangélica mansão de príncipes. Mendigos, viúvas necessitadas, órfãos, a pobreza envergonhada a afluir de toda a parte, em romarias quotidianas, acercavam-se daquelas providas algibeiras que davam do que tinham, subsídio particular, nada menos de oito contos por semana, cinco do imperador e três da imperatriz.

“O tesouro da bondade, ofuscando o da arte, pois neste terreno não se poderá comparar São Cristóvão aos grandes palácios reais europeus. São Cristóvão era grande, em arte, relativamente às Américas. A casa do imperador e o seu museu não tinham paralelo com outro palácio do continente”<sup>20</sup>.

Realmente, esplendor. Mas todo um esplendor legado, um tesouro de antepassados como relíquias intangíveis nas arcas familiares.

No mais, muita, excessiva economia.

É verdade o que refere Expilly quanto ao péssimo estado dos móveis. Parece que, em dilatado período, nada daquilo se renovou. Na derradeira década do Império, o Senado, mais de uma vez, ensaiou votar créditos para reformas imprescindíveis nos arraiais da Coroa. Rescendiam a mofo e velharia os veneráveis trastes de antanho, muitos dos quais inteiramente bichados. Para o mon-

---

18. Um deles foi Múcio Teixeira, o grande poeta das *Brasas e Cinzas* e o notável biógrafo dos *Gaúchos*. Por habitar o paço durante muito tempo, sabia de vários episódios passados com a família imperial. Contou-me, certa vez, nas nossas quotidianas cavaqueiras ao fundo da livraria Leite Ribeiro (hoje Freitas Bastos), que uma noite, o imperador entrou no quarto de d. Augusto, seu neto, oficial de Marinha, e deu com o leito vazio. Era tarde. O monarca saíra da sua biblioteca onde costumava se demorar em afanosas vigílias. Inquirido, Múcio responde:

– Majestade, não sei. Realmente era hora de o príncipe estar acomodado.

D. Pedro retoma o livro cuja leitura interrompera, deita-se na cama do neto e fica a ler calmamente. Lá pelas 3 da madrugada surge o notívago.

– Meu filho, a cama de um príncipe, a estas horas, não pode estar desocupada. Por isso, deitei-me nela.

E, erguendo-se, deu-lhe a benção e seguiu para o seu quarto.

19. Marques dos Santos, ob. cit.

20. Idem.

turo de jacarandás antigos – berravam os senadores – que poderiam ser substituídos pela beleza de marcenaria do que havia de melhor em arte moderna. Já nesse tempo pululavam os inovadores, os indivíduos falhos de compreensão sensata do que deve representar no presente, como lição e modelo, o espelho do passado.

Como em todos os tempos. Ainda hoje, quando me vem dizer que um templo, um edifício, um forte, um portão velho estão em ruínas, desmoronando cada dia, eu me conformo, enxugando uma lágrima, em face da vontade de Deus e da irremediável ação do tempo. Mas, se me contam que um batalhão de restauradores avança, ferramenta em riste, a fim de reparar isto ou aquilo, os vestígios sagrados do nosso fausto antigo, eu estremeço, aflijo-me, perco o sono, porque sei que, de parte raras exceções, lá vêm as torpes fantasias do presente, cobrir com o seu manto ilusório, a nudez honesta do passado.

Poderia delatar cem casos. Cem testemunhos de profanação insolente àquilo que parara no tempo, sob a poeira ilustre das idades. Poderia encaminhar os responsáveis pela nossa defesa artística e históricas para uma esplêndida matriz mineira onde os vândalos substituíram o pó de ouro das talhas pelo ouro-banana indigno e mal cheiroso; ou para outra igreja de cidade altamente cristã, onde a fereza dos iconoclastas pintou de verde claro a escadaria de entrada, toda da pedra insigne que imortaliza o Aleijadinho.

E quejandas, por essas terras além.

Por sorte, o monarca, irritado, sempre se opunha a esses dislates. Que não. Deixassem assim mesmo como estava. Nem lhe tocassem em nada. Assim recebera tudo de seus nobres avoengos. Assim os transmitiria aos filhos e aos netos, sem prejuízo de uma cadeira furada. Quanto aos seus livros, então, a sua idolatrada biblioteca, nem era bom falar nisso. O dinheiro era pouco, pouquíssimo para que se construíssem escolas. Essas sim, para a instrução do povo, para a desanalfabetização do Brasil, Norte a Sul, litoral às fronteiras, não havia nos cofres do Tesouro dinheiro que chegasse.

“Escola e hospital mantidos pelo imperador eram indicação de benemerência e amor aos seus semelhantes, quanto aos súditos”<sup>21</sup>.

---

21. Marques dos Santos, ob. cit.

E quando alguém teve a idéia de levantar-lhe uma estátua, que se viu senhores, que gesto teve o magnânimo para impedir a execução do projeto precipitado? Lançar mão de uma pena e escrever categoricamente esta carta:

“Sr. Paulino <sup>22</sup>

Li no *Diário* <sup>23</sup> que se pretende fazer uma subscrição para elevar-me uma estátua. O sr. conhece meus sentimentos, e desejo que declare, quanto antes, à comissão, de que fala o mesmo *Diário*, que se querem perpetuar a lembrança do quanto confiei no patriotismo dos brasileiros para o desagravo completo da honra nacional e prestígio do nome brasileiro por modo que não me contrarie na minha satisfação de servir à minha pátria unicamente pelo cumprimento de um dever de coração, muito estimaria eu, que só empregassem seus esforços na aquisição do dinheiro preciso para a construção de edifícios apropriados ao ensino das escolas primárias e o melhoramento do material de outros estabelecimentos de instrução pública. O sr. e seus predecessores sabem como sempre tenho falado no sentido de cuidarmos seriamente da educação pública, e nada me agradaria tanto como ver a nova era de paz firmada sobre o conceito da dignidade dos brasileiros começar por um grande ato de iniciativa deles a bem da educação pública.

Agradecendo a idéia que tiveram da estátua, estou certo de que não serei forçado a recusá-la.

*D. Pedro 2º*

19 de março de 1870”.

Esta missiva lapidar, padrão de altíssimas virtudes, firmou-se aos dezoito dias da terminação da Guerra do Paraguai. Sem o querer, o filho augusto do proclamador, ao simples toque do cinzel inspirado, fora o escultor do próprio monumento. Ele aí se eterniza e define.

Escolas sim. Que venham mais escolas. As que havia eram insuficientes para um povo tão grande, que precisava, antes de tudo,

---

22. Paulino José Soares de Sousa, ministro do Império.

23. *Diário do Rio de Janeiro*.

saber ler e escrever. E d. Pedro, nesse terreno incomparável, dos seus recursos privados, sempre desfalcados pela generosidade, pela compra de livros, pelas exigências quotidianas do Anjo da Caridade, fazia o que podia, e era o máximo.

“Ficava à rua Sexta a escola que o imperador mantinha do seu bolsinho, de planta muito interessante (acha-se na Biblioteca Nacional), constituída de um prédio sobre o comprido; de um lado a seção de meninos e do outro a de meninas, com absoluta independência uma de outra. Lá, na rua Primeira nº 2, havia uma casa de sobrado com dez janelas de frente, solidamente construída e com vastas acomodações. Que era? O hospital da quinta, destinado a abrigar serventuários doentes, ou os que fossem pedir ao imperador a cura dos seus males”<sup>24</sup>.

Assim agia o monarca ilustre que um dia teve com Vitor Hugo o seguinte diálogo:

- *Sire*, se não nascêsseis para governar, que ofício desejaríeis?
- O ofício de mestre-escola.

E aquele homem simples, de hábitos austeros, quando, um dia, apareceu em Portugal (agonizava o seu glorioso reinado), de longa sobrecasaca, inseparável mala de mão, a desdenhar honrarias, palácios suntuosos de hospedagem, brilhantes ajudantes de ordens com funções no Paço Real, só queria visitar os velhos historiadores como Alexandre Herculano, os grandes romancistas como Camilo Castelo Branco, e aturdiu os cronistas da época – Fialho de Almeida, Eça de Queiroz, Ramalho Ortigão – com tão desconcertante bonomia, que eles viviam a perguntar a seus leitores: “Quem passa agora por Lisboa? Um rei ou um simples professor de província que acode ao nome de Pedro de Alcântara?”.

Isto posto, no que toca ao refinamento dos acessórios, os altos luxos de mesa tão da estima de outros potentados, seriam flagrantemente dispensados por d. Pedro II, e talvez mais ainda pela imperatriz, proveniente de uma Corte pobre, que só tinha prazer em acolitar o esposo no dar a quem pedisse e socorrer a quem necessitasse.

---

24. Marques dos Santos, ob. cit.

As louças ricas que encontrou no paço foram herdadas de seu pai e seu avô, que carregaram para a colônia longínqua os restos da legendária magnificência que timbrara o reinado de esbanjamento do Rei-Sol português. O estilo d. João V, nos usos e costumes, ficara no Brasil como um sinete ainda hoje propalado e querido.

Dessa era de graça e de legenda são as régias porcelanas da Europa e do Oriente, as extraordinárias relíquias que nos dias que correm vão, quando aparecem, acudindo pressurosas ao toque de recolher para as arcas dos museus pátrios, que são baluartes de defesa histórica.

Essas jóias sem preço, que “davam raiva aos cidadãos de 1890” como lá diz Marques dos Santos, conquistaram enfim o seu lugar adequado – e é perante elas que o povo genuflete na religiosa admiração ao passado, julgando no seu foro íntimo como deveriam ser os favoritos da Providência que usavam aquelas coisas, de que argila seriam feitas aquelas legiões agraciadas que viviam com tanto aparato.

Mas d. Pedro II foi o parente pobre da família. Só se inventaria, de todas as porcelanas do Segundo Reinado, um aparelho realmente custoso: aquele luxuosíssimo Theodore Haviland que figura no catálogo do paço como o lote nº 848, com quarenta peças, em esmalte azul e ouro <sup>25</sup>. Não se explica de d. Pedro II uma encomenda desse tomo. Naturalmente, pela qualidade, pela excelente procedência francesa (Theodore Haviland foi dos mais nobres ceramistas do seu tempo), trata-se de um presente principesco das mãos de algum rico admirador dos imperantes, como aquele pequeno serviço de porcelana de Sèvres, com primorosa decoração guarnecido de prata, oferta de Napoleão III a d. Teresa Cristina <sup>26</sup>.

O mais era um acervo de louças belas, das melhores marcas européias, porém, relativamente modestas.

Assim o aparelho branco, de lista em ouro na borda e escudo imperial arroxeadado ao centro que não prima pela elegância <sup>27</sup>.

---

<sup>25</sup>. Possuí meia dúzia desses pratos, provenientes da viúva Oliveira Lima, que hoje se espalham pelos museus.

<sup>26</sup>. Lote 857 do catálogo do Paço Imperial.

<sup>27</sup>. Erroneamente atribuído ao uso diário da Fazenda Imperial de Santa Cruz.

O de borda verde com a orla dourada e branca, centro branco com ornamentos em ouro e no meio o escudo do Império, ladeado dos ramos de fumo e café unidos por um laço. Traz a marca de Spode-Feldspar Porcelaine. O branco com listel verde à beira, ornamentos de ouro e as armas do Império, entre os ramos de café e fumo unidos por um laço, do qual pende a Ordem do Cruzeiro, e sob as armas as iniciais P. II. Ainda na borda as armas de Portugal. Consta ter sido uma dádiva de d. Luiz I ao seu tio e nosso imperador<sup>28</sup>.

Outro, de um serviço de caça, azul de Sèvres, com faisões e outras aves pelas bordas e no centro – dos mais ricos no paço, que figura nas coleções do Museu Imperial, Museu Histórico e Andrade Pinto, era o lote nº 838 do leilão da Boa Vista. Constava de 568 peças e foi arrematado pelo sr. Martins Machado por 3:800\$. Os pratos de sobremesa, da mesma decoração, têm no centro uma fruta. “Por exemplo (exclama Marques dos Santos): um maravilhoso e carnudo pêssego, uma laranja, ou um cacho de cerejas, tudo pintado com arte e gosto!”

Devem ter pertencido a d. João VI, porque se conhece, num deles, a marca de Pas-de-Calais, fábrica que trabalhou até começos do século XIX.

Outro de uso nessa fase, que os entendidos como Carlos Frederico atribuem com acerto ao Primeiro Reinado, consta de pratos de borda verde e branca com pinturas e ouro e flores policromas que se estendem pela parte rasa, tendo ao centro as armas imperiais entre ramos<sup>29</sup>.

Completam os serviços as finíssimas xícaras, em geral decoradas do mesmo modo, a par dos fabricos excelentes das lusas manufaturas de Vista Alegre e Sacavém, ainda hoje estimadas com carinho<sup>30</sup>.

E um sem número de vasos, de jarrões, estatuetas, placas de porcelana, até cinzeiros, e uma suave *veilleuse de nuit* com a griseta mergulhada em óleo, que ficava no centro do aposento de dormir.

28. Lote nº 830, com 70 peças.

29. Lote nº 836, com 225 peças.

30. De Sacavém são muito conhecidas as peças que se decoram com a estátua do Terreiro do Paço.

Todo esse precioso aluvião de raridades artísticas em que tanto se aprimoraram as manufaturas da Ásia e do Velho Mundo.

Por seu turno, o príncipe de Joinville ostentava uma baixela esplêndida, trazida naturalmente da Europa para o seu palácio catarinense <sup>31</sup>.

Também o duque de Saxe, com a sua velha louça austríaca das marcas dos mesmos privilegiados fornecedores dos Habsburgo.

Peças houve, disseminadas no leilão do paço, que hoje se engastam nas páginas da nossa história quais resplendentes iluminuras. Uma dessas é a mesa de porcelana de Sèvres sobre a qual Isabel, a Redentora, assinou a lei de 13 de maio.

Mal sabia ela, muda e gentil testemunha do grande ato de desassombro e caridade, que um ano depois, feita a República, escutaria da mesma boca, que dantes vira desabrochada em sorrisos, esta expressão de amarga melancolia: “Se nos expulsam, a mim e a minha família, pelo que assinei ali, repostas as coisas como dantes, hoje eu tornaria a escrever o meu nome sem vacilação” <sup>32</sup>. Se as coisas têm alma, principalmente os objetos de uso quotidiano que se humanizam ao contato da alma humana, aquela mesa teria estremecido, vendo passar pela última vez diante de si a princesa de histórias encantadas que, ao toque de sua vara de condão, transformara em guirlandas de rosas as pesadas cadeias dos escravos.

Conta-se ainda uma curiosa derivante das louças imperiais, ou melhor, das louças guarnecidas de coroas que não fazem parte do vário espólio do trono.

Grãos-senhores provincianos que tiveram a honra de hospedar os imperantes nas suas sucessivas excursões de Norte a Sul não raro encomendavam de fabricantes europeus serviços que ostentavam, na mais fina porcelana de Saxe, de Sèvres ou de Limoges, a orgulhosa coroa bragantina. O mesmo que faziam aos móveis e aos cristais.

Dessa grei, o barão de Tinguá, o barão de Vassouras, o conde de Passé, o visconde de Nacar, o barão de Santa Rita e tantos outros que abrigaram debaixo de suas telhas morgadias, por uma noite ou duas, as testas coroadas do Brasil. E ainda deste rol, por

---

31. Porcelana rica, decorada a ouro e azul de Sèvres, com cercaduras diversas.

32. Consta haver essa mesa seguido posteriormente à proclamação da República para o castelo d'Eu.

haver talvez dado uma vez de almoçar ou jantar a d. Pedro II, o coronel Antônio Gomes Neto mandou fazer aparelho de louça com o seu nome por baixo da coroa do Império!

\* \* \*

Ouvir o amigo Virgílio, que ainda está vivo e são, com a memória bem fresca, no relato de episódios a que assistiu na sua mocidade, no acidentado e trabalhoso campo do seu árduo mister, é o mesmo que folhear um livro de impressões, de comum decoradas com tintas vivas, as próprias tintas de que é tão rica sua paleta de pintor.

Foi ele, ao que se viu, um dos martelos desse leilão insigne, quem primeiro lançou aos ares da cidade, entre as árvores robustas da velha quinta imperial, o pregão melancólico das grandes coisas históricas, o desbarato inicial do regime que se impunha.

– Quanto dão por isto? E por aquilo? – gritava o arauto, erguendo sobre as cabeças atônitas os mais caros e prezados ornamentos do Brasil monárquico.

E os candidatos acorriam, nervosos, febricitantes. Disputavam as peças propaladas com esse afã tumultuário de casa de jogo que tem todos os leilões. Muitos, aterrorizados, lançavam medrosamente as ofertas ou as mandavam lançar – não fosse estar por ali, detrás daqueles reposteiros armoriados, algum cérbero republicano. Outros, jocosos, em geral aderentes de última fornada, como emplastos caseiros que se agarram a qualquer protuberância, faziam troça, metiam a ridículo a coisa apregoada, achincalhavam o palácio, o imperador, os príncipes, a monarquia, sem saber, na sua alta ignorância, que zombavam da própria história pátria.

Virgílio, braço direito do velho J. Dias, ia cumprindo, indiferente, o seu dever.

Agora, um objeto de sensação. Um piano de cauda, todo em jacarandá, com esculturas e filetes dourados, da melhor fábrica inglesa. Quanto vale, senhores? Foi da princesa Isabel. Nele tocou o grande Gottschalk. E para garantir as vozes do instrumento, ele mesmo em pessoa larga o martelo inseparável, assenta-se à banquetta estofada e executa com graça e petulância um trecho do seu repertório.

Sucesso! Os assistentes aplaudem. Abraçam o concertista improvisado. E o piano famoso alcança a soma exorbitante de dois contos de réis!

Por fim, o leilão termina. Durara vários dias. Fora o assunto de todas as conversas, no Parlamento, nos cafés, nos clubes, nos lares, nas ruas da cidade. Fiel ao trono deposto, a velha-guarda, que comparecia diariamente àqueles desoladores espetáculos, comprava o que podia, de rosto grave, compungido, ufana de ainda poder acautelar alguma coisa que houvesse sido honrada com o carinho paternal de Suas Majestades.

Por fim, todo mundo dispersa. Vai-se tornando deserto o parque antigo de Elias Lopes. Deserto o casarão arquejante de tanta passada inútil pelos seus salões dourados, pelos seus longos e sombrios corredores. Deserto o jardim bonançoso onde os pássaros chilreiam, sob as ramadas hospitaleiras, por sobre as águas livres e cantantes. Daqui, dali, montando guarda aos destroços da monarquia, um ou outro soldado, a sentinela sonolenta daqueles pousos abandonados.

Ao cabo do dramático episódio, já cerrando as portas, Virgílio, certa manhã dessa tristonha primavera, desce ao fundo do paço, pára em frente de um tapume de madeira, desses escuros vãos de escada onde os jardineiros costumam recolher as ferramentas. Espia por uma fresta. Vê lá dentro alguma coisa que brilha. Força a entrada, e dá com os olhos em quatro enormes caixas de Flandres.

Consulta as suas notas. Corre os lotes desprezados por sua insignificância entre panelas velhas, cacarecos e trastes imprestáveis. Lá está: quatro latas de folha, avaliadas a seiscentos réis. O lote inteiro, dois mil e quatrocentos.

Mas afinal, que será? Só isso teriam dado pelas caixas. O fato é que elas estavam pesadas. Conteriam alguma coisa útil, quem sabe, alguma coisa de valor? Assim fechadas, lacradas com os sinetes do Império... Não. Vamos a ver que diabo se intromete nelas?

E abre uma caixa: salta um berço de criança. E que berço, santo Deus! Que maravilha de arte, com as suas esculturas de pau santo, os seus anjinhos esvoaçantes, as suas bolas de marfim legítimo!

Que se abra a outra lata. Outro berço. Igualzinho ao primeiro, com o mesmo luxo, o mesmo estilo, a mesma graciosidade. E assim o terceiro e o quarto.

Aturdido, Virgílio chama um velho servidor do paço, que por ali ainda se detinha, a capinar distraidamente, mero pretexto de matar saudades.

– Que é isto, meu amigo?

– Isto, seu moço? O sinhô antão num sabe o que é isso? São os berços dos príncipes! Muito esta mão véia cansada embalô eles...

E eram mesmo. Os bercinhos gentis dos herdeiros do trono. Ali jogados como inutilidades, os casulos de ouro e seda que tanto sonho adormentaram.

\* \* \*

Cuvier, com o auxílio de um osso, era capaz de reconstituir todo o complexo arcabouço de um megatério. Pois ficou no Brasil, dadas as proporções estéticas, o osso de Cuvier na reconstituição fiel das porcelanas da casa de Bragança.

É a nota sentimental de todo este incompleto e descorado estudo.

À força de passar de mão em mão, das mais rudes às mais aristocráticas, em quase um século de vida palaciana, as louças dos três reinados, embora aparecendo nas bem fornecidas ucharias em quantidades apreciáveis, dando muito que fazer às numerosas criadagens do Paço da Cidade, da Boa Vista, de Santa Cruz e de Petrópolis, foram naturalmente se partindo, se aglomerando num montão de estilhaços, não se fizessem da matéria frágil muita vez santificada pelo sopro do gênio, cacos desgraciosos o que era dantes refinamento e esplendor.

Mas, como acontece aos fragmentos de um espelho, que continuam a refletir inteiramente a imagem como se fora o próprio espelho, integral e perfeito, essas partículas informes dos Ming, dos Saxe, dos Sèvres, dos Limoges, dos Haviland, dos Viena d'Áustria, dos Bourg-la-Reine e dos Capo di Monte, conquanto reduzidos à expressão mais simples, representavam nitidamente a sua origem, o seu valor intrínseco, o seu rútilo brasão artístico.

E que destino tiveram esses cacos? Sumiram-se, no roldão dos tempos, de envolta a tanta coisa, a tanta raridade extraviada? Não. Pela graça divina, foram salvos. Houve mão de mulher, mão delicada de donzela patrícia, que os recolheu com usura e emoção, e os preservou da confusão e do esquecimento, até que, achando-os em volume suficiente, lançou-os ela em pessoa, como um suave devaneio de descuidados quinze anos, a uma mimosa missão que resultou em paciente obra-prima.

Era cheio de gosto e de ternura, num labor incessante de muitos dias, o arranjo decorativo de um pequenino jardim que logo se apelidou – o Jardim da Princesa.

– Que é feito de Isabel? – perguntava a imperatriz à sua dama de serviço.

– Senhora, não a vejo há muitas horas. Já a procurei na sala de jantar, no quarto da princesa Leopoldina, no seu salão de música, na sua sala de costura. Não está. Sua Majestade o Imperador já me fez a mesma pergunta.

A jovem estava fora, num recanto do parque, por detrás do casarão da quinta, entretida no seu silencioso mister. Isabel de Bragança, com a mesma graça serena com que mais tarde na agonia do Império, empunharia o cálamo sublime para livrar do cativeiro uma raça, com os cabelos de ouro ao grande sol do parque, constituía o seu refúgio, iluminava-o a coloridos embrechados desses sonoros pedaços das mais antigas porcelanas, engastados nos bancos, nos muros frios e limosos, nos parapeitos recobertos de hera, onde quer um olhar, admirado pudesse contemplar esse trabalho singelo, esse divertimento de criança em que, a cada manhã nascente, o sol colaborava em pinceladas de ouro.

O Jardim da Princesa, é, pois, um índice vivente, um resumo ilustrado de quanta louçaria bragantina resplendeu e serviu no Brasil, e enfim se desmantelou após o rumor festivo dos grandes ágapes nacionais ou o simples tocar de taças nos tranquilos jantares domésticos – com os mesmos temas de conversa da vida íntima da mais pacata família burguesa.

Princesinha de histórias encantadas – lindo retrato de boa fada amiga na moldura de cabiuna dos anjos da Abolição – a doce

herdeira de um trono, com a régia mão redentora, entretecia a sorrir os sagrados painéis adolescentes dos seus sonhos de virgem, como qualquer mulher da sua idade.

\* \* \*

Aí fica, em pálido resumo, o que me foi dado recolher sobre o acervo cem vezes maravilhoso das louças da Casa de Bragança.

Bem haja a fundação desses museus que as atalaiam e preservam do desmantelo e do olvido. Bem haja a idéia do levantamento desses egrégios bastiões de arte e história a quem devemos todos, obreiros diligentes do pensamento e da pena, dar muito do nosso esforço e da nossa incondicional solidariedade.

*Gastão Penalva.*

## ADENDA

*A título informativo, e para maior amplitude deste ensaio, aqui se inclui a relação das peças constantes da apreciável coleção Andrade Pinto, guarnecida com carinho e ufanía pelo egrégio Instituto Histórico.*

*Porcelanas da Casa Imperial do Brasil, segundo as notas organizadas pelo comandante Andrade Pinto para as peças existentes no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.*

\* \* \*

1) Serviço tendo na borda uma lista verde e grega dourada e as armas imperiais sobre as iniciais P II. (Lote nº 854 do leilão de S. Cristóvão.)

2) Serviço com a borda azul escuro, e, sobre ela, frisos e arabescos dourados, tendo no centro as armas imperiais e nas costas, em letras vermelhas, os dizeres:

Theodore Havilland.

Limoges. France.

J. Godin. – 5, Rue de Paradis.

Paris.

(Faz parte de um conjunto de 40 peças, vendido no lote 848, do leilão de S. Cristóvão).

3) Serviço com borda dourada a esmalte verde, ouro e flores, tendo no centro as armas imperiais. (Fez parte de um conjunto de 225 peças vendidas no lote 836 do leilão de S. Cristóvão, arrematado pelo comandante Assunção. Alguns desses pratos têm nas costas os seguintes dizeres: B. Wallerstein & Cie. A Paris. Rua do Ouvidor 70, Rio de Janeiro.)

4) Serviço tendo na borda frisos e lista verde e as iniciais I L entrelaçadas, sob a coroa imperial dourada. Aparelho de uso das princesas d. Isabel e d. Leopoldina, quando solteiras.

(Época: d. Pedro II.)

5) Serviço poligonal, com frisos dourados e as armas imperiais em esmalte roxo. Aparelho habitual do palácio de S. Cristóvão. Não foi possível identificá-lo no catálogo do leilão de S. Cristóvão, mas existe uma referência a ele no "O País", de 25 de julho de 1890.

6) Serviço tendo na borda uma lista verde e grega dourada, as armas da casa de Bragança com o manto e a coroa imperial e as iniciais P II, várias vezes repetidas. Aparelho que dizem ter sido oferecido a d. Pedro II pelo rei d. Luiz I, de Portugal. Lote nº 830 do leilão de S. Cristóvão.

7) Serviço com borda azul claro e frisos dourados e nela um oval branco, decorado a ouro, tendo a inicial A, com arabescos dourados, sob a coroa imperial. Aparelho pertencente à imperatriz d. Amélia.

8) Serviço tendo na borda friso verde e ouro com enfeites dourados e coroa imperial, como fundo vermelho. Aparelho pertencente a d. Pedro Augusto de Saxe Coburgo-Gota e Bragança, neto de d. Pedro II.

9) Serviço tendo na borda frisos dourados e ornamentos azuis e a coroa imperial dourada; no centro uma rosácea dourada. Aparelho pertencente ao duque de Saxe, genro de d. Pedro II.

10) Serviço com friso verde e grega dourada, tendo na borda as armas imperiais, com o cetro e mão de Justiça. Lote n. 839 do leilão de S. Cristóvão. Época: d. Pedro I.

11) Serviço com frisos dourados e na borda o monograma M L sob coroa real. (Tem nas costas em letras vermelhas os seguintes dizeres: Manufacture de Foëcy. Passage Violet N. 5 B. Poissonière, à Paris.) Aparelho pertencente a D. Maria Leopoldina, que foi depois a 1ª imperatriz do Brasil. Época: d. Pedro I.

12) Serviço com frisos dourados, com o centro quase todo ocupado por uma paisagem (diferente para cada prato), e na borda as armas do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Época: Regência e d. João VI. (Alguns desses pratos têm nas costas os seguintes dizeres em letras vermelhas: M<sup>ture</sup> de Madame la Duchesse d'Angoulême. P. L. Dagoty. E. Honoré. à Paris.) Lote n. 26 do leilão da fazenda de Santa Cruz.

13) Serviço com frisos dourados, e no centro as armas do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Época: Regência e d. João VI.

14) Serviço de louça grossa, com a borda e frisos verdes, e no centro, também em cor verde, as armas imperiais. Aparelho de uso dos criados, no paço da Boa Vista, ao tempo de d. Pedro II.

15) Serviço com frisos dourados, e o centro quase todo ocupado por uma paisagem, não brasonado. Aparelho de uso dos camaristas, veadores e guarda-roupas, etc. Leilão de Santa Cruz, lote n. 82. Época: Regência e d. João VI.

16) Serviço tendo na borda frisos rosa e dourados e uma decoração de cor de rosa escuro, e no centro, flores, dentro de uma circunferência formada por um ramo de cafeeiro com frutos vermelhos, não brasonado, que fez parte de um aparelho da fazenda de Santa Cruz. Época: d. Pedro II.

**17)** Serviço de louça da Cia. das Índias, com borda decorada e sépia, e ao centro uma paisagem, na mesma cor. Aparelho pertencente à fazenda de Santa Cruz. Época: Regência e d. João VI.

**18)** Serviço de louça da Cia. das Índias, com frisos e enfeites azuis e dourados, e, no centro, dentro de um oval dourado e semeado de estrelas, uma paisagem circular, a sépia. Aparelho da fazenda de Santa Cruz. Época: Regência e d. João VI.

**19)** Serviço com decoração a vermelho e ouro, não brasonado, e no centro flores. Pertenceu a d. Maria Leopoldina, primeira imperatriz do Brasil.

**20)** Serviço com borda decorada a azul e ouro, com flores e faisões nos ovais (reservas) e flores no centro, não brasonado. Aparelho conhecido como serviço de caça, que dizem ter sido oferecido a d. Pedro II por Napoleão III. Lote nº 558 do leilão de São Cristóvão.

**21)** Serviço com a borda decorada a amarelo e ouro, não brasonado, e no centro flores. Pertenceu a d. Maria Leopoldina, primeira imperatriz do Brasil.

**22)** Serviço de porcelana Família Rosa, chinesa, oitavado, com flores e galos de briga. Aparelho pertencente à fazenda de Santa Cruz. Época: Regência e d. João VI.

**23)** Serviço de porcelana chinesa, oitavado, com flores e carneiros, não brasonado. Aparelho pertencente à fazenda de Santa Cruz. Época: Regência e d. João VI.

Além dos serviços acima enumerados, a coleção Andrade Pinto tem exemplares dos seguintes serviços:

**24)** Serviço de caça branco, com faisão nos bordos, em três ovais brancos, e flores no centro.

**25)** Serviço decorado a ouro, tendo na borda os seguintes dizeres: “Vivão os Brasileiros. Vivão os Fulminenses (sic). Vivão os Paulistas. Vivão os Mineiros”, e no centro os seguintes versos:

“Passar de Reino a Colonia  
Hé desar a humilhação  
Que soffrer jamais podia  
Brazileiro coração.”

**26)** Serviço de louça inglesa, Wedgwood (?) decoração azul e ouro com flores. Fez parte do lote 812 do leilão de São Cristóvão.

**27)** Serviço tendo na borda frisos vermelhos; um laço fechado e sobre ele os dizeres TREU UND FEST, e dentro dele as iniciais A L entrelaçadas, sob a coroa imperial dourada. Pertenceu ao duque de Saxe, genro de d. Pedro II.

**28)** Serviço chamado dos pavões. Porcelana da Cia. das Índias, sendo os pratos poligonais, com pavões e flores. Época: d. João VI. Aparelho pertencente à fazenda de Santa Cruz.

**29)** Serviço de esplêndida e finíssima porcelana, para jantar e sobremesa, com riquíssimas pinturas a ouro e esmalte, assuntos variados, vistas de Nápoles, e outras cidades européias, paisagens e flores. (Lote nº 815 do leilão de São Cristóvão). Nota – este aparelho é de porcelana francesa e não italiana, como consta do catálogo do leilão.

**30)** Xícaras para chá e café, com e sem coroa imperial, ou com coroa e iniciais, tigelas com coroa imperial, em várias cores e estilos.

**MEMORIAL DO RIO DE JANEIRO**



## Memorial do Rio de Janeiro

Cinqüenta anos – 1878-1928 \*

Mês de agosto (1888). O imperador volta da Europa, no paquete francês *Congo*. Grande recepção.

Alunos da Escola Militar, escalando dificilmente o Pão de Açúcar até então inacessível estenderam lá, voltado para o mar um pano branco, de 20 metros por 10, com a interjeição *SALVE!* em letras de seis metros.

Na Guanabara, no arsenal de Marinha, nas ruas o acolhimento é da mais afetuosa alegria: acenam miríades de lenços; senhoras e homens entoam as mesmas saudações – Viva o imperador! – Viva Sua Majestade a Imperatriz! – Viva a princesa imperial!

A imperial família, seguida pelo ministério e por brilhantes representantes de cortesia social, faz, de carruagem, o trajeto, até a Quinta da Boa Vista, entre alas de corpos militares que lhe apresentam armas, ao som do Hino Nacional <sup>2</sup>.

No dia 7 de setembro foi oferecida a d. Pedro II uma *Polian-téia Histórica do Segundo Reinado*. Encerra autógrafos da baronesa de Maranguape, de d. Corina Coarací; dos senadores Vieira da Silva, Taunay, Leão Veloso e Pereira da Silva; dos depu-

---

\*. O prof. Ferreira da Rosa, conhecido historiador patricio, antigo catedrático do Colégio Militar, destacou de sua mais recente obra, ainda no prelo e sob o título acima, estes trechos especialmente para este Anuário.

1. “Eu vi – escreveu Carlos de Laet – “eu vi, em agosto de 1888, o povo desta capital correndo atrás da carruagem que do arsenal de Marinha conduzia o velho imperador convaléscente da enfermidade que o assaltara em Milão e quase lhe arrancara a vida. Foi uma ovação legítima, espontânea, inesperada, e que profundamente abalou o soberano, dificultando-lhe a serenidade majestática, ao passo que em lágrimas não contidas se banhava o rosto da veneranda imperatriz.”

tados Joaquim Nabuco <sup>2</sup> e Afonso Celso Júnior; dos barões de Loreto, de Paranapiacaba e de Ramiz Galvão; dos conselheiros visconde de Beaurepaire Rohan, Olegário Herculano de Aquino e Castro, Ladislau Neto e Souza Franco; dos drs. Ferreira de Araújo, Paranhos Pederneiras, Velho da Silva, Carlos de Laet, Alambarí Luz, Cardoso de Menezes, Teixeira de Melo, José Avelino, Valentim Magalhães, Castro Lopes, França Júnior, César Marques, Sinfrônio Coelho, André Rebouças, Pires de Almeida, Salvador de Mendonça; dos srs. Artur Azevedo, Machado de Assis, José do Patrocínio e Felix Ferreira. O dr. Rozendo Moniz lançou na Poliantéia, e sob o título *Gratias agamus*, uma poesia em que há a seguinte estrofe:

Quando, ao findar-se a luta, o povo agradecido  
quis numa estátua dar-lhe o prêmio merecido,

“Votai-me – disse o Rei –

“monumento maior, fecundo monumento:

“Em cada escola aberta a meu contento  
um pedestal terei”.

\* \* \*

28 de setembro de 1888. Ressoam sinos. Há tropa na rua 1<sup>o</sup> de Março. Os jornais explicam: É a entrega da Rosa de Ouro à princesa imperial.

A igreja está cheia. O bispo, conde de Santa Fé, no sólio, à esquerda; à direita o imperador, a imperatriz, a princesa, o conde d’Eu. Mais bispos e príncipes, e marqueses, e condes, e barões; grandes da corte; muitos civis e militares – todos em traje de grande cerimônia.

Vê-se a Rosa de Ouro sob um baldaquino, no altar-mor.

É presente do Papa Leão XIII à signatária dos decretos que puseram termo à escravidão no Brasil. Tem história, tem lenda a Rosa de Ouro. É uma tradição papalina.

---

2. O dr. Joaquim Nabuco escreveu: “A missão da Monarquia no Brasil não tem exemplo na história das dinastias. O primeiro imperador criou a Nacionalidade; o segundo constituiu a Nação; e uma filha, numa curta regência, aproveitando o que ele mesmo havia iniciado, realizou a Abolição, fundando a igualdade social.”

Pontifica o internúncio apostólico.

Do púlpito, o bispo do Pará, d. Antônio de Macedo Costa, desata o espírito, a essência da Rosa de Ouro. Depois, a princesa ajoelha diante do internúncio que assim lhe fala:

“Recebe de nossas mãos esta Rosa. Depositamo-la nas tuas, em virtude de comissão especial que nos foi outorgada pelo Santíssimo Padre em Cristo Senhor Nosso, Leão XIII, Papa pela Divina Providência.

“Símbolo da alegria da Jerusalém triunfante, ela manifesta a todos os fiéis a mais formosa das flores que é Jesus Cristo, alegria e coroa de todos os santos. Recebe-a, pois, filha diletíssima e, segundo o século, nobre, poderosa e dotada de preclaras virtudes, a fim de que Jesus Cristo mesmo te enobreça, acrescentando teus méritos à semelhança de uma rosa à beira de abundantes águas. Digna-se por sua própria demência conceder-te esta graça aquele Deus trino e tino que vive pelos séculos. Amém!”

Sua Alteza, de joelhos, beija a Rosa de Ouro, recebendo-a; beija o anel do internúncio que lhe entrega, e balbucia:

“Agradeço ao Santo Padre esta grande prova de apreço; e prometo ser filha obediente da Santa Sé.”

E levantou-se.

Cerimonial pela primeira vez observado na América.

A Rosa de Ouro!

Desde 1096 há registro de seu religioso oferecimento a soberanos e a instituições.

“Feita de ouro, unguida de bálsamo, aspersa de almíscar, figura de maravilhoso modo, por essa tríplice matéria de que é composta, a tríplice substância do Verbo humanado – a divindade, a alma e o corpo” – assim elucida monsenhor João Esberard, em seu livro *A Rosa de Ouro*, p. 62.

Esvazia-se a igreja. Enche-se de esperanças o coração da princesa.

*Ferreira da Rosa.*



**ANTÔNIO DE ARAUJO AZEVEDO  
O CONDE DA BARCA**



## **ANTÔNIO DE ARAUJO AZEVEDO**

O conde da Barca

Entre os nomes dos portugueses ilustres, que como verdadeiros patriotas trabalharam muito pelo engrandecimento do Brasil quando uma colônia de Portugal, deve ser lembrado o do conde da Barca – ao qual devemos tantos benefícios.

Infelizmente este grande vulto, se não é completamente esquecido, não se pode, no entanto, dizer que ele recebe todo louvor que lhe é devido: até hoje, não possuímos obra que lhe tenha sido dedicada exclusivamente; seu nome não é citado senão nas obras gerais ou em raras referências, quando a vida, toda ela, rica em fatos importantes, poderia fornecer assunto para uma obra completa.

Aqui vou apenas mostrar em larga síntese quem foi o conde da Barca e o que lhe devemos.

Desejo, porém, que, para o futuro, algum estudioso tome este assunto como objeto de um profundo estudo, a fim de tornar este grande vulto mais conhecido entre os brasileiros, que tanto lhe devem.

#### PRINCIPAIS DATAS DA VIDA DE BARCA

Nascimento – 14 de maio de 1754.  
Ministro em Haia – 25 de julho de 1787.  
Ministro em França – agosto de 1797.  
Ministro em Petersburgo – 1802-1804.  
Direção da política em Portugal – 1804-1807.  
Vinda para o Brasil – 29 de novembro de 1807.  
Direção da política no Brasil – janeiro de 1814.  
Morte – 21 de junho de 1817.

#### TÍTULOS HONORÍFICOS

Recebeu o título de “conde da Barca” – fez parte do Conselho de Estado – foi ministro e secretário de Estado de várias pastas – presidente do Tribunal da Junta do Comércio – sócio honorário da Academia Real das Ciências de Lisboa – grão-cruz das ordens portuguesas de Cristo e da Torre e Espada, da espanhola de Isabel, a Católica, e da francesa da Legião de Honra.

(cf. Menezes Brum, “Do conde da Barca, de seus escritos e livreria”. *Anais da Biblioteca Nacional*).



A. Hubert sc.

**LE COMTE DE BARCA,**

*Ministre et Secrétaire d'Etat des Affaires Etrangères  
du Royaume Uni de Portugal, du Brésil et Algarves.*

*Né à Ponte-de-Lima en 1752. Mort à Rio-Janeiro en 1817.*

*A Paris chez l'Auteur, Rue des Francs Bourgeois, N° 6. F. 376<sup>e</sup>*

*Dipaci*

Gravura de Az. Hubert (Da coleção do Museu Imperial)



## Síntese biográfica

Antônio de Araujo Azevedo nasceu a 14 de maio de 1754, em Ponte de Lima, vila ao norte de Portugal, nas margens do rio Lima. Filho de Antônio Pereira Pinto de Araujo de Azevedo Fagundes, fidalgo da Casa Real e cavaleiro da Ordem de Cristo.

Desde criança mostrou grande gosto pelos estudos e revelando-se muito inteligente, seus pais, visto a deficiência das escolas de Ponte de Lima, o confiaram a seu tio, o brigadeiro Antônio Luiz Pereira Pinto, residente nessa mesma vila, onde iniciou seus primeiros estudos. Tal era seu gosto pelos estudos que roubava as próprias horas da noite, para longas leituras; e “como seu tio às vezes o repreendia amorosamente por temer que tais excessos fossem incompatíveis com sua constituição franzina e lhe deteriorassem a saúde, já pouco válida, ele costumava cobrir com um capote a luz que o alumia, para que o estremecido velho, que dormia em um quarto vizinho, o não apanhasse em flagrante delito de excesso de estudo”<sup>1</sup>.

Depois de uma vida de estudos e trabalhos em Ponte de Lima, ingressou na vida política. Desde 1789 inicia seu cargo de diplomata indo para Haia, onde esteve longo tempo, passando, de 1794 a 1795, por grandes dificuldades devido à triste situação européia. “Estes dois anos foram para ele uma época de aflições e privações, pelos cuidados e sustos que tinha relativamente à segurança de sua pessoa e da de seus amigos, pelas dificuldades pecuniárias em que se achou, em consequência de não encontrar quem quisesse descontar suas letras e finalmente pela importância dos negócios políticos e diplomáticos a seu cargo”<sup>2</sup>.

---

1. Menezes Brum. *Do Conde da Barca*.

2. Menezes Brum (est. cit.).

Em 1797 foi enviado em missão delicadíssima junto ao Diretório de Paris para tratar a paz com a França. Em seguida a esta missão diplomática em Paris, e a anexação à República francesa das províncias Batavas, anda Araujo dois anos a viajar pela Alemanha na companhia de seu amigo e secretário de legação, Silvestre Pinheiro Ferreira, aumentando seus conhecimentos intelectuais, alargando seu círculo de relações de cortes e de academias. Ainda foi ministro na Rússia (1802) percorrendo a Dinamarca e a Suécia, até o chamar o príncipe regente, em 1804, para ministro dos Negócios Estrangeiros e depois, cumulativamente, do Reino, cargos que exerceu por três anos, perdendo-os com a invasão francesa da qual quiseram os inimigos, dom Rodrigo de Sousa Coutinho à frente, torná-lo responsável, denunciando-o como nimiamente afeiçoado às idéias liberais, que o ministro simbolizava.

Em 1807, aconselhou o príncipe a vir para o Brasil, quando os franceses invadiram Portugal. A esquadra saiu no dia 29 de novembro de 1807. Na viagem uma horrível tempestade desbaratou e quase perdeu a esquadra portuguesa, pondo em perigo a vida de Araujo; mas afinal chegou, com todos os seus tesouros a salvo no porto do Rio, em 6 de março de 1808, depois de ter tocado em Pernambuco e na Bahia. Nunca mais voltaria a Portugal. Depois de permanecer seis anos longe do governo, entregue aos estudos, é chamado em 1814 novamente ao ministério até 1817, ano de sua morte.

Barca tivera sempre saúde franzina e depressa ficou valetudinário: chegou aos 63 anos graças às cautelas com que vivia, sendo de resto, freqüente o regime prolongar inesperadamente a existência de doentes. Já quando fora nomeado ministro no Brasil, informa o encarregado dos Negócios de França <sup>3</sup>, que a saúde do novo ministro estava arruinada. Barca morreu no dia 21 de junho de 1817, nos braços do compositor Neukom, seu hóspede, sendo seus últimos votos pelo rei, prosperidade do Brasil e das belas-  
artes <sup>4</sup>. Desde muito tempo, mal podia falar; vários dias havia

---

3. Ofício cifrado de 14 de outubro de 1815.

4. Maler assistiu ao funeral, comunicando (of. cit. de 23 de junho) que “do corpo diplomático apenas se encontrara no saimento com o enviado dos Estados Unidos, o qual durante a regência do conde nunca lhe cruzara o batente”.

que, apesar de ser homem forte e enérgico, não se levantava e quando lhe sobreveio o ataque de paralisia (de 13 para 14 de junho), que o levou, já havia dias que não estivera com o príncipe regente<sup>5</sup>. Apesar da alta posição que ocupava, Barca morreu pobre e endividado, não deixando mais do que sua copiosa livraria e belos quadros de pintura. Foi sepultado na igreja de São Francisco de Paula.

---

5. Nota de Oliveira Lima. D. João VI no Brasil, volume 2º, p. 766.

A respeito de sua moléstia disse Marrocos em uma carta:

“A sua moléstia é antiga e está muito agravada, dizem ser moléstia das entranhas: eu nele não vejo senão inchação e tremulência”.



## **Barca – um grande vulto político**

“Não o devemos confundir com os péssimos ministros que vieram depois de Pombal”.

Rocha Loureiro.

### 1. Introdução

Dentre os muitos títulos que envolvem de glória o nome do ilustre português limense, o de – grande homem de Estado – é o maior e o mais honroso. Barca figura entre a plêiade dos políticos e diplomatas fluentes, que da pátria se ocuparam, dirigindo-a numa época de grandes dificuldades, com tino e equilíbrio admiráveis. Portugal, e não menos o Brasil, que tiveram a dita de possuí-lo por longos anos, lhe devem um preito de homenagem, de gratidão imorredoura, pelos benefícios numerosos e grandes que ele lhes prestou.

### 2. Ingresso de Barca na vida política

Durante os primeiros anos de sua mocidade vivera uma vida estudiosa e ativa, quer em Coimbra, Porto ou Ponte de Lima; desde que completou 33 anos de idade, pretendeu entrar na política. Partiu para Lisboa em 1787 e, graças à sua instrução rara e outros dotes naturais, como também à influência de alguns parentes e de outras pessoas amigas da corte cujas boas graças soube prontamente captar, conseguiu ele ingressar com vantagens na carreira de diplomata e político.

### 3. Diplomata

Como diplomata foi muito considerado e estimado em todas as cortes em que esteve. Aliás seu caráter para isto contribuía: era afável em sociedade; nenhum português do seu tempo foi de tão fino quilate.

Usava amplamente dos dons de trato ameno e engraçado, merecendo que a duquesa d’Abrantes fixasse, nas recordações que escreveu, a impressão do seu olhar esperto e espirituoso e da sua inteligência encantadora (*son petit oeil, gris noir, malin et spirituel et son charmant esprit*). Dizem que a diplomacia é o contrário da geometria pois, na primeira, o caminho mais pronto não é a linha reta, mas é na sinuosidade que está o bom êxito.

Em certo ponto é verdadeira esta definição da diplomacia; – isto não quer dizer que um diplomata deve ser um dissimulado: isto seria por vezes um defeito nocivo, porque a dissimulação e a superficialidade marcham juntas e o homem superficial não pode ter firmeza, não pode ter vontade e portanto é impossível formar em torno de si um grande ambiente de amizade.

O que o bom diplomata precisa é de uma grande prudência e discrição.

Ora, Barca teve estas duas qualidades aliadas, no entanto, a uma retidão que não tolera sombra de inverdade, e uma delicadeza extrema mesmo para com seus inimigos figadais.

“Quando o general Lannes, ministro de França em Lisboa (1801-1804), não vivia em boas relações com o ministro inglês – sir Robert Fitz Gerald, e sobretudo incomodava-se muito com a precedência, que na Corte ele tinha, pelo que, num bom dia, indo para o paço, em Queluz, ordenou ao seu cocheiro, que esbarrasse com a carruagem do ministro inglês que encontrou a caminho, de modo a quebrá-la. O criado cumpriu fielmente a ordem, e Sir Robert Fitz Gerald, ficando a pé, não pôde comparecer à hora da audiência em Queluz. A demora do ministro inglês já causava inquietação no paço, quando o general Lannes contou o fracasso “casual”, que motivava a falta de comparecimento de sir Robert Fitz Gerald: – *Vraiment! dit Mr. d’Araujo avec ce sourire fin et spirituel que lui était propre, comment avez-vous vu Sir Robert dans cet embarras, et ne lui avez-vous pas proposé une place dans votre voiture, puisque vous étiez seul?... Cela êut été du plus exquis bon gout pour un ennemi, savez-vous?*”<sup>6</sup>

Este fato revela sua norma de vida, o seu trato com os outros diplomatas. Discreto, grave, cortês, elegante, conciliador, Araujo só podia ser um ótimo diplomata. Tudo isto contribuiu para que

---

6. Fato narrado pela duquesa de Abrantes. (Menezes Brum, est. cit.).

mais tarde, quando apareceu sua nomeação para a pasta de ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, fosse muito bem recebido pelos gabinetes das outras potências da Europa.

Holanda foi o primeiro posto de trabalho para o qual a diplomacia enviou Araujo, pois em 25 de julho de 1787, foi elevado ao lugar de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de Portugal em Haia. Em 1789 parte para essa cidade, onde desempenhou tão bem o seu papel de diplomata que em breve granjeou a estima geral do governo, da gente do país, dos emigrados, apesar da situação delicadíssima em que se achou ali, devido às dissensões políticas. A situação agravou-se ainda mais quando, pelos fins de 1794 e princípios de 1795, a República francesa invadiu e apossou-se das Flandres austríacas e da Holanda; mas Barca continuou firme no seu posto. Em breve receberá uma missão diplomática ainda mais delicada, para a qual com certeza o governo o considerou apto devido ao bom senso e habilidade que ele manifestara na Holanda.

A diplomacia de Barca durante a guerra napoleônica

Quando o conde da Barca ingressou na vida diplomática, a Revolução Francesa, o grande fato do século, estava em marcha. Com o início dessa revolução, as velhas monarquias da Europa tinham assistido ao soçobrar de um trono. A Comuna governando Paris, os reis e o delfim na prisão do Templo, o massacre de setembro, encheram de pavor as cortes européias. Surge então o pensamento de uma coligação contra a França, o foco das idéias revolucionárias e do proselitismo.

A Inglaterra toma a direção desse movimento e organiza a tríplice aliança de Portugal, Espanha e Inglaterra, contra a República. Para isto assinou Portugal dois tratados em 1793, um a 15 de julho com a potência vizinha, e outro a 26 de setembro com a Grã-Bretanha. No primeiro dos tratados foi combinado que os dois soberanos se obrigavam a “fazer causa comum na dita guerra” e foram estabelecidas condições para deporem as armas, salvo o caso de fazerem de outro modo, mas sempre com um prévio acordo. Repudiando, porém, cláusula tão categórica, a 22 de julho, a Espanha assinou separadamente em Basileia, um tratado de paz com a França e no ano seguinte, a 18 de agosto, celebrou com a inimiga da véspera, um tratado, no qual ficou assentada a guerra com a Inglaterra. O famoso Manoel Godoy – que recebera nessa

conjuntura o título de Príncipe da Paz, propôs a Portugal de se aliar com ele e com a França para ir contra a Inglaterra. A situação de Portugal tornou-se crítica: se aceitasse a aliança veria os ingleses apoderarem-se das colônias; se a rejeitasse espanhóis e franceses invadir-lhe-iam o território. Foi então que o gabinete português pensou em assentar paz com a França. Para isso escolheu o nosso diplomata, que estava em Haia e que sempre manifestara tendências para a aliança com a França, tanto quanto Linhares era a favor da Inglaterra.

Araujo partiu para Paris a fim de tratar com o governo da Convenção. As negociações logo iniciadas em Madri sob o influxo do Príncipe da Paz foram habilmente continuadas por Araujo, em Paris. Deram como resultado um tratado assinado a 10 de agosto de 1797 <sup>7</sup> com o ministro das Relações Exteriores Delacroix.

Esse tratado estabelecia a estrita neutralidade dos dois países em relação a qualquer outro que estivesse ou entrasse em guerra, e a obrigação, por parte de Portugal, de não admitir nos seus portos mais de seis navios de guerra, pertencentes a cada uma das potências beligerantes. Nesse tratado incluiu-se uma cláusula acerca dos limites da Guiana, traçados pelo curso do rio, chamado pelos portugueses Calsoene e pelos franceses Vicente Pinzon, de cuja foz foi a posição geograficamente definida. Todos os territórios ao Norte deste rio ficavam em posse da França, renunciando Portugal a todos os direitos que em qualquer tempo pudesse pretender “debaixo de qualquer título, nomeadamente em virtude do art. VIII do tratado de Utrecht <sup>8</sup>.

Sobre este tratado diz Oliveira Lima que ele foi considerado muito vantajoso pelos entendidos em assuntos diplomáticos, exceto no que diz respeito à Guiana, pois nada concedendo economicamente à França e até excluindo do reino os panos franceses, mantinha, pelo contrário, os velhos privilégios do comércio britânico em Portugal <sup>9</sup>.

Essas negociações tinham sido dificultadas e até interrompidas pelo justo desejo da corte de Lisboa, de permanecer fiel à amizade

7. 20, segundo O. Lima e 10, segundo Tobias Monteiro e Varnhagen.

8. Martens. *Recueil des traités*, etc. Tomo VI.

9. Oliveira Lima. *D. João VI no Brasil*.

britânica sem, todavia, por isso, incorrer no desagrado da França ou suscitar a violência da Espanha; pois o nosso hábil ministro lograra aproveitar-se da necessidade de dinheiro, que a maioria do Diretório experimentava para levar a cabo a Revolução do 18 Frutidor.

Obteve Araujo a aprovação do seu tratado, quando o golpe de estado, sobrevindo ao Conselho dos Quinhentos que se mostrara infenso à convenção, deportou os representantes taxados de monarquistas.

Foi ratificado em Paris, a 22 de setembro, mas não o foi em Portugal durante o prazo marcado, em consequência de uma representação secreta contra as estipulações do mesmo tratado, feita por d. Rodrigo de Sousa Coutinho, depois conde de Linhares, que acabava de entrar no ministério, com a pasta da Marinha e dos Domínios Ultramarinos.

Linhares era inimigo figadal de Barca e anglófilo famoso. Nesta representação secreta chegou a chamar de “imbecil” o sábio e prudente negociador do tratado. No entanto, se este tratado não era o que Portugal aspirava como mais vantajoso, era o melhor que se poderia fazer nesta ocasião de perigo, em que a neutralidade era necessária a Portugal sob pena de se perder no continente ou nos domínios coloniais.

Essa falta de ratificação irritou a França e o Diretório deu o tratado por nulo, em um decreto de 26 de outubro de 1797, intimando Antônio de Araujo a sair, em curto prazo, do território da República.

O ardor patriótico do nosso plenipotenciário, excedendo ao próprio receio de perder a liberdade ou mesmo a vida, fê-lo se comprometer afoitamente, se demorando em França, procurando ainda um meio extremo de conciliar seu governo com o da República.

A ocasião era mesmo para temer, pois, tendo sido assinada a paz do Campo Fórmio <sup>10</sup>, os soldados, livres de um lado, poderiam se lançar contra Portugal e Araujo bem sabia que, sem resistência, o país perderia não só o que no tratado aceitara, mas tudo...

Sua audácia, porém, não pôde melhorar a situação: Portugal só não foi invadido desta vez, porque a Espanha se esforçou para

---

10. Entre a Áustria e a França, dando a esta última a Bélgica e as ilhas Jônias. 1797.

que a paz não fosse alterada, visto ser tal invasão temida por ela, pelo motivo infalível da passagem pelo seu território das forças devastadoras.

Quanto a Araujo, sob pretexto de que não mais o revestia o caráter diplomático, acabou por ser preso no Templo (a 4 de janeiro de 1798) por causa da indiscrição de alguns agentes seus que acusavam um pouco alto o Diretório de venalidade, gabando-se de, mediante a sábia distribuição de alguns milhões em diamantes brasileiros trazidos propositadamente por ele de Portugal, o fazerem aceitar mesmo uma ratificação tardia. Esta chegou finalmente, trazendo a data de 1º de dezembro, mas já se viu considerada sem efeito <sup>11</sup>. Ao ter notícia da prisão, em 25 de janeiro de 1798, o príncipe regente fez expedir a seguinte circular aos representantes diplomáticos junto à sua corte:

“Ilustríssimo Senhor.

“Mui senhor meu. A corte de Lisboa acaba de receber a notícia extraordinária da prisão de Antônio de Araujo Azevedo, seu ministro, acreditado junto ao governo francês. Um fato tão escandaloso e tão contrário aos princípios recebidos de todo o direito das gentes não pode deixar de merecer o particular interesse, a pública atenção dos soberanos, portanto, Sua Majestade me ordena o haja de participar a vossa... para que seja constante à sua corte, esperando bem que a mesma corte tomará neste acontecimento aquela parte que pede a causa comum dos mesmos soberanos. – Deus guarde a vossa... muitos anos – Palácio de Queluz, 25 de janeiro de 1798 – De vossa...” <sup>12</sup>

Logo após a anulação do tratado por parte da França, Portugal, que já tratava de preparativos bélicos mesmo enquanto se ocupava da paz, continuou a armar-se e a aumentar consideravelmente sua marinha de guerra.

O estado de guerra prosseguiu, pois, trazendo prejuízo para o comércio, perdendo Portugal muitos navios que os franceses apresavam.

---

11. F. Schoell, cit. em Oliveira Lima.

12. Cit. em Varnhagen. *História Geral do Brasil* (5º vol.).

E o responsável em grande parte por estes prejuízos foi Linhares, por sua oposição à ratificação do tratado de Araujo. Quanto ao nosso ministro, saiu da prisão depois de quatro meses, graças à intervenção do príncipe regente e de vários diplomatas seus, voltando para Holanda. Daí passou para Alemanha onde esteve dois anos <sup>13</sup>.

Já estava de novo em Haia, quando foi chamado para Lisboa (1800), para tomar parte mais ativa nos negócios de Portugal.

É então que ele entrará decisivamente no governo, com a queda do ministério dos partidários da Inglaterra, visto a aproximação de Portugal da França com os tratados de Badajós, e de Madri. No entanto duas missões diplomáticas serão ainda confiadas a Araujo:

– Em 1801, foi encarregado de uma missão secreta junto a Napoleão, a qual ficou malograda porque nem ao menos pôde passar além do porto Lorient.

– Em 1802, quando voltou, foi novamente enviado como ministro plenipotenciário para S. Petersburgo, percorrendo nesta época a Dinamarca e a Suécia. A corte russa, como as outras que o possuíram como representante do governo português, se sentiu atraída pelo diplomata e se tornou em breve sua amiga, recebendo com pesar a notícia de sua volta para Portugal em 1804.

#### 4. Barca no governo

Depois de 1801, o partido francês crescia de influência cada vez mais. Dom Rodrigo e dom João de Almeida, entre “os corifeus da anglofilia”, tinham deixado o ministério. Deixou-o o primeiro, por exigências de Lannes, o enviado francês, fazendo-o o príncipe seu embaixador em Viena, propositadamente, para isolá-lo do governo. Antônio de Araujo toma então a pasta de Negócios Estrangeiros e da Guerra (julho, 1804) e logo após a morte de Vila Verde, fica também com a pasta dos Negócios do Reino (1806).

No entanto a guerra continua, anuviando os horizontes da nação portuguesa, que prevê sua perda de uma hora para outra.

---

13. A acreditar numa nota do livro de Rocha Pombo, (Melo Moraes, nota nº 1, p. 164) exercendo cargos diplomáticos; mas segundo Menezes Brum parece que ali esteve apenas em estudo, aproveitando-se de uma licença de dois anos que obteve do gabinete português.

Araujo se torna o orientador da política da época. Sua habilidade governamental lhe inspira de defender a neutralidade “à outrance” e esta aparente indecisão do governo, por tantos censurada, não é senão um meio tomado por Barca e reclamado pela situação.

Vejam os principais fatos que nos mostram os esforços de Barca procurando manter Portugal em tão triste ocasião:

Napoleão subira como primeiro cônsul em França (dezembro, 1799) e logo tratara com a Espanha de invadir Portugal, que pedira a paz, ajustada em dois tratados, concluídos em Badajós a 6 de junho, no qual, além de perder Olivença e 60 milhas na Guiana, por uma cláusula secreta obrigava-se ainda a pagar um milhão de tornezas, prometendo fechar também os portos à Inglaterra.

Não satisfeito, exige Napoleão outro tratado, o de Madri, em 29 de setembro de 1801 e depois de roto o tratado de Amiens que parecia tudo terminar, assinou Portugal outro tratado em Lisboa a 12 de março de 1804, comprometendo-se a converter a obrigação do antigo tratado de Madri no subsídio de 16 milhões de francos anuais até terminar a guerra.

Assinado este tratado pelo qual Portugal se metia num regime de neutralidade comprada, nem por isto deixou-o em paz Napoleão. Queria por força vencer a Inglaterra, sobretudo após a perda de Trafalgar e o bloqueio das costas, portos e rios por parte dos ingleses.

Entretanto, tentou-se ainda negociar a paz entre a Inglaterra e a França, começando estas negociações pelos fins de 1805 (novembro). Parece que esta tentativa de paz devia, pelo menos provisoriamente, dar tréguas a Portugal. Em julho, porém, Talleyrand anunciou formalmente ao embaixador inglês, que se reunira em Bayonne um exército destinado a invadir Portugal.

Araujo vai logo manifestar sua prudência. Toma como lema: – “agir no caso extremo”.

#### Ação de Barca

O governo inglês logo que recebeu o aviso de Talleyrand, enviou imediatamente a Lisboa, uma expedição naval, sob o comando do almirante lorde Saint Vincent, acompanhado do embai-

xador lorde Rosslyn, que tinha ordem de dizer a d. João, que se retirasse para ultramar, se quisesse se salvar, propondo igualmente ao governo português entregar a esquadra à Inglaterra, a qual se responsabilizaria por todos os navios, quer comprando-os, quer retendo-os em depósito.

Antes de responder a esta missão, Araujo, com sua tática habitual, quis verificar a realidade do perigo, por indagações e correios particulares.

Chegou, porém, à conclusão de que o exército de Bayonne, que tanto terror causara e que segundo os boatos se compunha de 30.000 homens, não passava de mil e setecentos soldados italianos!

A confiança de Talleyrand com o ministro inglês era destinada apenas a causar impressão e apressar as negociações com a Inglaterra. À esquadra inglesa e aos diplomatas que se achavam em Plymouth, à espera de uma resposta, disse Araujo que: “o governo não podia opor-se à entrada dos navios chegados ao porto de Lisboa, cujo número estava de acordo com as condições estipuladas nos tratados, mas o seu concurso não fora aceito por haver cessado o motivo de sua vinda. Apenas, agradecera-se a Inglaterra o seu propósito de ajudar Portugal a repelir a invasão anunciada por Talleyrand”<sup>14</sup>...

Além disto, os socorros oferecidos, não eram suficientes para defendê-lo. Dando parte de tudo o que acabamos de ver, ao governo inglês, inclusive do pedido de explicações apresentado pelos representantes de França e Espanha, assegurava Araujo ser possível evitar o comprometimento a que o país ficara exposto desde a vinda da divisão inglesa, unicamente por meio da conclusão da paz começada entre a Inglaterra e a França.

Esta paz que se iniciara em novembro de 1805, foi abandonada no dia 9 de agosto de 1806, não aceitando a Inglaterra, as condições impostas pela França.

Napoleão, para vencer a Inglaterra, tomou como medida extrema, o bloqueio continental, exigindo do governo português a sua adesão. Até então, sua política contra Portugal, consistia em extorquir-lhe o dinheiro e alargar os limites da Guiana francesa, pelas terras brasileiras. Agora era preciso ir mais longe e forçá-lo a entrar na liga continental ou fazê-lo desaparecer.

---

14. Tobias Monteiro. *História do Império*, I vol.

Araujo via a situação e procurava penetrar até à realidade dos fatos antes de agir. No dia 10 de agosto, recebeu ele uma comunicação de dom Lourenço de Lima, embaixador em Paris, a quem fora transmitida por Hauterive que substituíra Talleyrand, a ordem de se fechar os portos portugueses à Inglaterra, confiscar os navios, quaisquer bens e propriedades de seus súditos, despedir seu ministro, revogar o que tinha em Londres e assim constituir-se em estado de guerra contra aquela potência, se não quisesse ser atacado pela França. Ao mesmo tempo, recebia Araujo, do conde de Ega, embaixador em Madri, a comunicação do que lhe dissera o Príncipe da Paz, justificando o partido tomado pelo seu governo. Este achava que, para vencer a obstinação da Inglaterra, só havia um remédio: fecharem-se-lhe todos os portos europeus, entre os quais os de Portugal, que eram para ela os de maior importância.

Depois “com intuito de encorajá-lo passava a examinar as conseqüências desse ato, e considerava frívolo o receio da perda do Brasil, menor do que o de perder as colônias espanholas; entretanto semelhante risco não tivera aquele soberano. O maior de todos os males seria entrar em guerra com a potência vitoriosa das forças mais poderosas da Europa. Para evitar tamanha desgraça a Espanha aconselhava a dom João a aderir ao sistema continental. Logo no dia seguinte, Araujo mandou informar de tudo o governo inglês e antes falara ao ministro Strangford, mostrando sua maneira de pensar que encontrou apoio pleno. Por isto ele escrevera no dia 15 a Egídio <sup>15</sup>: – “Strangford está muito a nosso favor; convém muito mandar dizer à Inglaterra que conserve aqui este ministro porque se mandássemos extraordinariamente lorde Fitz Gerald seria terrível” <sup>16</sup>. Sua maneira de pensar é que aquilo não passava de uma ameaça irrealizável feita para amedrontá-los.

\* \* \*

Não se perturbou, aliás por este motivo, porque ele compreendia que qualquer resistência seria impossível. Na sua informação ao governo inglês, deixou perceber claramente que não esperasse resistência alguma de Portugal, contra a invasão francesa. Ele

**15.** José Egídio Álvares de Almeida, futuro marquês de Santo Amaro, brasileiro, secretário do príncipe regente.

**16.** Tobias Monteiro, est. cit.

ainda sustentava que feita a paz marítima, seria de temer um ataque destinado a completar o domínio da península e em tal caso não haveria possibilidade de Portugal se opor, apesar de auxiliado por forças britânicas, pois a reunião das tropas da Espanha e França “tornaria inútil qualquer resistência”. Por tais motivos, encarregava o ministro em Londres, de mostrar ao gabinete inglês a conveniência de celebrar a paz, em condições aceitáveis e esperar que os acontecimentos futuros preparassem a decadência de Napoleão. Do partido tomado pela Inglaterra a respeito disto dependia a existência política de Portugal. O ministro deveria pois mostrar quanto apressaria a ruína da península, uma expedição idêntica a de lord St. Vincent “inútil para nos defender e própria para nos comprometer”, concluía Araujo.

O sábio ministro penetrava pela sua sagacidade e experiência, os acontecimentos vindouros. Foi um dos raros, senão o único, entre os que previram o ato napoleônico, que desejava o extermínio da dinastia de Bragança. Barca temia Napoleão porque sabia que ele tinha forças para isso, prevendo apesar de tudo a terrível queda do grande imperador francês.

Dever-se-ia portanto, segundo o seu parecer, continuar a tergiversar enquanto fosse possível e mesmo obedecer em caso extremo “a título provisório ou apenas exteriormente” às ordens de Napoleão, para evitar a ruína completa dos Braganças e de Portugal.

Era essa a sua atitude, quando a 1º de agosto os representantes de França e Espanha lhe mandaram uma nota, exigindo o que dissera Hauterive, cuja resposta deveria ser dada até 1º de setembro. Mas Barca não se apressou deixando passar as coisas. Apesar de não responder, apressou-se a trabalhar, procurando encontrar um meio do qual pudesse lançar mão, no caso em que não lhe fosse possível manter sempre sua política tergiversativa.

Uma das medidas na qual se pensou então, foi a vinda da corte para o Brasil.

A correspondência de Araujo com José Egídio deixa ver que eles já tomavam, no governo, esta medida desde muito tempo. A 11 de setembro, ele escrevia: “Estou ocupado e muito com Peniche; do arsenal vão se mudar muitos gêneros necessários. Estão passadas as ordens para marchar o regimento número 6, a companhia de artífices”, etc.

Nessa carta fala que precisava de extraordinários recursos para a despesa de Peniche. Barca pensava acabar logo com estes trabalhos, mas as demoras o atormentavam.

Do arsenal já lhe informavam faltar dinheiro. Em carta de 13 de setembro, anunciava a partida, para aquela praça, de 60 homens acompanhados por oficiais de artilharia da corte; estavam dadas as ordens de marcharem com o mesmo destino, 150 soldados do regimento da artilharia de Viana. Nesse dia, Araujo mostrava-se satisfeito com a marcha dos trabalhos.

Entretanto, no dia 20, não recebendo decisão alguma, enviam os governos – francês e espanhol – uma nota a Reyneval, com a ordem de exigir que o governo português respondesse dentro de cinco dias.

Temem a retirada do rei para o Brasil e, por isso, se não cedem à essência das suas condições, modificam-na, transformando o confisco em seqüestro e dá-se caráter provisório à detenção dos ingleses.

Araujo procura dissuadi-los da retirada de d. João, mas diz ser tal medida dever do seu amo, no caso de serem atacados pelos franceses.

Uma carta de Napoleão quase desanima o príncipe. Araujo não se desespera; conta com a sua habilidade para tudo vencer, mas não nega a dificuldade e chega a escrever para o Egídio: “Eu estaria contente se fosse tão fácil temperar as coisas com a França, como com a Inglaterra”<sup>17</sup>.

Reyneval vem, findo o prazo, receber as respostas. Com ele, como com todos os diplomatas, Araujo foi cordial até ao fim. “Ele pintou-me o caráter do homem (Napoleão), o qual é bem conhecido”<sup>18</sup>.

Araujo dizia o inconveniente da declaração de guerra à Inglaterra, antes de reunir no Tejo a esquadra do Mediterrâneo e da partida do príncipe da Beira para o Brasil, estando a frota já preparada para este fim.

Mas o francês indicou-lhe o recurso de fazerem entrar os navios num porto da Espanha.

---

17. 22 de setembro. Arquivo do castelo d'Eu.

18. Carta a Egídio.

Temendo afinal o perigo, Araujo reuniu o Conselho de Estado em Mafra, onde estava o príncipe, e ficou decidido que os portos de Portugal seriam fechados. Quanto à detenção e confisco dos ingleses, Barca já tinha participado a lorde Strangford que isto jamais se daria (19 de agosto). Seria, porém, necessário proclamar então que aderira ao partido do continente.

Barca sentiu o perigo do momento. Sua saúde estava abalada com os últimos acontecimentos. “Nunca se chegara a momento tão melindroso”, escreve a Egídio, “trata-se de evitar que venham aqui os ingleses e nos façam como fizeram em Copenhague” (26 de setembro).

Por outro lado, temia a França, sobretudo depois de ver que o ministro francês se preparava para se retirar de Portugal, visto não terem sido cumpridas todas as suas ordens.

Mais do que nunca, pensou-se, então, na viagem da corte para o Brasil. Esta idéia passou por duas fases distintas. Ao precipitarem-se os acontecimentos, o Conselho de Estado, reunido na Ajuda a 30 de setembro “deliberou, por proposta de Barca, que fosse para o Brasil o príncipe da Beira com as infantas e tropas de defesa, a preparar a aposentação da corte, a qual seguiria o mesmo rumo quando se perdessem todas as esperanças de paz. Poder-se-ia assim, ante o perigo que os ameaçava, salvar-se ao menos a dinastia portuguesa e, além disto, a presença entre os brasileiros do herdeiro da Coroa teria o condão de despertar o entusiasmo colonial, evitando também que as outras nações, quer a França, quer a Inglaterra, que já tentara ocupar Buenos Aires, viessem ocupar a rica e providencial colônia portuguesa”<sup>19</sup>.

Além destas razões que acabamos de ver, a viagem seria mais cômoda e mais rápida, do que se viesse toda a comitiva real, e preparada aos poucos, seria menos dura para o bom povo português que amava seu rei.

Ao proceder a votação a este respeito, houve um empate de 4 votos contra 4, ficando assim a decisão livre ao príncipe regente.

\* \* \*

---

19. Oliveira Lima, op. cit.

Todos estavam, em geral, acordes com essa partida, até mesmo Reyneval e Strangford, os dois representantes das nações entre as quais balançava Portugal.

Ninguém pleiteava essa medida com mais ardor do que nosso ministro. A esse respeito dissera, quando viu que tudo parecia perder: “Não vejo outro meio de evitar maiores calamidades; agora é o momento; as colônias ficarão salvas; tantas vezes aleguei minhas razões que julgo escusado repeti-las”<sup>20</sup>.

D. João, a princípio, aceitara essa medida e a viagem do príncipe da Beira já estava marcada para o dia 20 de outubro. Mas, temendo que conspirassem, resolveu não mandar mais d. Pedro.

Araujo explica para Londres, dizendo que “talvez também o rei se visse obrigado a sair e seria preciso da esquadra”. Por isso os trabalhos a bordo continuavam, visto estar toda a corte preparada para partir.

A Inglaterra, vendo que a esquadra portuguesa reunida no Tejo, continuava a permanecer ali, ficou inquieta, tanto por não se confiar muito no manejo de Portugal, como porque temia que a esquadra portuguesa atraísse a cobiça napoleônica.

Por isso manifestou clara e fortemente o desejo de ver afastada de Lisboa aquela frota, chegando mesmo a dizer que “S. M. B. nunca consentiria que as forças navais das potências neutras engrossassem as forças de seus inimigos”<sup>21</sup>.

A essa nota responde Araujo, procurando sempre mostrar-se favorável para evitar triste desenlace, “que o empenho de Portugal era ser agradável ao seu antigo aliado; a alteração do estado neutral era resultante do fato de haver a França triunfado de todas as combinações das potências do continente por ela vencidas uma a uma, sem restar quem lhe contrabalançasse o poder.

“Em tais condições não poderia Portugal, mesmo auxiliado pela Inglaterra, opor resistência ao duo França-Espanha. Era forçoso ceder para evitar os males da invasão.

“Tudo quanto lograra fazer, fora não tomar as medidas hostis contra os súditos ingleses. Não esperava o príncipe, em tais con-

---

20. Carta a Egídio. 24 de setembro.

21. Strangford. Nota de 11 de outubro.

dições, ver a sua esquadra hostilizada pelo fato de juntar-se sem intenções hostis, pois que não seria jamais de sua vontade uni-la às forças marítimas dos dois aliados do continente contra a Inglaterra. Talvez o príncipe fosse forçado a abandonar a Europa e a levar consigo as riquezas do Estado e, em tal caso, seria necessário continuar o preparo.

Se isto acontecesse, esperava que S. M. B. o auxiliasse”.

Os rumores da viagem em projeto, chegaram à França e Espanha, cujos governos procuraram mostrar a desnecessidade de semelhante ato aos diplomatas portugueses, dizendo que eles se contentariam com uma simulação de seqüestro e que as negociações prosseguiriam. O que queriam, na verdade, era prolongar a saída da corte para ganhar tempo, e permitir que as tropas aliadas chegassem às fronteiras.

Por esta época já voltavam para Portugal os diplomatas, representantes seus em França e Espanha. Tanto o conde de Ega como d. Lourenço de Lima (este último já conhecedor do rompimento em Fontainebleau, pelas próprias frases brutas e concisas de Napoleão), se mostravam transidos de terror e suplicavam que se arranjassem as negociações para a salvação da pátria.

Araujo viu o momento extremo. O único recurso seria assinar a detenção do seqüestro, propondo a indenização “às ocultas”, aos ingleses. A 8 de novembro dá-se a assinatura e parte Marialva como diplomata para tudo arranjar com Napoleão. Mas era muito tarde esta resposta e as tropas francesas já estavam em caminho.

Quanto a Strangford, não se contentou com a medida de indenização às ocultas. Pediu as credenciais, embarcou e foi com a sua esquadra e a de Sydney Smith, que acabava de chegar para bloquear a entrada do Tejo.

No dia 27, porém, pediu uma audiência e desceu em terra. Só então, soube que a tropa francesa já passara as fronteiras e que o príncipe se resolvera a embarcar para o Brasil.

Sobre a audiência que Strangford teve com Barca, há três interpretações.

A primeira é tirada de sua própria narração, na qual se gloria de ter influído na partida da corte, que Araujo dissera ter sido resolvida mas não decretada, visto o príncipe regente “esperar ainda arranjar as coisas”.

Narrações de Hipólito, na presença de diversas testemunhas, entre as quais – T. Antônio, Felisberto Brant, o chefe da divisão do Prego e o comandante da nau *Medusa*: foi o ministro inglês pedir ao dos Negócios Estrangeiros que comunicasse ao príncipe a declaração de guerra feita pela Inglaterra a Portugal, dando ordens para a apreensão dos navios portugueses e até da esquadra, caso ela saísse. O único meio seria de lutar contra a França. Se vencessem, a família real poderia sair sem ser molestada. Araujo respondeu não fazer tal comunicação ao príncipe, que não temia ser agredido por navios de seu aliado <sup>22</sup>.

Melo Morais, baseado em Drummond, diz que Strangford tinha vindo impor condições interesseiras e insuportáveis, sem a satisfação das quais não deixaria sair. Uma delas a abertura dos portos do Brasil à concorrência livre e reservada à Inglaterra, marcando-lhe, desde logo, uma tarifa de direitos insignificantes, até que um dos portos do Brasil lhe fosse entregue. Araujo impacientou-se, mas tudo acabou em paz com estas palavras do ministro inglês: “Como a viagem é para o Brasil, estamos todos conformes”.

A situação era aflitíssima para Araujo. Tendo procurado sempre a neutralidade e tentando ultimamente negociar a aliança com a França, seu plano não foi compreendido pelo povo, que se mostrou descontente com a invasão e com a partida de seu rei. Seus inimigos aproveitaram o ensejo para aumentar a desafeição em torno dele, tornando-o impopular, dando-lhe o nome de traidor. “E era tal a animosidade contra ele, que foi preciso que embarcasse à noite, o que levou Debret a julgar que ele não embarcara com a corte” <sup>23</sup>.

\* \* \*

A esquadra que transportava a família real e com ela os principais da corte, abriu velas no Tejo a 29 de novembro de 1807.

Estava terminada a história de Barca em Portugal, mas esta mesma história iria se continuar além do oceano Atlântico, na terra brasileira.

---

22. *Correio Brasiliense* ou *Armazém Literário*. Londres, 1808 a 1822, in 4º vol. XVIII, p. 458.

23. Menezes Brum.

## **Conde da Barca no Brasil**

Chegada da corte. Aspecto geral do governo

Tendo acabado por repudiar francamente a tutela francesa e mostrar-se ao lado dos ingleses, é claro que d. João, ao organizar o seu novo ministério no Rio de Janeiro nele daria entrada aos estadistas mais abertamente devotados à Inglaterra. Assim foi que a d. Rodrigo de Sousa Coutinho confiou os Negócios Estrangeiros e a Guerra, antigas pastas de Araujo em Portugal. Ao visconde de Anadia coube a Marinha e ao marquês de Aguiar o reino com a presidência do erário régio e o cargo de ministro assistente ao despacho, que equivalia ao de primeiro ministro com precedência sobre os colegas e conhecimentos dos assuntos de todas as pastas.

D. João teve sempre o excelente e raro costume entre soberanos, expressão de sua natureza generosa, de não repudiar os servidores leais e de merecimento pelo fato de serem acusados pela opinião ou perseguidos por adversários. Os inimigos de Barca continuavam a perseguí-lo e a acusá-lo de ter mantido relações secretas com Junot.

Mas com a descoberta da correspondência deste último, e com o aparecimento do tratado de Tilsit, que falava da sorte reservada às duas famílias reais portuguesa e espanhola, foi então reconhecida a inocência de Araujo, que continuou, no entanto, longe do ministério. Mas o ostracismo, a que a ascensão do partido inglês condenou Araujo, não o fez exilar o Conselho de Estado, a cujas sessões continuou a assistir, nem o privou de receber grã-cruzes e outras demonstrações honoríficas da estima régia, culminadas pela mercê do título.

E tanta confiança inspirava a d. João o talento do seu ex-ministro que lhe entregou, apesar de estar Coutinho encarregado da Pasta dos Estrangeiros, o preparo das importantes instruções para os plenipotenciários ao Congresso de Viena.

Desde 1811, já se falava, entretanto, de sua volta para o lugar de ministro mas ele só voltou ao ministério no ano de 1814. Tendo Linhares dominando até 1812, os dois anos imediatos são anos de relaxamento, dominando Aguiar, o *relógio atrasado* e Galveias, o *doutor pastorinha*, (segundo d. Carlota) e fidalgo de costumes desregrados. Morre porém, Galveias em janeiro de 1814. É então chamado o conde da Barca. Aliás de 1814 a 1817, é que se dá na Europa a queda de Napoleão, a restauração dos Bourbons e a implantação da Santa Aliança, que se considerava o aniquilamento dos princípios da revolução; logo, anos propícios para a subida de um ministro, chefe do partido francês. D. João chamou-o ao ministério confiando-lhe sucessivamente, as pastas de Galveias para que ele melhorasse a situação.

Conta-se que Strangford fez decidida oposição à última entrada de Barca no ministério, ainda que isto pareça contraditório ao episódio narrado pelo próprio Barca em carta ao dr. Abrantes e Castro, quando retirado de Lisboa e desavindo com Vicente Nolasco, o antigo redator de “Investigador Português”. Seja como for, com relação ao episódio da chamada de Barca aos conselhos da Coroa, é corrente que d. João fez queixa ao príncipe regente da Grã-Bretanha dos seus representantes no Rio de Janeiro, obtendo a retirada de Strangford.

Entretanto, desde o início de 1814, inaugura Barca sua administração no Brasil.

#### Paralelo entre Barca e Linhares

Antes de começar o estudo da administração de Barca no Brasil, vejamo-lo por instantes ao lado do conde de Linhares, o seu maior inimigo político, mas digno êmulos na administração. Linhares está ao lado do conde da Barca, como um dos valiosos auxiliares da política monárquica portuguesa nos primeiros 30 anos do século XIX.

Linhares, como Barca, antes de entrar no governo, foi diplomata. Iniciou sua vida de diplomacia com 23 anos, como ministro plenipotenciário de S. M. F. em Sardenha e depois em Turim.

Como diplomata não atingiu ao brilho de Barca. Não tinha as qualidades exteriores deste último que foi sempre um vulto simpático, em todas as cortes.

Foi mais tarde, chamado pelo príncipe regente, para tomar parte nos Conselhos da Coroa, abandonando assim a carreira diplomática. Neste novo campo de ação, vai ser mais feliz.

Em Portugal, o conde de Linhares sempre foi o chefe do partido inglês, como Barca o foi do partido francês. Desculpa a ambos o gosto que tinham: um pela marinha, outro pela arte, sendo natural que o primeiro fosse atraído pela “rainha do mar” e outro pela “terra da arte.” Por causa do lugar que ocupavam na chefia de dois partidos opostos, desde que iniciam a carreira política enquanto um está em cima, o outro desce, e quando o primeiro cai do ministério, é o segundo que vai dirigir a política, enquanto o outro se mantém afastado, até que chegue a sua vez de subir.

Em 1796, cabe a Linhares a subida ao ministério, com a Pasta de ministro da Marinha e dos Negócios Estrangeiros; enquanto isto, Barca é o plenipotenciário em Haia, em França, etc. Portugal se conserva sob a direção de Linhares, que se aproxima da Inglaterra.

Em 1801 a situação muda: Portugal parece se aproximar mais da França do que da Inglaterra – sobe Araujo e cai Linhares.

Em 1808 Portugal se aproxima da Inglaterra, declara guerra à França... Araujo se retira e domina Linhares até a sua morte, em 1812, mantendo sempre a influência inglesa.

Em 1814 cai Napoleão, cessam as hostilidades com a França... Araujo sobe até sua morte (1817).

Na administração, tanto Araujo quanto Linhares, foram ambos de grande valor. Este se distinguiu por firmeza e audácias maiores. Era de natureza irrequieta, ardente, transbordante de atividade. Não só trabalhava, como obrigava os outros a trabalhar.

Em Barca vimos a iniciativa se aliar a uma grande calma e prudência; muitas vezes preferível à febril agitação de Linhares, a quem muitos acusavam “de mover-se continuamente sem nada produzir afinal.” Hipólito José da Costa, por exemplo, que foi sempre pressuroso em proclamar a assiduidade ao trabalho, a inteireza e a probidade do estadista, lembrava <sup>24</sup> que tendo ele, quando chamado de Turim para assumir o ministério da Marinha, delineado como seu programa o levantar os créditos de Portugal como grande

24. *Correio Brasiliense* cit. vol. XIII nº 48, maio 1812.

potência marítima, devendo o Brasil fornecer madeiras e cânhamo para as construções navais, deixara a pasta ao cabo de 4 anos sem ter mandado fazer um só vaso no arsenal de Lisboa, nem lavrado um só regulamento tendente a corrigir o governo do Brasil <sup>25</sup>.

Se Linhares se distinguiu de Barca por uma audácia maior em outro campo, no da ciência, sempre lhe foi inferior. A variada instrução de Barca era notória, ao passo que a de Linhares, houve quem dissesse com malícia, consistir em saber a primeira linha de todos os artigos da Enciclopédia. Tinha o fraco de passar-se por homem de ciência, mas sua ostentação provocou-lhe, por parte de d. Carlota, o título de “dr. Barafunda” ou “dr. Trapalhada”.

Em Barca, a par de uma grande ciência, caminhava uma notável constância. Apesar de menos firme e menos audaz, conseguia realizar todos os trabalhos, que idealizou. Nisto o auxiliou o domínio e grande respeito que ele soube criar em torno de si, ainda que fosse o mais amável dos ministros. Até Aguiar, o respeitava <sup>26</sup>.

No entanto, apesar da diversidade dos dois ilustres portugueses, tanto um quanto outro, cada qual no seu campo foram dois grandes vultos da nossa história, que renderam ao Brasil benefícios incomparáveis durante os anos de sua administração.

#### Administração de Barca

Desde o início “ele se fez um verdadeiro amigo do Brasil” <sup>27</sup>.

A época do seu ministério não foi calma e nem isenta de dificuldades; ao contrário – mas o que notamos sobretudo, é o desejo, no meio destas dificuldades, de agir sempre para obter maior glória para o Brasil. Parece mesmo que ele pensa mais no Brasil do que em Portugal.

---

<sup>25</sup>. Oliveira Lima, est. cit.

<sup>26</sup>. “Todos fogem dele e querem antes falar com o diabo, como há dias me disse o confessor de S. A. R. frei Joaquim de São José. Ouço dizer que a única pessoa a quem o dito conde (Aguiar) atende e respeita é Antônio de Araujo...”

Extraído de uma carta de Marrocos, datada de 4 de março de 1812, na qual critica o ministro Aguiar.

<sup>27</sup>. Melo Moraes. Médico do povo.

O que caracteriza Barca na administração é a sua largueza de vistas. Quer ver grande o Brasil, daí as duas ações mais importantes de sua administração: a elevação do Brasil a reino e a ocupação de Montevideú.

#### 1. Elevação do Brasil a reino

Melo Moraes diz que a idéia da elevação do Brasil a reino foi sugerida pelo príncipe Talleyrand ao conde de Palmela, o qual transmitindo-a sem demora para o Rio de Janeiro, obteve sua adoção pelo príncipe regente e pelo conde da Barca. Parece, porém, que foi Palmela quem primeiro nisto pensou, mas, astuciosamente, colocou a sugestão na boca de Talleyrand, para lhe dar maior valor. É o que vem comprovar as palavras de Barca, quando Maler lhe vem saudar pela deliberação tomada. Diz ele “que a medida da elevação do Brasil a reino tivera o vivo apoio da opinião do príncipe Talleyrand, mas que não partira dele”<sup>28</sup>.

Mas, ainda mesmo que esta sugestão não tivesse partido de Talleyrand ou de Palmela, certamente ela acudiria a um espírito como o de Barca, a quem “o espírito público associou, desde logo, a resolução real, indicando-o como inspirador e assim firmando uma tradição que fiada mais abalaria, porque corresponde plenamente à intenção, que, em caso tal, é quase lícito que prime à realidade”<sup>29</sup>.

Barca não podia deixar de ser o primeiro partidário da elevação do Brasil a reino, pois ele muito amava o nosso país e via com tristeza a época em que a corte seria obrigada a voltar para Portugal, pois as potências coligadas instavam para que, desde que a paz geral fosse estabelecida, a corte voltasse para Portugal. Viu-se em face do dilema: ou elevar o Brasil à categoria de reino unido com o de Portugal e Algarves, ou regressar brevemente para Portugal. Barca se tornou o grande propulsor do primeiro caso; opinou pelo Brasil. Mas no ministério o velho Aguiar, grande amigo de Portugal, opinava pelo segundo caso. Em princípios de 1814, quase perdeu sua partida o grande ministro do Brasil, porque d. João parecia estar decidido a seguir a opinião de Aguiar. Muda, porém, a idéia em 1815 e Barca conseguiu ver ganha sua causa pela promulgação da carta de lei de 15 de dezembro de 1815, pela

28. Arq. do min. dos Neg. Est. de França, cit. por Oliveira Lima.

29. Oliveira Lima, est. cit.

qual o Brasil era reconhecido Reino Unido com o de Portugal e Algarves. Foi uma das melhores ações de Barca no Brasil, porque era um passo que a nossa terra dava, não só no caminho do progresso, como no da independência, que encontra aí sua mais profunda raiz.

## 2. Questão Platina

Foi durante o ministério de Barca que se iniciou o grande movimento que terminou com a anexação da Província Cisplatina ao Brasil.

Os anos de 1812 e 1816, período entre os ministérios de Linhares e Barca, foi marcado pelo esquecimento da Questão Platina. Era este um problema que necessitava de coragem e que só poderia ser resolvido por um ministro da têmpera de Linhares ou de Barca. Linhares tinha manifestado grande ardor pela questão, mas morreu em 1812. Os dois ministros que dominavam no ministério, Galveias, o ministro do “horizontes limitados”, e Aguiar o ministro a quem o *Correio Brasiliense* comparava a relógio atrasado, marcaram sua época com “apatia exterior”, o descaso político.

Recebendo Barca a administração sentiu logo a vantagem para o Brasil de alargar suas fronteiras até o Prata. Era ali o seu limite natural. Além disto, d. João e Barca guardavam um íntimo ressentimento contra a perda de Olivença na Europa a favor da Espanha.

Em vista disso é fácil compreender que Barca não deixaria escapar, para realizar seus desejos, a ótima ocasião. Havendo Artigas prosseguido percorrendo a campanha com seus bandos armados, que chocavam nos destacamentos portugueses, d. Diogo de Sousa resolveu não se retirar do território uruguaio. No entanto, depois de impor certas condições, ele se retirou com suas tropas. Mas a situação anárquica continua na Banda Oriental, chegando a tomar um caráter “selvageno”.

A capitania do Rio Grande do Sul e, sobretudo, o território das Missões, se acharam, em face disso, em perigo iminente. Barca resolveu agir com firmeza nesta ocasião tão propícia, pois seria justificado este movimento, visto o estado de coisas que se passava no Prata. A paz geral de que gozava a Europa depois de Napoleão, permitia vir de Portugal o auxílio de diversas compa-

nhas de soldados, o que permitiu a vitória de Portugal e a anexação da Província Cisplatina ao Brasil.

Muitos criticam este gesto de Barca, procurando aumentar o território brasileiro. Aliás, ele não poderia ter o apoio de nenhum país estrangeiro – desde que seria para eles uma desvantagem. A Inglaterra mostrou-se hostil a Portugal. Seus interesses comerciais não poderiam deixá-la favorecer a anexação platina. A solução mais vantajosa para ela seria a independência do Uruguai, porque independência significa liberdade comercial em melhores condições. Além disto, a Inglaterra receava que o Brasil adquirisse influência excessiva no Novo Mundo, e que viesse monopolizar o comércio. Temia também que a Espanha se vingasse na Europa, tomando Portugal. Renasceria, então, seu vigor de grandeza de outrora, pensamento que a Inglaterra não podia tolerar.

A França também não era favorável à política portuguesa no Prata. Maler, o representante francês na corte do Rio, manifestou sua contrariedade e desfavor, escrevendo contra Barca a sua atitude. Dizia que: “Após seus anos de ostracismo, voltara ele ao poder devorado de ambição, querendo, a fina força, fazer falar de si na Europa.”

Galanti, diz a respeito: “Logo que constou ao público terem os portugueses invadido o território de Montevideú, levantou a diplomacia européia um grande grito de alarme. Apelou Fernando VII para as cinco potências principais, ocupadas neste ínterim em reorganizar a Europa, no Congresso de Viena. Houve propostas; abriram-se conferências em Paris; disputou-se muito de parte a parte, concordando todos em que a expedição portuguesa para a Banda Oriental era legítima, porque dirigida contra anarquistas que ameaçavam a segurança da fronteira do Brasil”<sup>30</sup>.

Em 1818 no Congresso de Aix-la-Chapelle, redige Garcia por meios dos enviados, uma justificação da ocupação portuguesa da Banda Oriental coonestada com um argumento que os Estados Unidos muito depois invocariam com relação à necessidade da intervenção em Cuba: “Não poder o Brasil, país reconhecidamente ordeiro, suportar, sem perigo próprio, um foco de perturbações tão perto das suas comunidades pacíficas e laboriosas”<sup>31</sup>.

<sup>30</sup>. Galanti, *História do Brasil*, tomo IV, p. 44.

<sup>31</sup>. Oliveira Lima, est. cit.

O partido português chegou a ser considerável no Rio da Prata – um periódico britânico escrevia <sup>32</sup> “que as pessoas mais respeitáveis das províncias, tanto pela fortuna como pela reputação, eram favoráveis ao governo português”. É o que levou Barca a explicar a Chamberlain que o pavilhão português fora içado na Banda Oriental, porquanto seria impolítico içar o pavilhão espanhol tão detestado pelos insurgentes.

\* \* \*

O que devemos reconhecer é que a ação de Barca foi uma providência para o Uruguai, dividido pelas facções, privado de reconhecimento, ameaçado pela Espanha que dizia preparar contra ele sua expedição de Cadiz.

“Só a independência ou a anexação a Portugal poderia salvá-lo naquele instante” diziam d. Manoel José Garcia, d. Nicolau Herrera e muitos outros.

#### Outros acontecimentos durante a administração de Barca

##### 1. Congresso de Viena.

O conde de Barca, ao ingressar no ministério, alcançou ainda o Congresso de Viena. Durante este congresso, Portugal, conquanto recebesse todas as considerações devidas a uma grande potência, foi sacrificado em seus interesses, apesar da habilidade de Barca e do tino de Palmela, principal representante português no congresso. Perdeu definitivamente Olivença a favor da Espanha e foi obrigado a restituir à França uma conquista efetiva com a Guiana, sem obter nenhuma compensação positiva.

Por outro lado conseguiram os plenipotenciários portugueses negociar com a Inglaterra um tratado vantajoso: “Este tratado, assinado a 21 de janeiro de 1815, obrigava a Grã-Bretanha a pagar a soma de 300.000 libras esterlinas para satisfazer as reclamações feitas aos navios portugueses apresados por cruzadores ingleses antes de 1º de junho de 1814, pelo motivo alegado de fazerem o comércio ilícito dos escravos” <sup>33</sup>.

<sup>32</sup>. Wee Kly Messenger, de 13 de outubro de 1816.

<sup>33</sup>. Menezes Brum, est. cit.

Por esta ocasião, ainda a 22 de janeiro de 1815, conseguiu a diplomacia inglesa um tratado a seu favor, “proibindo-se a todo e qualquer vassalo da corte de Portugal comprar escravos e traficar neles em qualquer parte da costa da África, ao Norte do Equador, debaixo de qualquer pretexto e por qualquer modo que fosse”<sup>34</sup>.

## 2. Revolução Pernambucana – 1817

Com o estabelecimento da Corte portuguesa no Brasil, Pernambuco progredira notavelmente. O sentimento pátrio desenvolvia-se cada vez mais e a independência era a aspiração geral. Dois patriotas, Domingos José Martins e Domingos Teotônio Jorge constituíram-se os arautos dessas idéias que, em 1817, estavam de tal modo adiantadas que a revolução parecia inevitável. O governo de Pernambuco com a indolência na qual o sepultara o costume de mais de 20 anos de governo, desculpara os revolucionários, desde 1804, perante o ministério. Em abril, vendo iminente o perigo, perdeu ainda 5 dias sem nada resolver, só depois enviando um manifesto a Barca (9 de abril de 1817). Esta longa espera permitiu aos revolucionários de se fortificarem. Apossaram-se de Pernambuco e já duas províncias se lhes tinham aliado.

Só a 29 de junho chegaram os militares portugueses, chefiados por Luiz Rego, trazendo as proclamações e instruções redigidas na corte, sob o influxo benigno de d. João e a tendência, que nunca deixara de ser liberal, de Barca.

Foram dominados os revolucionários. Mas Luiz Rego agiu com grande rigidez maltratando a muitos, condenando os principais chefes a penas crudelíssimas e à morte. Essa maldade desgostou a Barca, porque bem sabia que, para adquirir domínio seguro, deveria empregar não a força, mas a condescendência.

## 3. Fim da administração de Barca – Balk-Poleff<sup>34A</sup>

Vamos rematar a história de Barca no Ministério do Brasil com um episódio diplomático que se deu então – episódio curioso e quase desconhecido. É o da questão entre Barca e Balk-Poleff, ministro russo especialmente investido do caráter de embaixador ex-

**34.** Menezes Brum, est. cit.

**34A.** Pierre de Balk-Poleff, embaixador extraordinário e ministro plenipotenciário do czar junto a d. João VI.

traordinário, para a coroação do monarca português. Foi o 2º diplomata que saiu do Brasil mal satisfeito com a atitude de Barca. Já em 1816, o duque de Luxemburgo, que aqui veio em missão extraordinária a mandado de Luiz XVIII, daqui saíra contrariado. Um dos fins de sua missão era buscar os meios de promover o tráfico entre a França e o Reino Unido de Portugal e Brasil.

Mas Barca, zeloso pela nossa vantagem comercial e descontente com as concessões feitas à Inglaterra, respondeu-lhe que, “antes de pensar em conceder novos favores, pretendia o governo português, regular sobre um plano uniforme, as relações mercantis das diferentes partes da monarquia entre si”.

Culpando Barca de ter que regressar, a pasta de embaixador vazia, quando de tão longe viera, o ministro de França, não podendo negar-lhe o bem conhecido merecimento, vingava-se em escrever que achara bastante mudadas “as idéias que na Europa lhe valeram uma reputação de homem de espírito e de luzes”.

A questão com Balk-Poleff teve sua origem em incidentes mais ridículos do que graves.

Balk-Poleff era um russo de caráter insuportável. “Maler, que sempre usava de muita consideração pelos colegas, expunha sem rebuços ao seu governo o que dominava as inseqüências e a irregularidade do comportamento oficial e privado daquele agente, que a todo o momento se salientava pelos seus sarcasmos e inconvenientes diatribes contra a terra e contra a gente, e que tinha o sestro de não pagar aos criados nem aos fornecedores”<sup>35</sup>.

O intendente de polícia e o ministro dos Estrangeiros a princípio quiseram satisfazer, o quanto possível, ao irascível diplomata, mas cansaram-se em breve de aturá-lo. Com o encarregado de negócios da Inglaterra, Chamberlain, depois de um curto espaço de tempo, já as relações do embaixador russo estavam cortadas. Não tardou o rompimento formal entre ele e a corte do Rio.

Balk-Poleff chegou ao Rio em outubro de 1816, e só comunicou sua missão temporária e pediu a audiência de estilo a 19 de março de 1817. Esta demora melindrou a chancelaria brasileira. O conde da Barca resolveu propositalmente retardar a resposta ao ministro russo só o fazendo a 5 de abril. O que também contribuiu a antipatizar o ministro russo, foi a forma descortês com que reclamou a

---

35. Oliveira Lima, est. cit.

prisão do seu cozinheiro e do seu sapateiro, ambos franceses de quem tinha queixas (questões de pagamento) e queria pôr textualmente a pão e água. O conde da Barca deixou até de aquiescer por inteiro a este estranho pedido oficial e não só formulou como executou o propósito da ameaça de devolver qualquer nota menos correta, o que sobremodo contrariou Balk-Poleff, que, em despique disto e da falta de pronta concessão da sua audiência, deixou de comparecer (com o seu colega holandês Mollerus que lhe esposou o ressentimento, por motivos dos laços de família que estreitamente uniam as respectivas cortes) às recepções de grande gala de 7 e 25 de abril, nas quais, de pé sob o dossel e rodeado da família real e dos grandes da corte, o rei recebia primeiro os cumprimentos dos representantes estrangeiros e dava em seguida beija-mão a todas as classes distintas do Estado.

Para bem acentuarem sua ausência que não justificavam, como o ministro americano a sua, por motivos de saúde, os representantes russo e holandês assistiram, naquelas datas, a todo o espetáculo até meia-noite, no teatro de São João <sup>36</sup>.

Notando a demora da resposta da nota em que pedira a audiência solene, não recuou ante a humilhação de valer-se confidencialmente, junto a d. João, do encarregado de negócios, Villalba, que ele sabia ser pouco amigo de Barca. “Barca cherchait à retarder la reception de Mr. de Balk pour se donner le temps de recevoir une reponse aux plaintes que dès le mois d’octobre il avait adressées à Petersburg” (contra o seu representante no Brasil).

A recepção foi afinal marcada para 13 de maio. Mas só na véspera, às 2 horas da tarde, recebeu Balk-Poleff o aviso oficial. Quanto ao cerimonial, recebeu-o apenas às 12h45 da noite!

Na ocasião de dirigir-se para a audiência teve que esperar uma hora diante do paço sem poder romper a tropa que se formara no largo e sem que pessoa alguma, escreve Maler, se ocupasse de tão solene convidado. Ficou o ministro russo furioso e em 18 de maio, endereçou um protesto ao governo português, concebido em termos indignados, o que motivou da parte de Barca uma resposta manifestando surpresa e ressentimento (21 de maio). A 22 de maio, porém, soube Araujo que Balk obtivera uma audiência particular à noite do dia 20, e que tinha sido muito indelicado diante de

36. Oliveira Lima, est. cit. p. 839.

d. João. Enviou-lhe então, de acordo com o soberano, uma nota “pondo inteira e abruptamente, termo à missão de Balk-Poleff, negando-lhe, de então em diante, e por motivo do desacato cometido, admissão à régia presença”<sup>37</sup>.

Nada mais restava ao impetuoso e irreverente diplomata do que pedir seu passaporte, o que lhe foi logo concedido. Da questão, nada resultou; a corte russa apreciou, no seu justo valor, o conflito levantado pelo seu agente e bem correspondido pelo ministro português. O que mais notável parece, é que Barca, um mês antes de morrer, tivesse força para tanto.

Foi este um dos últimos atos do seu governo.

A 21 de junho a morte veio privar o ministério português no Brasil, de um dos seus maiores chefes, substituindo a Barca, na direção da política Tomás Antônio de Vila Nova Portugal.

---

37. Oliveira Lima, est. cit.

## O “Leonardo da Vinci” português

“Da sua larga e variada cultura dão testemunho simultâneo e inequívoco os seus contemporâneos. Ninguém foi mais verdadeiramente estudioso, mais profissionalmente amigo da leitura de que ele”.

Oliveira Lima.

No começo do século XV surgiu na Itália um célebre humanista, que deixou um nome brilhante pela sua grandeza intelectual e lúcida inteligência que abrangia como um microcosmo de ciência. Araujo pode ser considerado como o “Da Vinci” do século XIX, tão inteligente e estudioso foi ele.

### 1. O homem de ciência

Igualmente dado às artes, às letras, à história, às ciências naturais, à matemática e mesmo à filosofia, passou sua juventude exclusivamente dedicado aos estudos, começados no Porto, continuados em Coimbra, voltando, afinal, para o Porto, onde se aplicou, chegando a adquirir um saber verdadeiramente enciclopédico.

Passando depois para sua vila natal onde se entrega a grandes trabalhos com o fim de ver progredir Ponte de Lima, não abandona ele as ciências e maiores vantagens tirará daí em diante, dividindo seu tempo entre a ação e o estudo, lendo, nos momentos livres, todas as obras dos bons autores conhecidos, tornando-se desta maneira à altura dos mais sábios homens da época. E é sempre assim sua vida: ingressa na política, torna-se um homem de Estado, sem no entanto deixar de ser um homem de ciência.

A carreira diplomática o obriga a sair várias vezes do seu país. Em 1787, quando parte para a Holanda como plenipotenciário, de-

mora-se na viagem por questões de estudo – passa pela Inglaterra e pela França, país este que sempre o atrairá por ser o centro da cultura, do intelectualismo. Aí entra em contato com os homens mais eminentes não só na política como também nas letras: sir Joseph Banhs, lorde North, Gray, os ministros Montmorin e Necker, o *maire* de Paris – Bailly, Lavoisier, Frouroy, Lalande e outros grandes amantes da cultura que encontraram nele um apoio, um colega ardoroso e entusiasta.

Mais tarde consegue ele continuar seus estudos, que em Haia tinham sido um pouco sacrificados pelos seus trabalhos diplomáticos. Pede e obtém uma licença de dois anos e, em 1798 e 1799, vemos o nosso estudante passar para a Alemanha, visitando os maiores centros de irradiação de ciência neste país, como Hamburgo, Leipsig, Dresda, Brunswick, Gottingen, Gotha, Weimar, Berlim, etc. Já era um poliglota, pois, desde cedo, quando com onze anos, foi estudar no Porto, já se dedicava aos estudos das línguas clássicas: grego e latim como também inglês, francês, e italiano com as respectivas literaturas, chegando a falar muito bem estas línguas. Agora é o alemão e sua literatura que vai estudar nestes dois anos. A botânica, a química, a física, não são porém abandonadas – não perde ocasião de visitar os laboratórios mais importantes, ou estabelecimentos científicos. Em Alemanha e Holanda, como em França, os artistas, literatos, sábios mais importantes são por ele procurados, travando relações com a alta classe dos intelectuais. É aí que conhece Klospstock, Goethe, Schiller, Werner, o barão de Zach, Klapproth, etc.

Em Haia, organizou uma rica biblioteca, que, em breve, se tornou uma livraria preciosa, na qual encontrava tudo o que podia saciar sua avidez pela ciência. Foi sua amiga predileta, queria tê-la sempre consigo e era com pesar que a deixava, quando as ordens do governo português o obrigavam a ir de um país para outro, em missões diplomáticas.

Numa carta que escreve, quando tem que partir de Haia para ir a São Petersburgo, por este pesar de estudioso sacrificado:

“Custa-me infinitamente a separar-me dela (a biblioteca) pois não pode haver coisa mais desagradável do que, depois de ter feito uma coleção assim, ser obrigado a não gozar. Parece que

está determinado pelo destino que jamais tenha sossego por espaço de alguns anos, para não recrear o meu espírito com um estudo seguido”<sup>38</sup>.

E tinha razão. Ainda alguns anos se passaram sem que ele pudesse se entregar completamente aos estudos porque o Estado reclamava seus trabalhos naquela ocasião de caos político, em que toda a Europa sofria com a revolta de idéias liberais.

Chamado de S. Petersburgo a Portugal em 1800, para entrar no ministério continua protegendo as ciências, incentivando a cultura, encorajando os estudiosos, enquanto ele próprio se viu totalmente entregue a afazeres políticos até 1808 – ano em que acompanha a corte para o Brasil.

Visto seu desejo insaciável de poder recrear seu espírito com um estudo seguido, não foi sem um certo prazer que soube seu nome ausente na lista dos ministros do governo, nos primeiros anos da transmigração. De 1808 a 1814, o afastamento do governo lhe deu seis anos de lazer durante os quais viu a realização de seu desejo, podendo se dedicar exclusivamente em aprofundar ainda mais seu vasto saber. Pôde, então, aproveitar-se da rica biblioteca que trouxera consigo como de uma rica coleção mineralógica organizada pelo célebre Werner, com instrumentos próprios para o estudo da química, que ele tivera o cuidado de trazer. Após 1814, nos três anos que lhe restam de vida, é novamente chamado ao ministério, continuando entretanto sua vida de estudo. Sua ciência é por todos reconhecida. A própria duquesa de Abrantes, que com seu ar crítico nada perdoa, falando da corte portuguesa, crítica de todos os ministros, dos príncipes, e do próprio soberano, faz exceção para Antônio de Araujo a quem achava de grande distinção “ele vivera quase sempre no estrangeiro e por essa razão era tão amável” dizia a mulher de Junot.

## 2. O homem de iniciativa

A inércia nunca teve lugar na vida de Barca. Sua iniciativa o fez operar, agir sempre, deixando no caminho um traço de sua passagem.

Felizes das cidades que o possuíram em qualquer etapa de sua vida e sobretudo feliz de sua vila natal que pôde contar com os

---

38. Elogio histórico do conde da Barca por Trigoso.

braços e com a inteligência deste filho que tanto bem lhe fez. Seu saber, ele não o guarda para si – liberal em tudo, fez frutificar na prática seus conhecimentos por criações, por traduções, por auxílios prodigalizados a um, coragens e entusiasmos a outro, enfim deixou sempre irradiar de sua pessoa o bem que produzem irmanadas a inteligência, a iniciativa e a liberdade.

Verdadeiramente patriota, jovem ainda, volta para sua terra – pequena vila ao Norte de Portugal – onde empregará todo o seu saber e inteligência em prol do desenvolvimento. Compreende que a fonte principal do progresso de uma cidade é a *Agricultura* que lhe dá riqueza, a *Indústria* que lhe dá atividade, o *Comércio* que lhe expande a vida. Dedicar-se a estas três fontes para engrandecer a sua pequena vila que então estava num estado de decadência, mas que em breve, sob seu impulso, lançar-se-ia na senda do progresso com os ardores de outrora. Notando que esta região é propícia para a criação do bicho da seda, Araujo resolve desenvolver esta cultura, sobretudo a de amoreira branca que mandou vir de outros países da Europa; conseguiu seu intento, pois fábricas de tecidos de sedas foram criadas sob sua iniciativa e esta indústria tomou grande incremento em Ponte de Lima.

Para obter todos os seus planos, que eram grandes, procurou o apoio de jovens amigos seus incendiados com seu entusiasmo comunicativo.

Fundou então, pelos fins de 1779, a Sociedade Econômica dos Amigos do Bem Público, que muito o auxiliou em suas empresas. Infelizmente, se o êxito coroou seus trabalhos operados no campo da agricultura e da indústria, seus projetos para favorecerem o comércio não chegaram a ser realidade. Projetou a desobstrução e canalização do rio Lima, a fim de que as cidades ribeirinhas dele pudessem se comunicar mais facilmente. Apesar de estar sendo coadjuvado por pessoas ilustres e talentosas, como o célebre abade José Correia da Serra e o duque de Lafões, este projeto não chegou a vingar.

Em 1787 parte para Lisboa; marca esta data para Araujo, a expansão de sua iniciativa que vai irradiar daí em diante fora do círculo familiar, fora dos horizontes de seu torrão natal.

Em Haia já se mostra um espírito superior e inteligente, um grande homem de ação: torna-se o protetor de quantos o procuram

no meio das agitações políticas de que Haia é centro; presta valiosos serviços aos imigrantes franceses que ali se refugiam proporcionando-lhes salvo-conduto dos generais franceses que ocupavam a Holanda.

Esse tino de iniciativa, revela-o Araujo logo que volta para Portugal em 1800. Sempre o mesmo, inteligente, incansável, trabalhador, atilado e ágil administrador. Aproveita-se do lugar que lhe dá d. João VI no ministério para exercer livremente sua vocação de protetor, de criador... É uma época, a sua, de reformas e melhoramentos feitos nos diversos ramos de serviço público. Anima e auxilia o célebre botânico português Felix de Avelar Brotero, na publicação de sua “Fitografia Lusitana” e na sua tentativa, infelizmente malograda, da criação de um jardim botânico junto ao colégio dos Beneditinos de Estrela.

Em julho de 1807, assina um decreto criando a verba de 4:000\$0 para ser aplicada aos modelos, desenhos de máquinas e de outros quaisquer objetos necessários para promover os diversos ramos da indústria nacional, devendo ser todos estes objetos depositados em lugar idôneo no edifício destinado à mesma junta. Foi neste mesmo ano de 1807 nomeado diretor da escola de gravura e diretor dos estudos estabelecidos no Real Mosteiro de S. Vicente de Fora. Mas os acontecimentos políticos da época não lhe deram tempo de poder ser útil a estes estabelecimentos <sup>39</sup>.

Aqui no Brasil não foi menor a manifestação de sua iniciativa. Aliás, uma terra nova e de pouca cultura, rica no entanto pelos dons da natureza ainda não explorados, Araujo só podia encontrar um campo vastíssimo onde poderia satisfazer à vontade seus ardores de cientista e de trabalhador.

A história natural na sua juventude o tornou curioso de conhecer toda a riqueza vegetal desta região, rica de plantas as mais interessantes e esquisitas. Araujo entregou-se ao estudo da botânica brasileira, estudo proveitoso, prático, inteligente, pois no seu viveiro de horticultor, reuniu 1.200 a 1.400 plantas exóticas e indígenas das quais organizou um catálogo metuculoso com o título de *Hortus Araujensis*.

<sup>39</sup>. Menezes Brum. *Do conde da Barca, de seus escritos e livraria*. (Anais da Biblioteca, vol. II).

Veremos com detalhes sua ação em nosso país, no capítulo “O que legou ao Brasil” – sintetizando-a agora em algumas palavras apenas. Desde que chegou aqui, seu primeiro passo foi dar um impulso à indústria brasileira, até então quase nula devido às exigências e estreiteza de vista dos antigos reis portugueses, que não aceitavam o desenvolvimento em todos os pontos de vista da sua colônia com receio de perderem-na.

“Logo em seguida à chegada da corte ao Brasil, diz Oliveira Lima, enquanto d. Rodrigo tomava pressurosamente conta das pastas que o seu rival gerira no reino e que por seu turno, dele viria a herdar, fundou Barca (então simplesmente Antônio de Araujo) uma sociedade de animação à indústria e mecânica, a qual, até 1822, se ressentiu da apatia geral para empreendimento de semelhante natureza, apatia trazida do reino na esquadra da emigração, e que contaminava todos os serviços públicos, paralisando os esforços individuais vigorosos e tornando mui pouco frutuosas tentativas promissivas como aquela”<sup>40</sup>.

Barca interessou-se aqui pela indústria da serraria, fabrico de louça e outras manufaturas. Fundou sociedades, mandou fabricar modelos industriais, propagou o ensino e disseminou o amor das coisas úteis ao progresso nacional.

### 3. Araujo e a Arte

O “Leonardo da Vinci Português”, sendo grande cientista não foi propriamente um artista como o grande pintor italiano; mas nem por isso, a comparação entre ambos deixa de ser menos real e menos forte, porque, se Barca não foi artista, se ele próprio não foi pintor, foi amador da arte, um protetor de artistas. Nunca recusou e, ao contrário, favoreceu sempre prodigalizando seus cuidados e seu dinheiro, seu tempo e sua influência, em prol do desenvolvimento da arte.

“Mostrava-se por igual devotado às artes, às ciências e às indústrias. Na sua casa encontrava sempre hospedagem algum profissional: ou o cavalheiro Neukomm, discípulo favorito de Haydn e compositor da real capela, ou um pintor italiano agarrado não se sabia onde, ou algum dos muitos mecânicos, gravadores, ou outros

---

40. O. Lima. *D. João VI do Brasil*, vol. I, p. 244.

artistas para quem ele obtinha pensões do Tesouro, a fim de aperfeiçoarem na Europa os seus talentos e aptidões naturais”<sup>41</sup>.

Sob o ponto de vista da arte, sua influência em Portugal, nada tem de importante. Mas o Brasil lhe deve muito, pois foi graças a Araujo que recebemos ainda bem cedo uma comissão artística de estrangeiros.

A arte no Brasil, antes da vinda da corte portuguesa

Na época colonial, o Brasil não progrediu na arte nem poderia fazê-lo, visto sua recente descoberta, sobretudo visto a lentidão em que ele seguia no progresso devido à proposital intenção da metrópole. Tirava as riquezas daqui para embelezar e enriquecer a terra portuguesa. É verdade que o luxo existia; nas cidades mineiras, onde o ouro abundava, tudo brilhava num luxo desmesurado, mas não havia, propriamente, a arte. Um “Aleijadinho” com este dom especial para arte é coisa rara e excepcional em sua época. Além disto a arte, quando existe, é exclusivamente nas igrejas.

Pelos fins da época colonial encontramos entre os vice-reis apenas um, que se revela protetor da arte: Luiz de Vasconcelos.

A arte no Brasil, após a vinda da corte portuguesa

O regime compressivo no campo da arte só acaba com o advento da corte bragantina, que revoluciona o Rio de Janeiro com o seu luzidio séquito de quinze mil pessoas, entre as quais, homens de superior sensibilidade e cultura que procuraram promover imediatamente a emancipação intelectual do Estado.

O Brasil é então sede do novo reino, cumprindo dotá-lo de uma capital condigna, construir monumentos, fundar instituições ilustres.

Vieram visitar o Brasil por esta época, artistas e cientistas de todo o mundo. Criaram-se escolas e museus, arquitetou-se toda uma construção européia de vida civilizada no continente americano. Mas a produção artística foi insignificante, medíocre; não se conceberam obras de gênio ou de arte:

---

41. Idem, idem, idem.

“Contrariando ainda o advento das realizações artísticas, havia o clima debilitante a esgotar o poder criador, no tempo em que, como dizia Debret, a função imaginativa crescia no sentido inverso da energia física, dominando as faculdades enervadas”<sup>42</sup>.

O conde da Barca não pôde ver esta situação sem sentir em sua alma o vivo ardor de modificá-la. Procurou então realizar um plano de ensino artístico que ajudasse, junto à literatura e à ciência, a emancipação intelectual brasileira.

Nos conselhos reais, pondera ele a pobreza de nosso ambiente sob o ponto de vista artístico e manifesta sua idéia de fundar aqui uma Academia de Belas-Artes. Grande conhecedor da Europa, Araujo fora sempre atraído pela França por causa do seu gosto artístico, pela primazia que este país se reservou sempre neste setor.

“Paris est la capitale de l’art, escreve Alberto Wolf, et nul n’oserait lui contester ce titre dans lequel se resume le plus pur de sa gloire”.

Antes que Wolf dissesse isto, já Araujo conhecia o sentido profundo e a profunda realidade destas palavras. Portanto, não é de admitir que os franceses tenham sido escolhidos para virem em missão contratada neste novo país dos trópicos, semear o germe de um sentido artístico delicado e expressivo sobre cuja base nossa inspiração ardente vai se desenvolver até criar um cunho particular, um cunho nacional à arte que se tornará brasileira, mas filha da francesa.

Barca soube bem desempenhar nesta época seu papel de protetor das artes, pois a lição parisiense era a melhor que poderíamos anelar.

Esta missão foi organizada com artistas de mérito e reputação contratados por intermédio do marquês de Marialva, embaixador em Paris depois da restauração dos Bourbons – o qual encarregou Lebreton, secretário perpétuo da seção de belas-artes do Instituto de França, de escolher os membros que ele acreditasse trazerem maiores vantagens para o Brasil.

Reuniu pois Lebreton, um núcleo de artistas já seduzidos por propostas do czar Alexandre I que os atraía para a Rússia e cujos apelos não aquiesceram, preferindo a vinda para o Brasil.

<sup>42</sup>. Luiz Norton. *A Corte de Portugal no Brasil*, cap. VI, p. 138.

*A missão artística francesa*

O grupo de artistas desembarcou no Rio em março de 1816. Era dirigido por Lebreton e compunha-se de:

J. B. Debret, pintor de história, discípulo de David.

Nicolas A. Taunay, membro do instituto, pintor de gênero e de paisagem.

Augusto Taunay, escultor, estatuário. Irmão do pintor.

Grandjean de Montigny, arquiteto.

Simon Pradier, abridor ou gravador em talha fina.

François Ovide, professor de mecânica.

François Bonrepos, ajudante do escultor Taunay.

Lebreton recebeu de Marialva para despesas da viagem cem mil francos (por influência de Barca) sendo, ao chegar considerado com seus companheiros como hóspede de d. João. Por decreto de 12 de outubro do mesmo ano garantiu a Lebreton o príncipe regente, doze mil francos, pensão anual e a cada um dos outros, cinco mil francos.

Debret, que se demorou no Brasil 15 anos, deixou a melhor iconografia da época numa série de quadros dos costumes e cerimônias sociais. Executou além de outros, os retratos do rei e do príncipe, os quadros da aclamação de d. João, o desembarque da arquiduesa d. Leopoldina, o embarque da tropa para Montevidéu.

Para compor as gravuras destes quadros, Pradier, por falta de impressão e de papel, retirou-se para Paris onde se dedicou, por conta da Fazenda portuguesa, aos trabalhos de sua arte, abrindo gravuras em talha <sup>43</sup>.

Ao arquiteto Montigny, devemos o primeiro plano do palácio onde funcionou a Academia de Belas-Artes. Mais tarde seu plano foi simplificado. São, também, apreciadas as construções decorativas do Largo do Paço, o templo grego em face de um arco de triunfo romano, de um obelisco, um outro templo em frente ao palácio do conde da Barca, verdadeiros sucessos para seus construtores, celebrando até hoje as glórias da missão francesa de 1816!

---

**43.** É então que ele gravará o belo retrato do conde da Barca, grande protetor da missão cuja imagem lega ao mundo, em símbolo do seu reconhecimento.

A quem se deve atribuir a idéia da vinda da missão francesa

Nem todos os autores estão acordes em reconhecer o conde da Barca como aquele que teve a iniciativa de fundar a Academia de Belas-Artes e de contratar esta missão artística. Há uma tríplice opinião: ou a idéia foi sugerida pelo marquês de Marialva, segundo alguns, ou pelo rei, segundo outros, ou finalmente por Barca, segundo a maior parte.

Os primeiros, entre os quais Debret, diziam que a idéia inicial nascera das conversações de Alexandre Humboldt com o ilustre e fidalgo diplomata português marquês de Marialva que, em França, soubera constituir um círculo de artistas, sábios e homens de letras.

“Na verdade, diz Argeu Guimarães, Marialva não atuou no negócio senão como mero mandatário, sendo Humboldt apenas um orientador amigo, do qual ele se serviu.”

Quanto a d. João VI, podemos dizer que ele sempre encontrou, entre os historiógrafos, panegiristas e detratores. Para uns, é um espírito materialista e grosseiro, incapaz do mais insignificante gesto intelectual. Para outros, apesar da incultura, era uma inteligência atilada, ágil, a quem devemos agradecer as grandes criações do reinado.

“REX FIDELISSIMUS ARTIUM AMANTISSIMUS”, d. João, segundo estes, seria o primeiro a sugerir o contrato da missão francesa.

A realidade é que d. João, apesar de sua educação medíocre, tinha pendor pelas artes. Não há quem desconheça o apurado senso musical, atávico dos Braganças – dom João amava o belo, a cultura artística. No entanto, prefiro agrupar-me no terceiro grupo, o daqueles que consideram Barca como o autor da idéia.

D. João teria sido o apoio, o protetor de uma obra que era unicamente devida a Araujo. Aliás é o que nos prova o que o porvir reservou a esta missão artística: chega ao Brasil em 25 de março de 1816 – a 21 de junho de 1817, Barca morre e, com a sua morte, a missão desarticulou-se como uma obra que perde, muito cedo ainda, aquele que a ideou. Se outro fosse seu criador, a missão não fracassaria ou melhor, chegaria a um completo resultado. Tendo vivido mais tempo os outros pretendentes a esta criação estariam sempre à frente de sua obra protegendo-a e favorecendo-a no seu progresso. Mas, o que vemos depois da morte de

Barca? Nenhum outro homem, mesmo entre os que se reputavam mais ilustrados, se interessou por esta tentativa, posto que sugestiva.

Começa então aquilo que Debret intitula “o geral sistema de mediocridade”: uma indiferença para com o projeto que, como é natural, começou a se desorganizar pouco a pouco.

O que mais contribuiu para isto foi a surda hostilidade dos artistas nacionais que descontentou muito aos franceses. Uns, se retiraram da sociedade, como Lebreton, que morreu triste e pobremente numa casinha na praia do Flamengo, outros regressaram à França como o pintor Taunay.

Porém se as vicissitudes da missão francesa não lhe permitiram toda a dilatada ação que poderia desenvolver, o bem que ela realizou foi notável. Todos os autores o reconhecem unanimemente. A lição dos mestres, como Debret, Montigny, desabrochou em uma plêiade de espíritos de eleição, cujas glórias ainda ecoam nos contemporâneos <sup>44</sup>.

Apasionados da arte e do país para o qual Barca lhes chamara, trabalhadores em prol da causa da estética e da civilização, antes de regressar à pátria, quiseram, apesar das dificuldades que se levantavam dia-a-dia, formar a escola e realizar até o fim os compromissos do primitivo contrato, como presos pelo reconhecimento à memória do grande ministro, seu ilustre mecenas, cujo ideal foi tão completamente desvirtuado pelos seus sucessores <sup>45</sup>.

Se o conde da Barca não tivesse falecido quando seu projeto tão grandioso apenas acabava de nascer – certamente que o Brasil teria tirado maior proveito desta missão artística.

A causa que muitos atribuem o não ter nossa terra aproveitado inteiramente da missão artística francesa, é a precipitação de tal ato.

Então Barca foi precipitado em sua decisão? Talvez se fosse um outro, seríamos tentados a crer que fosse um erro, uma precipitação, perdoável embora, porque oriunda do amor ao progresso. Mas em Barca nunca vimos um gesto de precipitação. Sempre se revelou um espírito equilibrado, calmo, prudente – pois só um espírito equilibrado, calmo, prudente poderia aconselhar aquela neutra-

44. Dic. hist. geog. e etn. do Brasil, vol. I (*História Artística*, Argeu Guimarães).

45. A. de Taunay. *A missão artística de 1816*.

lidade tão problemática, aquela política de tergiversação entre a França e Inglaterra (1808).

Barca, ao manifestar sua idéia, previra esta falta de base por entre os brasileiros; bem sabia que, para serem aplicadas, as artes plásticas necessitam das artes mecânicas. Por isso, ao criar a Escola de Belas-Artes não quis que seu ensino fosse exclusivamente artístico. “A escola não era só de arte mas também de ofícios, para difundir a instrução e conhecimentos indispensáveis aos homens destinados tanto aos empregos públicos da administração do Estado, como ao progresso da agricultura, mineralogia, indústria e comércio”.

“Com os artistas vieram operários franceses com o fim de desenvolverem as indústrias”<sup>46</sup>.

Isto prova que Barca tinha pensado neste inconveniente e procurado afastá-lo. O que não previu foi que, como disse Martius: “O brasileiro rodeado por uma natureza magnífica, tão bela como decorativa, não sentira ainda a necessidade de cultivar a arte, inclinando-se muito mais para a agricultura”<sup>47</sup>.

#### 4. As letras e a literatura

Barca era varão muito instruído, merecendo do famoso padre Francisco Manoel do Nascimento, conhecido entre os árcades portugueses por Filinto Elísio, os mais sinceros elogios.

Na literatura, tornou-se célebre, não só no estudo da literatura portuguesa, como também no de outras línguas: o italiano, o inglês, o francês que estudou no Porto, durante seus primeiros anos, e mais tarde, o alemão na própria Alemanha, onde esteve dois anos, quando já em missão diplomática, fora para Holanda.

Como poeta, não foi um gênio inventivo e suas produções literárias não são numerosas. Traduziu Odes de Dríden para o dia de Santa Cecília; hinos, odes e elegias de Gray e até escreveu defendendo Camões contra M. de la Harpe e editou opúsculos políticos como “Resposta ou refutação a El-Rei d. João VI...” Talvez tivesse se distinguido mais e escrito muitas outras obras, se tivesse sido um literato ou poeta exclusivamente dedicado a esta arte.

---

46. O. Lima, est. cit.

47. Norton, est. cit.

Muitos o julgaram mal, dizendo que ele se fez protetor das letras e dos que as cultivavam porque queria ser incluído no número deles. Ora, este sentimento de vaidade tão superficial é incompatível com seu caráter “que tudo fazia sem ruído e sem ostentação”<sup>48</sup>.

Antes, parece que em sua larga prodigalidade, ele quisesse auxiliar em outros este sentimento, este desejo que ele também tinha em tão alto grau, mas que sua posição no governo e os outros tantos trabalhos que lhe preenchiam o tempo, o obrigavam a dominar. “Por isto como sua causa era o alcácer das artes e abrigo dos artistas, o era também dos homens de letras.”

“Entre seus protegidos temos Filinto Elísio seu pensionista comensal e amigo a quem albergou carinhosamente na Holanda e que mais tarde chegou a ter uma pensão paga por ele”<sup>49</sup>.

---

48. O. Lima, est. cit.

49. Menezes Brum, est. cit.

## O que nos legou o conde da Barca

“Barca adotou o sistema pródigo de destruir Portugal para aumentar o Brasil”.

Rocha Loureiro.

Passando em revista sua vida de homem político e de homem intelectual, já nos foi dado apreciar o que representaram para nosso Brasil, que apenas acabava de surgir, os auxílios da inteligência e ação de um homem como Barca.

Nesta parte vamos ver sobretudo as criações, as fundações de que, graças a sua iniciativa, o Brasil foi prendado, começando então a preparar seu porvir de grande e importante país na face da Terra.

### 1. Criações e fundações

Foi grande, sob este ponto de vista o progresso do Brasil depois da vinda de d. João VI, devido à iniciativa de Barca – iniciativa que sempre encontrava apoio por parte do príncipe regente.

Barca foi o homem das criações, das invenções no Brasil, no princípio do século XIX. Sua casa era um pequeno mundo de fábricas – era o campo de seus ensaios. Refere Debret “que num pátio de sua casa existia uma oficina para fabrico de porcelanas; numa dependência funcionava um laboratório de química para melhoramento entre outras indústrias, da destilação de aguardente de cana. É aí, no seu laboratório, que ele imagina e pratica o método para a extração do óleo de mamona e para a extração do óleo de rícino, do ururú. Num depósito jaziam as peças incompletas duma máquina a vapor mandada vir de Londres”<sup>50</sup>.

---

50. O. Lima, est. cit.

Na cidade do Rio de Janeiro, depois dos bons resultados obtidos no seu laboratório, assentou um alambique à escocesa com grandes melhoramentos.

No Espírito Santo mandou levantar um engenho de serrar madeira para servir de modelo aos outros.

Como outrora, em Ponte de Lima, ele procura desenvolver a indústria dessa região tão rica, fundando para este fim a Sociedade Auxiliadora da Indústria da Mecânica, em 1836, convertida em Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, ainda hoje existente.

Se não foi o criador do Jardim Botânico na lagoa Rodrigo de Freitas, foi um dos que mais o auxiliaram no seu desenvolvimento. “Contribuiu para a propagação de muitas plantas exóticas principalmente do chá, mandando vir chins para dirigirem e ensinarem a cultura e preparo dessa preciosa planta, e naturais da ilha da Madeira para ensinarem a cultivar a vinha”<sup>51</sup>.

No campo espiritual, funda uma cadeira de química e a Academia de Belas-Artes para o funcionamento da qual encarregou o arquiteto Grandjean de Montigny do projeto de um palácio. Feito o desenho do projeto Barca ordenou que se iniciasse logo a construção pedindo ao ministro da Fazenda, o barão de São Lourenço, que tivesse toda a solicitude para que em breve se terminasse o edifício. O projeto de Grandjean constava de um nobre e vasto edifício de dois andares, além do pavimento térreo, ficando o segundo destinado à morada dos professores do instituto. Com a morte de Barca, em 1817, por longo tempo ficou paralisada a construção. Foi-se pouco a pouco, simplificando o plano do arquiteto francês, até que, decorridos os 10 anos, deram-se por terminados os trabalhos, ficando apenas realizado parcialmente o antigo projeto: o palácio apresentava um andar térreo com um pavilhão ou um templo grego no centro.

Devemos ainda ao conde da Barca o estabelecimento da Imprensa Régia que foi decretado a 13 de maio de 1808, pelo príncipe regente, graças aos prelos que tinham sido encomendados em Londres para funcionarem e serem aplicados em Lisboa na Secretaria dos Estrangeiros e da Guerra que ele dirigira como ministro até a saída da corte para o Rio.

---

51. Menezes Brum, est. cit.

## 2. O que legou à Biblioteca Nacional

Depois de falar nas criações e fundações de Araujo aqui no Brasil, devemos lembrar um rico patrimônio que ele nos legou: a sua livraria, que hoje figura na Biblioteca Nacional, com o nome de “Coleção Araujense”.

O amor pelo estudo, pelos livros, que sempre tivera, se manifestou, na organização de uma grande livraria. Iniciou-a em Holanda, quando lá esteve como ministro, continuando a enriquecê-la desde logo com numerosas aquisições de obras, as mais raras e as melhores.

Durante os anos em que a diplomacia o obrigara a constantes transferências, seu maior pesar foi o de não poder trazer sempre consigo sua rica biblioteca. Mas ao deixar a Europa, com a corte portuguesa em 1808, prevendo uma longa estadia aqui no Brasil fez Araujo transportar para a nau *Medusa* na qual ele embarcou, o seu tesouro que esteve sempre à disposição dos estudiosos, que nele quisessem alimentar seu desejo de saber.

A “Biblioteca Araujense”, composta de duas coleções: bibliográfica e iconográfica, era magnífica, sendo formada de mais de setenta e quatro mil volumes em 2.419 coleções, e era também preciosa, tanto pelo seu valor comercial como pelo inestimável valor literário, tendo sido avaliada pelos herdeiros do conde da Barca em 16:818\$300, no ano 1819.

Foi adquirida pelo governo aos herdeiros do conde da Barca, os quais, em vista do triste estado financeiro deste último, foram obrigados a pôr em leilão sua biblioteca, quase o bem único que lhe restava, a fim de pagar suas dívidas <sup>52</sup>.

CONCLUSÃO. Eis o que devemos a Araujo, citando apenas suas criações e fundações e a livraria que nos legou. Nestas páginas, porém, vimos que os benefícios por ele prestados ao Brasil foram inúmeros: vimos que a ele devemos a arte; vimos que foi ele quem deu o primeiro passo na senda da liberdade brasileira elevando o Brasil a reino...

Enfim o brasileiro não pode citar o nome de Barca, sem lhe tributar a mais pura homenagem pelo muito que nos fez.

*I. M. de Loreto, O. P.*

---

52. Idem, idem.

## Bibliografia

- OLIVEIRA LIMA. D. João VI no Brasil – 2 volumes. Rio de Janeiro, Tip. do *Jornal do Comércio*, 1908.
- LUIZ NORTON. A Corte de Portugal no Brasil, edição ilustrada, Rio de Janeiro, 1838.
- TOBIAS MONTEIRO. História do Império. A Elaboração da Independência, Briguiet, Rio, 1927.
- VARNHAGEN. História Geral do Brasil, 3ª edição integral (5º volume).
- M. GALANTIS. J. História do Brasil, 2ª edição, tomo IV, São Paulo, 1913.
- ROCHA POMBO. História do Brasil. Edição do Centenário. (Volume II).  
História do Brasil. Edição Ilustrada. Rio de Janeiro. (Parte VII).
- JONATAS SERRANO. História do Brasil, Rio de Janeiro, 1931.
- A. G. LIMA. Noções de História do Brasil, 5ª edição, 1931.
- ÂNGELO RIBEIRO, História de Portugal, volume 3º. “De d. João IV a d. Maria I.” Coleção “Ontem e Hoje”, Porto, 1936.
- HERNANI CIDADE. História de Portugal, IV volume. “De d. João VI aos nossos dias.” Coleção “Ontem e Hoje”, Porto, 1936.
- MENEZES BRUM. “Do Conde da Barca – de seus escritos e livraria”. (Anais da Biblioteca Nacional).
- AFONSO TAUNAY. “A missão artística de 1816” (Revista do Inst. Hist. Geog. Brasileiro, tomo LXXVI ).
- ARGEU GUIMARÃES. História artística do Brasil (Dicionário histórico, geográfico e etnográfico do Brasil. Comemorativo do primeiro centenário da Independência), vol. I, Brasil, Rio.
- Enciclopédia e Dicionário Internacional (de colaboradores brasileiros e portugueses), vol. II.



## **D. PEDRO II, CHEFE DE ESTADO**



## **Dom Pedro II, chefe de Estado**

A maior lacuna que se procura atribuir a dom Pedro II, seria a superficial atenção dispensada em seu longo reinado aos grandes problemas administrativos do país, preocupado que fora, em excesso, pelos assuntos da cultura universal do espírito.

Dom Pedro II, como personagem histórico, já atingiu a altura necessária para um definitivo julgamento. E nas linhas gerais, está julgado. De forma tranqüila, proclama-se nele: o amor da pátria, a isenção e dignidade no demorado exercício do cargo, o sentimento de mecenas, o cuidado na seleção de valores humanos, o rei sábio e filósofo. Enfim, dom Pedro II, monarca liberal, de alma republicana e hábitos democráticos, teve uma obstinada quanto benéfica intransigência, assinalada em frase feita: exerceu na administração a ditadura da moralidade pública!

Todavia, entre as suas falhas, ainda se procura destacar a referida ausência do monarca no incentivo e solução dos grandes problemas administrativos. E afirma-se mesmo, com adjetivos absolutos, que se não processava o progresso material do país. Ora não diremos apenas, por nossa conta, que há equívoco nessa acusação, como convém acentuar que, se houve retardamento no progresso material do Brasil, essa culpa recairia muito menos no monarca que naqueles admiráveis varões constitutivos da apreciável galeria de homens públicos do Império, mas certamente, a culpa, para gáudio nosso, também não seria deles, porque pertence, de pleno direito, ao espírito da época histórica pelos mesmos vivida. Para aquilatarmos da procedência da imputação devemos medir e comparar o conceito de “progresso material” existente naqueles tempos de lirismo governamental, tanto no Brasil como no estrangeiro, e não seria talvez de espantar se tivéssemos de concluir que o Brasil marchava lado a lado com as nações mais progressistas. O Brasil teve cabo submarino, e foi dos primeiros países a fazer correr uma locomotiva, a possuir

telégrafo elétrico, a instituir o selo postal, a fazer uso do telefone e a construir uma grande rodovia – a Estrada União e Indústria, verdadeiro *Simplon da América*. O motivo destas ligeiras considerações, é a oportunidade que temos de comentar um documento, parte daquele opulento arquivo imperial guardado no castelo d’Eu. Trata-se de um extrato de diário de dom Pedro II copiado in loco pela escritora norte-americana Mary Williams, e publicado no volume XXII, nº 3, de agosto de 1941 do “The Hispanic American Historical Review”.

Nesse diário do imperador, iniciado em 31 de dezembro de 1861 há várias referências a assuntos administrativos do Brasil de que vamos destacar e reunir alguns trechos, dando-lhes por iniciativa nossa, os títulos correspondentes, para um mais fácil conhecimento da matéria.

Relembre-se, previamente, que nessa data estava o sr. dom Pedro II com 36 anos de idade, não tendo ainda alcançado sequer a metade do tempo que duraria o seu governo efetivo, e quando ele próprio diz: “Confesso que em 21 anos muito mais se poderia ter feito; mas sempre tive o prazer de ver os efeitos benéficos de 11 anos de paz interna devido a boa índole dos brasileiros”.

#### Política interna

“Jurei a Constituição; mas ainda que a não jurasse seria ela para mim uma segunda religião. Procuo cumprir meus deveres de monarca constitucional e regulo meu procedimento pelos princípios seguintes: os atos do poder moderador não admitem responsabilidade legal; mas carecendo às vezes de defesa, os ministros que entenderem não poder fazê-la têm direito de retirar-se. Estes atos não têm referenda obrigada.

Sobre os atos do poder executivo tem o imperador, como chefe desse poder, inteira inspeção, podendo manifestar sempre a sua opinião com toda a liberdade e exigir a dos ministros. Deve ter todo o cuidado e escrúpulo em insistir em sua opinião para evitar os males da subserviência e desgostos da parte dos ministros. Cumpre ao monarca ser franco para com os ministros; mas fora das ocasiões em que se resolvam os negócios, deve ser o mais reservado possível, ouvindo contudo a todos e procurando esclarecer por todos os meios convenientes o seu juízo. A respeito do conceito que forme o monarca dos indivíduos, todo o es-



Dom Pedro II aos 38 anos. Aquarela do pintor francês E. André-Verre, em 1863.  
(Da coleção do sr. Marques dos Santos).



crúpulo é pouco, e deve lembrar-se sempre de que os ministros desculpam-se as mais das vezes com a opinião dele, ou que lhe imputam, quando se acham empenhados interesses individuais.

Não sou de nenhum dos partidos para que todos apóiem nossas instituições; apenas os modero, como permitem as circunstâncias, julgando-os até indispensáveis para o regular andamento do sistema constitucional, quando, como verdadeiros partidos e não facções, respeitem o que é justo.

Acho muito prejudicial ao serviço da nação a mudança repetida de ministros, o que sempre procuro evitar e menos se daria se as eleições fossem feitas como desejo; a opinião se firmaria e o procedimento dos ministros seria mais conforme seus deveres; reputando eu um de nossos grandes males a falta geral de responsabilidade efetiva.

Sempre procuro que os negócios se resolvam pela maioria dos ministros, cujos votos desenvolvidos procuro, quando é preciso para sua maior clareza e ainda há dias se venceu por maioria de 4, contra meu parecer e do Caxias, Sousa Ramos e Saião Lobato, que não se criasse uma folha oficial.

Nunca entendi a conciliação como a quiseram deturpar; a minha política sempre foi a da justiça em toda a latitude da palavra, isto é, da razão livre de paixões tanto quanto os homens a podem alcançar.

Não tenho tido, nem tenho validos, caprichando mesmo em evitar qualquer acusação a tal respeito, sobretudo quanto a validas. Dizem que por esse nímio escrúpulo não poderei criar amigos, melhor, não os terei falsos quando os haja granjeado.

Não posso admitir favor diferente de justiça; pois que a não ser injustiça é ignorância de justiça; a balança da justiça não se pode conservar tão ouro-fio que não penda mais para um lado.”

#### Tribuna e imprensa

“A nossa principal necessidade política é a liberdade de eleição; sem esta e a da imprensa, não há sistema constitucional na realidade, e o ministério que transgredir ou consente na transgressão deste princípio é o maior inimigo do Estado e da monarquia.

Leio constantemente todos os periódicos da corte, e das províncias os que, pelos extratos que deles se fazem, me parecem mais interessantes. A tribuna e a imprensa são os melhores informantes do monarca.”

#### Legislação

“Sobre grande número de leis promulgadas, e de que se têm falado como necessárias, existe a minha opinião escrita em papéis que tem o presidente do Conselho; mas sempre direi aqui que fui sempre partidário da eleição por círculo, e me opus fortemente aos círculos de mais de um; que igual oposição fiz à lei relativa à nacionalidade de filhos menores de estrangeiros, sendo aqueles nascidos no Brasil; que não aprovei a lei sobre o casamento dos acatólicos, mas a proposta do governo, e que entendo ser indispensável a dispensa do serviço ativo da Guarda Nacional. Menor centralização administrativa também é urgente, assim como melhor divisão das rendas geral, provincial e municipal convindo vigorar este último elemento.

O ceticismo ou indiferentismo nunca foi a minha política, e todas as medidas e providências, que tenho lembrado e lembro por escrito ou de viva voz, entre as quais sobressaem a reforma judiciária para separação das atribuições judiciárias das policiais, e segurança da liberdade individual, provam a minha asserção, não me descuidando também de chamar a atenção do governo para quaisquer abusos que me constem.”

#### Vias de transporte – colonização

“Entendo que o melhor emprego do dinheiro é dos meios de comunicação. A colonização estrangeira e nacional é também de urgente necessidade, e o que penso sobre o melhor sistema de colonização acha-se escrito nos papéis de que tenho falado. Muito tenho pugnado pela criação de agentes de colonização de paga certa.”

#### Educação

“O ato adicional é grande embaraço para conveniente uniformidade do ensino público; porém muito podem fazer os presidentes. O ensino deve [ser] inteiramente secular, com exceção do religioso; mas livre, ainda que sujeito à inspeção da autoridade.

Seria útil a criação de uma universidade na corte conservando[-se] as escolas superiores das províncias. Não sou contrário à instrução religiosa e missão de padres estrangeiros, sob a vigilante inspeção dos bispos e do governo enquanto não se habilitem padres nacionais .”

#### Agricultura

“A agricultura reclama toda a atenção dos poderes do Estado carecendo principalmente de vias de comunicação. Alguns melhoramentos se podem generalizar na cultura das terras, e a criação de escolas práticas facilitando ao mesmo tempo aos fazendeiros em mais adequadas circunstâncias a aquisição de agricultores entendidos no emprego dos mais úteis processos, assim como dos instrumentos precisos, trará esse benéfico resultado.

Há anos que se poderia ter feito isso; mas tudo marcha entre nós de modo desanimador, apesar de eu empregar todos os esforços que posso na minha posição de monarca constitucional.”

#### Questão bancária

“Quero que também fique neste livro registrada minha opinião sobre a questão bancária. Entendo que houve abuso de crédito. Quando se tratou do projeto do Sales \* em Conselho de Ministros defendi os direitos do Banco do Brasil adquiridos por um contrato. Opus-me às emendas da Comissão do Senado ao projeto primitivo do Ferraz \*\* apresentando até como razão de minha aquiescência ao projeto do Sales depois das observações a que já me referi sobre os direitos do Banco do Brasil, a dispensa em que este ficara do resgate das notas. A inteligência que o Paranhos seguiu pareceu-me muito política e conforma-se à minha opinião desde que se principiou a tratar de restrições ao crédito exagerado; mas não está de acordo nem com o espírito nem com a letra da lei ainda que fosse defendida com muita habilidade.”

#### Política exterior

“Depois da guerra contra Rosas sempre fui partidário da abstenção do Brasil nos negócios do Prata, sem prejuízo da

\*. *Sales Torres Homem*, futuro visconde de Inhomirim.

\*\* . Ângelo Muniz da Silva Ferraz.

honra nacional e dos interesses brasileiros, e bem me opus à ocupação de Montevideu pelas tropas do Brasil, ainda que houvesse pedido do governo oriental.

Protesto contra qualquer idéia de anexação de território estrangeiro ou sua mudança de sistema de governo, como injusta e altamente prejudicial ao Brasil.”

#### Visita a uma repartição

“Fui hoje à fábrica de armas na Conceição. A casa de armas ainda não tem livro de entrada e saída como oficina do arsenal de guerra. Há diversas máquinas trabalhando; mas as principais ainda não estão montadas apesar de chegadas há muitos meses e outras ainda não se lhe aplicou o motor que é uma máquina de vapor de força de 6 cavalos. Uma espingarda espoleta faz-se em 3 dias e por 30\$000; uma pistola por 12\$500. Transforma-se uma espingarda de pederneira em fulminação por 4\$140 termo médio; mas se há abalamento como dizem, isto é conserto, sai a 6\$000. Há uma escola para os aprendizes freqüentada durante 2 horas no dia por 15 alunos. Escrevem mal e só um reparte. A fortaleza está em ruínas e há peças cujo ferro se está estragando de todo. Existem 8 pretos no serviço, um escravo da nação e 7 africanos livres.”

Aí está, um punhado de assuntos administrativos cuidados por dom Pedro II em um diário que, lamentavelmente, iniciado a 31 de dezembro de 1861, não registraria mais que onze dias de impressões diárias. Pelo que encerra de edificante revelação, imagine-se o que não diria, se tivesse prosseguido nos restantes 28 anos de seu reinado.

Esse diário encerra-se com os seguintes amargos desabafos, escritos no dia 10 de janeiro:

“Muitas coisas me desgostaram; mas não posso logo remediá-las e isso aflige-me profundamente. Se ao menos eu pudesse fazer constar geralmente como eu penso! Mas, para quê, se tão poucos acreditariam nos embaraços que encontro para que se faça o que eu julgo acertado! Há muita falta de zelo e o amor da pátria só é uma palavra para a maior parte! Ver onde está o bem e não poder concorrer para ele senão lentamente burlando-se muitas

vezes os próprios esforços é um verdadeiro tormento de Tântalo para o soberano que tem consciência; mas a resignação é indispensável para que a influência do soberano vá produzindo, sem abalos sempre maus, seus efeitos desinteressados do que não seja bem público – alvo necessário do monarca constitucional.”

A propósito, e como elemento de estudo ao aspecto de – dom Pedro II, chefe de Estado – vamos reproduzir dois documentos existentes no arquivo do Museu Imperial.

O primeiro, uma carta sem data, dirigida pelo imperador ao barão de Capanema, sobre uma idéia de caráter administrativo, e na qual se reflete a sua posição no quadro constitucional vigente no país.

O segundo, outra carta, de 19 de outubro de 1884, dirigida por d. Pedro II ao presidente do Conselho de Ministros, Manoel Pinto de Sousa Dantas, a propósito de eleições livres.

Ambos os documentos se afinam com o espírito dos conceitos emitidos pelo imperador em seu diário de 1862 acima transcrito.

#### “Capanema

Agradeço-lhe o que m’escrive, mas eu insisto no meu pensamento de que é o da criação por mim do instituto agrícola, de uma fazenda-escola, onde, pelo exemplo da cultura aperfeiçoada de nossos principais gêneros agrícolas, fazendo-se para isso os precisos ensaios, ela se generalize. Os bons resultados dessa criação dependem da escolha do diretor dos trabalhos da fazenda-escola.

Há tempo que não converso com o Pedreira sobre tal assunto, mas posso dizer-lhe que foi ele que fez os estatutos dos institutos-agrícolas, e seu parecer foi favorável à tentativa do Jardim Botânico.

Sei que nem todos têm sido justos para com minhas intenções, mas não será o receio de novas injustiças que me impeça de concorrer para o que julgar de utilidade para o país.

À vista do que me escreve desejo saber se posso utilizar-me de suas idéias, segundo meu modo de pensar, porém não revelando sua origem.

Seu amigo  
*D. Pedro 2<sup>o</sup>.*”

“Sr. Dantas

Já partiram os navios?

O telegrama da Paraíba é satisfatório.

Não concordo com a doutrina adotada pelo Sancho Pimentel. Empregado, seja do partido do governo, seja do da oposição, pode pedir livremente para qualquer candidato, caso o emprego que ele ocupar não possa facilitar coação mesmo moral no eleitor, e o fizer respeitando sempre seus superiores. Sustento este princípio há 44 anos e portanto não me agradou o telegrama do presidente de Pernambuco.

Peço-lhe que mande as cartas inclusas a minha filha.

*D. Pedro 2º*

Rio 19 9bro de 1884

Acabo de receber este artigo d’Inglaterra. Parece que há má vontade.”

\* \* \*

Dom Pedro II, órfão de pai e mãe, criado e educado ao sabor do lírico liberalismo constitucional de sua época, que a própria nação lhe impusera, sob a atenta vigília do marquês de Itanhaém, foi um monarca que, tendo “jurado a Constituição”, entendeu de cumpri-la à risca.

Se mesmo assim, foi um grande imperador, lícito é conjeturar-se, ainda que teoricamente, como teria sido muito maior, se a sua educação visasse formar nele um príncipe no verdadeiro significado do vocábulo!

*Alcindo Sodrê.*

## **LIGEIRAS NOTAS SOBRE LEQUES**



## Ligeiras notas sobre leques

Uma romântica versão espanhola nos diz ter sido o primeiro leque uma asa de Zéfiro, arrancada de suas costas por Cupido, para o deus do Amor abanar sua amada Psichê, enquanto ela dormia em seu leito de rosas.

Apesar de ser uma lenda chinesa a versão mais aceita sobre a invenção do leque, este conto mitológico nos mostra o uso romântico que teve o leque nos luxuosos salões: arma terrível habilmente manejada pelas belas damas, para ferir o chamado sexo forte.

Nos séculos passados, não havia dama nobre que não estivesse sempre acompanhada de um leque, ao mesmo tempo seu adorno, seu abano e por vezes o confidente de seus segredos, pois o leque tinha uma linguagem própria, que lhe deu um poder extraordinário cantado em vários versos, como o seguinte:

“Dans les temps reculés, comme au siècle où nous sommes,  
Les rois, le sceptre en main, commandèrent aux hommes,  
L'éventail, plus puissant, commande même aux rois.

Na verdade, o leque teve grande influência na história de alguns países, ocasionando guerras, como a da França contra a Argélia, iniciada por causa de um golpe de leque dado pelo Bei de Alger no rosto do representante francês naquele país, M. Deval.

Na Suécia, a rainha Úlrica Eleonora achava-se a bordo de um navio, quando um vento mais forte veio tirar-lhe o leque das mãos e quebrá-lo contra o solo. A rainha disse então a célebre frase: “L'union est ma valeur, la desunion me perd”, que tornou-se a divisa de uma nova ordem honorífica – *Ordem do Leque* – conferida a damas e cavalheiros durante o reinado dessa princesa. Na história do mundo, o leque teve também o seu século, o XVIII, no qual ele dominou como soberano absoluto em todas as cortes, festas, passeios, salões e em qualquer estação do ano.

O leque existiu desde a mais alta antigüidade, pois vemo-lo em diversas pinturas murais no Egito, Assíria e outros países, datando a sua invenção aproximadamente do ano 3.000 antes de Cristo, na velha China, que podemos chamar, sem exagero, o “País das Maravilhas”.

Esta invenção está ligada a uma lenda que diz o seguinte: a bela Kan-si, filha de um poderoso mandarim, achando-se no baile das Lanternas, tirou a sua máscara, incômoda devido ao intenso calor existente. Entretanto o pudor da donzela chinesa impedia que seu rosto fosse descoberto, e ela habilmente conservava a máscara o mais perto possível do rosto e agitava-a, de modo que o seu movimento fazia desta uma espécie de véu e ao mesmo tempo movimentava o ar, refrescando o ambiente.

Diz a mesma lenda que este exemplo foi seguido por todas as mulheres presentes no baile e que minutos depois viam-se milhares delas agitando milhares de máscaras.

No seu país de origem o leque era usado pelos reis e potentados como sinal de dignidade e servia para afastar os soberanos do povo quando eles saíam do palácio. Durante a dinastia de “Chou” (séc. XIII e XII a.C.) os imperadores usavam leques de plumas e durante as dos “Yueng” e “Ming”, estes leques eram de penas de faisão, tendo os primeiros leques de marfim aparecido somente no século X antes de Cristo.

Da China, o invento do leque passou para os países vizinhos, principalmente para o Japão onde havia diversas espécies de abanos; e posteriormente passou aos países mais distantes.

No antigo Egito o leque já era conhecido e consistia em folhas e plumas presas a uma longa haste. Era o leque um distintivo dos faraós, constituindo uma grande honra o abanar-se o soberano, honra esta geralmente conferida aos príncipes reais.

Os assírios usavam abanos quadrados e também os etruscos conheciam o uso do leque.

Este último nem sempre teve o destino romântico e honroso que lhe deram mais tarde, pois ele servia também de enxota-moscas, como o “Miosoba” grego e as “Muscarias” romanas. Havia na Grécia, além do Miosoba, outras espécies de leques, como o “Ripis”, pequeno leque portátil, e o “Psigma”, leque maior, feito de bambu ou palma e que era agitado pelos escravos que geralmente acompanhavam seus senhores com o único fim de abaná-los.



Leque da marquesa de Itamarati, pintado a guache e assinado por A. Laurence. (Da coleção do Museu Imperial)



No país dos Helenos, era considerada grande mostra de atenção o recém-casado abanar a esposa durante o sono, atenção esta que acarretaria o perdão de alguma falta por ele cometida.

Em Roma, também era conhecido o “Flabelum” e as patrícias romanas tinham escravas denominadas “flabeliferæ” destinadas a abaná-las e a seus convivas nos dias de intenso calor.

De Roma, o uso do leque se comunicou aos bárbaros que mais tarde a conquistaram, sendo famoso o leque da rainha dos Lombardos, Teodolinda, leque este que se acha exposto na catedral de Monza em Milão e ao qual atribuem vários poderes, como o de conseguir bons casamentos aos que nele tocarem. Este abano tem o formato de uma roda com o diâmetro de 10 polegadas e é de veludo e púrpura, com inscrições latinas.

O cristianismo, em seu início, adotou também o uso dos leques para preservar as Santas Espécies, sendo estes leques, denominados “Flabelos”, geralmente de prata ou prata dourada; e os diáconos encarregados de abaná-las tinham o nome de “flabelíferos”, tendo sido um deles, Santo Atanásio, o grande patriarca de Alexandria.

Ainda hoje a Igreja Católica conserva o uso do leque em algumas cerimônias, como na festa de Páscoa, quando o Santo Padre é conduzido em sua cadeira portátil através da cidade do Vaticano, vão ao seu lado, um à direita e outro à esquerda, dois camareiros agitando flabelos.

É interessante notar que os incas e os aztecas já conheciam o uso do leque, sendo que aqueles usavam-no para ofertar aos deuses; e figurando entre os presentes oferecidos por Montezuma a Fernão Cortez, seis leques de cores magníficas.

Apesar do formato dos leques variar muito conforme os países, eram três os principais tipos de abanos usados na Europa até o século XVI:

**1º.** Em folha ou em discos; como a maioria dos leques antigos, tinham o formato de uma flor de lótus ou mais exatamente de um naipe de espadas e eram feitos de plumas ou palha trançada. É provável que a disposição radiada destas folhas tenha criado a idéia dos leques franzidos ou redondos, preceptores dos atuais.

**2º.** Em bandeira ou ventoinhas; com o formato indicado pelo nome, foram introduzidos durante as Cruzadas.

3º. Franzidos ou redondos; geralmente feitos de uma longa folha de pergaminho, regularmente franzida, tendo em cada extremidade um suporte de madeira. Quando eles eram desdobrados, tomavam o formato de uma roda. Os leques litúrgicos, existentes nas alfaias das velhas igrejas do século VII eram geralmente deste feitio.

Durante a Idade Média, esteve em uso também um tipo de leque composto de penas de pavão real, adornado muitas vezes com pássaros, fixas em torno de um círculo de madeira adaptado a um cabo de metal ou madeira, geralmente ornamentado com pedras preciosas, que eram presos à cintura das damas por correntes de ouro.

Os leques de fecho, como os atuais, foram inventados provavelmente no Japão e introduzidos na China ao correr do século XV por mercadores coreanos, tendo aparecido na Europa somente no século XVI, trazidos pelos portugueses e espanhóis, da China e de suas colônias da Ásia para a Itália e França. Neste último país estes leques se espalharam com grande rapidez, graças à sua introdução na corte pela rainha Catarina de Médicis, tendo sido usados até mesmo pelo próprio rei Henrique III.

No século XVI, esteve em grande moda o tipo chamado “Decoupé”, aberto em um quarto de círculo e com listas intercaladas de veludo e mica ou então com veludo recortado em losangos ou desenhos geométricos.

Nesta época foi famoso o leque da rainha Luiza de Lorena, mulher de Henrique III, leque este todo em nacre e pérolas preciosas, que custou a vultosa quantia de 60.000 francos.

Com a entrada do século XVII, abre-se em França o reinado do leque nos salões, aparecendo então várias espécies de abanos ornamentados com rendas e pinturas de grandes artistas, assim como grande variedade de assuntos originais, entre os quais podemos salientar os leques satíricos ou cômicos. Um dos leques mais interessantes desta época é o que Mme. de Sevigné ofereceu à sua filha Mme. de Grignan, o qual representava a “toilette” de Vênus, com o rosto de Mme. de Montespan, a favorita de Luiz XIV.

A ornamentação e os assuntos dos leques variam muito conforme a moda, mas geralmente cada pessoa mandava pintar sobre os seus abanos os motivos que preferia; Ninon de Lenclos, por

exemplo, tinha predileção pelos assuntos sérios como o “Cerco de Jerusalém”, etc.

No declínio deste século, estabeleceu-se que a riqueza e o adorno dos leques deveriam ser proporcionais à “toilette” das damas. Entretanto o excesso de pedras e metais preciosos tornou estes abanos tão pesados, que eles mal podiam ser manejados por suas delicadas possuidoras.

O século XVIII foi considerado como o apogeu dos leques nos salões; e, às vezes, vê-se a história das mais brilhantes atividades sociais e artísticas recordadas nas folhas de um leque.

Ao raiar deste período, os leques apresentavam uma ligeira e ponderada ornamentação, porém, excessiva opulência na forma e cor, mas, à proporção que o século progrediu, eles foram se tornando mais graciosos, sendo que os mais belos datam do reinado de Luiz XV.

Durante este reinado, o protocolo proibia que as damas da corte abrissem seus leques em presença da rainha, salvo se o fizessem à guisa de bandeja para oferecer-lhe algum presente.

Tal detalhe de etiqueta ocasionou um grande escândalo em Versalhes na época de Luiz XV:

Num momento de perturbação, a condessa de Egmont, em presença dos soberanos, abriu seu leque e cobriu o rosto sem dar a perceber o motivo deste gesto. As duquesas presentes scandalizaram-se com o ocorrido, e entrando logo a murmurar, deixaram sucumbidos e humilhados, o conde de Egmont – o mais formalista dos fidalgos de seu tempo – e o marechal de Richelieu, pai da condessa; somente o rei e a rainha, indulgentes e compreensivos, fingiram não ter percebido a inconveniência.

Foi no século XVIII que apareceram os chamados leques indiscretos, com pequenos espelhos nas varetas mestras, nos quais suas donas podiam ver sem serem vistas.

Durante o reinado de Luiz XVI estiveram em moda os leques de renda e seda, tendo se iniciado nesta época o uso de empregar lantejoulas e finas palhetas de ouro na decoração dos leques.

Os leques orientais, principalmente os chineses, estiveram também em grande moda, porém, não conseguiram sobrepujar os europeus, franceses principalmente, pintados muitas vezes por ótimos artistas como Bosse, no século XVII e no XVIII, Boucher,

Lancret, Guillot, etc., cujos discípulos e imitadores continuaram representando cenas históricas, mitológicas e galantes, havendo também alusões aos fatos políticos, como o leque da Reunião dos Estados Gerais, em França, sem falar nos leques comemorativos dos casamentos de Luiz XIV, Luiz XV e Luiz XVI.

Durante a Revolução Francesa, os leques não desapareceram; ao contrário, continuaram sendo usados pelas partidárias dos novos deuses da Igualdade, Liberdade e Fraternidade, impressos com barretes frígios e símbolos republicanos; merecendo menção durante este período os leques de Carlota Corday e de Mme. Tallien, uma das “maravilhosas”.

Foi no início dessa revolução que apareceram os leques “realistas”, como um manifesto dos súditos leais à Coroa. Eram eles em cinza, preto e roxo e com a inscrição “Lache qui t’abandonne” além dos retratos do rei e da rainha, tendo sido estes leques o último grito dos defensores da causa perdida.

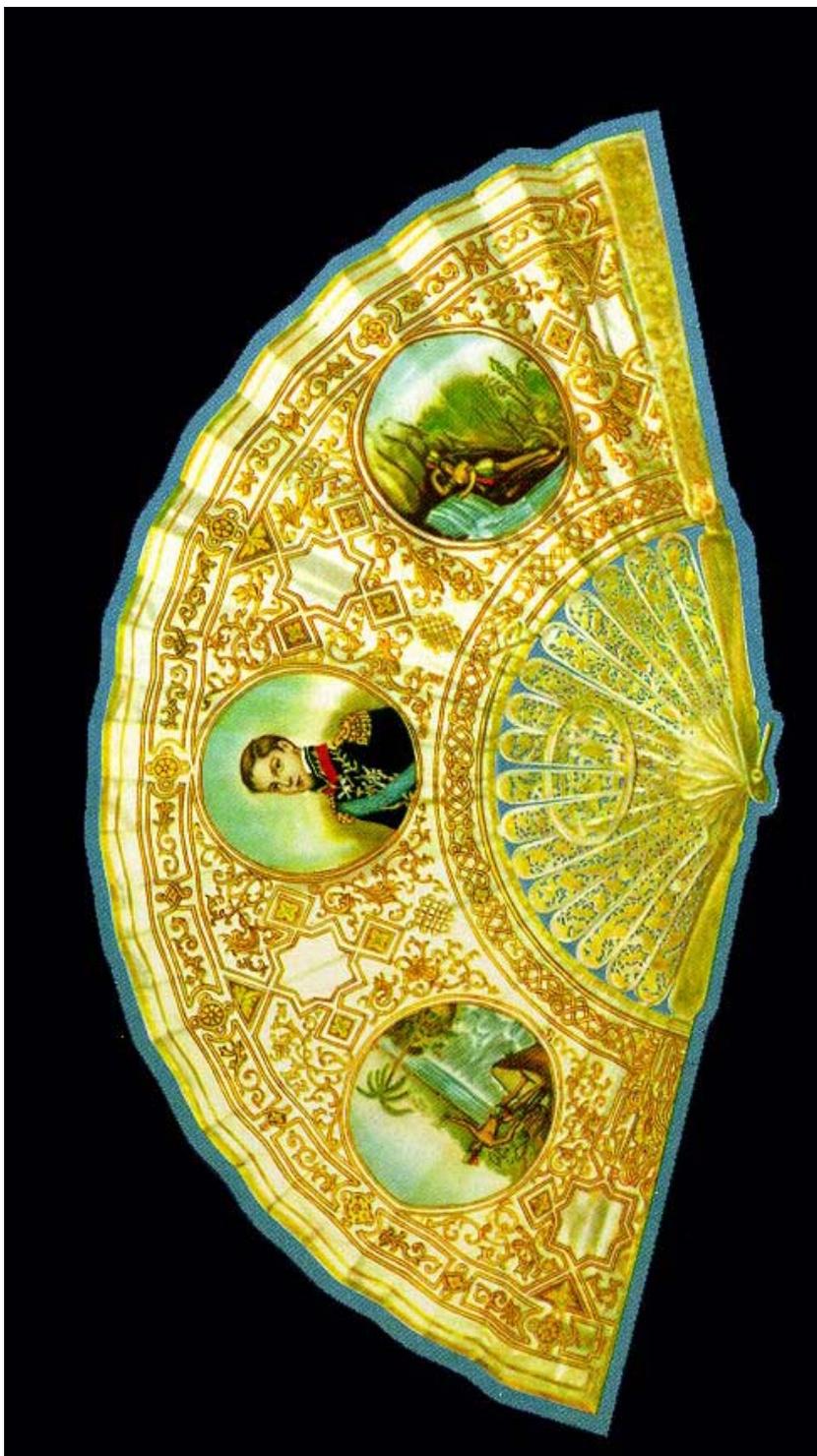
O Império, inspirando-se na antigüidade clássica da Grécia e de Roma, não deixou de exercer grande influência sobre os leques, pela ornamentação severa das varetas e pelos assuntos guerreiros e cenas mitológicas representadas em suas folhas. As decorações de laços e guirlandas de flores foram substituídas por camafeus, cornucópias, grifos e águias; as figuras femininas e cupidos cederam lugar às de Minerva, da Fama, da Vitória e das Graças.

Apareceram também neste período os leques “liliputianos”, de tamanhos minúsculos, muitas vezes de tafetá aplicado sobre gaze e adornado de lantejoulas.

Em todo caso, a revolução e mesmo o Império diminuíram muito a indústria dos leques em França, indústria esta que só tomou vulto com a Restauração, principalmente em 1829, quando voltaram à moda os leques dos séculos XVII e XVIII, imitados de todas as maneiras. Nesta época, notáveis artistas como Horace Vernet, Ingres, Diaz, Cogniet, etc., pintaram leques.

A Restauração foi conhecida na história artística como a época da imitação, o triunfo da litografia a cores, que permitia a reprodução, em grande escala, de quadros e pinturas célebres, o que desvalorizou consideravelmente a ornamentação dos leques.

Veio então a moda dos abanos de plumas de todas as cores; e mais tarde, já no ocaso do século XIX, surgem vitoriosos os le-



*Leque comemorativo da maioridade de d. Pedro II. Fabricação chinesa com cabo de madreperola. (Da coleção do Museu Imperial).*



ques de rendas, muitas vezes entremeados de sedas com bordados e pinturas, os quais continuaram em uso até princípios do século XX.

Datam também da época da Restauração os leques “anagrâmicos”, que permitiam inverter a ordem das letras de uma palavra, formando outra palavra como por exemplo: *Roma-Amor*.

Na Inglaterra os leques foram introduzidos durante o reinado de Ricardo II e a sua indústria nesse país tomou um grande desenvolvimento, principalmente durante os reinados de Henrique VIII e Elisabeth, que dizia serem eles os únicos presentes dignos de uma rainha.

Na Áustria a fabricação dos leques era também intensa, tendo sido especialmente famosos aqueles que tinham varetas recobertas de couro da Rússia.

Na Itália e Espanha fabricavam-se também leques, porém em menor escala.

Ainda hoje, no Oriente, os leques são muito usados, existindo, na Índia, os “Punkas”, grandes leques em forma de painéis, suspensos nas paredes e movidos por cordas e roldanas, para arejarem as salas nos dias de forte calor, leques cuja invenção é atribuída aos europeus, tendo sido muito usados na Espanha e Itália.

Na China, o leque é sinal de autoridade e os chineses ilustres usam-no em suas visitas; daí o costume de se estampar figuras e inscrever pensamentos nos leques.

Os japoneses nunca abandonam seus leques e os utilizam para saudar seus amigos e conhecidos, ou como bandeja, para neles colocarem os presentes.

Nas escolas, os leques constituem prêmios aos alunos aplicados; e aos réus de morte de certa condição social, como por ironia, fazia-se a entrega de um leque do qual eles não poderiam servir-se.

No Império do Sol Nascente existiam três espécies principais de leques: o “Gun-sen”, leque com varetas de ferro e folha de papel grosso com pinturas representando o sol, a lua e as estrelas. O “Mai-ogi” ou leque de dança, com dez varetas e uma folha de papel grosso representando cenas de família. O “Rikin-ogi”, ou leque de chá composto de três varetas e papel pintado muito simplesmente, usado nas festas de chá, festas estas que eram celebradas em todas as províncias no primeiro dia de cada mês.

Foi, entretanto na França, que a indústria do leque se espalhou e desenvolveu com mais rapidez, indústria que constituiu o meio de vida da maior parte da população dos departamentos do Oise e da Picardia, onde estes leques eram geralmente feitos a mão e por encomenda.

Mais tarde houve em Paris uma fábrica de leques e até um decreto de Luiz XIV determinando sobre a sua fabricação, devido às discussões sobre o direito de fabricá-los, entre os cinzeladores, escultores, ourives, pintores, bordadeiros, etc., pois o leque, posto que seja um só objeto, é feito por artistas de ramos inteiramente diversos.

\* \* \*

O leque reversível ou de fecho consta de três partes principais: 1º) de varetas laminares perfuradas a pequena distância de um dos extremos; 2º) de um arame que se introduz nos furos das varetas e depois achata-se-lhes as extremidades; 3º) de um setor anular de papel pintado e resistente, que recebe um certo número de pregas radiais igual ao dobro do número de varetas menos duas.

A armação de um leque apresenta duas partes, uma interna e outra externa e é formada de varetas, sendo que as varetas extremas têm o nome de “varetas mestras”, entre as quais, a da frente é a principal.

A parte interna é formada pelas “flechas”, que ficam entre os setores de papel que formam a folha e servem para sustentar esta última, sendo que o conjunto de varetas que formam a parte externa da armação denomina-se “cabo” e o lugar onde as varetas se reúnem tem o nome de “cabeça”.

O cabo pode ser feito de metal, charão, marfim, madrepérola, tartaruga, etc., geralmente trabalhados com incrustações e recortes e algumas vezes com metais e pedras preciosas.

As varetas mestras são geralmente mais ornamentadas que as varetas simples e por vezes apresentam as armas da dona do leque, sendo que, no caso dos leques indiscretos, nelas eram colocados pequenos espelhos que deixavam as damas de outrora verem perfeitamente o que se passava ao seu derredor, sem serem vistas pelos outros.

O “eixo” é também uma das partes imprescindíveis nos leques de fecho, pois ele une as varetas e de certo modo é quem as faz reversíveis. Este eixo termina geralmente por uma alça que passa por baixo do leque, na qual aparecem as iniciais e brasões da dona do leque, outras vezes pequenas pedras preciosas e também em muitos abanos podem-se ver, presas na alça, borlas de seda, nas quais era comum encontrar-se frascos de perfume.

Houve um tempo em que o eixo era substituído por um tubo de ouro, muito delgado, fechado em uma extremidade e aberto na outra, por onde se introduzia um algodão impregnado de perfume. Outras vezes o perfume era colocado dentro de um tubo de vidro, que por sua vez era introduzido dentro do de ouro. A casa Kimmel, em Londres, criou um tipo de leque, muito apreciado, cujas varetas eram impregnadas de essências quando fabricadas, e estas essências duravam tanto quanto o próprio material do leque.

A “folha”, a parte mais decorativa do leque, podia ser feita de papel, pergaminho, seda, linho, rendas, etc., sendo geralmente ornamentada com pinturas, ou bordada com lantejoulas e mesmo fios de ouro ou dourados.

Geralmente as pinturas na folha eram feitas a guache e podiam representar cenas campestres, românticas, alegorias, fatos políticos, retratos, e mesmo cenas tristes, como o leque de luto que pertenceu à condessa d’Escragnolle, \* o qual representa a família do falecido orando e chorando aos pés de seu túmulo.

Havia também leques de boda, representando noivas com vestido e véus de renda ou de filó, e por vezes medalhões e miniaturas, sendo que, comumente, vemos as folhas dos leques debruados com plumas e rendas.

Das plumas, as mais apreciadas eram as de avestruz, notando-se que as de pavão, apesar de sua grande beleza, eram pouco usadas, pois as moças de outrora acreditavam que quem as usasse, jamais se casaria. Só nos fins do século XIX entraram em moda os leques de rendas verdadeiras, principalmente as de Bruxelas e Chantilly, esta última, também usada para meio luto.

São de grande interesse, quanto à folha, os “leques de mandarim”, geralmente feitos na China e pintados com personagens com rostos de marfim e vestimentas de seda.

---

\*. Da coleção do Museu Imperial.

Muitas vezes, também, os leques apresentam na folha as armas, iniciais e distintivos de sua dona, no caso de pinturas feitas por bons artistas, a assinatura destes últimos.

Na Espanha, estiveram em grande moda, durante os meados do século XVIII, os chamados “leques de máscara”, que apresentavam na folha, como motivo principal, uma grande máscara com as respectivas aberturas nos olhos, boca e narinas.

A folha, entretanto, não é a parte essencial de um leque, havendo mesmo um tipo de abanos, muito usado, no qual ela não aparecia. São os chamados “leques abertos” ou “de baralho”, compostos de varetas independentes trabalhadas ou lisas e ligadas entre si por fitas. Geralmente os leques de penas e plumas são deste tipo, com a diferença que são compostos de dois ou mais elementos: o cabo e a pluma, havendo uns com a parte superior de papelão ou fazendas, cabendo mais especialmente a estes últimos a denominação de leques abertos.

Os leques de baralho, inteiramente de marfim, lisos ou trabalhados, devido ao seu grande preço, eram geralmente presentes de casamento e nas suas varetas mestras era costume mandarem colocar as iniciais dos noivos ou o brasão dos mesmos, gravados nos leques, ou colocados sobre eles em ouro ou prata.

Os leques de baralho podiam ser feitos de marfim, madeira, tartaruga, madrepérolas, e muitas vezes eram trabalhados a filigranas ou recortes, representando cenas românticas e de dança, como eram feitos em grandes escala em França, no século XVIII.

Outra variedade interessante dos leques de baralho eram os chamados “Verniz Martin”, com varetas de marfim pintadas a óleo e depois envernizadas. Tinham este nome devido ao verniz inventado casualmente pelos irmãos Martin, e que imitava a laca japonesa.

Os leques de baralho eram geralmente menores que os outros e apresentavam muitas vezes forros de seda e incrustações de ouro, prata, etc.

Os leques abertos, de dois materiais, podiam apresentar quatro vistas, pois uma vareta começava bem em cima da metade da outra e sendo estes leques reversíveis, era necessário apenas, para obter-se este efeito, que as ditas varetas apresentassem pinturas diferentes em cada metade da frente e do verso.



*Leque em estilo império, feito em madrepérola com inscrustações de ouro, forrado de pele de cisne, pintada a aquarela. Pertenceu a d. Elvira Bahia. (Da coleção do Museu Imperial).*



Além dos leques de baralho, havia outras variedades de leques muito interessantes, como:

*Leques abissínios*: consistiam em um tubo de 12 cm, mais ou menos, ocos no centro, onde era colocado um setor de papel, enrolado, o qual, puxado por um cordão existente na parte superior formava ao redor do tubo um leque pregueado circular. Puxando-se outro cordão situado na parte inferior do mesmo tubo, a folha entrava para dentro deste último. Estes leques tiveram o nome de abissínios, porque estiveram em grande moda e foram muito usados durante a campanha contra a Abissínia, no fim do século passado, moda esta introduzida pelos ingleses.

*Leques de violino*: eram feitos com plumas de cisne e lantejoulas de ouro, e deviam sua denominação à semelhança que tinham, quando fechados, com este instrumento de música.

*Leques de bolso*: este tipo de leque era muito interessante pois suas flechas não estavam presas à folha, podendo portanto ser retiradas quando o leque estava fechado. As varetas mestras eram divididas ao meio e a parte inferior era oca de modo a poder a parte de cima entrar dentro dela. A vantagem destes leques estava em que o seu tamanho era reduzido de 50% e eles cabiam em qualquer bolso, daí a sua denominação.

*Leques de cabriolet*: estes leques apresentavam dois ou três setores de papel, de tamanhos diferentes, superpostos, deixando entre eles um espaço livre, através do qual, podiam ver-se as varetas. A denominação destes leques provêm da viatura para duas pessoas, assim denominada, introduzida em Paris em 1755 por Josiah Child, e que era comumente representada nas folhas destes abanos.

Existia uma outra espécie de leques muito interessante, denominados “leques mágicos”, os quais apresentavam quatro vistas na parte da frente e duas na do verso, para o que, cada flecha estava colocada entre os trapézios 4-5, 8-9, 12-13 e 16-17.

\* \* \*

Apesar de parecer um ente inanimado, o leque tem uma vida muito intensa, pois ele também fala e de diversas maneiras. Quantos recados não foram transmitidos por seu intermédio e de quantos segredos não foi ele depositário?

Principalmente entre os namorados de outrora, o leque tinha muitas vezes graves conseqüências. Havia inúmeras frases transmitidas por meio dos leques, como, por exemplo: *Passar o índice pelas varetas*, significava – teremos que falar; *tocar os cabelos com o leque* – não me esqueças; *sair para o balcão abanando-se* – sairei logo; *entrar na sala fechando o leque* – não sairei hoje; e assim como estas, outras inúmeras frases que muitas vezes dependiam de combinação prévia.

Na Espanha, o leque era usado como uma espécie de telégrafo, entre as moças principalmente, transmitindo mensagens em códigos, nos quais cada posição do leque significava uma letra.

Um destes vocabulários consistia em tocar as varetas mestras com uma das partes dos dedos, sendo que cada falange de cada dedo tinha a sua letra própria e geralmente as pontas dos mesmos eram reservadas às vogais.

Outro código, também usado, consistia em colocar o leque em cinco posições diferentes, como por exemplo: vertical, inclinado para a frente, para a direita, para a esquerda e ao peito. Com estas cinco orientações era necessário apenas segurar o leque de quatro maneiras diversas: com a mão fechada, com um dedo estendido, dois dedos estendidos e com a mão aberta. Ter-se-ia então vinte letras, sendo que quando não usavam outro modo de segurar o leque, as letras q-x-z-b-v, menos usadas, não faziam tanta falta, ou eram substituídas. O certo porém é que as jovens espanholas conheciam muito bem estas linguagens e conversavam por intermédio delas com grande facilidade.

\* \* \*

Além destes códigos, por meio dos quais se comunicavam os nossos avós, o leque possui uma outra linguagem muito mais interessante, a da história, linguagem esta desenvolvida especialmente nos leques comemorativos.

Desde o século XVII, já era costume em França perpetuar por meio dos abanos alguns fatos mais notáveis do período em que eram usados e ainda hoje podemos admirar em alguns museus da Europa vários leques comemorativos, entre os quais merecem especial menção o da ascensão dos balões Montgolfier e o leque comemorativo da Reunião dos Estados Gerais, em 1789, no qual estão representadas as efígies de Luiz XVI e Necker.

Era hábito perpetuar também nos leques as núpcias dos soberanos, como o fizeram em França com o casamento de Luiz XIV, o Rei-Sol, com Maria Teresa; de Luiz XV com Maria Leczinska; e o do infortunado Luiz XVI com a bela Maria Antonieta.

No Brasil, este uso de comemorar certas datas nos leques foi adotado e, entre diversos leques comemorativos existentes nos museus brasileiros e nas coleções particulares, salientam-se os destinados a perpetuar as núpcias de d. Pedro I com d. Amélia de Leuchtenberg e o de d. Pedro II com a bondosa d. Teresa Cristina, mais tarde cognominada a “mãe dos brasileiros” \*.

A maior parte dos leques comemorativos era de confecção chinesa, sendo eles, em geral, encomendados às chamadas “Casa das Índias” existentes em grande número na rua do Ouvidor, as quais, devido ao intenso comércio mantido por elas com o Oriente, transmitiam estas encomendas às cidades de Cantão, Nanquim e outras, onde os artistas chineses reproduziam mais ou menos fielmente os desenhos enviados. O verso destes leques, geralmente ficava à vontade do artista oriental, que neles dava curso à sua imaginação, pintando pássaros e flores, com tintas que até hoje conservam o seu frescor primitivo.

Assim podemos hoje acompanhar pelos leques existentes em nossos museus as diversas fases da história de nossa terra desde a chegada de d. João VI às maravilhosas plagas da Guanabara, chegada esta, que foi comemorada em diversos leques, sendo que um dos mais interessantes representa a entrada da baía de Guanabara limitada pelo Pão de Açúcar, junto ao qual se pode ver um índio olhando para o sol, que traz os seguintes dizeres: “7 de março de 1808”. Este desenho é muito original pelo seu lado simbólico, pois representa o Brasil olhando com esperança para a chegada de d. João VI, como um sol que lhe deveria dar uma nova vida, intensa e livre e ajudar-lhe-ia a libertar-se das trevas que pesaram sobre o seu tempo de colônia.

Existe outro leque comemorativo da chegada de d. João VI, mas que representa em sua folha a armada portuguesa entrando

---

\*. Ambos da coleção do Museu Imperial.

na Guanabara e sendo saudada por todos os fortes do Rio de Janeiro e da Praia Grande, futura Niterói \*.

A festa celebrada no Brasil Reino, com maior pompa, foi a da Aclamação de d. João VI em 1818, e também esta notável data podemos ver perpetuada pelos leques, alguns com alegorias, como era de uso naquela época, enaltecendo o novo soberano e desejando-lhe um feliz reinado. Dos leques comemorativos da Aclamação, o mais interessante é um que nos mostra em sua folha uma pintura representando o povo aclamando o soberano, que se acha na “varanda da Aclamação”, com sua família e comitiva. O grande interesse deste leque provém de que a cena nele representada é quase idêntica à de uma aquarela de Debret sobre o mesmo fato, variando desta apenas na posição de alguns personagens, cujas feições orientalizadas indicam a origem chinesa do leque. Uma das diferenças entre a pintura do artista francês e a do leque, é que neste último a “varanda da Aclamação” apresenta duas escadarias, quando na verdade somente uma existiu \*\*.

Pouco depois, a 7 de maio de 1819, outros festejos encheram o Rio de Janeiro com o nascimento da princesa d. Maria da Glória, futura rainha de Portugal. Esta feliz data, além de ter sido celebrada com festas na corte e iluminações nas cidades, foi também perpetuada em alguns leques, entre os quais um deles representa a jovem princesa deitada em um canapé sobre o qual se observa as armas do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, aparecendo à direita e à esquerda da mesma princesa dois sóis, um com a data de seu nascimento e outro a de seu batismo \*\*\*.

E enquanto dos festejos e iluminações só temos notícias através dos livros, este leque, para quem o vê e aprecia suas varetas de marfim trabalhadas em filigrana, perpetua e rememora em sua folha o nascimento e a vida da primeira rainha brasileira de Portugal.

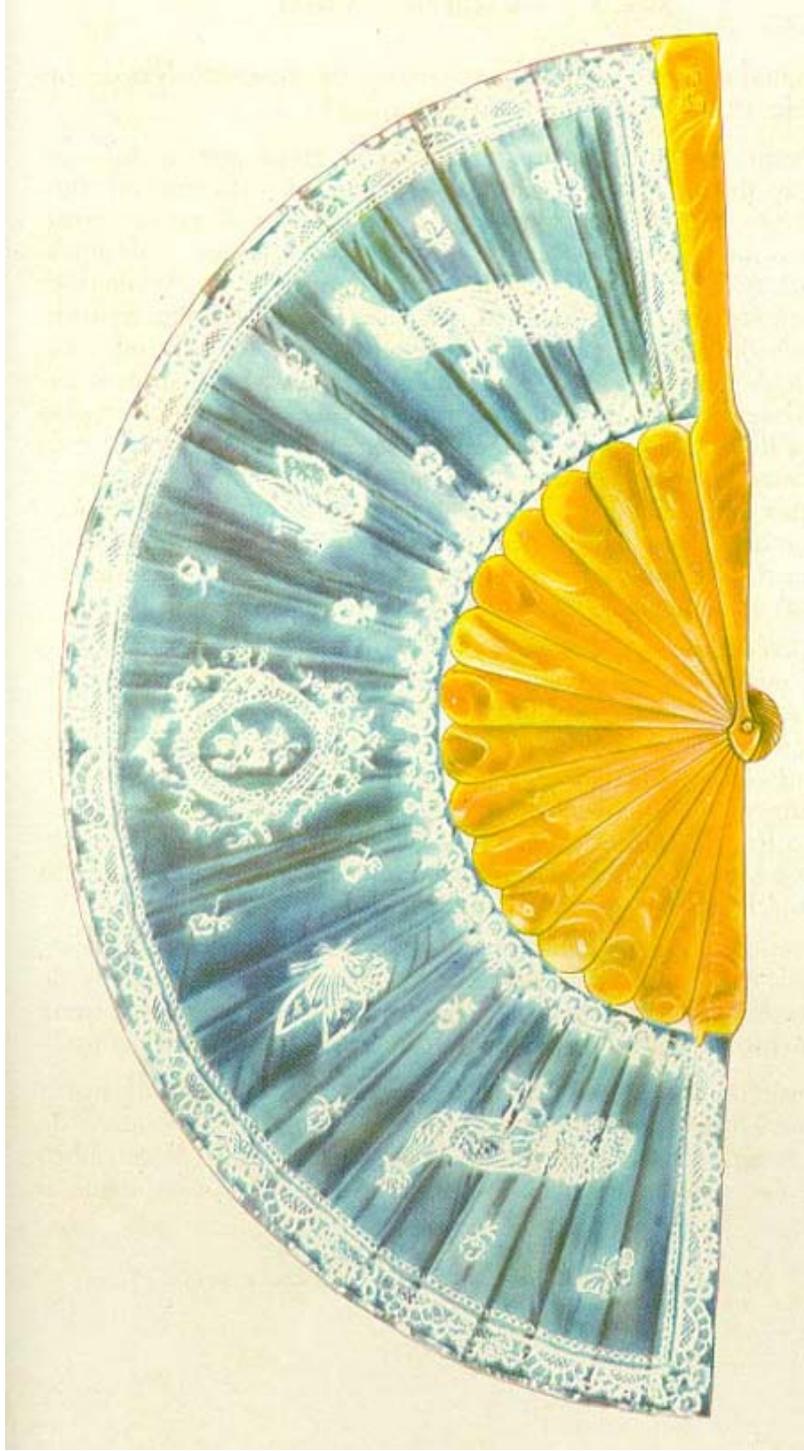
Continuando a olhar para o seguimento da história de nossa terra através dos leques, encontramos um abano comemorativo de nossa libertação política, do grande acontecimento de 7 de setembro de 1822 – a independência do Brasil. Representa este leque a

---

\*. Marques dos Santos, Francisco. Os leques comemorativos – (pub. na revista “Espelho”, em março de 1935).

\*\* . Coleção do Museu Imperial.

\*\*\*. Idem.



*Leque de madreperola forrado de tafetá com renda de Bruxelas. Sobre a vareta mestra, a inicial "E", de d. Elvira Bahia, nora do visconde de Meriti e cunhada da marquesa de Abrantes. (Da coleção do Museu Imperial).*



efígie de d. Pedro I ao centro, circundada por círculos com os nomes de todas as províncias do Império, ladeada por personificações dos rios Prata e Amazonas, simbolizando a união do povo brasileiro confiante no seu imperador.

Entretanto o leque comemorativo do primeiro reinado mais interessante que conhecemos refere-se à organização do Império brasileiro; representa a efígie de d. Pedro I, tendo em baixo a Constituição e ladeado por 6 colunas pequenas com os nomes das pastas ministeriais e outras duas maiores com os dizeres: Câmara dos Senadores e Câmara dos Deputados; além de trazer na parte superior as principais datas relativas ao Brasil até então: Fico, Independência, Aclamação de d. Pedro I, sua coroação e promulgação da Constituição brasileira.

Durante o segundo reinado além de alguns comemorativos, como o da maioridade de d. Pedro II, com varetas de madrepérola trabalhada com motivos chineses, e a efígie do jovem monarca na folha; os da coroação e casamento, é digno de menção um leque de baralho pintado pela princesa Isabel e por ela oferecido à condessa de Lages, o qual apresenta em cada vareta, o retrato de um dos membros da família da referida princesa e do conde d'Eu \*.

Entre estes magníficos abanos, não podemos silenciar o da marquesa de Santos, todo em marfim, ornamentado com ramalhetes de flores em recortes, apresentando em uma das varetas mestras o brasão de d. Domitila, e na outra, um anjinho segurando uma cornucópia que verte flores e frutos, como para atestar o poder da favorita de d. Pedro I.

Também digno de menção é o leque da marquesa de Itamarati, dama da imperatriz Teresa Cristina, leque este que sobre varetas de marfim apresenta, em belíssima folha de “faille” debruada de plumas, uma deliciosa cena de música pintada por Laurence, além das armas da marquesa – d. Francisca Bernardes da Rocha.

O interessante abano da viscondessa de Santa Justa, também brasonado, com pinturas em medalhões, arabescos e bordados de lantejoulas douradas, apesar de sua riqueza, não consegue ofuscar a simplicidade do que pertenceu à condessa de Paranaguá, apre-

---

\*. Coleção do Museu Imperial.

sentando apenas um beija-flor junto a dois galhos de roseira, ao pé dos quais, aparece o seu nome: Mathilde\*.

Durante este período da História do nosso país primam pelo interesse os leques particulares, das grandes damas brasileiras que formaram o colorido da corte do Brasil Império. Estes leques, de todos os formatos e modelos, variando conforme o rigor da moda, permaneceram até os nossos dias para atestar o esplendor da época imperial.

Ao vermos em nossos museus estes magníficos leques antigos, recordamo-nos dos idos tempos em que os cavalheiros, com punhos e golas de renda, entre as pitadas de rapé, cortejavam as belas damas, que por intermédio dos leques animavam as suas esperanças ou golpeavam mortalmente os seus sonhos; da época final em que tudo respirava numa atmosfera de romantismo.

E nos dias de hoje em que o comodismo espalhou-se pelo mundo como uma onda devastadora, o aparecimento dos ventiladores e aparelhos de refrigeração artificial deram um golpe profundo sobre os leques, estes românticos e delicados instrumentos refrescantes, dos quais nos esquecemos quase completamente, a não ser quando o calor insuportável nos relembra a sua existência.

E assim, depois de tantos anos de glória, o leque foi destronado, porém como neste mundo o que está sujeito aos caprichos da moda volta à luz, quem sabe se o leque um dia recobrará com brilho o seu antigo esplendor? Esperemos, o futuro nos dirá.

*Nilza Botelho.*

(Conservador de Museu)

---

\*. Este leque deve datar dos dois últimos anos do período imperial ou dos primeiros tempos da República; antes portanto de d. Matilde ser condessa e depois de seu casamento com José Lustosa da Cunha Paranaguá, realizado em 17 de março de 1888.

## Bibliografia

- L'HEUREX, Mme. Marie-Anne. Pour bien s'habiller.
- KENDELL, B. Concerning fans. Publicado na revista *The Connoisseur*.
- DE MAURI, L. Ventagli, Tabacchiere e smalti.
- MARQUES DOS SANTOS, Francisco. Os leques comemorativos.
- RUSCONI, John. Queen Margherita's Collection of fans. Publicada na revista *The connoisseur*.
- Diccionario Enciclopédico Hispano Americano.
- Dictionnaire Larousse Universel.
- Dictionnaire Encyclopedique des Ordres de Chevalerie Civiles et Militaires. W. Maigne.
- Enciclopédia e Dicionário Universal.
- Enciclopédia Italiana.
- Enciclopédia Portuguesa. Maximiano Lemos.
- Enciclopédia Universal Ilustrada Europeu-Americana.
- La Grande Encyclopedie.
- The Encyclopaedia Britannica, 14<sup>a</sup> ed.
- The New International Encyclopedie.



**ARQUIVO DO MUSEU IMPERIAL**



## **Arquivo do Museu Imperial**

Documentos referentes aos Palácios Imperial e  
Isabel em Petrópolis, depois dos acontecimentos  
de 15 de Novembro de 1889

**“1889**  
**PETRÓPOLIS**  
**JUÍZO DE AUSENTES**  
3º ofício Escr.<sup>m</sup> Kopke

### **DILIGÊNCIA**

#### *Instruções*

Aos vinte e um de novembro de mil oitocentos e oitenta e nove nesta cidade de Petrópolis em meu cartório autuo o ofício que adiante segue, do que lavro este termo. Eu Henrique Kopke, escrivão o escrevi.

*(Na fl. seguinte:)*

**DELEGACIA DO TERMO DE PETRÓPOLIS DO ESTADO  
FEDERATIVO DO RIO DE JANEIRO, em 19 de novembro de  
1889.**

*Cidadão.*

Tendo ciência esta delegacia, que achavam as ex-residências de d. Pedro de Alcântara e a de Gastão d’Orleans sem pessoa competente para a guarda dos mesmos, mandei fechar e lacrar as portas ficando debaixo da vigilância da força policial aqui destacada, não tratando esta delegacia de fazer arrecadação alguma por não o competir; cumpre mais a declarar-vos que não foram la-

cradas (ilegível) dependências das mesmas residências por se achar ocupadas por empregados da casa, tratando-se somente de fazer-se relação dos carros, animais e arreios existentes na cocheira, ficando como depositário de todos esses objetos o próprio encarregado Francisco de Paula Borges e as chaves da casa principal de d. Pedro de Alcântara ficaram em poder do empregado, que já se achava com as mesmas, Luiz Maia e da casa de Gastão d'Orleans, com João de Sousa Bittencourt, encarregado da chácara. O que comunico-vos para os devidos fins.

Saúde e fraternidade.

Ao cidadão dr. Sebastião Benevenuto Vieira de Carvalho  
Juiz Municipal de Petrópolis

(No pé da pág.)

Delegado de Polícia

(a) *Fran<sup>co</sup> Ignácio da Silveira*

(Na fl. seguinte:)

### **Conclusão.**

Faço estes autos conclusos ao Juiz de Ausentes do que lavro este termo. Eu Henrique Kopke escrivão o escrevi.

Em 21 de novembro de 1889

De posse do telegrama junto e constando oficialmente pelo governo provisório fora mandado cumprir a procuração do ex-imperador d. Pedro de Alcântara passada ao dr. José Calmon Nogueira Valle da Gama, não sendo caso de arrecadação, procederei ao levantamento dos selos quando se apresentar o dito procurador. Petrópolis 21 de novembro de 1889.

*Vieira de Carvalho.*

Recebi estes autos hoje com um despacho supra, do que lavro este termo. Eu Henrique Kopke, escrivão o escrevi.

Em 21 de Nov.<sup>bro</sup> de 1889”.

Anexo ao processo há um telegrama procedente do Rio dirigido aos srs. juiz municipal e delegado de polícia expedido por José Calmon (documento bastante danificado e quase ilegível) sobre a administração de Petrópolis. Traz a data de 19 de novembro de 1889, e continua:

“Auto de levantamento de selos. Aos vinte e dois de novembro de mil oitocentos e oitenta e nove nesta cidade de Petrópolis na quinta do ex-imperador onde estava o juiz de ausentes doutor Sebastião Benevenuto Vieira de Carvalho comigo escrivão de seu cargo abaixo nomeado, presentes o delegado de polícia capitão Francisco da Silveira, o comandante do destacamento alferes Olavo de Araújo Sampaio Vianna e o doutor José Calmon Nogueira Valle da Gama, procurador bastante de dom Pedro de Alcântara pelo juiz foram examinados os selos postos às portas do palácio do mesmo senhor em data de dezoito do corrente pelo delegado de polícia, e bem assim o que foi posto na porta de um quarto do pavimento térreo, e verificando-se que os ditos selos estavam intactos, mandou o juiz que eu escrivão os levantasse, feito o que, determinou que se facultasse a entrada no prédio ao delegado de polícia e ao procurador de dom Pedro de Alcântara a fim de se proceder ao arrolamento e entrega dos bens na forma do que ao delegado foi ordenado pelo chefe de polícia deste Estado do Rio de Janeiro, do que tudo mandou o juiz lavrar este auto que assina com as pessoas neste declaradas. Eu Henrique Kopke, escrivão o escrevi.

*Sebast<sup>o</sup> Benevenuto Vieira de Carvalho.*

*Fran<sup>co</sup> Inácio da Silva.*

*Alferes de A. S. Vianna.*

*José Calmon Nogueira Valle da Gama”.*

Decreto imperial nomeando o futuro visconde de Uruguai plenipotenciário para estipular, concluir e formar uma convenção estabelecendo uma linha de vapores entre o reino de França e o Império do Brasil.

“Dom Pedro Segundo, por graça de Deus e unânime aclamação dos povos, imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil etc. Faço saber aos que esta carta de poder geral e especial virem que, convindo a bem das relações de amizade, boa harmonia, e comércio, que tão felizmente subsistem entre este Império e o reino de França, prover ao estabelecimento de uma linha de paquetes de vapor para o serviço regular da correspondência oficial e particular dos dois países, e para o transporte de viajantes; e desejando eu assegurar este importante assunto por meio de uma convenção; hei por bem, confiando nas luzes e merecimentos de Paulino José Soares de Souza, do meu Conselho, membro da Câmara dos Deputados, oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro, desembargador da Relação do Rio de Janeiro, e ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, nomeá-lo plenipotenciário, para que, conferindo com o plenipotenciário, ou plenipotenciários devidamente autorizados por Sua Majestade o rei dos franceses, possa estipular, concluir, e firmar até o ponto de ratificação uma convenção no sentido acima indicado: dando-lhe para este fim todos os plenos poderes, mandato geral e especial, que necessário é. Em testemunho do que mandei lavrar a presente carta por mim assinada, passada com o selo grande das armas do império, e referendada pelo meu ministro e secretário de Estado abaixo assinado. Dada no Palácio do Rio de Janeiro aos dezoito do mês de novembro de mil oitocentos quarenta e três, vigésimo segundo da Independência e do Império.

*Imperador (com guarda)*

*José Antônio da Silva Maya*

Carta de poder geral e especial, pela qual Vossa Majestade Imperial há por bem nomear a Paulino José Soares de Souza seu plenipotenciário, para que, conferindo com plenipotenciário, ou plenipotenciários, nomeados por Sua Majestade o Rei dos Franceses, possa estipular, concluir, e firmar até o ponto de ratificação uma convenção na forma supra declarada.

Para Vossa Majestade Imperial ver”.

CARTA DE BACHAREL EM LETRAS pelo Colégio de Pedro II, passada a Paulino José Soares de Sousa, filho do visconde de Uruguai, em 15/12/1850. Documento em pergaminho, trazendo as assinaturas autógrafas de:

1) *Visconde de Mont'Alegre* (sic), (ministro do Império no gabinete de 31/05/1848, presidido pelo então visconde de Olinda, e desde 06/10/1849, pelo próprio Monte Alegre).

2) *José de Paiva Magalhães Calvet* (oficial maior da Secretaria de Estado dos Negócios do Império).

3) Dr. *Joaquim Caetano da Silva* (reitor do estabelecimento).

4) Dr. *Fernando Francisco Lessa* (secretário do mesmo).

O documento, impresso na Tipografia Nacional (Rio de Janeiro) em 1851, traz pendente as fitas nacional e do colégio, com os respectivos selos.

“O VISCONDE DE MONT’ALEGRE, DO CONSELHO D’ESTADO, SENADOR DO IMPÉRIO, GRÃO CRUZ DA ORDEM IMPERIAL DO CRUZEIRO, PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS, MINISTRO E SECRETARIO D’ESTADO DOS NEGÓCIOS DO IMPÉRIO, E NESTA QUALIDADE DIRETOR DO COLÉGIO DE PEDRO SEGUNDO, NA FORMA DOS ESTATUTOS, QUE REGULAM O DITO ESTABELECIMENTO.

Atendendo ao título de aptidão obtido pelo sr. Paulino José Soares de Sousa Júnior, filho do conselheiro Paulino José Soares de Sousa, natural da província do Rio de Janeiro, onde nasceu a 21 de abril de 1834, e certificado da identidade de sua pessoa pelo reitor, que m’o apresentou perante o vice-reitor, e mais membros do Conselho Colegial do mencionado estabelecimento, faço certo aos que esta carta virem, que ao dito sr. Paulino José Soares de Sousa Júnior conferi o grau de bacharel em letras, e mandei passar-lhe a presente, como seu diploma, em virtude do qual gozará ele da prerrogativa, que lhe concede o decreto de 30

de setembro de 1843, art. 1º, e das mais que lhes foram garantidas pelas leis do Império.

Rio de Janeiro, em 15 de dezembro de 1850. E eu José de Paiva Mag. Calvet, oficial maior de Secretaria de Estado dos Negócios do Império o subscrevi.

*Visconde de Montalegre (sic)*”

(abaixo da tarja, lê-se a assinatura: )

*Paulino José Soares de Sousa.*

“O reitor, vice-reitor, e mais membros do Conselho Colegial do Colégio de Pedro Segundo, tendo presentes as notas respectivas ao sr. Paulino José Soares de Sousa Júnior, filho do conselheiro Paulino José Soares de Sousa, nascido a 21 de abril de 1834, natural da província do Rio de Janeiro, fazem certo aos que a presente virem, que o mesmo sr. Paulino José Soares de Sousa Júnior tem feito os estudos declarados nos estatutos, que regulam este estabelecimento, e foi aprovado em todas as matérias aí ensinadas: pelo que o consideram com aptidão necessária para receber o grau de bacharel em letras, que lhe concede o art. 234 dos referidos estatutos.

Certificam outrossim com particular satisfação que o dito sr. Paulino José Soares de Sousa Júnior foi premiado, em 1849, com o primeiro prêmio de sexto ano, e em 1850 com o primeiro prêmio do sétimo.

E em testemunho do que dito fica, dá-se-lhe o presente título, assinado pelo reitor, e selado com o selo do referido colégio.

Rio de Janeiro, aos 15 de dezembro de 1850. E eu o doutor Fernando Francisco Lessa, secretário do Colégio de Pedro Segundo, o subscrevi.

*Dr. Joaquim Caetano da Silva*”.

REQUERIMENTO dirigido a d. Pedro II, em 29 de janeiro de 1859, por Luiz André Lhérideau, com o fim de obter licença para formar uma companhia, visando o arrasamento do morro de S. Antônio e parte do Castelo, o prolongamento da rua dos Ourives até o mar, a construção de um Paço Imperial no local do convento d’Ajuda e de um palácio para o Senado no largo do Rocio.

“Senhor!

Diz Luiz André Lhérideau engenheiro, que, tendo já tido a honra de oferecer à benigna apreciação de Vossa Majestade Imperial um plano para a prolongação da rua dos Ourives até o mar do lado de St.<sup>a</sup> Luzia com arrasamento de parte do morro do Castelo, e pedir a autorização de formar uma companhia para a empresa, intitulada Companhia da Floresta.

Vem agora, como continuação e desenvolvimento deste plano, respeitosamente solicitar de Vossa Majestade Imperial a autorização necessária para organizar outra companhia tendo por objeto o arrasamento do morro de S. Antônio: o que parece ser conforme as próprias vistas do governo, e com justa razão: pois assim utilizava-se com aformoseamento notável de toda a cidade do Rio de Janeiro a mais bela parte dela, abandonada hoje e até nociva para o resto que fica por ela privado do acesso da viração.

Este melhoramento porém que seria sem par, deve também considerar-se como boa especulação para quem o empreendesse, segundo resulta de todos os cálculos a respeito e especialmente do seguinte, baseado sobre a longa prática e experiência do abaixo assinado em trabalhos da natureza daquele: “O arrasamento do morro com transporte dos aterros termo médio à 280 braças, pode-se orçar como despesa, em 13\$000 réis por braça cúbica – consta o morro de 1.500.000 braças cúbicas – e o nivelamento de todo o morro, podia nestes dados, avaliar-se em réis 19,500:000\$000.

O terreno ocupado pelo morro entre as ruas dos Barbanos, da Guarda Velha, da Carioca, do Espírito Santo, de Lavradio e dos Arcos, apresenta uma superfície de 205.000 braças quadradas; e na hipótese de venderem-se depois as terras pelo preço médio de 150\$000 réis a braça quadrada, o que é moderado visto a conveniência da localidade – que é o centro da cidade, o desenvolvimento da população e a procura de terras para a

construção de casas, importaria o total do valor da superfície em réis 30,750:000\$000 – a despesa sendo orçada somente em réis 19,500:000\$000.

É verdade que deve-se levar em conta também no cálculo o valor atual do morro, e o importe das poucas desapropriações que necessitar a operação: porém não se atendeu também na suputação da receita ao valor das terras que haviam de se conquistarem sobre o mar pelos aterros – É verdade ainda que se podem encontrar no morro camadas graníticas oferecendo maior resistência no arrasamento de que o barro do qual todo o morro parece ser e provavelmente é formado; mas neste mesmo caso, não sendo certamente mais de um quarto do morro em semelhante condição, o acréscimo da despesa ficaria ainda inferior à receita orçada –

1.225.000 braças cúbicas de barro à 13\$000 réis	15,925:000\$000
325.000 d.º d.º de pedra 36\$000 réis	<u>13,500:000\$000</u>
Total	Rs. 29,425:000\$000

E o orçamento da receita é de 30,500:000\$000 sem contar os terrenos ganhos sobre o mar, que não podem ser senão de valor muito subido.

O que porém fica dito a respeito das vantagens da empresa como grande especulação industrial, pouco é comparado com o que dela proviria em desenvolvimento de beleza para a cidade além da salubridade, de elegância grandiosa, e de realce de atração geral (para os de fora como de dentro: pois assim e com a execução deste projeto, podia realizar-se outro projeto relativo à mesma localidade, existente há já muitos anos, já quase aprovado pelo governo e de que os elementos acham-se nos arquivos públicos “à saber” de um lado, o paço para Vossa Majestade, de arquitetura magistral, no lugar em que se acha o convento d’Ajuda (satisfazia-se a comunidade religiosa que o possui com cessão de outro edificio claustal, obtidas as dispensas curiais): – E por outro lado, um palácio para o Senado, no largo do Rocio, fazendo frente pela abertura da rua Leopoldina, ao monumento da Academia das Belas-Artes – Servindo a estátua equestre do augusto pai de Vossa Majestade de ponto central donde partiria uma grande rua em linha reta até ao mar no eixo do Paço Imperial:

rua que teria também todas as proporções para ser não só igual mas mesmo superior talvez à todas as ruas que adornam as principais cidades do mundo.

São esses os dados gerais do plano sobre o qual o abaixo assinado toma a liberdade de chamar a atenção benévola e a proteção de Vossa Majestade.

Pode-se repreender sem dúvida nele a falta de pormenores provenientes de estudos preparatórios suficientes; porém responde-se à objeção, pela alegação que trabalhos semelhantes são daqueles que não se fazem senão com certeza ou pelo menos promessa de algum resultado seu futuro; e propõe-se o abaixo assinado a entrar neles logo que lhe constar a aprovação de Vossa Majestade.

P. S. Espera da proteção ilustrada de Vossa Majestade Imperial para tudo quanto traz o caráter de belo e grande, que dignar-se-á de conceder-lhe desde já, com reservas para apresentação ulterior dos trabalhos apontados, a autorização conveniente para formar uma companhia tendo por fim o arrasamento do morro de S. Antônio (proposta cujos elementos harmonizam-se com os da outra proposta que fez relativamente ao morro do Castelo).

E. R. M.

Rio de J.º 29 de janeiro de 1859.

*Lhériveau.*”

A propósito deste projeto de Lhériveau, obtive o Museu Imperial, no opulento arquivo do dr. Américo Jacobina Lacombe, importantes dados sobre a questão e seu autor, por intermédio das cartas dirigidas ao conselheiro Paulo Barbosa e ao ajudante de mordomo, dr. Antônio de Araújo Ferreira Jacobina. Pela leitura desses documentos tem-se inteiro conhecimento da vida de Lhériveau. Entrara ele para a Escola Politécnica de Paris em 1840, sendo matriculado, dois anos depois, na de pontes e calçadas, cujo curso foi obrigado a interromper, quase ao diplomar-se, por se haver envolvido, juntamente com outros estudantes de várias faculdades, numa manifestação ao abbé Laménais, à sua saída da prisão, a que fora condenado por idéias políticas.

Interditada aos manifestantes a continuação dos cursos, viu-se Lhériveau obrigado a exercer por dez anos o *conductorat* (cargo semelhante ao de mestre-de-obras, entre nós) para obter nova matrícula. Nomeado então *conducteur* no serviço do departamento de Lot ao cabo de dois anos passou a desempenhar as funções de engenheiro no Alto Loira.

Em 1847 foi designado para o serviço de navegação do Sena; um ano depois tomou parte na revolução de julho, onde foi ferido. Mas em 1849, comprometido por envolver-se em motins políticos, busca asilo na Bélgica e depois na Holanda, sendo, pelo ministro das Obras Públicas, suspenso de suas funções. Acusado e posto fora de causa antes do julgamento, voltou à França, sendo reintegrado em 1851, e exercia suas funções no Departamento do Alto Marne, quando, por proposta do sr. Mangon, decidiu vir para o Brasil.

Apresentado ao mordomo da Casa Imperial para realizar algumas obras no paço, foi, em seguida, convidado pelo dr. Jacobina para trabalhar na fazenda de Santa Cruz. Estritamente ligado a Jacobina, associa-se a ele no negócio do desmorte do morro do Castelo, cujo primeiro requerimento aqui vai transcrito.

Nas cartas de 1863, dirigidas de Santa Cruz àquele seu sócio, refere-se Lhériudeau várias vezes a esse negócio, o qual, pelo que parece, não teve seguimento, apesar do empenho dos dois interessados. Em carta de 9 de outubro de 1863, toma Lhériudeau conhecimento da desistência de Jacobina relativamente ao negócio, fazendo considerações pessimistas sobre o seu andamento, agora sem aquele apoio quase oficial.

No inventário dos documentos do Arquivo da Casa Imperial do Brasil, aparece, por diversas vezes, o nome de Lhériudeau, sendo que, em 18 de junho de 1861 (dois anos, portanto, depois de assinado o documento aqui transcrito) apresenta ele a d. Pedro II um “memorial sobre o arrasamento do morro do Castelo”, escrito em francês.

Passam-se os anos, e de volta à Europa, atendendo a uma sugestão do amigo, volta Lhériudeau ao assunto, que já considerava encerrado, em carta de 22 de março de 1867:

“Je ne pensais plus à l’affaire du Castelo, votre lettre du 23 mal est venu me la rappeler.

Quoique je ne crois pas au succès de cette affaire, j’ai néanmoins fait à Paris des démarches qui m’ont convaincu que je trouverai les capitaux nécessaires pour exécuter mon projet aussitôt que votre gouvernement se décidera à me donner la concession que j’ai si longtemps sollicitée.

Vous me conseillez d’adresser une nouvelle demande au gouvernement Brésilien, conçue dans les termes de ma dernière lettre, c’est-à-dire, établissant que le gouvernement, tout en m’accordant la concession, ne me donnerait aucune indemnité en argent pour l’expropriation des propriétés particulières ni pour les terrains qu’il conserverait pour l’emplacement des voies publiques, mais que pour compenser ces frais entièrement à ma charge, il me serait accordé une autre concession d’un terrain quelconque soit sur le morro St. Antonio, soit ailleurs.

Je crois qu'avant de faire cette nouvelle demande il est nécessaire de savoir si le gouvernement est réellement bien décidé à faire disparaître le morro du Castelo, et dans ce cas, qu'elle est la concession qu'il serait disposé à donner en compensation des frais d'expropriation.

Si ces préliminaires étaient résolus le reste de la question serait extrêmement simple à traiter.

Pour en arriver là, il faudrait que vous vissiez le Ministre des Travaux Publics et que vous lui proposiez en mon nom (et au votre, si vous n'y trouviez pas d'inconvénient) de traiter sur les bases suivantes:

1<sup>o</sup> J'offre au gouvernement d'enlever le morro du Castelo et de le jeter dans la baie de Sta. Luzia;

2<sup>o</sup> l'expropriation des propriétés particulières et l'exécution des travaux seront à mes frais, mais l'état abandonnera gratuitement les propriétés qu'il possède sur le morro, et je resterai propriétaire des terrains déblayés et de ceux gagnés sur la mer, sauf l'emplacement nécessaire aux voies publiques que je cèderai sans indemnité;

3<sup>o</sup> Afin de compenser les dépenses pour l'achat des propriétés particulières et la valeur des terrains retrocédés pour les voies publiques, l'état m'accorderait une autre concession équivalente, de la nature qui lui conviendrait le mieux.

Si Mr. le Ministre acceptait ces bases, il pourrait donner des instructions à votre Ministre à Paris, (Je crois que c'est Mr. Sergio de Macedo, qui connaît cette affaire depuis longtemps) vous me le feriez savoir et aussitôt j'irais m'entendre avec lui pour rédiger, avec connaissance de cause, une nouvelle demande au gouvernement Brésillien, dans laquelle je justifierais de l'existence d'une compagnie et de capitaux suffisants pour mener l'affaire à bonne fin."

Qual tenha sido a atenção dada a esta carta e em que termos foi redigida a proposta, não possui o Museu Imperial elementos para responder, aqui ficam, entretanto, esses poucos dados demonstrativos da preocupação, no tempo do império, por problemas que, hoje ainda, são considerados da mais absoluta atualidade. (L. L. L.)

DOCUMENTOS referentes a João Maria Pessoa, que comandou o vapor Alagoas, na viagem da família imperial para o exílio:

(1) “A PRINCESA IMPERIAL REGENTE, em NOME DO IMPERADOR o SENHOR DOM PEDRO SEGUNDO,

Faz saber aos que esta carta virem que achando-se compreendido nas disposições do decreto n. 1950 de 12 de julho de 1871, o súdito português João Maria Pessoa, residente neste Império e tendo-se habilitado para se passar a carta de naturalização que requer: há por bem naturalizá-lo para que possa gozar de todos os direitos, honras e prerrogativas, que pela Constituição competem aos cidadãos brasileiros naturalizados. Dada no Palácio do Rio de Janeiro, em vinte e sete de março de mil oitocentos e setenta e dois, quinquagésimo primeiro da Independência e do Império.

*Princesa Imperial Regente.*  
*João Alfredo Corrêa de Oliveira.*

CARTA PELA QUAL VOSSA ALTEZA IMPERIAL há por bem naturalizar o súdito português João Maria Pessoa para que possa gozar de todos os direitos, honras e prerrogativas, que pela Constituição competem aos cidadãos brasileiros naturalizados.

PARA VOSSA ALTEZA IMPERIAL VER.”

(No verso:)

“Regda. a fls. 7 v.º do L.º competente.

2.ª S. da Secretaria de Estado dos Negócios do Imp., em 5 de abril de 1872.

Araujo Silva.  
Prestou juramento em 25 de abril de 1872  
Jorge

N 16 – 25\$000

Pg. vinte cinco mil réis de selo.

Receb.ª R.º Jan.º 26 de abril de 1872.

Per AJ Olivei.ª

M. Sayão

Registrada no livro primeiro de registros de cartas de naturalização as páginas 28. Secretário de Capitania do Porto. Rio de Janeiro, 20 de março de 1907.

Manoel Ferreira de Araujo e Silva a fez.”

\* \* \*

(2) “DOM PEDRO por graça de Deus e unânime aclamação dos povos, imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil, como grão-mestre da Ordem da Rosa.

FAÇO saber aos que esta MINHA CARTA virem que, atendendo aos relevantes serviços prestados ao Estado por João Maria Pessoa:

Hei por bem nomeá-lo *oficial* da dita ordem pelo que lhe mandei passar a presente, a qual, depois de prestado o juramento do estilo, será selada com o selo das armas imperiais.

Dada no palácio do Rio de Janeiro, em cinco de outubro de mil oitocentos e oitenta e nove, sexagésimo oitavo da Independência e do Império.

*Imperador* (com rubrica).

*Barão de Loreto.*

CARTA pela qual Vossa Majestade Imperial há por bem nomear oficial da Ordem da Rosa João Maria Pessoa, como acima se declara.

Por decreto de 5 de outubro de 1889.”

(No verso:)

“Selo	247\$500
5 %	<u>12\$375</u>
	259\$875

N. 6

Pg. duzentos e cinqüenta e nove mil oitocentos e setenta e cinco réis de selo e 5% adic.

Receb.<sup>a</sup> em 7 de março de 1890

Vasconcellos A. A. Pereira de Souza.

Registrada a fl 105 v. do livro respectivo.

3<sup>a</sup> Diretoria da Secretaria d’Estado dos Negócios do Império, em 7 de outubro de 1889.

Sarmento Jor:”

(3) “Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1889.

Sr.

Em cumprimento de instruções recebidas ontem do governo provisório deve seguir hoje à tarde o vapor “Alagoas” de seu comando conduzindo a família imperial, para o porto de Lisboa (segundo informação verbal).

Precipitada como é a saída do vapor, não é possível prever todas as necessidades dessa viagem e por conseqüência recomendo-lhe que faça tudo quando for possível à confortabilidade de todos os viajantes.

Deve tocar no porto de S. Vicente para receber carvão, o que prevenirei por telegrama.

Em Lisboa entender-se-á com os correspondentes da companhia – srs. Knowles Raves Cia., que fornecerão carvão e o mais que for necessário ao vapor.

Havendo carga ou passageiros em Lisboa, convém recebê-las, não sobrecarregando porém o vapor.

Saúde e fraternidade.

(no verso:)

Sr. com. João Maria Pessoa.

(a) *B. Byrne*, gerente. <sup>1</sup>

\* \* \*

(4) “MANOEL DEODORO DA FONSECA, marechal do Exército, generalíssimo das forças de terra e mar, chefe do Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil, constituído pelo Exército e Armada em nome da nação:

FAÇO SABER aos que esta carta patente virem, que, atendendo aos serviços prestados à República pelo cidadão João Maria Pessoa, comandando o paquete “Alagoas”, resolvi conceder-lhe, como concedo, as honras do posto de primeiro-tenente da Armada.

Pelo que mando à autoridade a quem compete, que por tal o tenha e reconheça. Em firmeza do que lhe mandei passar a presente carta.

---

1. Bernardo Byrne cf. Almanaque Laemmert para 1889.

Cidade do Rio de Janeiro, aos seis dias do mês de fevereiro de mil oitocentos noventa e um, terceiro da República.

*Manoel Deodoro da Fonseca.*

*Barão de Ivinheima.*

*Visconde de Maracajú.*

Carta patente pela qual são concedidas ao cidadão João Maria Pessoa as honras do posto de primeiro-tenente da Armada, como acima se declara.”

(No verso:)

“Por decreto de 7 e aviso do Ministério da Marinha de 8, tudo de maio de 1890.

O conselheiro barão de Matoso, marechal-de-campo reformado, secretário de Guerra a fez escrever.

Regda. a fs. 35 do Livro 71 de Patentes.

Secretaria do Conselho Supremo Militar em 18 de fevereiro de 1891.

O alferes Manoel Ferreira Louzada

Registrada a fls. 162, verso, do Livro de Patentes da Secretaria da Marinha

Rio de Janeiro 23 de abril de 1891.

Henrique R. Nóbrega

Viriato Lafayette Valdetaro – a fez.”

\* \* \*

Estes documentos vieram ao arquivo do Museu Imperial acompanhados de fotografias autografadas de toda a família imperial, datadas de “bordo do Alagoas”.



## **NOTICIÁRIO**





Visita do presidente Getúlio Vargas ao Museu Imperial em 1942



## Noticiário

Pela direção do Museu foi apresentado o seguinte relatório referente a 1942:

“Sr. ministro:

De conformidade com o regulamento deste museu, venho apresentar-lhe o relatório sobre os serviços do Museu Imperial durante o exercício de 1942.

### *Obras*

Deveriam ser ultimadas em 1942, as obras de restauração e adaptação nos edifícios do Museu Imperial, referentes à ala direita do antigo palácio, às dependências destinadas às seções do Estado do Rio de Janeiro, cidade de Petrópolis, e salão de carruagens.

Em fins de 1941, puderam ter início as obras na ala direita do antigo palácio, estipendiadas por uma parcela da verba de obras em museus, do orçamento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Infelizmente, essas obras tiveram de ser interrompidas em 1942.

Aconteceu que o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional não dispôs de qualquer verba para obras em museus no exercício de 1942, e tendo sido solicitado, logo em janeiro, crédito especial para esse fim, o andamento administrativo do processo retardou de modo que, embora merecendo em 19 de setembro a aprovação do ex.<sup>mo</sup> sr. presidente da República, não pode esse crédito ser aberto no exercício, de vez que, conforme opinou o Ministério da Fazenda, nos primeiros dias de dezembro, foi essa verba incluída no Orçamento para 1943.

### *Instalação*

Prosseguiram regularmente os trabalhos de instalação no Museu Imperial.

*Cofre-mostruário:* foi colocado em sala especial o cofre-mostruário para a coroa de d. Pedro II. Trata-se de uma peça original, de contextura metálica, com comando elétrico automático à distância para a vitrine móvel de exposição.

*Vitrines:* foram feitas vitrines destinadas à mostra do manto imperial, de porcelanas, cristais, leques e outros objetos.

*Lustres:* foram adquiridos mais quatro lustres destinados à Sala de Honra do Senado Imperial e à Sala de Conferências.

*Cortinas e tapetes:* foi promovida a feitura de cortinas para a sala de jantar e adquirido um tapete para o quarto da princesa Isabel.

*Biblioteca:* foi completada em parte a instalação da biblioteca com novas estantes de aço e um armário para guardar mapas e gravuras.

*Mobiliário:* acha-se devidamente restaurado, e em mostra neste museu, o rico mobiliário do Salão de Honra do Senado Imperial. Oferecido pelo Ministério das Relações Exteriores no estado em que se achava, sofreram essas peças o serviço de mata-cupim, após o que receberam nova forração de veludo e douradura. Compõe-se esse mobiliário de sofá, seis cadeiras de braço, uma mesa de centro, um grande consolo e um espelho grande.

### *Anuário*

Acha-se quase pronto, na Imprensa Nacional, o 2º volume do *Anuário do Museu Imperial*, relativo a 1941, e já foram entregues àquela repartição os originais para o 3º volume, correspondente a 1942.

### *Biblioteca*

Com a verba orçamentária que lhes era destinada foram adquiridas obras, de modo a enriquecer a “Brasileira” que constitui a especialização da biblioteca deste Museu. Vários



Visita do presidente Getúlio Vargas no Museu Imperial, em 1941, na companhia do general Góes Monteiro



donativos foram por sua vez recebidos. Monta ao número de 3.274 (três mil duzentos e setenta e quatro) os volumes existentes.

*Arquivo*

O arquivo histórico recebeu o precioso donativo de 59 cartas de dom Pedro II ao presidente do Conselho Manoel Pinto de Sousa Dantas, feito em nome da família, pelo dr. Otávio de Sousa Dantas, e mais 2 cartas, do conde d'Eu ao referido presidente do Conselho.

*Aquisições*

No decorrer de 1942, foram adquiridos pela verba própria: um retrato a óleo de dom Pedro I e um conjunto de dois desenhos a lápis, de Pallière, relativos ao juramento do mesmo imperador e várias gravuras, ao sr. Armando Navarro da Costa; várias porcelanas aos srs. Gastão Penalva e Antônio Pinto de Avelar Fernandes; um espelho oval, várias peças de indumentária antiga, porcelanas, um álbum, litografias, abotoaduras, uma fosforeira de tartaruga, e uma caixa de fichas de madreperla, ao sr. Francisco Marques dos Santos; uma coleção de gravuras, ao dr. Alberto Rangel.

*Permutas*

Foram realizadas permutas de porcelanas com os srs. Gastão Penalva e Antônio Pinto de Avelar Fernandes.

*Transferências*

Foram transferidos para o Museu Imperial vários objetos. Da prefeitura de Angra dos Reis: um retrato a óleo de dom Pedro II, de Vítor Meireles de Lima, uma bandeira imperial e as armas imperiais, em ferro pintado. Do Museu Nacional: 2 gobelinos emoldurados, da antiga Sala dos Embaixadores, 2 consolos de mogno e ornatos de bronze, estilo império, 2 espelhos grandes com molduras douradas e armas imperiais, 2 pequenos vasos para flores, do Paço de São Cristóvão, 1 tela a óleo com imagens religiosas, da capela do Paço de São Cristóvão, 1 retrato a óleo de dom Pedro II, por Aurélio de Figueiredo, 1 estátua de mármore "Mima", obra de Gobineau, executada para dom Pedro II. Do

Museu Nacional de Belas-Artes: duas camas com sobrecéu, em jacarandá trabalhado e um catre. Da prefeitura de Friburgo: uma escrivaninha que pertenceu ao barão de Nova Friburgo. Do Ministério da Guerra: documentos referentes ao marechal conde d'Eu.

*Donativos*

Fizeram doações ao Museu Imperial, no decorrer de 1942 os ex.<sup>mos</sup> srs.: presidente Getúlio Vargas e interventor Amaral Peixoto, srs. Luiz Gastão de Escagnolle Dória, Pedro de Paranaguá, coronel Pedro Cordolino de Azevedo, Bernardino da Rocha Prista, Sebastião Benevenuto Vieira de Carvalho, dona Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Frank Nietzche, dona Isabel Jacobina Lacombe, Cláudio Ganns, Ivo Leite, dona Dulce Liberal Martinez de Hoz, João Alfredo de Paranaguá Moniz, dona Irene de Sousa Ribeiro, Adolfo Paulino Soares de Sousa, R. C. Crocker, Gabriel Kopke Fróes, dona Maria Emília Calmon de Góis da Cunha Porto, José Pereira Sampaio, Ferreira da Rosa, dona Brasília Lacerda de Arruda Botelho, José Pereira de Araújo, Lourenço Luiz Lacombe e Alcindo Sodré.

*Visitação*

Embora continuasse ainda este museu em fase de instalação, bem grande foi o número de visitantes recebido. Cumpre destacar, entre os visitantes, além de muitos alunos de educandários, várias delegações estrangeiras em missão especial no país. Assim foi que, dos membros da Conferência de Chanceleres Americanos, reunida no Brasil em janeiro deste ano, visitaram o museu, deixando impressões no livro próprio: o chanceler Ruiz Guinazú, e demais membros da delegação argentina, o chanceler Julian Cáceres, de Honduras, a delegação do Chile, dr. César Gutierrez, embaixador do Uruguai, o duque de Bragança e o príncipe João de Luxemburgo, o presidente da Câmara dos Deputados do Chile, o sr. Nelson Rockefeller e o coronel Frank Knox, ministro da Marinha dos Estados Unidos da América, a missão militar uruguaia, chefiada pelo general Bugalli, a missão militar chilena, chefiada pelo general Escudero, o general Agustín P. Justo, e o deputado argentino Dalmante Taborda.

*Cinema educativo*

Atendendo à solicitação feita em ofício pelo dr. Roquete Pinto, diretor do Instituto Nacional de Cinema Educativo, foram filmadas neste Museu algumas cenas de uma peça histórica de autoria da escritora patricia Maria Eugênia Celso de Mendonça.

*Parque*

Está completado o ajardinamento de todo o parque do Museu, trabalho este realizado conforme o plano de restauração executado por um paisagista incumbido pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Foram colocados bancos no parque, que desta forma acha-se em condições de ser franqueado ao público.

São estas, sr. ministro, as principais ocorrências havidas neste museu, durante o ano de 1942.

Aproveito a oportunidade para renovar a v. ex.<sup>a</sup> os protestos da minha perfeita estima e distinta consideração.”

\* \* \*

*Doadores*

Temos o grato prazer em registrar, de modo especial, que entre os doadores do Museu Imperial destaca-se o sr. Vasco Machado de Azevedo Lima, não só pelo volume e qualidade das doações feitas, como pelo constante interesse pelo mesmo demonstrado no engrandecimento do Museu Imperial.

\* \* \*

*Impressões de visitantes ilustres*

Entre os ilustres visitantes do Museu Imperial que deixaram suas impressões no livro próprio, destacamos os três seguintes, dos ex.<sup>mos</sup> senhores chanceleres da Argentina e Honduras e do embaixador do Uruguai:

“Este Museo Imperial demuestra al viajero como el Brasil por la obra cultural de los emperadores pasó de colonia a ser una gran nación! Época de transición y de progreso señala en su historia el recuerdo venturoso de una pléyade ilustre de grandes

hombres que cimentaran los Estados Unidos del Brasil, hoy bajo las directivas del eminente presidente doctor Getulio Vargas.

Petrópolis  
Enero 25/1942

*E. Ruiz Guinazú.*  
Minitro de Rel.<sup>s</sup> Ext.<sup>s</sup> de  
la Rep. Argentina.”

\* \* \*

Bajo las solemnes arcadas del Palacio Imperial de Petrópolis entendí que la aristocracia, guiada por la justicia de un Imperio que fue, se torno, por la voluntad del pueblo del Brasil, que quita y pone coronas, en una sólida y excelsa democracia que es la aristocracia del mérito que ostentan los pueblos libres. Dejo aquí enlazados con las humildes letras de mi nombre, el del preclaro del Brasil y el idolatrado de mi patria, Honduras.

25 de Enero  
1942

*Julian Cáceres”.*

\* \* \*

El Brasil como una paradoja histórica es Metrópolis antes que nación independiente; es ensayo de parlamentarismo en América siendo Monarquía, cuando sus hermanas republicanas se debatían en los espasmos sangrientos de su organización. Es milagro en su “democracia coronada” instituida por el Emperador sabio y sereno Don Pedro II y es milagro también en la ponderación popular juiciosa y patriótica en sus impulsos que evolucionan de régimen manteniendo la paz, reeditando el capítulo fuerte y transcendente de su independencia, alumbramiento prodigioso en la tranquilidad de la paz. Los muros de esta casa, como los tallos centenarios plantados por las manos creadoras del Emperador, exhalan el aroma virtuoso, el recogimiento lleno de poesía, que nos predispone en el decorado del viejo mobiliario, á sentir los pasos del gran Monarca, que honró á América con su jerarquía intelectual y moral, encendiendo el culto de la sencillez de las costumbres en plena corte del ideal republicano en plena monarquía.

4 Febrero 942

*Cesar Gutierrez.*  
Embajador del Uruguai.”



Visita do chanceler argentino Guiñazú em janeiro de 1942